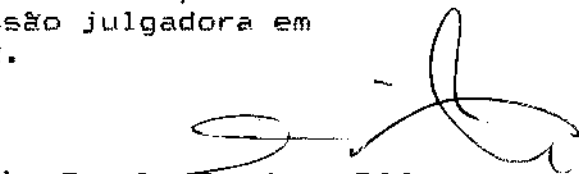


MILTON LAHUERTA¹³⁹

**ELITISMO, AUTONOMIA, POPULISMO:
Os intelectuais na transição
dos anos 40**

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Departamento de
Ciência Política do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas.

Este exemplar corresponde
à redação final da disser-
tação defendida e aprovada
pela comissão julgadora em
__/__/1992.


Orientador : Prof. Doutor CAIO NAVARRO DE TOLEDO

FEVEREIRO/1992.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

BANCA EXAMINADORA

Aos meus pais,
por sua força.

A Flora e à Márcia,
por tudo.

Apresentação

O objetivo mais geral desta dissertação é compreender a atuação da intelectualidade brasileira no processo cultural e político vivenciado nos anos 40. Sua hipótese principal é a de que nesse processo de transição abriu-se uma oportunidade inédita de se realizar uma síntese original entre política e cultura.

O Estado Novo (1937-1945) politizara como nunca a produção cultural, procurando trazer para sua alçada as bandeiras do moderno e os intelectuais, prometendo a esses últimos uma solução definitiva para a crise de identidade social na qual se viam imersos. Com a definição do conflito mundial a favor dos aliados, o desgaste do Estado Novo se torna cada dia mais transparente e boa parte da intelectualidade na busca de uma nova identidade social vai para o campo oposicionista, procurando se articular e se organizar associativamente. Numa trajetória, às vezes, bem tumultuada, intelectuais de posições ideológicas e políticas bem diferenciadas, consagrados ou não, de regiões as mais distantes, face à situação, juntam-se para encaminhar seus dilemas éticos e profissionais.

De 1942 a 1949, em torno da atividade na Associação Brasileira de Escritores, a intelectualidade constrói uma experiência única. Entretanto, após uma fase pautada por grande unidade e interlocução, chega-se ao final do período num clima de ruptura **irreconciliável** entre eles. Ruptura que tem graves consequências para o desenvolvimento histórico posterior. Neste percurso não teria ocorrido apenas uma cisão entre comunistas e

liberais (política e ideológico, portanto), mas uma ruptura mais profunda (entre política e cultura), de modo que as questões profissionais e as políticas passariam a ser vistas como antagônicas na definição das novas identidades intelectuais. E isso exatamente o que a dissertação procura estudar.

O trabalho está composto por uma introdução e mais quatro capítulos. Na introdução e no primeiro capítulo (**Intelectuais, modernização e anticapitalismo**) procuro trabalhar três ordens de questões: 1)um posicionamento a respeito da revolução de 30, de seu significado e de sua continuidade no Estado Novo; 2)uma reflexão sobre o debate acerca dos intelectuais, durante os anos 20 e 30, e sobre sua repercussão no Brasil; 3)um balanço da crise de identidade da intelectualidade brasileira ao longo dos anos 30 e 40, a luz do tema do "atraso" histórico.

O segundo capítulo (**Diretrizes para o Brasil: intelectuais, vocação pública e oposição**), pretende trabalhar a matriz que procura resolver a crise de identidade da intelectualidade apelando à perspectiva que considera que a ela só resta a "ida ao povo" e a diluição de suas individualidade em um mandato social que somente um "absoluto" (o "povo", o "partido", o "Estado") lhe poderia garantir. O fato de o Rio de Janeiro ser a capital política, contribui para que seja muito forte entre os intelectuais a exigência de uma vocação pública. Através da análise da política cultural do PC e da trajetória de algumas revistas, procuro recompor de que maneira foi travado esse debate de 30 a 45, enfatizando os anos do Estado Novo.

O terceiro capítulo (**São Paulo e os intelectuais: Geração, Profissão, Organização**), procura apresentar um paradigma de organização da cultura concorrente do carioca. Para isso, retoma o debate travado em São Paulo, durante os primeiros anos da década de 40, e que teve por mote o tema geração. Trata-se de tentar apreender como, em torno dessa discussão, havia entre alguns dos "velhos" modernistas de São Paulo uma estratégia de conquista da "nova" geração que, mais pautada pela questão profissional e do mercado, pretendia disputar com a intelectualidade do Rio de Janeiro a direção do campo cultural.

O quarto capítulo (**Escritores em ação: entre a política e a corporação**) objetiva reconstruir o debate travado na participação associativa, recuperando a trajetória da ABDE e os Congressos de Escritores para assim compreender quais as posições intelectuais que neles se defrontaram até a ruptura.

A realização deste trabalho não teria sido possível sem a colaboração, o estímulo e a generosidade de um grande número de pessoas.

Os colegas do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara, mesmo nas situações mais difíceis sempre me apoiaram.

Luiz Werneck Vianna proporcionou-me o estímulo inicial da pesquisa, reiterado sempre ao longo de uma convivência intelectual tão rara nos dias de hoje e que se desdobrou numa grande amizade. Maria Herminia Tavares de Almeida, ao longo destes anos, procurou fazer-me compreender melhor as exigências

profissionais do trabalho intelectual, colocando muitas vezes em questão os pressupostos de minha pesquisa. E Caio Navarro de Toledo, confirmando impressão antiga, mostrou-me o sentido da palavra generosidade, assumindo a orientação do trabalho em circunstâncias não favoráveis. A todos eles muito obrigado.

Agradeço ainda à Esmeralda, secretária do Programa de Pós Graduação do IFCH- UNICAMP, por sua boa vontade e paciência, qualidades raras entre aqueles que exercem atividades administrativas.

Não poderia deixar de mencionar também que nos momentos mais difíceis o que me possibilitou continuar foi a solidariedade de meus amigos. Evaldo Sintoni, José Castilho Marques Neto, Alberto Aggio, André Roberto Martins, Dimar da Silva Alves, Anita Simis, Carlos Eduardo Jordão Machado, suportaram minhas angústias dando-me em troca estímulo e compreensão. Augusto Luis Rodrigues, Marco Aurélio Nogueira e José Carlos Estevão, além de tudo isso foram imprescindíveis. Sem eles não sei se a conclusão deste trabalho teria sido possível.

INDICE

INTRODUÇÃO.....	1

CAPITULO I -- INTELECTUAIS, MODERNIZAÇÃO, ANTICAPITALISMO 29

1. "Atraso histórico", crise de identidade social e ação política.....	31
2. Polarização ideológica e radicalização do sentido ético.....	38
3. Intelectuais, modernização e crise de identidade social.....	47
4. Os "clérigos" e a autonomia dos intelectuais.....	58
5. "Ida ao povo" e escatologia: o intelectual frente ao nazifascismo.....	66
6. Intelectuais, radicalização e engajamento.....	73
7. Missão X Profissão.....	81

CAPITULO II --DIRETRIZES PARA O BRASIL: INTELECTUAIS, VOCAÇÃO PÚBLICA, OPosição.....

1. Alguns elementos constitutivos da cultura de esquerda nos anos 30	98
2. O PC, mandato social dos escritores e a participação dos intelectuais.....	113
3. A jovem intelectualidade carioca e a <i>Revista Acadêmica</i>	138
4. A revista <i>Diretrizes</i> e a organização dos escritores.....	159
5. Astrojildo Pereira e as tarefas da inteligência.....	200

CAPITULO III — SÃO PAULO E OS INTELECTUAIS: GERAÇÃO, PROFISSIONALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO.....216

1. Modernismo, "grandes intelectuais" e "nova geração"....	218
Geração e política : entre a herança e a plataforma....	247
2. O Testamento de uma geração: "anatolianos" e modernistas.....	249
3. A Plataforma da nova geração.....	264
4. Em Clima de Diário Crítico.....	276
5. "Nova Geração" e política.....	292

CAPITULO IV -- ESCRITORES EM AÇÃO: ENTRE A POLITICA E A	
CORPORAÇÃO.....	305
1. Disponibilidade e associativismo.....	308
2. O significado do I Congresso Brasileiro de	
Escritores.....	325
3. O II Congresso Brasileiro de Escritores (1947).....	346
A guisa de conclusão: Os anos 40 e o "racha" dos escritores.	
A cisão politica e cultura.....	387

"o objetivo do intelectual é sempre totalitário, é de açambarcamento, de penetração, de percepção completa. Ora acontece que as coisas só podem ser atingidas no momento certo, passado o qual não há mais jeito de pegá-las. Junta-se assim à angústia da decrepitude o medo de perder o momento da graça".

Sérgio Milliet, fevereiro de 1944,
Diário Crítico, vol.2, pg.84.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é estudar a relação existente entre os intelectuais e a política no período conhecido como a transição dos anos 40. A partir dessa preocupação, procurei dar destaque àquelas situações nas quais se colocou claramente a questão da aproximação entre os intelectuais e as camadas subalternas como horizonte para resolver dilemas éticos. Não foi, portanto, minha intenção dar conta de toda e qualquer ação da intelectualidade, mas sim pesquisar aquelas ações e movimentos que estivessem referenciados pela aproximação "intelectuais-povo". Onde o interesse sobretudo pelos projetos que, na tentativa de equacionar os problemas nacionais, buscaram através de uma interpelação ativa dos setores populares, trazer os intelectuais para a militância política.

A escolha do período se justifica pela riqueza dos embates travados com vistas a obter a hegemonia política e cultural na sociedade, mas sobretudo por que nesses anos se definiu em que termos se daria a constituição de um campo cultural novo¹, profundamente marcado pela politização da cultura, pelo tema do nacionalismo e pela idéia de que ao intelectual cabia uma "missão": conscientizar. E também nesse período que a idéia de ser moderno, ao menos entre intelectuais, passa a ser vinculada à

1. Entendemos campo cultural (ou intelectual) no sentido desenvolvido por Pierre Bourdieu: "Embora os homens cultivados de uma certa época possam discordar a respeito das questões que discutem, pelo menos estão de acordo para discutir certas questões. E sobretudo através das problemáticas obrigatórias, nas quais e pelas quais um pensador reflete que ele passa a pertencer à sua época, podendo-se situá-lo e datá-lo..." *A Economia das trocas simbólicas*, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1974, pg. 207.

questão da participação e a uma certa perspectiva de que sua identidade se definiria por um processo de "ida ao povo"².

A perspectiva de missão, forte já nos intelectuais da Primeira República³, se aprofunda e ganha novos significados sob o impacto do processo de transição política vivenciado nos anos 40. O que não pode ser desvinculado de uma certa autocritica do modernismo, levada adiante com muita radicalidade a partir das posições de Mário de Andrade, no início dos anos 40⁴, e que recolocou com muita força o tema do popular. Não pode também ser desvinculado do padrão tutelar implantando com o Estado Novo, que politizou a produção cultural como jamais ocorrera na história do país. Esses elementos combinados trouxeram à cena uma identidade intelectual que se define na conjunção de uma trilogia temática (na qual os temas -- nação, povo, moderno -- são intercambiáveis) que se dedobra num verdadeiro culto ao Estado como agente e meio de realizar e dar existência a esses absolutos.

2. Essa questão não é nova, nem inédita, sendo típica das situações de "atraso histórico" marcadas por processos de "revolução passiva" ou "revolução restauração". Também caracterizados como de "modernização conservadora", nesses processos coloca-se a questão de uma intelectualidade que fica estruturalmente em disponibilidade frente a forma e o conteúdo da modernização, vivendo a partir dessas condições uma situação de *intelligentsia*. Caso típico é o russo com a problemática, no final do século XIX, dos "*narodniks*" (ou populistas). Ver sobre isso GRUPPI, L., *O pensamento de Lenin*, Rio de Janeiro, Graal, 1978. Para o caso brasileiro ver MARTINS, L., "A Gênese de uma *Intelligentsia* - os intelectuais e a política no Brasil, 1920 a 1945", in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº. 4 vol. 2, junho de 1987.

3. Sobre esse tema ver de COUTINHO, C.N., "O significado de Lima Barreto na Literatura Brasileira" in *Realismo e Anti Realismo na Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1971; e de SEVCENKO, N., *A Literatura como missão*, São Paulo, Brasiliense, 1983.

4. Isso pode ser conferido pela leitura dos textos de época "Minha elegia de abril" e o "Movimento Modernista", ambos escritos no início dos anos 40, e de uma entrevista realizada com ele, em 1944, e publicada na revista *Diretrizes*.

1. Cultura política estadonovista e transformismo

E sabido que a concepção que norteou a institucionalização corporativa implantada com o Estado Novo teve longo período de gestação e foi motivo de grande aceitação por amplas parcelas da opinião pública e da intelectualidade⁵.

Na segunda metade dos anos 30, sob a égide do Estado, se levou às últimas consequências a ideologia organicista e antiliberal que, forte na tradição cultural brasileira, desde os anos 20 vinha se radicalizando pela crise da ordem oligárquica e pelas críticas ao caráter excludente do liberalismo consagrado pela Constituição de 1891. O resgate de Alberto Torres pela geração de Oliveira Vianna cria -- à esquerda e à direita -- enorme consenso entre a intelectualidade quanto à necessidade de unificação do país, além de levar às últimas consequências a perspectiva de que somente o Estado, sobrepondo-se aos anseios privatistas e "utilitários" do homem comum, poderia realizar a **construção da Nação** e a modernização da sociedade (em algumas versões, como o integralismo, a construção da Nação se faria numa obra contrária a modernização). Aos indivíduos, num caso ou noutro, restaria se agregar voluntariamente a esse projeto,

5.No período é quase absoluto o predomínio de uma visão organicista e antiliberal, verdadeiro caldo de cultura para o vicejamento de uma espécie de anticapitalismo romântico, que só adere à modernização proposta pelo Estado Novo por ser ela apresentada como a concretização de um ideal de comunidade nacional que se faz em nome da ordem e da tradição. Ver sobre isso: VIEIRA, E.A., *Oliveira Vianna e o Estado Corporativo*, São Paulo, Grijalbo, 1976; MEDEIROS, J. de, *A ideologia autoritária no Brasil (1930-1945)*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978; SADEK, M.T.A., *Maquiável, maquiáveis; a tragédia otaviana*, São Paulo, Símbolo, 1978; TRINDADE, H., *Integralismo: O Fascismo brasileiro na década de 30*, São Paulo, Difel, 1974; CHASIN, J., *O Integralismo de Plínio Salgado*, São Paulo, Lech, 1978; VASCONCELOS, G.F., *A Ideologia Curupira*, São Paulo, Brasiliense, 1979.

reconhecendo-se como parte submissa e passiva desse "indivíduo coletivo", dessa razão que pairava acima dos apetites tropicais⁶.

Se é certo que durante o Estado Novo o capitalismo finca bases importantíssimas para futuros saltos desenvolvimentistas⁷, é fundamental lembrar que isso ocorre como resultado de uma obra que se pretende pública e não como consequência do empreendimento privado⁸. O que faz com que, de forma transversa e em nome da tradição e da ordem, o Estado seja o elemento decisivo do projeto de modernização, conseguindo assim galvanizar o anseio por renovação que movimentara a sociedade durante os anos 20. Ao dirigir a modernização em nome da realização de uma obra pública --a construção da Nação--, o Estado (Novo), reivindicando fidelidade aos ideais de 30, acaba por fixar uma visão publicizada da vida social. E por isso que o "empreendimento capitalista acaba por tornar-se como que um negócio de Estado, não porque este se emancipou politicamente da sociedade pela ação de sua burocracia, mas sim porque as classes dominantes se dissociaram da nação, refugiando-se nele como instrumento de seus interesses particulares"⁹.

Com isso se aprofundava, segundo Sérgio Buarque de Holanda, o que havia de mais perverso na tradição brasileira: "a tão malsinada primazia das conveniências particulares sobre os interesses de ordem coletiva"¹⁰. Só que com ressalva de que desta vez isso se fazia em nome do interesse público, em nome da

6. MORSE, R., *O Espelho de Próspero*, São Paulo, Cia das Letras,, 1988.

7. DRAIBE, S.M., *Rumos e Metamorfoses*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

8. WERNECK VIANNA, L., "O moderno na política brasileira" in *Presença* nº.5, São Paulo, Ed. Caetés, 1985.

9. WERNECK VIANNA, L., "O Problema da Cidadania na Hora da Transição Democrática", in *Travessia: da abertura à Constituinte*, Rio de Janeiro, Taurus Editora, 1986, pg. 41.

10. HOLANDA, S.B.de, *Raízes do Brasil*, São Paulo, José Olympio, pg.137.

construção da nação. A ordenação corporativa adequou-se perfeitamente a essa concepção, pois além de contribuir para reforçar o absenteísmo político e ideológico da burguesia e das outras classes sociais, contrapôs de maneira excludente o objetivo de harmonia e paz social à noção de mercado livre (identificada com conflito, fragmentação social e predominância do individualismo e do materialismo). Em nome da nação, procura-se tornar aceita a idéia de que a empresa se legitima por sua função social e não pela busca de lucro.

Através da mediação do Estado, se consagra uma cultura política cujo eixo estruturador é um capitalismo jurisdicionado e recoberto pela norma do direito, que busca sua legitimidade na realização de fins que se pretendem coletivos, sociais. Nessa forma de desenvolvimento, "o privado carece de legitimidade própria, qualquer interesse dependendo que o Estado lhe confira o estatuto de público"¹¹. Fora dessa autocrática esfera pública não há espaço legítimo para o interesse se apresentar, donde -- em meio à expansão capitalista convertida em fim social da nação corporativamente organizada -- o capitalismo avança cumprindo o percurso de uma "revolução passiva", na qual, como "criatura do Estado, a nação não tem identidade própria. Não se organiza, é organizada como um corpo de funcionários a serviço do ideal de expansão da acumulação"¹².

A linha de força do movimento de outubro de 1930 se explicita plenamente apenas durante o Estado Novo, quando os ideais de renovação e unificação nacional que o motivaram são

11. WERNECK VIANNA, L., *op. cit.*, pg. 42.

12. *Idem*, *ibidem*, pg. 43.

traduzidos de uma maneira bastante peculiar. Afinal, se é verdade que a vivência, mesmo que passiva, do processo e o mito alimentado em torno da Revolução de 30, criaram entre as várias classes sociais enormes expectativas de mudanças¹³, é fundamental lembrar que isso não significou um abalo definitivo no sistema hegemônico e nem uma ruptura com as forças de coerção civil e militar que, mesmo quando dissidentes, permaneceram sempre muito próximas das classes dominantes tradicionais. Portanto, se a "revolução" aprofundara a exigência de renovação, o Estado Corporativo, que se quer **Novo**, vai reconhecer a necessidade de mudança e de modernização, mas procurara domesticar esse impulso transformador, trazendo-o para si. E em nome da ordem e até da tradição, e sempre pleiteando o primado do público sobre o privado que o Estado Novo, realizando expectativas difusas da sociedade civil, se assume como arauto da modernidade e realizador dos ideais de 30.

Para realizar essa "missão" o "Estado Novo" chama os intelectuais para participarem da obra de construção da Nação, procurando incorporá-los oferecendo-lhes uma alternativa à sua crise de identidade¹⁴. E por isso que não cabe tentar explicar o fenômeno recorrendo à categoria de cooptação; em realidade, trata-se da constituição de um novo bloco de poder que busca consenso entre os intelectuais, chamando-os para participar do processo, realizando a fusão de modernidade e projeto nacional. No entanto,

13. NOGUEIRA, M.A., "A Herança dos anos 30", In *Perspectiva* nº11, 1989.

14. Gramsci referindo-se a problemática semelhante vai dizer: "a hegemonia de um centro diretivo sobre os intelectuais se afirma através de duas linhas principais: 1) uma concepção geral da vida, uma filosofia (Gioberti) que oferece aos aderentes uma 'dignidade' intelectual que é um princípio de distinção e um elemento de luta contra as antigas ideologias coercitivamente dominantes, 2) um programa escolar, um princípio educativo e pedagógico original que interesse e ofereça uma atividade própria, em seu campo técnico, àquela fração dos intelectuais que é a mais homogênea e a mais numerosa (a do ensino, desde o mestre mais elementar até os professores da universidade)" GRAMSCI, A., *Il Risorgimento*, pg. 139.

a eficácia de tal incorporação foi relativa, mostrando-se mais efetiva entre aqueles que, ativamente ou não, compartilhavam dessa concepção. Ou seja, a relação que se estabeleceu entre o projeto estadonovista e os intelectuais variou bastante, em função das circunstâncias político-culturais de cada estado e da "família" política a que eles se filiavam. No Rio de Janeiro, sede do governo e das principais instituições culturais, durante os anos de ditadura, essa questão se colocou de modo bastante intenso e dramático. Afinal, era no Rio que tradicionalmente a intelectualidade -- do Norte, Nordeste e mesmo do Sul -- vinha buscar reconhecimento e consagração. Nas "novas" condições, o reconhecimento e a consagração tinham que passar, de algum modo, pelos mecanismos do Estado Novo, quer seja através da incorporação quer seja através da repressão. Liames que nem sempre eram muito claros. E interessante notar sobre isso que as revistas do DIP (*Cultura Política* e *Ciência Política*), ao enfatizarem a possibilidade única de incorporação dos intelectuais aberta pelo regime, veladamente, deixavam uma ameaça àqueles que recusassem os termos em que ela era colocada¹⁵. Na medida em que o Estado "Novo" era apresentado como o defensor da coisa pública, a não colaboração dos intelectuais com seu projeto de política cultural era sinônimo de uma posição antinacional¹⁶.

15. Ver sobre isso VELOSO, M.P., "Cultura e Poder Político: uma configuração do campo intelectual", in *Estado Novo: Ideologia e Poder*, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1982.

16. GRAMSCI, A., *Literatura e vida nacional*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

Autoproclamando-se mais moderno que a sociedade¹⁷ e colocando-se na condição de portador de um mandato de caráter público, o Estado Novo atribuía aos intelectuais um papel vital na construção da nova ordem. Compreende-se que, ao dar destaque ao dinamismo e à capacidade da intelectualidade comandar o processo de mudança, tenha obtido um relativo consenso a respeito de sua política cultural. Afinal, o suposto de que existia *apriori* uma identificação entre os intelectuais --artistas, escritores, homens de letras, etc.-- e o projeto político que dava sustentação ao regime, encontrava fortes ressonâncias na cultura política. E notório que nesses anos "o primado do direito sobre a economia, do público sobre o privado", exerce notável influência entre amplos setores da intelectualidade, constituindo um verdadeiro caldo de cultura. E se isso é indiscutível "entre os juristas em geral e pensadores católicos, inclusive na sua ala liberal"¹⁸, não deixa de ser verdadeiro também entre a esquerda e os próprios liberais. A consequência inevitável do predomínio de uma intelectualidade treinada no campo do jurisdicismo normativista é o corporativismo como horizonte ideológico. Onde a perspectiva de que a participação via Estado era a forma mais adequada de resolver a crise de identidade da intelectualidade.

17. Luiz Werneck Vianna tem trabalhado esse problema de modo sistemático. Ver do autor: "Problemas de política e de organização dos intelectuais", in *Presença -- Revista de Política e Cultura*, nº 1, outubro de 1983, São Paulo, Caetés; "O moderno na política brasileira", in *Presença -- Revista de Política e Cultura*, nº 5, outubro de 1985, São Paulo, Caetés; e "Os intelectuais da tradição e a modernidade: os juristas políticos da OAB", in *Travessia -- Da abertura à constituinte*, Rio de Janeiro, Taurus, 1986.

18. WERNECK VIANNA, L.J., *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, pg.255.

2. Revolução-passiva e cultura política

Para compreender de que maneira o anseio mudancista e modernizador, que mobilizara as energias utópicas ao longo dos anos 20, se transmuta em cultura política estadonovista, é fundamental pensar o movimento de 30 inaugurando um processo de "revolução-restauração". É óbvio que tentar dizer qualquer coisa sobre o significado da "Revolução de 30" para a constituição da ordem burguesa no Brasil é empreitada por demais árdua, frente a qual não temos nenhuma pretensão de ir além de um quadro de referência. Em torno disso há enorme controvérsia a respeito do caráter mais ou menos revolucionário do movimento, de sua relação com a industrialização e, principalmente, acerca de quem foram os sujeitos históricos que o realizaram¹⁹. Seja como for, a despeito de algumas interpretações considerarem o movimento de 30 e sua qualificação como "revolução" meros expedientes ideológicos de destruição da memória dos "vencidos"²⁰, há algum consenso sobre o caráter de ruptura presente nele e não são poucos os autores que colocam-no como "marco histórico" no processo de constituição tanto do Estado brasileiro, enquanto estado nacional²¹, como da própria cultura, principalmente por ter gerado um movimento de

19. Ver principalmente - *A revolução de 30* (seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, R.J., set. 1980/Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1983.

20. DE DECCA, E., *O silêncio dos vencidos*, São Paulo, Brasiliense, 1981.

21. DRAIBE, S.M., *op. cit.*

"unificação cultural, projetando na escala da nação fatos que antes ocorriam no âmbito das regiões"²².

Mais do que qualquer pretensão de entrar nesse debate, importa-nos chamar atenção para a dimensão dupla de ruptura e continuidade, de revolução e restauração, inscrita no movimento de 30. Ou seja, um processo de revolução-passiva diferentemente de uma revolução popular contém dois momentos antagônicos e simultâneos: o da "restauração" (já que é uma reação à possibilidade de uma efetiva e radical transformação "de baixo para cima") e o da "renovação" (na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes)²³. O aspecto restaurador não chega a anular o fato de que ocorrem alterações efetivas, "modificações moleculares que na realidade mudam progressivamente a composição precedente das forças e por isso se transformam em matrizes de novas modificações"²⁴. Portanto, se é verdade que nesse processo se revela "a ausência de uma iniciativa popular unitária" no desenvolvimento da história que ocorre "como reação das classes dominantes à subversão esporádica, elementar, inorgânica das massas populares"²⁵, é impossível deixar de reconhecer o sentido de renovação implícito nele. Afinal, as "pressões de baixo" que durante os anos 20 pelejavam por direitos civis e sociais, exigiam maior participação política e moralidade no trato da coisa

22.CANDIDO, A., "A Revolução de 30 e a Cultura", in *Novos Estudos CEBRAP* n° 4, vol. 2, abril de 1984, pg. 27.

23.Carlos Nelson Coutinho desenvolve interessantes indicações acerca da possibilidade da utilização dessas categorias de Gramsci para compreensão do processo político brasileiro dos anos 30. Ver do autor "As categorias de Gramsci e a realidade brasileira", in *Presença*, n°. 8, Rio de Janeiro, Editora Caêtes, Agosto 1986, pg. 141-162 e "Cultura e Democracia no Brasil" in *A Democracia como valor universal*, São Paulo, Lech, 1979.

24.GRAMSCI, A., *Il Risorgimento*, Buenos Aires, Granica, 1974, pg. 142.

25.GRAMSCI, A., *El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce*, Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1971, pg. 206/207.

pública, envolviam difusamente a parcela urbana e letrada (ilustrada) da sociedade, confundindo-se com a expectativa de uma cultura moderna; essas pressões, mesmo sem conseguir ganhar organicidade (por seu "subversismo" voluntarista, messiânico, elementar), "arranhavam" a modorra da sociedade oligárquica, quase a instalar a urgência do novo, da mudança, do moderno.

A permanência do impulso renovador que vem da sociedade, bem como a vontade política de levá-lo adiante, podem ser medidas pela efervescência que marca a primeira metade dos anos 30. Em vários episódios se recoloca o ideal democrático de uma República Nova presente nos movimentos dos anos 20, contra o caráter elitista que o processo ia adquirindo, mas também nessas ocasiões prevalece uma espécie de "subversismo elementar", cuja manifestação mais evidente foi o putsch de 1935, "uma desastrosa iniciativa comum dos comunistas e tenentes de esquerda"²⁶. A derrota do democratismo radical, nessas tentativas de se confrontar com o caráter excludente do novo sistema de ordem que se constituía, se dá simultaneamente à incorporação de algumas de suas principais reivindicações.

No mesmo movimento em que se constroem as estruturas coercitivas e centralizadoras do poder, realizam-se "modificações moleculares" que incorporam, reconhecendo como legítimas, determinadas demandas da sociedade civil, inclusive das camadas subalternas. Donde se compreende que muitas preocupações e problemas colocados pelas correntes oposicionistas nesses embates serão incorporados não apenas nas agendas do Estado, mas inclusive

26. COUTINHO, C.N., *op. cit.*, pg. 147.

em sua própria estrutura. Esse fenômeno -- próprio de situações em que o **transformismo** dá o sentido do desenvolvimento histórico -- fica claramente explicitado durante o Estado Novo (com a criação do DASP --em 1938-- visando a racionalização administrativa; do DIP -- no final de 1939-- visando organizar a produção cultural e imprimindo-lhe um sentido moderno e nacionalista; e da legislação trabalhista, entre outras iniciativas), porém, nas medidas tomadas imediatamente depois dos eventos de 30, já se revela o caráter centralizador do projeto de construção do Estado, que, em nome da unificação da nação, procura trazer para si, para sua alçada, a exigência de renovação e os temas que eram colocados a partir da dinâmica da sociedade civil (direito do trabalho, ensino público, legislação social, modernização e racionalização administrativa, cultura nacional, etc.).

De tal forma isso ocorre que é possível qualificar o período que se abre em 30 como inaugurando uma nova fase, tanto no que se refere à dinâmica do capitalismo brasileiro quanto à centralização das funções de gestão, regulação e administração do Estado²⁷. Esse sentido de transformação e renovação do próprio aparelho estatal revelava o quanto as relações entre Estado e sociedade passariam a se dar de forma distinta daquela vigente na economia do café. Durante a Primeira República havia uma efetiva apropriação do aparelho estatal pelas oligarquias dominantes, que, enquanto oligarquias "pré-nacionais"²⁸, competiam pela ocupação e controle dos postos nacionais e centrais do poder visando a

27. DRAIBE, S.M., *op. cit.*

28. TAVARES, J.A.G., *A Estrutura do Autoritarismo Brasileiro*, Porto Alegre, Ed. Mercado Aberto, 1982. (espec. cap. III).

otimização de suas posições regionais. No pós 30 ocorre uma verdadeira inversão, marcada por um paulatino processo de centralização e de unificação dos mecanismos estatais, até se chegar a um novo "padrão estrutural de formulação de políticas" (claramente estabelecido durante o Estado Novo) e a uma "perspectiva própria, específica e autonomizada frente aos interesses na forma originária e bruta em que eram perseguidos pelas classes econômicas"²⁹.

Este processo, que Giusti Tavares caracteriza como "bismarckiano", é próprio de situações de revolução-passiva nas quais o Estado acaba por ser o "dirigente" dos grupos que deveriam ser dirigentes. Dito em outros termos, "o Estado substitui aos grupos sociais locais na direção da luta renovadora"³⁰, substitui as classes sociais em sua função de protagonistas do processo de transformação e no papel de 'dirigir' politicamente as próprias classes economicamente dominantes"³¹. Demiurgicamente, passa a ocorrer um processo no qual o Estado, sem servir diretamente a este ou aquele setor da classe dominante, faz o papel de "capitalista" mais avançado³². Ou seja, este é um caso típico em que a primazia para a indústria e para a industrialização se faz a partir de um impulso estatal.

Da temática educacional ao debate sobre direito do trabalho, o que se percebe claramente é a vitória de um pensamento que, estatista e permeado de referências modernistas, oferecia aos

29.TAVARES,J.A.B., *op. cit.*, pg. 124.

30.GRAMSCI,A.,*Il Risorgimento*, ed.cit., pg. 140.

31.COUTINHO,C.N., *op. cit.*, pg. 150.

32.Paulo Arantes discute esse tema, com indicações muito instigantes, a partir da situação alemã do século XIX em "O Partido da Inteligência", *Almanaque* nº 9, São Paulo, Brasiliense, 1979.

intelectuais uma concepção de mundo e um caminho para realizá-la. Embebida de um modernismo genérico, boa parte da intelectualidade aceita o caminho estatista³³ que se quer original e nacional, na sua pretensão de atualizar a inteligência, inclusive imprimindo sentido à sua atividade. Além de pretender colocar o Brasil em sintonia e no mesmo plano das nações mais desenvolvidas, visando dar uma nova dignidade ao pensamento brasileiro.

E assim que, num contexto de revolução passiva, constitui-se um universo paradoxal que dá forma a uma cultura política estatista, anti-mercado e sob uma série de aspectos anti-capitalista. Em nome da ordem e da tradição, do projeto e da cultura nacional, se afirmou um caminho para a acumulação capitalista, mas isso não significou nem o fortalecimento imediato do universo mercantil, nem o reconhecimento positivo do interesse e do empreendimento individuais, à margem e até contra o Estado, que continuam ainda muito precários. Fragilidade do mercado, desenvolvimento capitalista concebido como obra pública, dificuldade de o individualismo se afirmar como valor legítimo, condições nas quais as ideologias integrativas, ao menos entre intelectuais, vão ter enorme ressonância e a "ida ao povo" será a forma mais frequente e recorrente nas tentativas da intelectualidade resolver a questão de sua identidade social.

33. LAMOUNIER, B., "Formação de um Pensamento Autoritário na Primeira República", in *O Brasil Republicano*, Tomo III, vol. 1, (História geral da Civilização Brasileira, 9), São Paulo, Difel, 1977.

3. Transição e Transformismo

Embora os contornos dessa cultura política estejam plenamente constituídos apenas no fim dos anos 50, seus fundamentos começam a se definir nos embates travados no referido **processo de transição**. Nesse processo, bastante tumultuado, muita coisa se transformou e sob o impacto dessas mudanças as identidades sociais, inclusive a dos intelectuais, viram-se constrangidas à redefinição. Se isto é verdadeiro para inúmeras sociedades³⁴, quase que a impor o sentido de incerteza quanto ao futuro com o traço mais marcante do período, no caso do Brasil, por força do transformismo que caracterizou a transição, aqui vivida como passagem relativamente negociada de um regime político a outro, as identidades -- políticas, culturais, profissionais, etc. -- se confundiram no limite do paradoxo.

Se temos em conta que desde 30, sob os imperativos da "revolução passiva", a sociedade brasileira vinha vivenciando um processo de caráter "transformista", fica mais fácil de se entender essas dificuldades³⁵. Carlos Nelson Coutinho, que tem

34. Ver sobre isso para a Europa BOBBIO, N., *Política e Cultura*, Torino, Giulio Einaudi Editore, 2a. Ed., 1977 e para os E.U.A. MILLS, W., *A nova classe média*, Rio de Janeiro, Zahar, 1969.

35. GRAMSCI, A., *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976²; e *El Risorgimento*, Buenos Aires, Granica editor S.A., 1974. Esse fenômeno, que Gramsci refletindo sobre o prosaísmo da vida cultural e política italiana chamou de "transformismo", é próprio daquelas situações em que se desenvolvem processos de "revoluções-passivas" ou "revoluções-restaurações", e pode ser sinteticamente identificado com a assimilação pelo bloco de poder das frações rivais das próprias classes dominantes e, em muitos casos, até de setores das classes subalternas. Típico de circunstâncias históricas nas quais um regime chega ao fim sem a ocorrência de uma revolução popular, o "transformismo", principalmente em seu sentido molecular, sempre foi no Brasil a maneira por excelência de se operarem as mudanças, nos quadros de uma não ruptura com o antigo regime. Seja através da absorção pela classe dominante de lideranças políticas de grupos subalternos em troca de favores e concessões limitadas; seja pela gradual incorporação de personalidades políticas originárias de partidos e correntes que faziam oposição à classe política conservadora.

trabalhado sistematicamente sobre o problema, referindo-se aos anos 30, afirma que no Brasil "a ação transformista em face dos intelectuais era indubitavelmente facilitada pela debilidade da sociedade civil, em particular dos organismos culturais "privados", o que tornava bastante difícil a própria subsistência material do intelectual não cooptado pelo Estado"³⁶. Há que se destacar também que durante o Estado Novo, além da tendência à incorporar setores da *intelligentzia*, ocorre a tentativa de assimilação, em posição subalterna, de grupos inteiros ou classes sociais de oposição ao bloco de poder através da "concessão de direitos sociais e de vantagens econômicas reais"³⁷.

A transição política só faz com que se acirre o transformismo. E de uma forma tal que, a partir da declaração de guerra do Brasil ao Eixo, se é verdade que ocorre um realinhamento estratégico-militar do governo brasileiro, que tem consequências político-ideológicas no conjunto da vida cultural, há que se ressaltar, no entanto, que isso se efetiva com a manutenção daqueles que detinham o poder, e que haviam criado e concebido toda sua máquina administrativa, todos os seus aparelhos. A transição se inicia portanto, sob o comando dos artífices do Estado Novo, impondo assim um caminho que exigiria daqueles que pretendiam fazer política muita astúcia e muita iniciativa. Nas palavras de Simon Schwartzman, "era necessário, pois, que as próprias pessoas se transformassem e se adaptassem aos novos tempos"³⁸. Evidentemente, nem todos tiveram habilidade,

36. COUTINHO, C.N., "As categorias de Gramsci e a realidade brasileira" in *Presença* nº. 8, Rio de Janeiro, Ed. Caetés, Agosto 1986, pg. 152.

37. COUTINHO, C., *idem, ibidem*.

38. SCHWARTZMAN, S., *Tempos de Capanema*, Rio de Janeiro, Paz e Terra/ São Paulo, EDUSP, 1984, pg. 255.

qualificação e ousadia para perceber onde estava o sentido da mudança em meio à continuidade, a maioria ficou perdida nas perplexidades, sem conseguir se tornar contemporânea dos "novos tempos".

A densidade de um processo desses, a incerteza e a desesperança, quanto ao futuro e quanto a si próprio, podem ser facilmente percebidas no pungente depoimento de um "jovem intelectual" da "nova geração", feito por volta de 1943. Diz ele: "A transição é um fenômeno angustiante. A vida social perde suas raízes e tateia no escuro, em busca de algo que pode não existir. E a consciência da própria fraqueza, esforçando-se por não acreditar nas incertezas e dúvidas, como se o nosso tempo não existisse, mas simplesmente fosse um pesadelo. Mais do que no mundo exterior, a transição realiza no íntimo de todos nós a profecia do 'não ficará pedra sobre pedra'³⁹."

Tanto a incerteza quanto o negativismo, que numa análise apressada poderiam ser atribuídos às agruras da situação de guerra e à fluidez da conjuntura política, tinham contudo raízes mais profundas, conforme veremos mais adiante. Mas, é impossível não levar em consideração, como elemento decisivo, a ambiguidade que passa a ser característica do governo a partir de janeiro de 1942. Em pouco mais de seis meses, após um namoro explícito com o nazifascismo, rompem-se as relações diplomáticas e se chega à declaração de guerra ao Eixo.

A partir desse momento começa a **transição** política propriamente dita, pois de dentro do próprio núcleo que comanda o

39.ROSSI,Edmundo, *Plataforma da nova geração*, Porto Alegre, Globo, 1945, pg. 58.

Estado percebe-se a necessidade de propor novos caminhos, visando garantir a continuidade do trabalho realizado e a manutenção do comando do processo. Se até então, o dissídio entre governo e oposição se recortara essencialmente em torno de dois campos ideológicos bem definidos --genericamente identificados com fascismo e comunismo em seus extremos-- a participação brasileira na guerra junto com os aliados passava a funcionar como um elemento complexo na definição do campo cultural. De cara colocava a oposição nos marcos de uma contradição: ela, apesar de antagonizada com o Estado Novo e crítica à situação interna de ausência de liberdades, não podia deixar de aplaudir a iniciativa tomada pelo Governo.

A contradição se manifestaria como ambiguidade na medida em que de dentro do governo, percebendo a inevitabilidade de um movimento liberalizante, não são poucas as iniciativas no sentido de realizar um *aggiornamento*, visando não perder o controle sobre as mudanças que cada vez seriam mais exigidas. O resultado desse movimento pode ser percebido não só pela manutenção das pessoas que detinham o poder em postos de destaque, como também pelo fato de que, nestas novas condições, alguns setores se saíram tão bem em suas ações, que se fortaleceram e conquistaram posições chaves, na política e na cultura, para atuar em conjunturas futuras. Isso sem dúvida ocorreu na área cultural e educacional, comandada por Gustavo Capanema, e onde visivelmente se deu um movimento no sentido de se transformar e adaptar aos novos tempos, com uma

nítida estratégia de funcionar como uma ponte com a intelectualidade e com o mundo da cultura⁴⁰.

Dessa transição, como aliás de todas as outras, cabe dizer que o desfecho não estava predeterminado, sendo portanto resultado do engenho e da obra daqueles que nela atuaram --seja no plano ideológico mais geral, seja a nível dos embates que se travaram na constituinte no plano político e nos Congressos de Escritores, no plano cultural. Nos termos de Werneck Vianna, enquanto "processo, a transição é sobretudo uma praxis, em que sujeitos coletivos, mais ou menos conscientes sobre a natureza e o sentido das circunstâncias, procuram alcançar seus fins no terreno da ação política. Previamente, não é dado a qualquer ator determinar o desfecho da transição"⁴¹. A sabedoria, portanto, estaria em identificar as "situações de transição", de forma a descobrir as dimensões e variáveis nas quais se torna necessário atuar para se imprimir uma direção às transformações em curso. O que, convenhamos, requer uma obra intelectual de fôlego, já que nesses processos o que está em jogo, do ponto de vista do ator, é sua capacidade de imprimir uma marca nas novas instituições (ou na nova institucionalidade) de forma a redefinir sua própria inserção na sociedade, "de um modo tal que as forças sociais e políticas emergentes com a transição encontrem canais legítimos de participação e de regulação de seus conflitos"⁴². Mas para que isso pudesse acontecer os atores precisariam ter alguma clareza sobre quais eram seus interesses e quem de fato eram.

40. SCHWARTZMAN, S., *idem*, *ibidem*.

41. WERNECK VIANNA, L., "O problema da cidadania na hora da transição democrática", in *Travessia, da Abertura à Constituinte*, Rio de Janeiro, Taurus Editora, 1986, pg. 31.

42. *idem*, *ibidem*, pg. 25.

Como já é consagrado na bibliografia⁴³, a contradição fascismo X democracia sobredeterminou toda a conjuntura, consistindo mesmo no aspecto essencial para se compreender o período. Do ponto de vista da constituição de identidades -- políticas, ideológicas, sociais--, não há dúvida quanto ao fato de essa contradição ter estabelecido limites bastante sérios à definição de novos atores⁴⁴. Pois, quaisquer que fossem as outras contradições da sociedade brasileira, naquele momento, para que um ator tivesse eficácia no plano da conjuntura, a contradição fascismo X democracia seria o elemento decisivo na definição tanto de sua análise quanto de sua ação. Nas palavras de Luiz Werneck Vianna, era forçoso reconhecer que "Vargas, em que pese sua hesitação e possíveis inclinações anteriores, participava do esforço de guerra, organizando e enviando ao campo de batalha uma força expedicionária. Além disso, procurava dirigir o processo de liberalização, desfazendo-se do regime estadonovista... Nesse sentido, tomando-se a contradição democracia versus fascismo como determinante da natureza da conjuntura, impõe-se reconhecer que o apoio ao chefe do governo identificava-se com a luta antifascista. Tal fato restava ainda mais realçado, na medida em que a participação brasileira na guerra revertia em favor das forças

43. Weffort, F.C., "Democracia e Movimento Operário : Algumas Questões para a História do Período 1945/1964." publicado em três partes . A primeira e a segunda partes do artigo foram publicadas na *Revista de Cultura Contemporânea* nº 1, de julho de 1976, e nº2, de janeiro de 1977, São Paulo, CEDEC, e a terceira e última na *Revista de Cultura e Política* nº 1, de agosto de 1979, da mesma instituição. Ver também sobre a discussão o texto de Carlos Estevan Martins e Maria Hermínia Tavares de Almeida "Modus em Rebus: partidos e classes na queda do Estado Novo", mimeo, CEBRAP, 1974. E, por fim, de Luiz Werneck Vianna, *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

44. Werneck Vianna, L. -- "Ator, Tempo e Processos de Longa Duração em Análises de Conjuntura", in "Metodologia e Problemas de Análise de Conjuntura", *Cadernos de Conjuntura do IUPERJ* nº 36, janeiro de 1991.

democráticas, liberando-as paulatina, mas seguramente, das instituições do regime de 37"⁴⁵.

4. Oposição / oposições

A despeito disso, ao longo desses anos de transição vão se definindo contornos de posições bastante críticas em relação ao regime do Estado Novo. Sucintamente podemos caracterizar uma oposição mais marcadamente liberal em suas formulações políticas e culturais e que joga sua ênfase crítica no regime do Estado Novo e na figura de Getúlio Vargas. E uma outra oposição mais à esquerda, marcada pelos embates ideológicos internacionais e que põe sua ênfase no combate ao nazifascismo e no apoio a tudo que somasse forças para derrotá-lo militarmente. Há que se matizar contudo esses contornos, já que entre a própria esquerda, permeada pela cultura política da Internacional Comunista, mesmo quando não vinculada ao Partido Comunista, não há unanimidade quanto ao posicionamento acerca do caráter do regime. E se é verdadeiro que, entre os intelectuais, a demarcação dos campos vai se tornando cada vez mais clara em relação ao que se considera fascista,

45. Werneck Vianna, L., *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, ed. cit., pp 248

direitista ou simplesmente omissos⁴⁶, sobre outros aspectos se embaralha, dificultando bastante a delimitação das fronteiras entre os oposicionistas⁴⁷. A dificuldade, de se estabelecerem contornos mais definidos e nítidos entre as matrizes básicas de oposição ao Estado Novo, nos dizeres de Berenice Cavalcanti, se dava "não apenas por que nos marcos de uma sociedade cerceadora das formas de organização, tais forças padeciam de precariedade para uma intervenção mais efetiva", mas "também pelas dificuldades de se definirem com relação à análise que faziam da natureza do regime que as dominava"⁴⁸.

Seja como for, de 1942 a 1945, visões apocalípticas se atenuaram e se reacendeu com força a perspectiva de uma república nova e de uma nova era para o mundo⁴⁹. De tal forma que, do pessimismo mais negro passa-se a vislumbrar um período de enormes possibilidades de desenvolvimento e de progresso, algo como um "novo Renascimento", para o Ocidente e para o Brasil⁵⁰. Entretanto,

46. Um bom exemplo do clima de polarização e engajamento pode ser encontrado no artigo de Guilherme Figueiredo, à época um jovem crítico discípulo de Mário de Andrade, "Nossa senhora da Glória", publicado no Suplemento Literário do Diário de Notícias de 11/06/44. Nesse artigo, G. Figueiredo polemiza com Alvaro Lins a respeito de Otto Maria Carpeaux, tratando-o até com certa rudeza e veemência para explicitar a posição que defende. Sintetizando ele próprio sua argumentação, coloca a polêmica em termos bastante inquisitoriais: "Até aqui ninguém acusou de fascista o Sr. Alvaro Lins; quanto a mim, penso que tampouco acusei de fascista o Sr. Carpeaux. Acuso-o de não ser antifascista." (publicado em *Cobras & Lagartos: rodapés de crítica literária, 1943 a 1945*, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1984, pg. 222).

47. Paulo Emilio Sales Gomes em depoimento sobre o período tece interessantes considerações sobre isso, diz ele: (os liberais) "achavam sinceramente ... que eram também 'esquerda'. Acontece que a nossa esquerda também aparecia com ares muito liberais, não se definia, naquela época, como um movimento de ideologia muito definida. Isso tudo resultava numa ambiguidade muito grande: os liberais se consideravam esquerdistas e os esquerdistas se consideravam liberais ... Mas tudo enquanto o debate se dava em torno de coisas práticas e não de posições ideológicas mais consistentes". In: "Paulo Emilio: O Intelectual e a Política", entrevista a Maria Victória Benevides. *Revista de Cultura Contemporânea*, ano 1, nº 2, janeiro de 1979, São Paulo, CEDEC/ Paz e Terra.

48. Cavalcanti, B., *Certezas e Ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Universidade Federal Fluminense/EDUFF/PROED, 1986, pg. 79.

49. NOGUEIRA, M.A., "A herança dos anos 30", In *Perspectiva* nº 11, 1989.

50. Vários dos depoimentos do período, publicados na *Plataforma da nova geração* e no *Testamento de uma geração*, são marcados por essa oscilação. A caracterização do período como um "novo Renascimento", retiramos de uma conversa com Nilo Odália.

a partir do segundo semestre de 1946, começaria a ser frustrada a expectativa, de que a conjuntura cumpriria uma trajetória ascendente. De modo que se acirram não apenas as divergências propriamente políticas, mas também aquelas que dizem respeito à definição de qual identidade intelectual era mais condizente com a época que se abria.

Divididos entre a ênfase na participação política e a preocupação com a questão profissional, os membros da *intelligentsia* não conseguem forjar uma compreensão positiva das relações entre cultura e política. Da unidade conquistada nas lutas comuns pelas liberdades, no período 1942 a 1945, que os a levava à experiência associativa, os intelectuais se vêm envolvidos num crescente clima de conflito, subordinados a uma dinâmica tão sectária que política e cultura são vivenciadas como dimensões impossíveis de serem sintetizadas, já que irremediavelmente cindidas. Esse processo se explicita claramente em 1949, quando na eleição para uma nova diretoria da ABDE-RJ, os intelectuais, polarizados entre Udenistas e Comunistas, vivenciam um embate com consequências catastróficas: a ruptura é tão radical que chega à agressão física.

A partir de 1946, essa suposta incompatibilidade provocou grandes estragos entre os intelectuais. Entretanto, não houve nenhuma discussão que a tematizasse de modo mais elaborado. Sob certo ponto de vista, compreende-se que assim seja, já que os críticos do regime encontraram sempre muitas dificuldades para desenvolverem quaisquer atividades intelectuais, excluídos dos

organismos oficiais de cultura e/ou cerceados pela ação do DIP⁵¹, com sua função de censor da produção cultural e da imprensa em geral. Mas há que considerar também que a censura imposta à atividade cultural no sentido de dirigi-la e também de controlar o debate político, assim como a repressão, paradoxalmente, acabaram ampliando o mercado editorial e a própria acuidade intelectual e literária⁵². Não foram poucos os organismos de imprensa, principalmente com o desenvolvimento da conjuntura de guerra e polarização, que buscaram alternativas e deram ênfase à abertura de novos espaços, principalmente através das seções literárias⁵³. Esses espaços vão funcionar como centros de reunião da intelectualidade excluída dos esquemas de consagração tradicionais -- nas palavras de Paulo Emílio Sales Gomes, a intelectualidade em disponibilidade⁵⁴ --, e neles se formam grupos para trocar idéias,

51. Sobre o DIP, ver S.Schwartzman, H.M.Bousquet Bomeny e V.M.Ribeiro, *Tempos de Capanema*, Rio de Janeiro, Paz e Terra/ São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

52. Na síntese brilhante de um jovem discípulo de Mário de Andrade: os escritores "...adestram-se em malícias invisíveis para o olho miope do censor e ubérrimas para o olho esperto do leitor. O 'Estado Novo' nos fez sutis". Figueiredo, G., *Cobras e Lagartos: rodapés de crítica literária, 1943-1945*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984, pp. 10-11.

53. SODRE, Nelson Werneck, *Memórias de Um Escritor*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970, pp. 111-112.

54. Depoimento de Paulo Emílio Sales Gomes, In NEME, M., *Plataforma da Nova Geração*, Porto Alegre, Ed. Livraria Globo, 1945.

debater e, não raro, fundar revistas especializadas⁵⁵. Circulam por tais revistas Alvaro Moreira, Aníbal Machado, Astrojildo Pereira, Carlos Lacerda, Carlos Drummond de Andrade, Hermes Lima, Joel Silveira, Joaquim Pimenta, Jorge Amado, Mário de Andrade, Moacir Werneck de Castro, Murilo Mendes, Murilo Miranda, Nelson Werneck Sodré, Osório Borba, Oswald de Andrade, Rubem Braga, etc.⁵⁶

As circunstâncias portanto faziam com que se impusesse aos homens de letras, aos intelectuais, seja pelo ângulo estritamente profissional, seja pelo político, uma situação de mal estar e uma sensação de forte crise que, além de aproximá-los da perspectiva de participação política, levava-os a se pensarem como um estrato separado que busca se unificar e se identificar. De certo modo, é possível dizer que o espírito do tempo os atormentava, com a exacerbação de seus dilemas éticos e com a imposição de um novo padrão de produção intelectual, simultaneamente que os enchia de ilusões acerca de seu próprio papel e do sentido de missão atribuído a suas atividades.

55. Inspirada por esse texto de Paulo Emilio, Zulmira Ribeiro Tavares destaca que nele Paulo Emilio faria a primeira revisão, dez anos após 35, na sua e na vida brasileira. O termo "disponibilidade", juntamente com o de "gratuidade", seria empregado para situar sua geração, desvinculada da disciplina própria às organizações políticas. Situação que lhes teria permitido se manter independentes frente a hegemonia do PC. De modo que mesmo, sendo de esquerda, sua geração teria conhecido "a gratuidade e a disponibilidade com as facilidades que lhes permitiam as suas condições de classe". Nesse sentido, Zulmira R.T. vê na idéia da disponibilidade, "o lugar em que se irão instalar as contradições fecundas: da sua geração, do seu meio, do seu feitio psicológico". Idéia que se desdobraria mais tarde no conceito de anarquismo, não no sentido político estrito, mas num lato, que permaneceria, mesmo fracassando como prática política: o de denunciar, ainda assim, sua aptidão para a liberdade. IN "Paulo Emilio: Cinema e Brasil -- um ensaio interrompido", prefácio ao livro de Paulo Emilio Sales Gomes, *Cinema: Trajetória no Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, Paz e Terra/ Embrafilme, 1980, pp. 21-22.

Luiz Werneck Vianna também se utiliza da categoria de disponibilidade para qualificar o processo de modernização conservadora que teria dispensado a incorporação efetiva da intelectualidade por ter infantilizado a sociedade civil, colocando-a sob a tutela estatal. Posta em disponibilidade, ficaria suscetível às ideologias integrativas até pelo menos meados dos anos 60. "Problemas de Política e Organização dos Intelectuais", *Presença -- Revista de Política e Cultura* nº1, out. 1983, São Paulo, Ed. Caetés.

56. ANTELLO, R., *Literatura em revista*, São Paulo, Atica, 1984.

Compreende-se que os temas da "traição dos intelectuais" (J.Benda) e da "irresponsabilidade dos intelectuais" (A.MacLeish) estejam presentes de modo tão marcante, não apenas entre aqueles que já eram reconhecidos enquanto intelectuais, mas principalmente entre a "novíssima geração", entre aqueles que, ainda não consagrados, tinham por volta de 30 anos e assistiam o colapso dos mecanismos de consagração e dos referenciais das gerações anteriores. De várias maneiras se procurou dar respostas a esse problema.

Sob o solo comum da demanda de unificação cultural e da prevalência do imperativo ético, no essencial, a questão do intelectual se colocou de três modos: 1) pelo resgate do tema da geração; 2) pela perspectiva de militância política; e 3) pela exacerbação da preocupação profissional. Essas três dimensões acabaram por ser sintetizadas na perspectiva e na ação associativa, o que não chega a ser motivo de espanto face à imposição do ângulo corporativo no tratamento de todos os problemas da época. Todavia, tal síntese constituiu os termos de um dilema bastante singular, já que a *intelligentsia*, em crise de identidade, se viu diante de dois imperativos contraditórios: o corporativo-profissional, que a remetia para uma lógica privatista, e o político, que radicalizando a idéia de que ao intelectual cabe realizar uma missão, estimulava uma identidade com forte vocação pública.

Portanto, nos impasses vividos pela sociedade durante o processo de transição, na maneira de formular os problemas e definir as prioridades, nas soluções encontradas, colocaram-se muitos dos condicionantes, dos limites, a partir dos quais se

desenvolveram nos anos seguintes, a produção e a crítica cultural majoritárias. Limites e condicionantes que nos levaram ao privilegiamento do processo de transição ao longo do desenvolvimento de nossa pesquisa. Principalmente se temos em conta que a crise de identidade social da intelectualidade que parecia ter se resolvido no discurso do Estado Novo -- quando se procura dar sentido à atividade intelectual vinculando-a ao projeto modernizador --, vai ressurgir com toda força durante a transição. A problematização da condição do intelectual, o clima de fim de um período, ficam bem claros na leitura de documentos, como a *Plataforma da Nova Geração* e o *Testamento de uma geração*, que são bem significativos dos dilemas da intelectualidade no processo de transição. E como se ao longo desses anos tivesse ganhado corpo e se efetivado uma espécie de transição na própria conceituação do que era um homem de idéias. Entre os intelectuais brasileiros -- seguindo o espírito da época -- vai se generalizando um sentimento cada vez maior de urgência quanto ao tempo vivido; como se as armadilhas da história estivessem colocando a eles a "tarefa", a "obrigação", a "missão" de encontrarem as soluções para os problemas. A urgência quanto ao tempo, a necessidade de se manter fiel aos anseios modernistas e a busca de sentido para a atividade intelectual levam a uma espécie de politização seletiva da herança modernista e podem ser percebidos no depoimento de Antonio Candido à já citada *Plataforma*, quando em meio da transição localiza no **medo** o problema maior que impõe a todos a busca de uma regra de conduta a qualquer preço. Diz ele: "Do medo que nos toma a todos de estarmos sendo inferiores à nossa tarefa;

ou de não conseguirmos fazer algo de definitivamente útil para o
nosso tempo, como, de um modo ou de outro, fizeram os rapazes de
Vinte e Dois...", para concluir com radicalidade sugerindo que "o
combate a todas as formas de Reação..., nos ajudaria muito a ficar
livres dele. E a podermos dormir em paz"⁵⁷.

57.CANDIDO, A., *Plataforma da Nova Geração*, ed.cit., pg. 40.

CAPITULO I -- INTELLECTUAIS, MODERNIZAÇÃO,
ANTICAPITALISMO.

"A mocidade sente que lhe cabe uma missão importante, mas não atina com a maneira porque deva tal missão concretizar-se." Sérgio Milliet, 1936.

A crise de "identidade social" da intelectualidade, que, no Brasil, vinha se aprofundando desde os anos 20, acirra-se entre 30 e 35, ameniza-se durante o Estado Novo, para explodir no processo de transição política, levando o conjunto da *intelligentsia* a problematizar sua condição com enorme radicalidade. E como se nesse processo ganhasse corpo, se potencializasse, uma espécie de "transição" na própria conceituação do que era um homem de idéias. Problema que Mário de Andrade focaliza, já em 1932, como sendo o da transformação do **artista no intelectual**. Dizia ele à época: "O fenômeno realmente importante e decisivo de nosso realismo foi a fixação consciente do conceito de **intelectual**... Nós hoje nos debatemos sofredamente ante os problemas do homem e da sociedade, com uma consciência, com um desejo de solucionar, de conquistar finalidade, com um desespero pela posição de fora-da-lei inerente ao intelectual de verdade, que jamais os artistas do passado brasileiro não tiveram. Basta conceber, por tudo que nos deixaram de obras, de confissões,

de vida, como eram fáceis de adaptabilidade, inconscientes de seus problemas individuais e humanos, um poeta social pragmatizado como Castro Alves, ou um *au-dessus de la mêlée* tão irredutível como Machado de Assis, pra verificar que o problema do intelectual só veio a perturbar a criação do artista brasileiro na época atual. Hoje estamos preocupados em voltar às nascentes de nós mesmos e da arte. Surgem os traidores dissolutos, convictamente injustos, socializados, revertendo tudo à sua fé católica ou à sua fé comunista (...) os que fazem a prosa dos ensaios e aspiram conservar a insolubilidade do intelectual e permanecer *au dessus de la mêlée*, esses irritantemente confrangem às **suas verdades** a uma descrição invertebrada, que nem sempre consegue ocultar o que pensam e aspiram. Serão talvez os que sofrem mais, por isso mesmo que mais irresolutos em sofrer. E na certa que se enxergam enormemente confundidos com o atualmente impossível diletantismo. Enfim todos nós estamos conscientes da nossa amarga posição de intelectuais e movidos pelos fantasmas que nascem desse medo. Uma situação maldita"¹.

Mário de Andrade, sempre anunciador, estabelecia em que termos o debate sobre intelectuais, tão presente nesse momento no plano internacional, assumia uma cor local e tornava-se um fenômeno "nosso". Inconformado entre a inconsequência do diletantismo e o risco de trair a condição de intelectual, Mário via os homens de cultura prisioneiros de um falso dilema. Com um forte tom bendaniano (na digressão sobre a traição dos que haviam aderido a qualquer fé, a qualquer doutrina) chamava a atenção para

1. ANDRADE, M., *Aspectos da Literatura Brasileira*. São Paulo, Martins, 1976; pgs. 49/52.

a insuficiência das opções que estavam na ordem do dia², constringendo os homens de cultura a vivenciarem uma amarga posição, colocando-os frente uma "situação maldita". Situação que ao longo dos anos 30 só se fez aprofundar, mobilizando as atenções da *intelligentsia*, colocando-a reiteradamente diante da perspectiva de definir sua identidade social atribuindo-se um certo caráter "missionário"³ e não mercantil, ao mesmo tempo em que a opção pela modernização, ainda que realizada em nome do interesse público, criava, mesmo que precariamente, as condições para a emergência do individualismo, para a mercantilização da vida e do espírito e para a vigência das regras e da racionalidade do mercado. O paradoxal neste processo, como voltaremos a discutir, é que a perspectiva de modernização comandada pelo Estado e vivenciada por muitos intelectuais como uma missão de criação da nação e da organização da cultura, aparentemente não continha esses problemas, já que era realizada em nome da ordem, da tradição e do resgate dos pilares da nacionalidade⁴.

2. As opções no caso eram trair, aderindo sectariamente a uma "fé" doutrinária, ou ficar "au dessus de la mêlée", longe dos conflitos e dilemas de seu tempo. (O panfleto de Romain Rolland, *Au-dessus de la mêlée*, literalmente "Acima da Plebe", escrito contra a 1ª. Grande Guerra, marcou sua adesão às causas pacifistas e comunistas, tendo sido denunciado por isso como pró-alemão e subversivo).

3. MARTINS, L., "A gênese de uma *intelligentsia*", in op. cit.

4. Cf. LIPPI, L. et alli, *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

1. "ATRASO HISTÓRICO". CRISE DE IDENTIDADE SOCIAL E AÇÃO POLÍTICA

Aparecendo como resultado da crise da economia do café, a exigência de modernização que movimentou as energias da sociedade ao longo dos anos 20 não tinha um sentido muito definido. Afinal, se é verdadeiro que a intelectualidade passa a pensar o país, procurando-o, propondo reformas e a construção de uma nação moderna, há que se fazer a ressalva de que tudo isso ocorre de maneira muito ambígua. No fundo, a pressão por racionalidade técnica era no Brasil ainda muito incipiente, já que a ciência continuava a não condicionar de fato -- e nem mesmo como ideologia -- nosso real⁵. Ronaldo de Brito, em belo texto sobre as vicissitudes do Modernismo, diz sobre o tema: "nossa arte (e poderíamos dizer nosso pensamento -- M.L.) introjetava subjetivamente, mais do que vivia objetivamente, a questão da técnica e da ciência. Ela não resultava do choque direto com a estrutura lógica do real e sim de um anseio esperançoso, um pouco angustiado, diante do mundo moderno (...) Porque, à rigor, gostaríamos, queríamos ser modernos. Aí aparece a verdade deslocada -- o simples querer prova que não éramos"⁶.

E compreensível que a pretensão de ser moderno se desloque paulatinamente para o tema nacional, pois desde as

5. Ver sobre essa discussão SCHWARZ, R.. "As idéias fora do lugar" in *Do Vencedor as Batatas*. São Paulo, Duas Cidades, 1977.

6. BRITO, R.. "A Semana de 22, o trauma do moderno" in *Sete Ensaios sobre o Modernismo*. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1983 (Cadernos de Textos, 3); pg. 15.

atividades preparatórias para a comemoração do 100 anos da Independência, ao medir pelo metro hegemônico nossa situação frente à Europa, o "atraso" ia se tornando cada vez mais flagrante⁷. Não à toa, dar resposta a tal problema passa a ser a preocupação de inúmeras estratégias referenciadas -- positiva ou negativamente -- no Modernismo que nesse processo vêm à tona. Mesmo se tomarmos como exemplo a mais *sui generis* dessas estratégias (a Antropofagia de Oswald de Andrade) é impossível deixar de reparar nisso, já que no centro de suas preocupações e de sua poética estão exatamente as dissonâncias entre padrões burgueses e realidades derivadas do patriarcado rural. Roberto Schwarz dirá que o *sui generis* está em que "o desajuste não é encarado como vexame, e sim com otimismo -- aí a novidade -- como indício de inocência nacional e da possibilidade de um rumo histórico alternativo, quer dizer, não burguês⁸.

No entanto, se é verdade que uma "sociedade civil" em germe se movimenta, não há contudo nem uma situação de fato nem um projeto que a leve a se articular nacionalmente em torno da perspectiva de um desenvolvimento histórico alternativo. Em comum há uma demanda genérica de unificação cultural, um espírito de renovação e atualização que pretende ir além da dimensão estritamente literária e uma preocupação genérica de superar a distância entre o erudito e o popular. Luciano Martins fazendo diagnóstico da situação da intelectualidade do período diria que ela se caracteriza por uma "ida ao povo" à brasileira, "sem utopia

7. Cf. WISNIK, J.M., *O Coro dos Contrários : a Música na Semana de 22*. São Paulo, Duas Cidades, 1979.

8. SCHWARZ, R., *Que Horas São?*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987; pg. 26.

ou teoria da sociedade, com humor, com malícia"⁹. Entre os intelectuais inspirados no Modernismo haveria uma pretensão de rever o rascismo, de desmascarar a retórica do academicismo, mas sem abandonar a erudição e o sentimento de ser parte da elite tal qual eram cultivados nos salões que se pretendiam aristocráticos. De tal maneira isso ocorreria, que a ambiguidade seria seu *tour de force*.

Depois de 30, os referenciais se politizam e o tema da modernização subsume integralmente o do projeto nacional. Ampliam-se as tentativas de interpretação de conjunto e a intelectualidade ensaia a proposição de mudanças não mais pensadas a partir da raça e do meio. A busca de identidade social passa pela procura de um ponto entre a perspectiva de renovação cultural e as possibilidades de reforma da sociedade, nas palavras de Luciano Martins, "ponto entre a modernidade e a modernização do país"¹⁰. De certa forma, o Modernismo como adesão à mudança em todos os sentidos, não limitada à arte e à literatura, mas filosófica, política, social etc., vai sendo paulatinamente frustrado pelo caráter restaurador do processo inaugurado em 30. Por isso, ao longo desses anos, em grande parte da intelectualidade vão se combinar contraditoriamente uma enorme vontade de agir e um sentimento de impotência e isolamento face ao país que a inquieta, mas que não consegue decifrar. Pelo menos entre 30 e 35 (até a derrota do nosso "jacobinismo radical") o potencial de mudanças é

9. MARTINS, L., op. cit., pg. 69.

10. *Iidem*, *ibidem*.

muito significativo, embora maior ainda seja a dificuldade de qualquer ação efetiva.

Num quadro desses, compreende-se que a questão do "atraso" e da "miséria nacional" se coloque nos registros mais variados. Os imperativos e limites do processo de "revolução-passiva", vivenciados numa situação de polarização ideológica a nível internacional, impõem tanto uma demanda de Estado, quanto o tema do nacional-popular. Paulo Arantes, referindo-se ao problema, tratando de outra circunstância, dirá que tanto da perspectiva de resolver os impasses da transição ao industrialismo pelos imperativos da **revolução passiva**, quanto de realizar um programa nacional popular, o "Estado é preponderante, embora diversamente, ora como agente da modernização tardia, ora como representante da unidade do povo. Num caso como no outro, pode o intelectual satisfazer sua demanda de Estado, que a miséria nacional impõe". Dupla determinação, na qual "palpita a vocação para a responsabilidade que a circunstância infeliz do 'atraso' histórico cedo ou tarde desperta nos intelectuais"¹¹.

Não é por acaso, portanto, que ao longo dos anos 30 o tema que prevalece entre a intelectualidade é o da organização nacional, resultando numa saga modernizadora que tem no "monopólio da razão por parte de uma *intelligentsia* ativa, prometéica, agindo em nome do bem comum"¹², a sua pedra angular. A tendência de subordinar a dinâmica da sociedade e de seus conflitos ao

11. ARANTES, P., "Uma reforma intelectual e moral: Gramsci e as origens do idealismo alemão", *Presença*, Rio de Janeiro, no. 17, nov. 1991.

12. REZENDE CARVALHO, M.A., "Opinião e Modernidade", *Presença*, no. 13, maio de 1989.

princípio abstrato da organização vai ser constante nesses anos. E explica, em larga medida, a frenesi pedagógica que pretende reformar a sociedade pela educação criando técnicos e renovando as elites. Explica também o descaso para com os políticos e para a atividade política propriamente dita. No viés organicista ou "jacobino" (típico da juventude militar), à direita e à esquerda, há enorme dificuldade de se pensar positivamente as instituições e de se aprofundar a discussão sobre o regime de governo. A associação feita entre "atraso", poder oligárquico e liberalismo constitucional, aproximaria paulatinamente o nacionalismo, de matriz organicista e corporativa, das posturas da esquerda que resultam da combinação do jacobinismo da juventude militar com o stalinismo¹³. É por isso que, mesmo divergindo quanto ao caminho, há um caldo de cultura comum entre as várias correntes intelectuais que fará com que durante muito tempo as questões relativas a uma ordem liberal democrática fiquem relegadas a um segundo plano.

Na busca de uma nova identidade, vêm-se os intelectuais confrontados com o poder sem a mediação de uma perspectiva realmente política. O que faz com que aflore a idéia de que lhes cabe um papel diferenciado no processo social. Isto ocorre tanto no sentido organicista que os vê como heróis civilizadores, como artífices da modernização e fundadores da cultura nacional (diríamos que como condutores de uma "revolução passiva"), quanto no sentido jacobinista que os vê como revolucionários em potencial

13. DEL ROIO, M.T., *A Classe Operária na Revolução Burguesa: a política de alianças do PCB, 1928-1935*. Dissertação de Mestrado, Campinas, UNICAMP, 1988.

aspirando o assalto aos céus e a insurreição em circunstâncias nas quais otros entendiam que tratava-se, como em 1935, de defender avanços conquistados por via política (o prestismo, em vários sentidos, é uma versão quase caricata deste tipo de intelectual). Entre a pequena intelectualidade (ou seja aquela parcela que mesmo sendo letrada e com pretensões de escrever tinha um contato muito rudimentar com as teorias desenvolvidas nos centros mais avançados ficando, portando, sob o predomínio de referências muito difusas e quase sempre mediadas pelas intervenções daquela parcela ativa da *intelligentsia* que, prometéica, pretende agir em nome do bem comum, do bem social geral) generaliza-se um estilo de pensamento fortemente doutrinário, pouco dado a qualquer veleidade pluralista e com pretensões de ter explicação para todos os problemas. Isto se dá de tal maneira que o processo político é polarizado, em várias circunstâncias, de forma artificial, entre dois grandes blocos -- direita e esquerda --, ambos marcados por incorporação excessivamente sectária das inúmeras teorias desenvolvidas no Ocidente, imediatamente instrumentalizadas para servir aos vários projetos de modernização e/ou de construção da nação que os intelectuais crêm ter a missão de comandar.

2. POLARIZAÇÃO IDEOLÓGICA E RADICALIZAÇÃO DO SENTIDO ÉTICO

A idéia de que a Constituição de 1934 ficara bem aquém do esforço de reavaliação da realidade que emergira das crises de 1930 e 1932, contribuiu para generalizar a polarização. O espírito que vai prevalecendo é o de que não se trata de conciliar ou reconciliar, mas de escolher ou rejeitar. Já no número 1 de *Lanterna Verde*, de maio de 1930, Jorge Amado fazia dramática afirmação: "a situação é de tal modo trágica que aquele que não está de um lado está necessariamente do outro"¹⁴. O clima de polarização e intolerância se reflete na Constituinte, prejudicando o aprofundamento de algumas conquistas obtidas durante o Governo Provisório, que pretendia realizar o programa tenentista de "Representação e Justiça". De tal forma isso se dá que o "partido clerical", contrário a vários itens da modernização da sociedade e da moral, obtém vitórias em pontos importantes (como na questão do ensino religioso e na indissolubilidade do vínculo matrimonial).

A interpretação do processo histórico com parca consideração pelos aspectos institucionais contribuiu para o desenvolvimento (e é consequência) de uma cultura política que

14. AMADO, J., citado em MARTINS, W.. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1977-1978; vol. VII (1933-1960), pg. 17.

pensa as transformações essencialmente a partir de golpes de mão, tiros e violência física (no que, à esquerda e à direita, não era dissonante com o "espírito do tempo"). Hermes Lima, em seu livro de memórias, dá um depoimento crítico acerca das consequências de tal modo de ser, quando se refere aos episódios de 1935. Diz ele: "o processo de radicalização da Aliança (ANL) impelida pela imaturidade aventureira do Partido Comunista à avaliação mais fantasista das condições nacionais, sacrificada a ordem constitucional, e dispersos, batidos ou presos, os elementos mais significativos do pensamento liberal e revolucionário"¹⁵.

O artigo de V. de Miranda em *Boletim de Ariel* de agosto de 1935, "A esquerda e a direita literárias", dá elementos importantes para se compreender em que medida o clima de urgência e a polarização ideológica penetravam em todos os aspectos da vida cultural. Sua constatação básica é a de que a família literária está desunida, dividida, bipartida, em duas tendências, em dois partidos antagônicos¹⁶. A própria maneira de se pensar a produção literária no momento contribuía bastante para essa situação, na medida em que era comum se contrapor a literatura do Nordeste (identificada com a esquerda) ao romance psicológico, religioso ou de fundo espiritualista (identificado com o integralismo e com o fascismo). A crescente polarização levava a que se buscasse aliados inesperados: a crítica católica enaltecia como profundamente místicas obras que, na melhor das hipóteses, eram apenas litúrgicas; a crítica de esquerda apresentava como

15. LIMA, H., *Travessia*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1974: pas. 110 ss.

16. MARTINS, W., op. cit., pp. 72.

marxistas e socialistas obras simplesmente populistas. As confusões eram de tal monta que os integralistas e os representantes da "reação espiritualista", isto é, a direita católica, não hesitavam em confundir a causa modernista, implícita ou explicitamente, ora com o comunismo, ora com a pornografia, ora com ambos ao mesmo tempo.

A recusa ao Modernismo deve, contudo, ser vista com muita cautela. Modernistas e antimodernistas coincidiam quanto à demanda de unificação cultural e não lhes era estranho o consenso internacional a respeito da morte do liberalismo. Tributários todos de um caldo de cultura antiindividualista e espiritualista, aceitavam de vários modos a prevalência de uma postura que pretendia integrar o Brasil no "nacionalismo dos novos tempos" (que se chamava Fascismo, Nazismo, Integralismo, Rooseveltismo). Aqui também, foram muitos os que pensaram o liberalismo e o socialismo como produtos de mesmo espírito burguês: fundados no ateísmo, no fim da família, no internacionalismo e no materialismo. Por isso mesmo, se é evidente que havia um processo de polarização ideológica em curso, ele não se deu de maneira tão simples e transparente quanto foi considerado posteriormente. Inclusive, não foram poucos, principalmente entre a jovem intelectualidade, aqueles que, condenando moralmente o nazifascismo, aderiram ao integralismo por seu caráter nacionalista, comunitarista e organicista, mas principalmente por sua identificação com os princípios da Igreja Católica¹⁷. Obvio que,

17. Paulo Cavalcanti, conhecido militante comunista do Recife, em seu livro *O Caso Eu Conto Como o Caso Foi*, dá interessante depoimento de sua passagem quando jovem pelas fileiras do integralismo em virtude de suas preocupações sociais.

mesmo entre os que diagnosticavam a falência da democracia liberal e parlamentar, havia também os que consideravam insatisfatórios tanto o integralismo quanto o comunismo, já que viam neles proposições radicais e até revolucionárias, mas não brasileiras.

Por volta de 1935, a polarização ideológica é bastante acentuada e acirram-se as preocupações éticas nas quais as posições em conflito buscam contraditoriamente legitimidade. A tradução de *Aspectos Morais da Vida Política*, de Benedetto Croce, e a publicação do livro *O Dever dos Intelectuais*, de Fidelino de Figueiredo, ambos em 1935, dão bem o clima de imperativo ético e de responsabilidade a partir do qual a atividade intelectual vinha sendo considerada¹⁸. A derrota do movimento de 1935 e a consequente desarticulação da AML¹⁹, significaram a definição da "revolução passiva", com a ampliação das funções econômicas e reguladoras do Estado e com a subordinação quase absoluta da emergente sociedade civil. Em nome do bem comum se exorciza o comunismo e se prega a primazia do espírito sobre a solução econômica, o primado dos interesses coletivos sobre os individuais e a urgência da nacionalização das riquezas. As circunstâncias fariam com que essas posições não fossem privilégio de integralistas, reacionários, católicos empedernidos ou membros do núcleo estatal. Mesmo entre intelectuais relativamente distantes das injunções imediatamente político-ideológicas elas ressoavam.

18. Essas informações estão em MARTINS, W., op. cit., pp. 79.

19. Na avaliação de Del Roio, neste momento, ter-se-ia dado, na prática, a derrota de uma alternativa nacional-popular de desenvolvimento. Cf. op. cit.

Sérgio Milliet, modernista paulista envolvido com a criação do Departamento de Cultura do Município de São Paulo, sob a direção de Mário de Andrade, dizia em 1936: "a mocidade sente que lhe cabe uma missão importante, mas não atina com a maneira porque deva tal missão concretizar-se". O que se deveria ao fato de não saberem o que lhes convinha, pois os homens de 35 anos comporiam uma geração de traidores, incapazes de estabelecer um patamar mínimo sobre o qual pudessem se basear os mais jovens. Donde a sensação de confusão, expressa, também aqui, num tom que remete às colocações de J. Benda: "Que nos convém? Marxismo? Não. Fascismo, nos moldes italiano ou alemão? Ainda menos. Fala-se em democracia orgânica. A fórmula é vaga. Nada disso nos satisfaz. Por que não o marxismo? dirão. Porque sofre do mesmo mal que destrói aos poucos o capitalismo: o horror à espiritualidade.

"No fundo, os marxistas são tão bárbaros quanto os americanos. Ambicionam o conforto como finalidade e julgam a civilização pelo número de automóveis ou tratores que possuem os países. Sequem um materialista que ideou a sua sociedade há cinquenta anos, fechado num quarto, sem poder prever, mesmo de longe, o mundo moderno. Sequem um materialista místico, o que parece absurdo e que é, porém, muito mais perigoso do que um espiritualista dogmático. Finalmente, porque procura jogar o proletariado contra a burguesia, quando a salvação está na união mais completa de ambas, no entendimento recíproco.

"Por que não o fascismo ou o nacional socialismo? Porque traíram (...)"²⁰.

—
20, MILLIET, S., *Marcha à Ré.* cit. in MARTINS, M., op. cit., pp.72.

A longa citação de Sérgio Milliet, intelectual que nas palavras de Antonio Candido faz o papel de "homem ponte" entre a geração modernista e a sua, se justifica principalmente pelo papel de destaque que exerce entre o grupo de intelectuais paulistas que atuam na Associação Brasileira de Escritores e nos Congressos de Escritores. Milliet, além de descartar o nazismo e o fascismo ("porque trairam"), explicita na recusa dupla o que considera o núcleo do liberalismo e do marxismo. Nem americanismo, por sua matriz fordista, individualista, materialista, nem marxismo soviético, por seu materialismo místico, por seu fascínio pelas máquinas, pelas técnicas e pelo industrialismo, que o torna tão próximo dos americanos. Portanto, nesse momento, até mesmo ele (que posteriormente estará mais próximo de um liberalismo político avançado que incorpora a questão social, reconhece a liberdade individual e dialoga com o marxismo), ao dar diretrizes para a orientação dos mais jovens vai ressaltar: 1) a primazia do espírito sobre a solução econômica; 2) o corporativismo livre, seja, os interesses coletivos devem primar sobre os individuais e 3) a nacionalização da riqueza como freio ao imperialismo. Posicionando-se contra o materialismo, comum ao americanismo fordista e ao marxismo, e contra a traição comum de fascistas e nazistas, Milliet mais do que repor a problemática de Croce e Benda, ficava a meio caminho na sua aceitação dos termos em que se desenvolvia a produção intelectual, pois se não queria a "traição", presente naquelas circunstâncias em que o intelectual se presta à política e à ideologia, ao recusar o americanismo negava também a possibilidade de o intelectual criar uma

alternativa a isso através de uma desvinculação total entre o seu trabalho e a defesa dos interesses coletivos, através da aceitação da primazia da solução econômica sobre a espiritual, ou dito em outros termos, a perspectiva de um universo mercantil, marcado pelo individualismo, por relações impessoais e pela constituição de um campo cultural relativamente autónomo em relação à política. Ao se recusar a aceitar as várias alternativas por considerá-las insuficientes, Milliet fica no fundo com a fórmula que descartara como vaga ("democracia orgânica"). Afinal como qualificar os três pontos que ele coloca como elemento de orientação para os mais jovens? Pontos que figurariam tranquilamente no programa do Estado Novo, principalmente quando propõem a união mais completa e o entendimento recíproco entre o proletariado e a burguesia.

Como se vê, até mesmo no núcleo dos modernistas paulistas há uma invocação implícita de um Estado centralizador que realize o interesse coletivo. Não é de se estranhar portanto que o Estado Novo, para além do seu carácter coercitivo e de seu projeto de incorporação da intelectualidade, tenha tido tanta aceitação. E que como coroamento do caminho da "revolução-passiva", correspondia a uma demanda de Estado, expressa também como demanda de unificação cultural, que se traduzia num projeto *sui-generis*: a um só tempo modernizador e restaurador dos pilares da nacionalidade. E tudo em nome do bem comum e da construção da nação. De tal forma que um governo forte era tacitamente esperado e, quando concretizado, foi bem aceito por amplos setores da intelectualidade. Ao longo dos meses que antecederam a sua implantação foi aumentando o clima favorável a uma legislação

nacionalista, das várias formas de Estados Fortes e da crítica à autonomia dos estados. O entusiasmo com relação à perspectiva de um Estado corporativo além de contribuir para a unidade da direita, permite aprofundar o isolamento da esquerda, praticamente destruída do ponto de vista orgânico, frustrando muitas esperanças.

O regime se instala com relativa solidez nas instituições, nos fatos, nas consciências, com o apoio de amplos setores e solidamente alicerçado no nacionalismo. Onde se compreende que muitos procurem colaborar com entusiasmo em sua consolidação. As publicações e os livros pró-regime lançados em 1938, 1939, 1940 dão uma amostra bastante significativa disto²¹. Do ponto de vista da fixação de um corpo doutrinário duas publicações tiveram importância destacada: *A Nova Política do Brasil*, onde o próprio Getúlio Vargas dava o exemplo de como se deveria fazer trabalho intelectual preocupado com o país, e *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*, de Azevedo Amaral. Ambas afirmavam a continuidade entre o Estado Novo e a Revolução de 30, estabelecendo os marcos para toda uma interpretação do processo histórico que via no regime de exceção apenas um desdobramento natural das esperanças de mudança que vinham dos anos 20. Tese que seria cara a muitos nos arraiais da esquerda.

Em 1939 a marca desse tipo de intervenção intelectual engajada é visível pela grande quantidade de publicações voltadas para os temas da conjuntura. E se algumas apresentavam críticas sutis e condenações implícitas, a maior parte, sob a influência

21. MARTINS, W., op. cit., pgs. 115 a 120.

católica, dava apoio explícito ao regime, ao qual tudo se desculpava por seu anticomunismo.

A polarização ideológica a nível internacional aumentava e seus ecos faziam-se ouvir aqui em meio a *pax estadonovista*. O direitismo era a forma por excelência de o catolicismo demonstrar seu caráter antiliberal, anti-individualista, antisocialista e anti-jacobino. Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde), em 1939, se referia ao problema, na condição de maior liderança intelectual dos católicos brasileiros, de maneira inequívoca: "Era a **Revolução**, a primeira cena do segundo ato do grande Drama do Século XX. Não tardou a **Reação**. E na Itália, cuja delinquência política se traduzia por alarmantes infiltrações revolucionárias, lançou Mussolini inesperadamente o brado da Contra-Revolução. Esse homem, que a miopia dos socialistas franceses apelidara de 'Cesar de Carnaval', sem atender à imensa importância histórica de seu empreendimento, não só para a sua pátria mas para todos os continentes, esse *condottiere* redivivo ia mudar a face dos acontecimentos (...). O comunismo e o fascismo se opunham como as duas Mecas radicalmente contraditórias do mundo moderno. Roma ou Moscou"²².

Portanto, mesmo que o regime não assumisse em nenhum momento tamanho grau de explicitação frente os campos que se opunham a nível internacional, procurando se colocar acima de qualquer contraposição e/ou interesse particularista, seus sustentáculos intelectuais não só apostavam na polarização

22. LIMA, ALCEU AMOROSO, *Meditação Sobre o Mundo Moderno* (coleção de artigos sobre "temas nacionais" de 1939 a 1942), cit. in MARTINS, W., op. cit., pg. 125.

ideológica como assumiam claramente o seu lado nessa luta. O que estava bem de acordo com o "espírito do tempo".

3. INTELECTUAIS, MODERNIZAÇÃO, CRISE DE IDENTIDADE SOCIAL

Para entender o "espírito da época", que impõe a urgência quanto ao tempo e a preocupação com a modernização, é fundamental atentar para o processo que, desde a virada do século, vinha polarizando a vida intelectual internacionalmente, impondo o novo como imperativo que se traduzia num esforço permanente de progresso e de atualização. Com a Primeira Grande Guerra, a segurança e a civilidade burguesa desmoronam e revela-se plenamente o fundo de barbárie que ocultavam, instaurando-se um novo campo cultural, assentado sobre a iminência da crise e da dissolução. De vários modos, de perspectivas revolucionárias ou conservadoras, se trabalha a partir de um pressuposto comum: o de que se está imerso numa profunda crise cultural, "num mundo de lutas, cadáveres, heróis, terrores, perigos e decisões"²³. Onde se compreende que em diversas culturas e em todas correntes de pensamento significativas, se imersos, como em nenhum outro momento a discussão sobre a natureza e a função social dos intelectuais.

23. BLOCH, E., "Marxismo e Literatura" in *Realismo, Materialismo, Utopia (Uma polémica : 1935-1940)*. Lisboa, Moraes, 1978; pg. 70.

Principalmente nas "sociedades não-funcionais"²⁴, ou que se modernizam através de "revoluções-passivas", o impacto provocado pela crise do regime liberal-democrático levou a que se radicalizasse cada vez mais, entre escritores, artistas e outros intelectuais, uma visão trágica do mundo, impondo-lhes uma reflexão sobre o significado e o sentido de sua atividade. Essa reflexão passou essencialmente por um posicionamento crítico acerca de alguns dos princípios básicos do liberalismo, desencadeou uma oposição mais ou menos profunda entre valores éticos-culturais e o processo de desenvolvimento rápido e brutal do capitalismo industrial e, por fim, generalizou entre boa parte da intelectualidade posicionamentos críticos diversos quanto às possibilidades de conter ou impedir esse processo. A intensidade e o radicalismo dessa visão trágica do mundo dependeram em muito do grau de repulsa frente ao capitalismo, e de resignação²⁵ ou de indignação diante de seu triunfo²⁶.

Max Weber, referindo-se ao início do século, sintetiza a situação da intelectualidade tradicional quando se defronta com o processo de modernização capitalista. Diz ele: os intelectuais "olham com desconfiança a abolição das condições tradicionais da comunidade e o aniquilamento de todos inumeráveis valores éticos e estéticos ligados a essas tradições. Duvidam de que a dominação do capital possa dar garantias superiores e mais duradouras à

24. Sobre isso diz N. Bobbio: "Nas sociedades não-funcionais, as várias partes ao invés de se ordenarem para um fim, se desarticulam; ao invés de se harmonizarem, se chocam uma contra a outra; se compoem e recompoem de vários modos, e deste jogo de composição e recomposição nasce, destacando-se como um corpo novo, benéfico ou intruso, a classe dos homens de cultura, com características próprias..." (*Política e Cultura*, Torino, Einaudi, 1977, pg. 125).

25. COHN, G., *Crítica e Resignação em Max Weber*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1981.

26. LOWY, M., *Para una Sociología de los Intelectuales Revolucionarios*. México, Siglo XXI, 1978; pg. 71.

liberdade pessoal e ao desenvolvimento da cultura intelectual, estética e social que representam (...). Sucede, pois, hoje em dia, nos países civilizados, que os representantes dos interesses superiores da cultura voltem sua espada e se oponham com profunda antipatia ao inevitável desenvolvimento do capitalismo"²⁷. Se antes de 1914 essa desconfiança acerca do capitalismo conduz à falta de saída, ao desespero, ao niilismo²⁸, e com a Guerra e com a vitória de revolução russa ganha força, cada vez mais, entre a intelectualidade, além da desconfiança quanto ao progresso burguês, uma crença genérica na possibilidade de um outro desenvolvimento. Essa postura, que Michel Lowy chama de "neorromantismo anti-burguês", contém, como **virtualidades**, o comunismo e a reação, o bolchevismo e o fascismo.

No início dos anos 20, vanguardistas ou conservadores, revolucionários ou fascistas, todos tinham colocado diante de si, ainda que inspirados por motivações as mais dispares, a mesma necessidade de posicionar-se quanto ao tempo afinal, tratava-se de acelerá-lo ou de freá-lo. A inevitável polarização ideológica, que, não por acaso, tem na questão da modernização (do seu ritmo, de sua natureza, de seus efeitos) e no posicionamento sobre ela o seu *leit-motiv*, altera as formas tradicionais de consagração cultural e instala entre o conjunto da intelectualidade uma situação de extrema inquietação. O dilaceramento e a indeterminação, próprios à condição moderna, levam ao extremo o temor à mercantilização da vida, da coisificação e dos conflitos

27. WEBER, M., *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974³; p. 422.

28. LOWY, M., *op. cit.*, pg. 69.

de classe, impondo a tentação de evitar, inclusive pela violência, a desagregação social, de restaurar a todo custo o sentido da vida e o nexo entre as coisas. Há um caldo de cultura anti-liberal, mais forte em alguns países do que em outros, inimigo do individualismo e com radical rejeição das consequências da industrialização e da civilização urbana. Com forte componente comunitarista, execrando o utilitarismo²⁹, procurando se colocar à margem do processo de tecnização e mercantilização (presente inclusive na atividade política)³⁰ e buscando identificação com o que consideram os valores autênticos da cultura, os 'homens de pensamento, arte, escritura, pretendem reestabelecer alguma medida para um mundo que perdeu a sua³¹.

Não a toa, nesse período generaliza-se um sentimento escatológico que aposta em soluções radicais, na tradição do "ou tudo ou nada". Nelson Brissac Peixoto, tendo a Alemanha de Weimar como laboratório, refere-se ao período como uma época "de confusão (na qual) se encontram a barbárie e a cristandade, o renascimento e o barroco mais estático. Daí o caráter trágico mas ao mesmo tempo escatológico do pensamento..."; para completar dizendo que a experiência moderna "das coisas que nos escapam e sonegam sua identidade, dos acontecimentos em avalanche que alteram a disposição e o sentido de tudo". trazia simultaneamente a "sensação da proximidade do abismo, da iminência do desenlace ou então da salvação"³².

29. Sobre o utilitarismo ver MACPHERSON, C.B., *A Democracia Liberal*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

30. OFFE, K., "A democracia partidária competitiva e a crise do Welfare State Keynesiano" in *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1987.

31. Cf. PEIXOTO, N.B., *A Sedução da Barbárie*. São Paulo, Brasiliense, 1982. E, num registro diferente, GIANNOTTI, J.A., *Trabalho e Reflexão*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

32. PEIXOTO, N.B., op. cit., pg. 31.

Em meio a tais condições, impõe-se uma espécie de prevalência da dimensão ética na atividade intelectual, pois frente às dificuldades de redefinir suas funções face à realidade cada vez mais mercantil, é no tema da **missão** que o homem de pensamento vai procurar a chave para recuperar sua identidade social abalada³³. Toda e qualquer atividade intelectual -- de um escritor, artista, filósofo, etc. -- passava a ter sua legitimidade medida por uma espécie de imperativo ético que, quase "naturalmente", fazia vir à tona entre esses homens a pretensão de guia, de formador de consciência, de educador político, enfim, de protagonista da história³⁴.

Impunha-se assim, de várias maneiras, o **tema do intelectual** -- de sua vinculação com as classes sociais, de sua relação com a política, de sua participação, do caráter engajado de sua produção, numa palavra, de sua **identidade** --, colocando não apenas aos revolucionários, ou aos que tinham inclinações à esquerda, mas também ao conjunto da intelectualidade tradicional, problemas até certo ponto inéditos. Bobbio referindo-se aos anos vinte, diz que na Europa e em outras partes do mundo, "sendo os intelectuais atores e autores, neste debate, tendem a atribuir a responsabilidade por sua esterilidade à sociedade mais do que a si mesmos, reafirmando o contraste como um conflito de **elites** que se antecipam a seu tempo e massa retrógrada, entre cultura progressiva e sociedade atrasada"³⁵. Compreende-se que ganhe força a concepção idealista da história, segundo a qual são as idéias que movem a

33. Ver MARTINS, L., op. cit.

34. BOBBIO, N. op. cit., pg. 125.

35. Idem, ibidem, op. cit., pg. 129.

história e os homens de cultura seus grandes protagonistas, impondo uma problemática típica de *intelligentsia*. Ou seja, acirra-se entre os intelectuais a reflexão sobre suas condições de existência e a tendência a se pensarem como um estrato social definido, apartado de sociedade e que reivindica a "liderança moral da nação"³⁶.

Evidentemente, se é verdadeiro que, sob o imperativo ético, o tema dos intelectuais se impõe em diversas culturas, radicalizando a problemática que vem dos *philosophes* iluministas, passa pela *intelligentsia* russa (com sua preocupação de "ir ao povo"), torna-se questão candente com o caso Dreyfus e explode sob o impacto do avanço nazi-fascista e da profunda crise no início dos anos 30, sua relevância e significado variaram muito nas diversas circunstâncias nacionais. Gramsci, em "A Formação dos Intelectuais", chama atenção para esse problema e dá importantes indicações metodológicas para tratá-lo. Fazendo a opção por uma análise que descarta a tipologia abstrata do "intelectual", Gramsci privilegia uma visada histórica para a qual, a partir de um problema universal (o confronto de uma história, de uma cultura, com o processo de generalização das relações mercantis), as diversas heranças nacionais são trabalhadas em suas diferenças e similitudes. Se ele não nega, pelo contrário tem por suposto, que no mundo moderno há uma tendência de a categoria dos intelectuais se ampliar e de se gerar uma verdadeira massificação das funções intelectuais (o que se justifica não apenas pelas inúmeras necessidades da produção, mas também pelas novas

36. MARTINS, L., op. cit.

necessidades políticas e culturais dos grupos dominantes), ao mesmo tempo matiza seu pensamento fazendo a análise de diferentes processos de modernização, chamando à atenção para as relações que os intelectuais mantêm com isso. O destaque inicial de Gramsci é pela problemática da *intelligentsia* russa por sua radical opção pelo "povo", mas sua ênfase recai sobretudo nos países da Europa (Itália, França, Inglaterra, Alemanha) e em suas distintas sedimentações culturais, ao que se segue um contraponto com os Estados Unidos e com a América Latina. Comparando os países, Gramsci chama a atenção para as diversas tradições, as diferentes bases industriais, para a diversidade das superestruturas, para a maior ou menor presença de relações entre intelectuais tradicionais e grande propriedade, mas faz isso a partir de uma preocupação fundamental: compreender como, em cada uma dessas situações, "o elemento laico e burquês" alcançou, ou não, a subordinação "à política laica do Estado Moderno, dos interesses e da influência clerical e militarista"³⁷.

Esse é um enfoque, portanto, que trata o problema dos intelectuais procurando entender porque, em determinadas situações, as relíquias do passado demonstram mais forças para não perecer frente às exigências do industrialismo. E a partir dessa questão que a articulação entre intelectuais orgânicos e tradicionais se torna decisiva na organização da sociedade. Pois, dependendo da forma como se constitui e se organiza o mercado capitalista, das restrições, maiores ou menores, à sua implantação, da existência ou não de elementos liberais e

37. GRAMSCI, A., *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979³, pg. 22.

democráticos na cultura, maiores serão os privilégios e o espírito de casta entre os intelectuais, maior será na definição de sua auto-imagem a perspectiva de um "papel" diferenciado entre eles.

Na análise gramsciana, os intelectuais tradicionais são aqueles cuja identidade é construída como se fossem seres destacados do mundo material, que se definiriam enquanto intelectuais essencialmente por sua relação com a história da cultura e não pelas exigências da produção econômica ou do universo político. Já os intelectuais orgânicos seriam aqueles que se movimentam no mundo e definem sua identidade a partir das exigências que vem da organização da produção, da política, da vida material enfim. A partir desta distinção, chama-se a atenção para as várias circunstâncias nacionais, procurando mostrar a enorme diversidade no que se refere à participação dos intelectuais no grupo que exerce a supremacia político-cultural, ou seja que exerce as funções diretivas e organizativas da sociedade. E se é possível dizer com Gramsci que: "são os comissários" do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político"³⁸, isso tem que ser complementado por sua ressalva de que essa relação varia de acordo com a complexidade intelectual de cada Estado. O que pode ser medido pela quantidade de escolas especializadas e por seu nível de hierarquização. Quanto mais extensa a "área" escolar, quanto mais numerosos os "graus" verticais de escola, mais complexo será o "mundo cultural, a civilização de um Estado", mais profunda será a influência dos "intelectuais tradicionais".

38. *Idea*, *ibidem*, pg. 11.

39. *Id.*, *ib.*, pg. 09.

Não cabe por isso a observação de Luciano Martins, que vê na utilização da idéia de intelectual orgânico por Gramsci uma forma extremada de redução dos valores aos interesses⁴⁰.

Em realidade, o movimento da análise gramsciana vai no sentido inverso a esse: trata-se de compreender como, a partir de processos de modernização capitalistas diferenciados, estabelecem-se inúmeras formas de relacionamento entre valores e interesses, ou, se for preferível, entre intelectuais orgânicos e tradicionais.

Há que se ressaltar que, a despeito das diferenças nacionais, há uma tendência que vinha se fortalecendo e que só faz se ampliar com a crise dos anos 20 e o aprofundamento da temperatura ideológica: a dos interesses se desvincularem cada vez mais dos valores. A complexização das funções estatais e a própria modernização capitalista, num contexto de crise dos pressupostos de cultura ocidental, gerava um fenómeno contraditório que trazia os "intelectuais" para o centro do debate cultural, ao mesmo tempo que os ameaçava com a neoação de sua condição. Gramsci se refere ao problema assim: "a necessidade de criar a mais ampla base possível para a selecção e elaboração das mais altas qualificações intelectuais -- ou seja, de dar à alta cultura e à técnica superior uma estrutura democratica -- não deixa de ter inconvenientes: cria-se, deste modo, a possibilidade de vastas crises de desemprego nas camadas médias intelectuais, tal como realmente ocorre em todas sociedades modernas"⁴¹.

40. MARTINS, L., op. cit.

41. GRAMSCI, A., op. cit., pp. 10.

A arguta e antecipadora análise de Gramsci, se não participa (pelas razões sabidas) do debate da época, nos dá indicações preciosas para compreender a diversidade de problemas que fizeram com que, dos anos 20 aos anos 40, o tema do intelectual afluísse com tanta intensidade. Ou seja, há entre os intelectuais, a despeito das especificidades de suas culturas, no fim dos anos 20, a prevalência de um mesmo sentimento, marcado pela hostilidade à técnica. A especialização, ao mercado⁴². Esse sentimento, presente em inúmeros diagnósticos sobre a crise escritos no período, revela uma mesma crise de identidade a tormentar as várias intelectualidades. Na raiz disto, como o dissemos, está a questão da modernização e do mercado, ou em um outro registro a questão da proletarianização do homem de cultura. Há um predomínio, à direita e à esquerda, de uma "crítica do individualismo burguês, do utilitarismo materialista, do *laissez-faire* econômico e do egoísmo dos empresários"⁴³.

A difícil relação dos intelectuais com o universo capitalista seria dramatizada pelo nazi-fascismo e pela polarização ideológica. É por essa razão que o tema da missão do intelectual aparece em várias intervenções importantes, que no fundo crêem ser possível resolver a "crise da Europa" através da resolução da crise de identidade dos homens de cultura. É importante chamar a atenção para o fato de essa movimentação ter sido mais intensa e dramática naquelas sociedades marcadas por processos de revolução-restauração, nas quais a modernização foi

42. Giacomo Marramao diz que a hostilidade à técnica é o traço comum da grande cultura européia da crise ("O Demônio Antisistemático", *Presença*, São Paulo, jan. 1988, nº 11, pp. 153).

43. LOWY, M., op. cit., pp. 34.

vivenciada como projeto de construção da **nação** que se fazia contra os apetites individuais e particularistas. Nessas circunstâncias, permeadas pelo tema do **atraso**, há um ideal genérico de progresso e desenvolvimento que atribui à *intelligentsia* um papel fundamental. É interessante ver que isso está presente, mesmo que com significados diferentes, entre os intelectuais que aderem ao fascismo, entre aqueles que são comunistas e entre aqueles que, em nome da razão e dos valores universais se colocam contra a submissão da função intelectual às paixões políticas.

Dentro dessa linha de argumentação, procuramos fazer um pequeno balanço das posições mais representativas que, durante esse processo, não capitularam nas "trevas irracionais do sangue racial e da terra"⁴⁴. Nesse sentido, não nos interessa aqueles que pensaram a "crise" à luz de uma concepção que quer que uma elite exerça auctoridade, coloca-se contra o Parlamento e os partidos, pretende salvar a raça branca para garantir a civilização europeia, e fundamentalmente prena o Estado Forte. Esses, mesmo quando não assumidamente fascistas, reagiram ao momento de confusão jogando-se nos braços da direita. Interessa-nos, isto sim, resenhar algumas posições acerca dos intelectuais que vão ser importantes, não só durante a resistência, mas principalmente no período do imediato pós-querra, para a reconstituição de uma auto-imagem para a cultura democrática (Ocidental).

44. JASPERS, K., *A situação intelectual deste tempo* (1931), citado por RICHARD, L. *A República de Weimar*. São Paulo, Cia. das Letras, 1988; pg. 250.

4. OS "CLERIGOS" E A AUTONOMIA DOS INTELECTUAIS

Julien Benda, em 1927, no seu clássico *La Trahison des Clercs* ("A traição dos Clérigos"), estabelece um importante ponto de referência para a reflexão sobre os intelectuais na sociedade contemporânea, a partir da perspectiva de que eles não deveriam manter um envolvimento excessivo com a atividade política. (Não à toa, no processo de redemocratização dos anos 40 aqui no Brasil, Benda será citado sobre o tema por intelectuais do porte de Sérgio Milliet⁴⁵). Nesse livro, Benda identifica os intelectuais com os homens da Igreja, com os "clérigos", aos quais atribui grande importância para o desenvolvimento da história europeia. Diz ele: "São clérigos aqueles homens cuja função é defender os valores eternos e desinteressados, como a justiça e a razão"⁴⁶. Esses valores considerados eternos, e aos quais poder-se-ia acrescentar a verdade, teriam alguns traços marcantes: 1) seu caráter estático, não dependendo do tempo e da história; 2) seriam desinteressados, não práticos, não dependendo de uma particularidade prática e 3) seriam estritamente racionais. A verdadeira função dos "clérigos" teria sido traída por vantagens de interesses práticos, já que, por dois mil anos, esses homens que não procuraram fins práticos em suas atividades, haviam

45. MILLIET, S., *Diário Crítico*, op. cit., por exemplo, entre muitos outros, vol. I, pg. 118-9.

46. BENDA, J., *La trahison de les clercs*, Ed. Riuniti, Roma, 1981, pg. 94.

garantido "a moral da humanidade", estabelecendo o que era o bem e o mal. A partir do final do século XIX os intelectuais, permeados pelo interesse, teriam se colocado cada vez mais a serviço da paixão política.

Em 1927, quando da primeira edição do livro, a crítica de Benda se dirige àqueles intelectuais que, aderindo a movimentos baseados no que considerava serem idéias falsas, chegavam à ação violenta e irracional. O alvo, obviamente, era o nacionalismo e o fascismo. Já em 1946, no prefácio à edição francesa, o alvo é mais abrangente e traidores são aqueles que se colocam a serviço direto da prática política e da "mesquinha razão de Estado". Mesmo não negando a existência da "razão de Estado", preocupa-o a perda de um ideal mais amplo de justiça que se constituiria num dos atributos mais essenciais do "clérigo". Esse juízo não faz com que a análise de Benda seja neutra: ele defende a democracia por considerar que "com seus valores soberanos de liberdade individual, de justiça e de verdade, (ela) não é prática"⁴⁷. Benda vê um estreito liame entre o ideal do "intelectual" ("clérigo") e a democracia como forma racional de política e a defende contra duas espécies de objeção. Contra aqueles que a atacam em nome da ordem, isto é, da necessidade de por fim ao livre jogo da opinião e da vontade, argumenta que a ordem é um valor sobretudo prático e de validade muito relativa e mutável. Contra os que a combatem por temerem um esgotamento intelectual da cultura e da arte frente a dimensão de massas que a sociedade assume e lamentam que o desenvolvimento democrático prejudica o florescimento da arte,

47. *Idea*, *ibidem*, pp. 95.

Benda argumenta que se a democracia não favorece o desenvolvimento da arte por si, possibilita o avanço de valores intelectuais e morais fundamentais para a criação. Ou seja, considerando os filósofos, escritores, artistas e cientistas como "intelectuais", como "clérigos". Benda condenava a natureza facciosa de um possível envolvimento deles seja com as vulgares paixões políticas, seja com o universo mercantil⁴⁸.

O problema básico que Benda localiza na sociedade de sua época é que, diferentemente do que ocorria no pensamento antigo (cita Platão) onde a moral ditava regras à política, entre os intelectuais, a política e os interesses determinavam cada vez mais a moral. Essa constatação extremamente problemática está na raiz de sua crítica à concepção segundo a qual a validade do pensamento reside em sua eficácia prática. Posiciona-se radicalmente contra essa racionalidade, que mede as coisas e as idéias essencialmente pelo pragmatismo, pelas vantagens concretas. O que se completava com a denúncia do perigo cada vez maior da renúncia dos intelectuais frente à "missão" de custódia e promoção dos valores espirituais e da razão, por se colocarem a serviço dos valores contingentes da política nacional⁴⁹.

Entretanto, o verdadeiro problema -- intuído na análise, mas não explicitado -- não está propriamente na "traição dos intelectuais", e sim no fato de que, nas condições da sociedade contemporânea, é impossível levar uma existência de "clérigo". Onde se compreende que, no final, só resta o apelo ético feito

48. LOTTMAN, R.H., *A Rive Gauche: Escritores, artistas e políticos em Paris. 1930-1950*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1967; pg. 83.

49. BOBBIO, N., op. cit., pg. 126.

aos intelectuais para que retornem à sua "verdadeira natureza" e à sua função tradicional. Fazendo uma verdadeira exortação, o autor quase chega a exigir que gritem ao mundo que o valor maior de seu ensinamento está justamente em seu caráter não-prático.

A análise de Benda exerce enorme fascínio exatamente por que exprime o trauma, isto é, a violenta emoção, dos intelectuais liberais, literatos, humanistas, frente a mudança da base social de suas atividades. Percebe que não é mais possível a reprodução da relação tradicional entre razão, valores e interesses, no entanto, não consegue ir além da defesa da tradição iluminista para a qual a razão não é um simples instrumento. Por isso fica aquém do problema intelectual contemporâneo que tem como um dos seus temas mais importantes dar uma base científica e racional à prática social e à política, e se vê cada vez mais imerso num mundo irracional; além do que a mercantilização já vancara tanto, que era insuficiente exigir, em nome da tradição, que os intelectuais abdicassem de interesses materiais concretos para se colocarem a serviço de abstratos e universais valores da humanidade.

Dois anos depois, em 1929, é publicado o também clássico livro de Karl Mannheim, *Ideologia e Utopia*. O problema da relação ciência-política, ou da autonomia intrínseca à produção cultural frente ao pragmatismo consubstancial à política, voltava a ser tratado sob a pressão que a época impunha para o desenvolvimento de uma visão política racional. Preocupava-o a necessidade de preservação da universalidade e da racionalidade da função intelectual em meio a um feroz e irracional embate de interesses.

É conhecida sua posição acerca da necessidade de os intelectuais se manterem equidistantes das classes em conflito e longe dos partidos políticos, para que pudessem desenvolver, com o método da ciência moderna, uma atualização do pensamento visando encontrar a solução mais racional para os problemas. Ao intelectual caberia criar a síntese das ideologias contrapostas, de modo a promover o avanço social.

Para Mannheim, a teoria econômica das classes sociais seria insuficiente para explicar o papel da consciência e dos intelectuais, que se constituiriam como um setor relativamente independente. A educação comum anularia ou amenizaria a diferença social, tornando assemelhados, mesmo quando originários de classes distintas, os membros desse "setor desancorado, relativamente solto das classes. (que) é a *intelligentsia* socialmente independente"⁵⁰. É por isso que os intelectuais não devem se engajar na atividade política, nem participar de partidos, nem muito menos aderir a uma perspectiva classista, pois estariam perdendo a capacidade de sentir e compreender o problema de toda a sociedade. A idéia mesma de uma consciência de classe traria embutida a limitação da visão geral sobre as coisas e a dificuldade de encontrar sínteses. Os intelectuais formariam o único setor capaz de ter uma perspectiva de conjunto e de manter o sentido da tradição cultural. Onde, embora a participação política, e até mesmo a partidária, possa em alguns casos ser positivamente considerada, será sempre a partir desse papel relativamente independente, já que o pressuposto de Mannheim é o de que a função

50. Cf. MANNHEIM, K., *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.

intelectual não pertence a nenhum grupo social restrito, ou seja não é privilégio de nenhuma classe e/ou grupo de interesse. M. Lowy compara essa postura com a do romantismo alemão, na medida em que parecem compartilhar a mesma nostalgia intelectual (não nostalgia social) pela Idade Média⁵¹.

O diagnóstico e as preocupações de Benda e Mannheim seriam reforçados, em 1930, pelo espanhol Ortega y Gasset com a publicação de *A Rebelião das Massas*. Nesse livro, preocupado "com a pavorosa homogeneidade de situações em que vai caindo todo o ocidente"⁵², Ortega estendia para o conjunto da Europa as previsões que fizera em *Espanha Invertebrada* (1922) e que localizavam no divórcio entre elite intelectual e massa as raízes da crise da sociedade. Ortega fazia questão de frisar que a divisão da sociedade não era determinada pela classe social e sim pelo papel destacado da elite intelectual. Dizia ele: "A divisão da sociedade em massas e minorias excepcionais não é, portanto, uma divisão em classes sociais, e sim em classes de homens, e não pode coincidir com a hierarquia decorrente de classes superiores e inferiores."⁵³. O destaque concedido às elites intelectuais, também neste caso, se completava com uma ressalva contra o engajamento. Nas palavras do autor, no prólogo para a edição francesa, escrito em 1937: "A missão do chamado 'intelectual' é, de certo modo, oposta à do político. A obra intelectual aspira, frequentemente em vão, a esclarecer um pouco as coisas, enquanto que a do político, ao contrário geralmente consiste em confundi-

51. LOWY, M., op. cit., pg. 89.

52. ORTEGA Y GASSET, J., *A Rebelião das Massas*, São Paulo, Martins Fontes, 1987, pag. 06.

53. Idem, ibidem, pg. 39.

las mais do que já estavam. Ser da esquerda, assim como ser da direita, é uma das infinitas maneiras que o homem pode escolher para ser um imbecil: na verdade, ambas são uma forma de hemiplegia moral"⁵⁴.

Por volta de 1930, também Croce⁵⁵, dando sequência às posições de crítica ao fascismo que desde 1925 vinha desenvolvendo, incita os homens de cultura a resistirem à opressão através da fidelidade à tradição da religião da liberdade e ao dever de não subordinarem a verdade à paixão da parte. Croce tem posições muito semelhantes às de Benda, cultivando uma condição de clérigo, que se define muito mais pela história da cultura do que por qualquer relação com o mundo material. Não é a toa que ele seja uma espécie de "tipo-ideal" do intelectual tradicional de Gramsci. Compreende-se, portanto, que jamais tenha pertencido a nenhum dos grupos liberais, combatendo explicitamente a idéia mesma de partidos organizados. Não à toa, colocava-se contra os movimentos políticos com "programa definido", dogmático, permanente, orgânico. Diante das várias frações do liberalismo político, Croce pretendia se colocar como teórico de todos os grupos e grupinhos. Gramsci diz que "era o chefe de uma oficina central de propaganda da qual se beneficiavam e se serviam todos estes grupos, o *leader* nacional dos movimentos de cultura que nasciam para renovar as velhas formas políticas"⁵⁶.

E por isso que Gramsci compara Croce ao Papa: o líder tanto dos bispos que benziam as armas dos alemães e austríacos

54. Id., ib., pp. 22.

55. A publicação da *História da Itália* é de 1928 e a da *História da Europa* de 1932.

56. GRAMSCI, A., *El Materialismo Histórico y la Filosofía de Benedetto Croce*, ed. cit., pg. 182.

quanto dos que benziã as de italianos e franceses. Afinal o seu objetivo maior era a educação das classes dirigentes da Europa. A colocação de Gramsci é precisa: "A função de Croce podia-se comparar à do papa católico; e há que se dizer de Croce, no âmbito de seu influxo, talvez tenha sabido conduzir-se mais habilmente que o Papa. Além disso, em seu conceito de intelectual há algo de 'católico' e 'clerical', como se pode ver em suas publicações do tempo da guerra e como resulta hoje de resenhas e apóstilas. Em forma mais orgânica e precisa, sua concepção de intelectual pode ser aproximada daquela expressa por Julien Benda em *La Trahison de Clercs*"⁵⁷. Exatamente por isso, na avaliação de Gramsci, Croce não pode ser popular, pois se é "realmente uma espécie de papa laico, sua moral é excessivamente de intelectuais, excessivamente do tipo do Renascimento, e não pode chegar a ser popular; enquanto que o papa e sua doutrina influem sobre massas determinadas do povo, com máximas de conduta que se referem às coisas mais elementares"⁵⁸.

Sobre o ser ou não popular, diz Gramsci: "Croce não 'foi ao povo', não quis converter-se num elemento 'nacional' (como não o foram os homens do Renascimento, diferentemente de luteranos e calvinistas), não quis criar um batalhão de discípulos que, substituindo-o (já que ele pessoalmente queria entregar suas energias para a criação de uma alta cultura), pudessem popularizar sua filosofia, tratando de fazer dela um elemento educativo até as escolas elementares (e, portanto, educativo para o simples operário e camponês, ou seja, para o simples homem do povo)"⁵⁹.

57. *Ibid.*, *ibidem*, nn. 256.

58. *Id.*, *ib.*, nn. 259.

59. *Id.*, *ib.*, nn. 233.

A reflexão gramsciana sobre Croce nos dá pistas para pensarmos esse tipo de intelectual que procura reencontrar sua identidade através da radicalização da idéia de autonomia e de neutralidade. Ou seja, que vê na defesa da razão e dos valores universais a missão por excelência que lhe cabe. Contra essa postura colocavam-se na mesma época aqueles que (de perspectiva comunista, socialista, social-democrata, ou simplesmente, populista) pretendiam resolver seus dilemas éticos morais e sua crise de identidade social a partir de um processo de "ida ao povo".

5. "IDA AO POVO" E ESCATOLOGIA : O INTELLECTUAL FRENTE AO NAZIFASCISMO

O predomínio dessa reflexão auto-centrada contribui para que a sempre difícil definição do que é um "intelectual", assuma, nesse momento, confrontos dramáticos. A distinção feita por Roland Barthes, entre os que escrevem para produzir arte como escritura e aqueles "escrevedores" que escrevem para exprimir uma posição, ficava completamente problematizada. A formulação que considera "intelectuais" sobretudo aqueles que simbolizam ou guiam intelectuais, diferenciando-os, portanto, de artistas, técnicos e escritores, ficava sem sentido diante do fato de muitos destes se aventurarem no campo das idéias gerais e/ou do exemplo moral (seja

aventurarem no campo das idéias gerais e/ou do exemplo moral (seja através de livros, ou outras obras, da participação na arena política ou no campo de batalha propriamente dito, como no caso da Guerra Civil Espanhola e da II Guerra). Edgard Morin refere-se ao problema nos seguintes termos: "quando os filósofos descem de sua 'torre de marfim' ou os técnicos ultrapassam sua área de aplicação especializada para defender, ilustrar, promulgar idéias que têm valor cívico, social ou político, eles tornam-se intelectuais"⁶⁰.

Essa perspectiva, de que intelectuais são aqueles que trabalham com as idéias gerais, descende de uma antiga tradição: a dos sacerdotes magos, produtores-guardiões dos mitos. Desde os "filósofos", do século das luzes, é a preocupação de romper com essa tradição que institue a figura do intelectual moderno⁶¹, simultânea à instauração de dois novos mitos: o da "razão" e o da "natureza". Desde então, um elemento decisivo para a definição da auto-imagem do intelectual passa a ser o destaque à sua **função crítica**, à "missão" que teriam de criticar os mitos que eles próprios criam. Pode-se dizer que o mito da razão "emancipa" os intelectuais e a partir da Revolução Francesa isso se consubstancia em um novo mito que leva à polarização do campo intelectual: o mito do povo soberano. A polarização se dá porque "Por um lado, o intelectual tende a erigir-se em soberano das idéias, detentor do universal, e a autotranscender-se acima dos poderes e das classes sociais, tornando-se o funcionário, no sentido assinalado por Benda. Por outro lado, o intelectual tende

60. MORIN, E., *Para sair do século XX*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986; pg. 232.

61. Cf. ARANTES, P., "Paradoxo do Intelectual: Dialética e Experiência Intelectual em Hegel", *Manuscrito*, Campinas, IV(1), out. 1980.

a pôr-se a serviço do novo soberano, o povo, entrando na luta política e tomando para si a missão de levar-lhe/ensinar-lhe a cultura"⁶².

Esse segundo aspecto que se manifestara com radicalidade no populismo russo no final do século XIX (constituindo a primeira experiência clara de *intelligentsia*), só se explica plenamente no Ocidente sob o impacto da Revolução Russa e com o avanço do nazifascismo, quando ganha, com a adesão de grande número de intelectuais ao marxismo, dimensões extremamente dramáticas. Em tal contexto, se retomamos os termos de J. Benda, é possível formular o problema da intelectualidade que não adere ao fascismo como uma polarização entre "clérigos" X "populistas". Com a radicalização ideológica e o imperativo ético, boa parte da intelectualidade se "debruça" sobre o povo para lhe levar, como se fosse seu tutor, a verdade; ao mesmo tempo, "pede" ao povo as verdades profundas das quais em sua crise de identidade, em seu elitismo, sente falta. José Miguel Wisnik, referindo-se à intelectualidade brasileira, oferece uma bela síntese do dilema desse momento. Diz ele: "o intelectual, quando procura 'ir ao povo', acredita estar descobrindo alguma coisa que está lá pura, mas velada, ao mesmo tempo em que acredita estar levando uma chave que ele detém por seus conhecimentos. É uma relação romântica e iluminista. No popular está a chave de um mistério que ele precisa descobrir; simultaneamente, é preciso resgatar o popular de seu estado de superstição, de anomia, de apatia. O povo embora prodigioso na cultura é deseducado"⁶³.

62. MORIN, E., op. cit., pg. 235.

63. WISNIK, J.M. "De olho no invisível", *Presença*, São Paulo, nº 06, out. 1985; pg. 95.

Nos anos 30, o servidor do povo quer ser também seu porta-voz, estabelecendo-se assim uma espécie de ventriloquia propriamente ideológica. A vitória de Hitler revelava, a cada dia, a fragilidade dos "valores universais" (verdade, razão, justiça, liberdade, direitos, etc.), colocando à *intelligentsia* democrática a necessidade de se ligar a uma nova força irresistível que pudesse dar sustentação material a esses valores. O contexto de radicalização e horrores, leva a luta pela razão e pelas luzes a se apoiar não mais no povo em geral, mas na classe operária, no proletariado. Além disso coloca à intelectualidade a perspectiva de uma postura de oposição. Oposição com traços característicos de um movimento de minoria, que atua principalmente no terreno ético e pedagógico e cuja eficácia está mais no exemplo moral do que na ação diretamente política. Mas, seja como for, é possível dizer que perde força a postura de abstenção em relação à atividade política (presente em J. Benda, K. Mannheim, B. Croce, entre outros) e torna-se hegemônica a postura que, fundada no pressuposto de que a razão e a moral foram ofendidas, considera que o pensamento que não é seguido da ação é estéril. Gramsci diria que passa-se da tese de Croce e Benda para a de Mazzini, cujo pressuposto é o de que pensamento e ação devem ser coerentes⁶⁴.

Essa necessidade de vincular pensamento e ação, polarizou a *intelligentsia*, sacudiu todas as suas certezas e levou a que a sua parcela liberal sofresse um deslocamento à esquerda. Se nos anos 20, o Partido Comunista colocara-se apenas à alguns

64. GRAMSCI, A., op. cit., pg. 240.

como uma espécie de "pátria espiritual" (Lukács), ao longo dos anos 30, é quase toda uma geração que busca refúgio nesta "pátria", para se defender ou para combater a barbárie nazi-fascista e seus aliados. Acuados, na maioria das situações, os intelectuais que não aderem ao credo fascista, procuram, através de uma mítica identificação com o proletariado, quase que uma separação da comunidade burguesa nacional.

Nesses anos, os intelectuais acreditam ter descoberto o que imaginavam que o proletariado descobrira no século anterior: que não tinham pátria. Ou seja, se até 1929, é possível no Ocidente a convivência entre o processo de desenvolvimento capitalista, formas sociais democráticas, revolucionárias, conservadoras e mesmo fascistas, a partir daí a convivência se transforma em ódio aberto, dividindo o universo da cultura em dois grandes blocos -- direita X esquerda.

Na Europa de 1890 e 1914, era simplesmente impensável a relação que se estabeleceria entre intelectuais e movimento operário por todo o mundo, entre fins do anos 20 e meados dos anos 50. Franco Fortini tece o seguinte comentário sobre a questão: "Entre 1890 e 1915, das nunca concluídas lutas nacionalistas contra os impérios supranacionais e daqueles contra as involuções autoritárias e antidemocráticas (na Alemanha, França, Itália, Espanha), o intelectual socialista segue alimentando-se da ilusão de uma continuidade do progresso (...). Porque, apesar de as tensões e os conflitos serem enormes, o pacto nacional, em substância, não se havia despedaçado ainda, e podia sê-lo somente onde a burguesia era muito débil enquanto os resíduos pré-

burqueses eram fortes: na Rússia, nos países de nacionalidade oprimida (...). Na prática, os intelectuais e os escritores que estavam ou se sentiam em conflito com a sociedade durante aqueles vinte e cinco anos, não se colocaram sequer o problema da 'separação', quer dizer, 'do partido': salvo na Europa Oriental". Na Rússia, desde o século XIX, já se dera a divisão e o debate sobre a participação e o compromisso dos intelectuais, com energia divisão entre eles. No Ocidente, só depois da 1a. Grande Guerra, o problema da divisão se coloca concretamente aos intelectuais, mas sempre permeado pela questão da "clerezia" e das vanguardas.

Também na Europa, durante os anos 20, para boa parte da intelectualidade, o contrário do burguês não é o proletário, e sim o boêmio. Tanto as "vanguardas históricas" de Paris, Berlin, Viena, etc., quanto as "vanguardas aristocráticas" (como A. Gide, R. Musil, entre outros) viveram, sob muitos aspectos, segundo modos e exemplos deduzidos do submundo anárquico, procurando estar à margem da sociedade. Com muito de anticapitalismo, cultivando um ideal maior de cultura, tinham muito pouco que ver com a escatologia revolucionarista, sendo com as inúmeras cores locais, a combinação de vários componentes que contraditavam com a mania de "auspiciar prefigurações institucionais dos instrumentos de trabalho cultural na sociedade socialista", já tão presente entre os intelectuais comunistas⁶⁵.

E apenas quando a polarização ideológica atinge um patamar trágico e se mistura ao anticapitalismo difuso que se dissemina entre boa parte da intelectualidade a idéia de que a

65. FORTINI, F., *Los Poderes Culturales*, Caracas, Universidad Central de Venezuela, 1970; pg. 85-7.

crise da cultura só poderia ser resolvida a partir de um espírito revolucionário, escatológico, na tradição do "ou tudo ou nada". Onde se compreende que entre inúmeros intelectuais torne-se senso comum pensarem a si próprios como se fossem a encarnação da consciência proletária, vislumbrando **exclusivamente** na revolução o caminho para a salvação. L. Kolakowski diz sobre isso: "A visão da revolução universal e definitiva, que irá eliminar, de um só golpe, todos os males do mundo, atrai a determinados membros da *intelligentsia*, às camadas marginais instáveis ou às pessoas desenraizadas de suas origens sociais em momentos de forte crise"⁶⁶.

Não por outra razão se torna predominante um messianismo revolucionarista entre os intelectuais, pois o suposto é que o mundo está tão corrompido que se torna inconcebível pensar em melhorá-lo, a não ser através da Revolução. A Internacional Comunista é a expressão acabada dessa concepção, principalmente durante seu "período sectário" (de 1928 a 1935), e o PC alemão é o mais representativo dos dilemas e ambiguidades do momento.

Quanto mais avança o fascismo, mais os partidos comunistas tendem a se desenvolverem como "sociedade na sociedade", como "comunidade" que se recusa a aceitar a barbárie da sociedade. Não à toa, o debate desses anos é praticamente dominado pelo tema do comunismo soviético. A aproximação com o movimento revolucionário, para aqueles que se viam com "sábios e corteses cheios de ira e esperança", deu-se através da adesão moral "aos de baixo" e dos que lutavam, "buscando uma tarefa, uma

66. KOLAKOWSKI, L., *Intelectuales Contra el Intelecto*, Barcelona, Tusquetes, 1986; pg. 20.

função, um mandato"⁶⁷. A vitória nazista deixava poucas alternativas aos intelectuais que não aderiam a seu credo: integrar-se ao PC, pelo menos ficar sob a influência do campo cultural do bolchevismo e da IC, ou então se defrontar com o vazio. Num quadro desses torna-se extraordinariamente difícil intentar (em todo mundo) uma formulação **positiva** acerca das relações entre o escritor, o artista e o intelectual (o universo da cultura, enfim) e os partidos políticos, principalmente os revolucionários.

A barbárie nazi-fascista complica o problema, generalizando na maior parte da *intelligentsia* uma visão idealista do papel do escritor, baseada na idéia de que com "sua voz pode levantar exércitos", visão que na prática revelava uma concepção de intelectual como "funcionários das letras, o agregado da propaganda", no limite, como "integrado à falsificação"⁶⁸. Poucos foram os que, como Brecht, num discurso de 1937, feito no Congresso de Escritores em Madrid, perceberam que para defender a **cultura material** era preciso de **armas materiais**.

67. FORTINI, F., op. cit., pg. 91.

68. *Idea*, *ibidem*, pg. 93.

6. INTELECTUAIS, RADICALIZAÇÃO E ENGAJAMENTO

Desde os anos 20. dentro da tradição cultural do marxismo há enorme polémica sobre a questão da cultura, trazendo à tona com muita riqueza o debate a respeito do papel do intelectual e do caráter de classe da produção científica e artística. A polémica sobre o realismo e a questão da estética marxista mobilizam os esforços de Lukács, Brecht, Bloch, entre outros. A avaliação da herança cultural vai colocar a intelectualidade influenciada pelo marxismo diante da perspectiva de uma ruptura com a cultura burguesa, lançando-a numa desgastante discussão acerca da possibilidade de um cultura proletária e impondo um modelo de escritor realista e "revolucionário" cuja identidade é definida pela recusa de "todas as correntes estilísticas desenvolvidas pela arte burguesa dos começos -- realismo, naturalismo, romantismo --, que produziu grandes obras primas, (mas) está agora gasto e decadente"⁶⁹. Esse tom normativo de ruptura com aqueles que seriam os valores universais, considerados como burgueses e decadentes, ameniza-se no período das Frentes Populares (1935-1939), mas está presente em toda trajetória da I.C. e do campo cultural organizado por ela. E explica, em muito, por que teve tanta força a perspectiva de que o capitalismo vivenciava uma crise latente, que dividia a sociedade em dois grandes blocos e impunha ao intelectual a definição de qual lado

69. LUKACS, em colocação de 1938 citado por BARRENTO, J., na Introdução ao livro *Realismo, materialismo e utopia (Uma polémica 1935 - 1940)*, op. cit., pp. 20.

estava. Lukács, em 1920, exoressava, de forma quase caricata, essa concepção quando considerava que os intelectuais só poderiam resolver sua crise de identidade individualmente, já que, por sua origem pequeno-burguesa, enquanto grupo, não estariam aptos a compreender a realidade da luta de classes. Ou seja, por sua posição de classe tenderiam a defender "seus próprios privilégios ameaçados, privilégios que são intrínsecos à sociedade burguesa"⁷⁰.

Somente "os melhores dirigentes", que fazem pela consciência a opção, "os mais dispostos ao sacrifício", superariam seus próprios interesses. Nessa crítica há uma análise dos intelectuais essencialmente moralista, que reduz tudo ao interesse, sem referi-los concretamente às várias intelectualidades, às várias heranças culturais. De certa forma é possível dizer que revela uma espécie de anti-intelectualismo, revolucionarista na retórica, mas que no fundo submetia às injunções estritas de sua política a função intelectual, em sua totalidade. Num certo sentido, antecipa a versão ilustrada do anti-intelectualismo que será vigente nos anos 30 no meio do movimento comunista e sem dúvida é o objeto da arguta análise de Mannheim à qual nos referimos anteriormente. Diz Lukács: "os intelectuais são seres parasitários dentro do estado capitalista, este último lhes parece como um absoluto, ou ainda como o Absoluto. Eles contrapõem à teoria marxista uma utopia que, despojada das frases mais ou menos sedutoras, repousa sobre a

70. LUKACS, G., "El problema de la organización de los intelectuales" in *Revolución socialista y antiparlamentarismo*. México, Pasado y Presente, 1978², pg. 12.

glorificação do estado existente"⁷¹. O quão distante está de Gramsci quando este valorizando Croce, diz que sua importância reside no fato de ter chamado "energicamente a atenção sobre a importância dos fatos da cultura e de pensamento no desenvolvimento da história, sobre a função dos grandes intelectuais na vida orgânica da sociedade civil e do Estado, sobre o momento de hegemonia e do consentimento como forma necessária do bloco histórico concreto"⁷².

O revolucionarismo escatológico, que perde de vista o papel dos grandes intelectuais, prevalece no início dos anos 30; e mesmo depois de 35, durante a vigência das Frentes Populares, continua a prejudicar a relação dos intelectuais com a esquerda. Fernando Claudin refere-se ao período, para caracterizá-lo a partir do que considera um anacronismo da cultura política da esquerda, da seguinte maneira: "Esta concepção da 'revolução mundial' e de 'seu partido', as estruturas orgânicas em que se materializa, entram em contradição, mal nascidas, com o desenvolvimento histórico real do Ocidente: derrota dos intentos revolucionários, recuperação do capitalismo, diversa evolução dos regimes democráticos, renascimento da social-democracia, ascenso do fascismo, etc"⁷³.

Um dos poucos momentos em que se rompeu com essa lógica revolucionarista se deu no Congresso da Associação dos Escritores Revolucionários de 1935 em Paris⁷⁴. Até então, a preocupação de

71. Idea, "La última superación del marxismo" in *op. cit.*, no. 13.

72. GRAMSCI, A., *El materialismo histórico...*, *op. cit.*, no. 207.

73. CLAUDIN, F., *Eurocomunismo y Socialismo*, México, Siglo XXI, 1978^o; pp. 32.

74. Para a elaboração deste item contamos fundamentalmente com o livro de PALMIER, J.-M., *Weimar en Exil, le destin de l'émigration intellectuelle allemande antinazie en Europe et aux Etats-Unis*, Paris, Payot, T. 1, 1988.

preservar a cultura da destruição ou reversão, praticamente havia sido uma exigência dos exilados alemães. A partir desse Congresso torna-se palavra de ordem de toda uma geração que passa a lutar contra os perigos que o fascismo faria pesar sobre a cultura, a liberdade e a paz. Nesse Congresso, ficam claros vários dos dilemas da intelectualidade. De saída, fica evidente o contraste brutal entre o idealismo, o *pathos*, que marca a maior parte das intervenções, e a realidade da época. Florescem ilusões entre os intelectuais, manifestando o divórcio entre suas expectativas, suas aspirações e a política efetiva que conduz à vitória do fascismo na Espanha e à capitulação de Munich. Apesar disso, o Congresso tem um grande valor simbólico para a mobilização antifascista internacional e consagra uma forma nova dos escritores intelectuais se articularem (encontros, congressos, associações). É possível dizer que os intelectuais buscam uma *"front unique contre le fascisme"*, como prolongamento das tentativas de certos grupos de intelectuais alemães que, entre 1932 e 1933, haviam procurado, contra a orientação oficial do PC, realizar ações comuns entre socialistas e comunistas. A partir desse Congresso, para grande parte da intelectualidade, se coloca cada vez mais, para além das divisões ideológicas, a necessidade de combater o inimigo comum, já que a luta está num plano que põe em risco a própria dignidade do escritor.

Reunidos em Paris, entre 21 e 25 de junho de 1935, no Palácio da Mutualidade, escritores de 37 países, compondo um

número de 2.000 participante⁷⁵, tentam formular uma estratégia para enfrentarem e evitarem a guerra e o avanço da barbárie. A importância do Congresso vai além da mobilização anti-fascista, revelando: 1) o enraizamento de um movimento cultural que desde os anos 20 vinha avançando na França e na Europa; 2) o avanço da literatura pacifista, a polémica em torno da noção de "cultura proletária" e, de forma geral, a evolução das relações entre os escritores e o PC; 3) o movimento de politização dos intelectuais contra o fascismo e a reprovacão da Alemanha hitleriana, mesmo por intelectuais distantes do comunismo; 4) a consciência de que o que ocorre na Alemanha pode se reproduzir em outros contextos e que denunciar o nazismo é lutar pela liberdade; 5) a difícil construção de uma Frente Popular que pressupunha uma evolução na estratégia dos partidos operários.

O tema central do Congresso foi a mobilização em torno da defesa da liberdade de criação e do humanismo cultural. Em mesas redondas, grupos de trabalho, conferências se discutiu também a **herança cultural**, o humanismo, as relações entre a nação e a cultura, a dignidade de espírito, o papel do escritor na sociedade, a criação literária, os diferentes meios de defesa da civilização. Evidentemente, os temas do fascismo e do exílio permearam todos os outros. A convocação do Congresso coube a representantes da **Associação dos Escritores e dos Artistas Revolucionários** e do **Comitê de Vigilância dos Intelectuais Anti-Fascistas**. Os temas tratados revelam a vontade da AEAR de ampliar

75. Henri Barbusse, André Gide, André Malraux, Jean Cassou, Julien Benda, Paul Nizan, Aragon, Jean Guéhenno, Paul Eluard, Tristan Tzara, Soviéticos como Alexis Tolstói, V. Ivanov, I. Babel, B. Pasternak; alemães e austríacos como R. Musil, B. Brecht, Max Brod, A. Seghers, R. Leonhard, E. Toller, entre inúmeros outros.

a participação no encontro. Afinal, não se fala de literatura burguesa X proletária, mas de "defesa da cultura", de "humanismo", de democracia e de tradição nacional. E o fascismo é visto como uma ameaça mundial para cada escritor. Apesar disso, a maioria restringe-se a condená-lo a partir de oposições vagas ("humanismo e barbárie", "cultura e fascismo"), apela à "força do espírito" (J. Guéhenno) para vencer o obscurantismo nazista, afirma sua confiança no "humanismo" (J. Benda) e na "camaradagem de homens" (J. Guéhenno). Ou seja, permanecem em oposições abstratas, mesmo com a urgência da situação e o caldo de cultura politizado. Em realidade, raras foram as intervenções **efetivamente** políticas (como as dos escritores comunistas Erich Weiner e, sobretudo, Brecht) que iam além da denúncia e não se reportavam à "força do espírito", mas sim às relações de propriedade e aos fundamentos do fascismo. As discussões estéticas foram mais numerosas que os discursos políticos e alguns, como Gide, fizeram a crítica à teoria do "engajamento da literatura" proposta na URSS. Contudo, é evidente que a partir das questões literárias se pretendia colocar a questão política, com a ressalva de que, no fundo, a maioria o fez essencialmente em termos morais. A importância e o sucesso do Congresso podem ser avaliados em dois níveis: 1) possibilitou a ligação explícita com a luta anti-fascista de grande número de escritores de origem burguesa, que nunca haviam militado ou sequer se preocupado com a política. O que foi possível pela estreita associação feita entre isso e a defesa da cultura e do humanismo contra a barbárie nazista; 2) mostrou a possibilidade de superação das oposições, das clivagens ideológicas e literárias, dos

exilados alemães, ao transformar um movimento de defesa da cultura em movimento anti-fascista a nível mundial. Além disso, o Congresso mostra que a nova estratégia frentista da IC fora, de certa forma, concretizada, tendo como consequência do ponto de vista organizativo as tentativas de articular intelectuais através de congressos e de Associações de Escritores, considerados fundamentais para o desenvolvimento da sua política cultural (da IC). A ampliação que se consegue no Congresso é contudo, dominada por uma contradição de base: é um empreendimento nascido do espírito de solidariedade, tolerância e aproximação dos escritores anti-fascistas, mas seu nascimento quase que coincide com os processos de Moscou, nos quais inúmeros intelectuais, bolcheviques da velha-guarda, são assassinados. É assim que a política da Frente Popular se vê, nas questões de arte, da cultura e dos intelectuais, limitada por um *Komintern* rígido e confrontada com o terror stalinista.

A relação que a IC procura estabelecer com os intelectuais, neste momento, através dos PCs, é cheia de ambiguidade: "Os escritores e os artistas exigiam do organismo político, antes que uma mediação aos destinatários, um 'mandato social', um status; e o organismo político não poderia lhes conferir isso, por que isso iria significar a renúncia a suas prerrogativas e competências e a confissão do erro de querer participar no Partido. Por outra parte, o organismo político exigia dos escritores e dos artistas que fossem a consciência ou o reflexo consciente de uma ordem da realidade que o organismo político não podia destacar por carecer de instrumentos. Pelo

contrário, antes que uma função de propaganda, exigia uma de revelação e descoberta: mas o caráter formal da expressão artística e literária faz ambíguo qualquer conteúdo; e então, crendo vir ao encontro das mesmas ingênuas exigências dos artistas e escritores, o Partido, antes de usar salários ou deportações, os socorre com conteúdos, quer dizer, com proposições temáticas"⁷⁶.

Para a intelectualidade acuada (pela mercantilização e pelo avanço do fascismo) a perspectiva de "missão" se transformava em "engajamento" e os PCs, aos olhos do mundo, apareciam como partes de um organismo que com sua existência aludia à superação das "especialidades". Com base numa teoria universal e totalizante, eram encarados como o **Príncipe** e o **Filósofo** coletivos em **potência**, como o oráculo do saber. Nesse sentido, no que se referia à sua relação com os intelectuais, os PCs não podiam admitir dualidade de poderes. Frente ao que se considerava a urgência do momento, capitular a isso seria retroceder ao agnosticismo liberal e começar o início de sua decadência. Por isso, pedem aos intelectuais o seu obséquio e, na maior parte das vezes, o obtém.

⁷⁶. FORTINI, F.. *op. cit.*, pp. 87-8.

7. MISSÃO X PROFISSÃO

A guerra civil espanhola, a polarização ideológica, a movimentação dos intelectuais nos Congressos de Escritores Internacionais e, por fim, as atrocidades no nazi-fascismo durante a 2a. Grande Guerra, propunham de maneira jamais vista o tema da missão do escritor em todo o mundo. No Brasil, isso de dava ao mesmo tempo em que uma volumosa e crescente atividade editorial começava a impor o problema da profissionalização do escritor-intelectual. Osório Borba, em agosto de 1939, colocava o problema nos seguintes termos: "o escritor profissional é estritamente o que o termo exprime, o individuo que faz da literatura o seu meio de vida". Só que a maioria dos que escrevia tinha outra fonte de renda e o trabalho de escrever, do ponto de vista econômico, era uma "segunda ocupação". Nas palavras do mesmo O. Borba: "Não é por simples acaso, ou caprichos pessoais, que todos nossos escritores são burocratas, ou médicos, ou advogados ou comerciantes, ou engenheiros, ou industriais. Mesmo os mais 'profissionais', no sentido da intensidade com que se dedicam ao ofício gratuito(...)"⁷⁷. Frente a isso, Borba sugeria que era preciso fazer algo para defender "os direitos do trabalho literário, como se faz no teatro, no rádio e, até certo ponto, na imprensa". Poderíamos argumentar que talvez o verdadeiro problema estivesse nas dimensões reduzidas do mercado consumidor e na parca institucionalização das atividades intelectuais específicas, pois se é verdade que aumentara a atividade intelectual e crescera a

77. BORBA, O., cit. in MARTINS, W., op. cit., pg. 128.

produção editorial. Isso não significava por si só um aumento do número de leitores suficiente para sustentar autonomamente o trabalho de escrever. A questão permanece na pauta nos anos posteriores, funcionando como elemento norteador para a fundação da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), em 1942, até desembocar em projeto de lei sobre os direitos autorais, que será duramente combatido pelos editores.

As dificuldades de profissionalização, na virada dos anos 30, levaram a que uma parte dos jovens intelectuais, inclusive os de esquerda, se aproximasse dos organismos culturais do Estado Novo, particularmente das revistas controladas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Esses, assim como aqueles que vivenciaram o projeto estatal como uma espécie de guarda-chuva para o desenvolvimento de sua atividade criadora⁷⁸, evidentemente se diferenciam daqueles que aderiram de corpo e alma ao projeto estatal, certos que através dele estariam realizando uma *missão* com caráter público: a modernização como forma de criar a nação. Esses últimos, inclusive têm a pretensão de organizarem através dos organismos estatais as atividades dos outros intelectuais, de forma a integrá-los definitivamente à vida nacional, retirando-os da secular situação de isolamento (essa era a retórica da intelectualidade articulada em torno das revistas do

78. A presença de Gustavo Capanema no Ministério de Educação e Cultura possibilitou para muitos intelectuais o desenvolvimento de suas atividades criativas. Ver SCHWARTZMAN, S., *Tempos de Capanema*, op. cit.

DIP: *Cultura Política e Ciência Política*)". Seduzidos pela figura de Getúlio Vargas, querem-no como a própria encarnação do ideal do Estado forte e nacionalista, ou seja como um *condottieri*. Rosário Fusco, intelectual de direita originário do integralismo, dá bem a medida disso, quando qualifica Vargas como o mais "sereno e tolerante dos homens públicos do Brasil, responsável por um governo que permitiu e fomentou a fase de fervorosa criação intelectual mais brilhante de seu país, em que ele próprio se fez autor de exame público de consciência política, estampando cinco volumes nos quais, pela primeira vez, na crônica de nossos governantes, um Chefe de Estado desce ao povo para expor-se ao julgamento de todos e à opinião de cada um"⁷⁹.

A perspectiva de fazer coro com as proposições de política cultural da estrutura estadonovista evidentemente não foi tão escancarada entre todos os intelectuais que estiveram próximos ao núcleo do poder. Muitos foram os que nos dizeres de Drummond "serviram sob uma ditadura", sem aderirem de corpo e alma a seu projeto político. Mas mesmo estes eram expressão de uma relação problemática com o mercado e com o público, muito marcada por uma avaliação individualista de questão do poder central, da questão do Estado e da política. Drummond sintetiza essa relação: "Sem

79. Toda a temática desenvolvida pelos intelectuais que aderem ideologicamente ao Estado Novo remete a um núcleo comum: a uma "nova concepção de cultura" que se pretende integrada à dimensão política. Por isso, para esses intelectuais, o Estado Novo é um marco da participação intelectual na vida política. Onde a aceitação de controle sobre a produção cultural entre amplos setores da intelectualidade, incorporados à burocracia estatal e aos organismos que pretendiam estabelecer uma ligação entre o Estado e a cultura. Aceito o pressuposto (que tem raiz na demanda de unificação cultural) de que a nova ordem exigia centralização do poder político e da produção cultural, restringe-se esta última ao controle de "um círculo especializado de teóricos e/ou dirigentes que se colocam como guardiões privilegiados das ideologias" (VELLOSO, M.P., "Cultura e Poder Político: uma configuração do campo intelectual" in *Estado Novo: Ideologia e Poder*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982; pg. 77.

80. FUSCO, R., *Política e letras*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1940; cit. in MARTINS, W., *História da Inteligência Brasileira*, vol. VII (1933-1960), op. cit., pg. 153.

método escrevo tais coisas pensando nos poetas, nos contistas, nos ensaístas que a esta hora ainda não sabem o que o são, lentamente se elaboram na Diretoria de Aquas, no Ipase, na Divisão de Fomento da Produção Vegetal. Há que contar com eles, para que prossiga, entre nós, certa tradição meditativa e irônica, certo jeito entre desencantado e piedoso de ver, interpretar e contar os homens, as ações que eles praticam, suas dores amorosas e suas aspirações profundas -- o que talvez só um escritor-funcionário, ou um funcionário-escriptor, seja capaz de oferecer-nos, ele que constrói, sob a proteção da Ordem Burocrática, o seu edifício de nuvens, como um louco manso e subvencionado"⁸¹. Ou seja, mesmo os que não aderiam explicitamente ao Estado Novo, de uma maneira ou de outra, se adequaram ao seu projeto de ordem, revelando uma aceitação tácita do autoritarismo que tinha por eixo a "compreensão de que o 'atraso' da nação estava, bem ou mal, sendo sanado pela imposição de uma ditadura que acertava o passo dentro das exigências do progresso" ⁸².

Ou seja, mais do que a aceitação ideológica e/ou política do Estado Novo, o que importa compreender é como se dava a condição precária do ofício de escritor e a parca institucionalização das funções intelectuais. Nesses anos falar em intelectuais é fundamentalmente falar de polígrafos que escreviam

81. ANDRADE, C.D., "A rotina e a quimera" in *Passeios na Ilha: divagações sobre a vida literária e outras matérias*. Rio de Janeiro, Simões, 1952; pg. 115.

82. SANTIAGO, S., "Caleidoscópio de questões" in *Sete Ensaio sobre o Modernismo*, op. cit., pg. 28.

para um público bastante restrito que, em geral, vive nas grandes cidades e compõe um grupo de pessoas mais ou menos assemelhadas⁸³.

Além disso, os que liam eram os próprios produtores de literatura, os professores e os alunos das escolas superiores, os diletantes, e por fim o cidadão insatisfeito, carente de dar vazão às asperezas do temperamento. ao inconformismo individual e ao mal-estar político e social⁸⁴.

No final dos anos 30, o acirramento ideológico, a insatisfação de amplos setores da opinião pública com relação ao regime e o clima de urgência imposto pela conflagração mundial, propiciaram um relativo aumento do público leitor, mas mais do que isso garantiam um público cativo de "cidadãos insatisfeitos" que cada vez mais se encarregavam de consumir e divulgar aquela literatura com veleidades sociais. O que não significa muito para aqueles intelectuais que, definindo-se como modernistas, pretendiam manter uma "certa tradição meditativa e irônica". Tal como os modernistas da fase heróica que os inspiravam, talvez não se pudesse defini-los ainda como profissionais da palavra, como alguém que vivesse exclusiva ou prioritariamente dos rendimentos auferidos com a venda de seu trabalho de escrever, sejam livros ou textos para jornais e revistas. Silviano Santiago diz desse tipo de intelectual : "nas conveniências de um emprego público, o poeta ou romancista modernista pouco tinha a ver com as leis do mercado, julgando-as grosseiras e nada condizentes com as regras

83. *Idem*, *ib.*, pg. 27.

84. *Idem*, *ib.*

de consumo que requer para o seu produto" ⁸⁵. Nesse sentido, não procuravam escrever para o público em geral, mas principalmente atingir uma seleta parcela dele: a dos "iguais", na qual se define que tem valor ou não. Em linguagem áspera e enigmática, quando comparada à escrita daqueles que querem "ir ao povo" e/ou fazer literatura social, esse tipo de escritor-intelectual se coloca deliberadamente em antagonismo ao gosto do público, dando ao valor artístico uma condição de tal forma inquestionável que se justifica a proximidade com as sinecuras do poder para realizá-lo. O pressuposto é o de que a modernização, mesmo que por vias autoritárias, criará um leitor aprimorado no futuro, como está magistralmente revelado na brincadeira antropofágica quando Oswald goza a relação escritor-público ("A massa ainda comerá do biscoito fino que fabrico"). Em outras palavras, autosuficiente e até autoritário, esse tipo de intelectual, por não depender do público, considera que ele (público) é que deve ilustrar-se para atingir sua obra. A preocupação com o artesanato é uma maneira de se afirmar a autonomia do trabalho de escrever frente à ideologização e a politização da produção intelectual, mesmo que sua fonte de sobrevivência seja a "Ordem Burocrática". Afinal, o reconhecimento e a consagração, nesses casos, não vêm do gosto do público, mas de uma esfera estritamente intelectual, de um campo cultural nascente.

Para esse tipo de intelectual o critério de consagração não passa pelo mercado, entendido como espaço impessoal onde se dá uma determinada relação entre o escritor e o público genérico, mas

85. *Idea*, ib.

se efetiva ainda preso aos padrões instituídos pela ruptura Modernista que, se inovaram nas questões estéticas, nesse aspecto reproduziam a dinâmica dos salões e saraus, das "igrejinhas", dos papas que pontificam estabelecendo verdadeira seleção acerca do que é ou não válido. Nessa esfera estritamente intelectual, nesse campo cultural nascente, circulam intelectuais que enfrentam sua crise de identidade social atribuindo-se a "missão" de criar a nação, a cultura e o povo. fazendo do Estado o instrumento para isso; que "servem sob a ditadura" fazendo do Estado órgão empregador para desenvolver um trabalho criativo; que vão para a oposição por razões ideológicas ou não; em disponibilidade em virtude do mercado ser restrito e das funções estatais não incorporarem todos. Nenhum deles encontra no mercado, de maneira clara, o seu critério de consagração cultural.

E por isso que durante esse processo, apesar de aflorar o tema da profissionalização do trabalho (ofício) do escritor, ainda há uma forte presença do que passamos a chamar de "intelectual-instituição". O estabelecimento do campo cultural não pode ser desvinculado de uma certa autocritica do modernismo que Mário de Andrade no começo dos anos 40 leva às últimas consequências. colocando no cerne de suas inquietações a problemática ética e o tema da participação e do compromisso do

intelectual. A radicalidade presente nesses textos de M. Andrade⁸⁶ não pode ser desvinculada das incertezas que advinham do conflito mundial, dos horrores da barbárie nazi-fascista, dos ecos dos debates internacionais entre os intelectuais e, por fim, da perplexidade de um processo de transição política marcada pelo "transformismo". Mário fazia assim as vezes de um papa laico, de um "intelectual-instituição". que "benzia as armas" de paulistas, cariocas, mineiros, nordestinos, etc... Ao longo de sua trajetória conquistara, pelo trabalho paciente de construção estética e de desenvolvimento de instrumentos críticos e por sua enorme dedicação pública (na preocupação mais ampla de dar identidade e universalidade à cultura nacional, na ação prática procurando concretizar seus projetos culturais ao longo dos anos 30⁸⁷) um espaço sem precedentes na história da cultura brasileira. Por isso não é de estranhar que nesse momento suas intervenções tenham tido tanto impacto, dando o tom a partir do qual se daria a revisão do Modernismo. As intervenções a partir de 1941, são marcadas por um amargo tom de derrotado, preocupadíssimo em revelar as insuficiências do Modernismo pela falta de compromisso com a

86. Isto pode ser conferido pela leitura dos textos "Minha Elegia de Abril", escrito para o número de abertura da revista *Criar* lançada em 1941; na conferência proferida em 1942 no Itamaraty: "O Movimento Modernista" e de uma entrevista dada para a revista *Diretrizes*, em 1944, com o título sugestivo de "A arte tem de servir". Não é à toa que Carlos Guilherme Motta tenha chamado Mário de Andrade de "a consciência limite" do período. Em suas palavras: "Não será, pois, para se verificar a existência de traços nacionalistas nas formulações de Mário que se eliminará a característica radical, sobretudo no que diz respeito à ruptura com o quadro social e cultural anterior. O radicalismo de Mário está na verificação das raízes ideológicas de sua produção intelectual: nessa medida, parece estar situado no limite da consciência possível. Ou mesmo um pouco além, o que dá o sentido de ruptura" (*Ideologia da Cultura Brasileira*, São Paulo, Atica, 1977; pg. 109).

87. Ver sobre isso SANDRONI, C., *Mário contra Macunaíma: cultura e política em Mário de Andrade*. São Paulo, Vértice, 1988, (esp. cap. 3). E ANCONA LOPEZ, T.P., *Mário de Andrade: Ramais e Caminhos*. São Paulo, Duas Cidades, 1972.

vida⁸⁸. pela inconsequência que a dramaticidade da época estava a condenar. E essa busca de sentido para atividade intelectual, essa tentativa de definir as atribuições sociais dos intelectuais, que passam a galvanizar as atenções dos jovens e antigos intelectuais que têm no modernismo, negativa ou positivamente, a sua referência mais forte.

De 22 a 45. o Modernismo cumpre um trajetória na qual, ao mesmo tempo em que se debruça sobre o comportamento humano em seu íntimo e sobre o tema do inconsciente, procura "uma reformulação ideológica diretamente ligada à compreensão da nacionalidade, da universalidade, e ao compromisso do intelectual com o povo de seu país e de todo o mundo"⁸⁹. Nos primeiros anos da década de 40. com a radicalização da conjuntura e a deslegitimação da política cultural estadonovista. é exatamente esse segundo aspecto do legado Modernista que prevalece na definição do campo cultural. Onde o impacto das colocações de Mario, ao anunciar o mal-estar do artista, do homem de cultura, frente a impossibilidade de permanecer limitado à vigilância puramente estética, constrangido a enfrentar a questão da vigilância do pensamento criador em geral, em virtude do compromisso com um futuro que se mostra cada vez mais aterrorizante⁹⁰.

88. Essa leitura da conjuntura, baseada na idéia de compromisso, vai ser determinante para a geração que busca definir sua identidade entre o lusco-fusco das questões profissionais e o sentido de missão, que tanto o Estado Novo quanto as pressões de conjuntura internacional faziam aflorar com grande intensidade.

89. ANCONA LOPEZ, T.P., op. cit., pp. 173.

90. Ver a entrevista a Francisco de Assis Barbosa, "A arte tem de servir", publicada na revista *Diretrizes*, jan. 1944, e republicada em *Almanaque*, São Paulo, no. 8. 1979.

A luz de um peculiar resgate da idéia de compromisso do intelectual, Mário, constrandido pelo conflito mundial e decepcionado por suas experiências profissionais e pelos projetos desenvolvidos junto a Capanema, estabelece um ângulo novo para fazer um balanço dos últimos anos: o do anti-herói, o do derrotado. Na "Elegia de Abril", texto de 1941, desanca a geração de 22, na qual se inclui, por sua indiferença para a época social em que viviam. Implícita está uma ambigua colocação sobre a necessidade de os intelectuais participarem, não se sabe se politicamente ou de alguma outra maneira. Diz ele: "Não éramos 'abstencionistas', o que implica uma atitude consciente do espírito: nós éramos uns inconscientes. Nem mesmo o nacionalismo que praticávamos com um pouco maior de largueza que os regionalistas nossos antecessores, conseguira definir em nós qualquer consciência da condição do intelectual, seus deveres para com a arte e a humanidade, suas relações com a sociedade e com o Estado". A avaliação que Mário tinha dos mais jovens não era das melhores, considerando-os, em relação à sua geração, ainda mais frágeis, mais marcados pelo esteticismo e pelo elitismo. Mário, de certo modo, era ambíguo porque parece preocupado com a profissionalização e com a constituição de um campo cultural novo e autonomizado dos esquemas consagratórios do Estado Novo, só que suas colocações, em face da conjuntura dramatizada e polarizada pela conflagração mundial, foram evidentemente politizadas e lidas como uma exortação no sentido de os escritores e/ou aprendizes de escritores se tornarem política e ideologicamente ativos. Wilson

Martins, de forma simplista chega a afirmar que "Mário estava pregando o novo evangelho do 'escritor comprometido', isto é, ideologicamente ativista, mas literariamente tendencioso"⁹².

92. MARTINS. W.. op. cit., pp. 178.

CAPITULO II -- INTELECTUAIS, VOCAÇÃO PÚBLICA E OPOSIÇÃO

O quadro delineado anteriormente tem como elo forte, no mundo da cultura, o fato de que os valores estão postos em xeque e esgotaram-se os mecanismos de consagração baseados na figura do "grande intelectual", daquele que faz as vezes das instituições. Assim sendo, a polarização internacional entre fascismo e antifascismo faz com que a "ida ao povo" e a adesão ao Partido Comunista apareçam como referências decisivas para artistas, críticos e escritores -- principalmente os mais jovens. Como se o PC fosse, aqui também, o detentor de um mandato social, capaz de dar uma identidade para a intelectualidade "disponível"¹.

Quanto mais se aproxima o desfecho do conflito mundial, mais se reforça esse sentimento. não só pela recuperação do prestígio da URSS na resistência ao nazifascismo, mas principalmente pelo carisma de Prestes e pelo papel jogado pelos comunistas no movimento subterrâneo de luta contra o Estado Novo. Em tais circunstâncias, cresce a mística do PC e ganha outra qualidade sua participação na luta pela renovação social e pelas liberdades. A despeito da destruição da sua direção no início dos anos 40 e da inexistência de máquina partidária a nível nacional²,

1. Para uma visão geral da atuação do Partido Comunista na conjuntura ver: CHILCOTE, R.H., *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração, 1922-1972*. Rio de Janeiro. Graal Ed., 1982; DULLES, J.W.F., *O comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclisma mundial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985; VINHAS, M., *O PARTIDÃO: a luta por um partido de massas, 1922-1974*. São Paulo. Hucitec, 1982; RUBIN, A.A.C., *Partido Comunista, cultura e política cultural*. São Paulo, Tese de doutoramento, FFCL-USP, 1986.

2. Sobre isso ver BRANDÃO, G.M.: "Sobre a fisionomia intelectual do Partido Comunista (1945-1964)", In *Lua Nova* nº 15, outubro de 1988, São Paulo, Marco Zero/CEBEC.

a militância. os simpatizantes, os "companheiros de rota", permanecem bastante ativos nesses anos, manifestando suas opiniões pela imprensa, reunindo-se e muitas vezes realizando atividades ilegais para lutar contra a ditadura. Se, por um lado, uma parcela da juventude letrada busca a solução para a crise de identidade intelectual nas instituições universitárias recém-criadas ou na política cultural estadonovista, não são poucos os que se dirigem ao Partido Comunista procurando um mandato social que legitimasse suas pretensões intelectuais.

Esta será, portanto, uma conjuntura singular. Nela, pela primeira vez na história brasileira, um ator da sociedade civil -- o Partido Comunista -- explicita a pretensão de organizar a cultura, disputando a direção da sociedade a partir de uma perspectiva que pretende revolucioná-la. Circunstância singular também porque na luta contra o Estado Novo irá surgir um novo partido, preocupado em definir os termos em que se dariam a adesão à cultura política da III Internacional e a relação com a tradição nacional, a partir do que poderiam ser fixados os aspectos da cultura local a serem valorizados na construção do novo organismo e no desenvolvimento da própria identidade da esquerda. Exatamente por isso, as relações entre os intelectuais e o PC, nesses anos de transição, serão cheias de nuances e atritos, conhecerão diversos casamentos apaixonados e um igual número de divórcios litigiosos.

Também é importante frisar que o processo de transição não será marcado por rupturas radicais: em boa medida, a estrutura corporativa criada durante o Estado Novo irá se prolongar nos anos subsequentes, permanecendo como que agarrada às instituições

democrático-representativas delineadas em 1945-1946. Juntamente com isso, será conservado o traço mais marcante da cultura política estadonovista: a vocação de o Estado se sobrepor à valorização dos interesses particulares. Tal vocação compromete a resolução do problema da representação e das identidades, posto que "infantiliza" e num certo sentido incapacita os sujeitos sociais de terem iniciativa no plano da sociedade civil.

Este é um daqueles processos políticos em que as classes dominantes, em situação de grave crise de direção e incapazes de criar um novo consenso hegemônico, vivem a situação de ditadura e a transição sem um compromisso sólido com um sistema político competitivo, no qual o conflito e o dissenso fossem reconhecidos como elementos constitutivos da nova ordem. Nesse processo, a visão liberal é como que atrofiada e não consegue se impor, deixando de valorizar o universo privado e de reconhecer não apenas o conflito, mas principalmente o interesse como legítimos. Dá-se assim uma grande dificuldade da cultura política liberal ganhar estatura, conquistar o senso comum e chegar ao coração do "homem do povo". O liberalismo como um todo deixa de ter ressonância na incipiente sociedade civil e se vê "intimidado" pela capacidade de direção e iniciativa do núcleo estatal --que, embora comprometido com um projeto de modernização, tem como ponto básico de seu ideário a não aceitação de qualquer interesse particular, visto como questionador do "bem comum" e da comunidade nacional.

Esta circunstância nos permite recuperar -- mutatis mutandis -- a categórica afirmação de Roberto Schwarz referida aos

anos que se seguiram ao golpe de 1964: "Ao menos entre intelectuais, em terra de liberalismo calcinado parece que nasce ou nada ou vegetação de esquerda".

Importa frisar, porém, que à esquerda as dificuldades não eram menores. Se é verdade que o "liberalismo calcinado" podia adubar "vegetação de esquerda", cabe perguntar que esquerda era aquela que se desenvolvia numa cultura política excludente, na qual os valores mais essenciais do ideário liberal não encontravam ressonância e os princípios democráticos mais elementares não tinham como fincar raízes. Sem um liberalismo potente com quem tivesse que se defrontar como oponente e como interlocutor na construção da nova ordem, a esquerda não se renovava, permanecendo presa ao primarismo, ao golpismo e ao terceiro-mundismo.

E por isso que o PCB, desaquedouro quase natural das esperanças de mudança, embalado pelo prestígio da URSS por sua atuação na guerra e pelo carisma de Prestes, mesmo abonado pela "fortuna" nas eleições, não saberá valorizar o tema das instituições e da democracia, permanecendo com uma concepção de "núcleo conspirativo". Na raiz disso, sem dúvida estava uma concepção terceiro-mundista e insurrecional de revolução estimulada pela Internacional Comunista, como veremos a seguir. O fato é que, mesmo quando se empenhou na concretização de alianças amplas, o PCB atuará levando muito mais em conta uma possível crise revolucionária do Estado do que as condições concretas em que se dava o jogo real de forças e a montagem da ordem política. Nesse sentido, participará da "construção" da ordem, retoricamente aguardando o momento de colocá-la abaixo, mas sem por efetivamente

em xeque os seus fundamentos reais. A questão nacional será pensada de forma esquemática, economicista, em sua expectativa de que o nacional surgiria por negação a um inimigo externo. Não é por outra razão que, inclusive durante a transição -- processo onde acima de tudo importa a **virtú** do ator--, o PCB atuará não como representante vivo da classe operária, privilegiando a permanente articulação com ela, mas na maior parte das vezes como uma organização especializada no ângulo estrito da estratégia político-militar. Werneck Vianna diz sobre a atuação política do partido na conjuntura em questão: "O espírito de seita, o voluntarismo e o iluminismo conferem ao partido o dom demiúrgico, detentor de um saber inacessível à classe que representa, que necessita ser comandada mesmo em direção oposta à que realmente deseja ir. O jacobinismo iluminista desfaz o nexo do partido com a classe, desta com as massas, com os estratos sociais, como os intelectuais, que tendem a se identificar com a democracia política e, principalmente, ignora a questão da hegemonia"³.

Em tais condições, à esquerda a tendência será sempre a de se reforçar a concepção que recusa qualquer ponte mais sistemática com os fundamentos do liberalismo. Desse modo ficarão obscurecidas muitas das divergências que haviam colocado a esquerda na oposição ao Estado Novo, já que continuará forte o pensamento estruturado sobre o pressuposto de que a dimensão privada deve se manter subordinada à dimensão pública, e esta não é criticamente examinada. Perder-se-á de vista o caráter essencialmente autocrático do **público**, marcado pelo particularismo

3. WERNECK VIANNA, L., *A Classe Operária e Abertura*, São Paulo, CERIFA, 1982, pg.192-193.

do Estado e pela precariedade da forma do político, fato que entrava em confronto com a nação que emergia, sintonizada com o impulso modernizador que se dinamizara ao longo dos anos 30. Não pondo em xeque, em nome da prevalência do tema nacional, o caráter autocrático da esfera pública, a esquerda contribuirá para a permanência dos traços fundamentais da cultura política estadonovista. Ao não questionar os pressupostos da ordem, em nome de uma política de **união nacional**, os comunistas contribuirão para que, durante a transição, seja vitoriosa a tradição republicana autocrática, extremamente reforçada durante o Estado Novo. Paradoxalmente contribuirão para fortalecer aquela "grande tradição brasileira", que Sérgio Buarque de Holanda responsabilizou por nunca ter deixado "funcionar os verdadeiros partidos de oposição representativos de interesses ou de ideologias"⁴.

4. HOLANDA, S.B., *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro. José Olympio Editora. 13a. Ed., 1979, pg. 142.

1. Alguns elementos constitutivos da cultura de esquerda nos anos 30

Aqui também, como em quase todo mundo, a crise dos anos 10 e 20 levou uma parcela significativa da *intelligentsia* a buscar alguma aproximação com a esquerda e com o marxismo¹. Essa aproximação, como em outras situações históricas, foi bastante problemática e ficou agravada pela fragilidade das instituições, pelo caráter ainda excessivamente provinciano e artesanal da produção cultural e pela presença fortíssima do positivismo entre os intelectuais brasileiros². traço que se combina e se confunde com a versão dogmatizada do marxismo à época hegemônica no movimento comunista internacional: o **marxismo-leninismo**. Para essa perspectiva, os critérios básicos para a aferição da verdade não são estabelecidos a partir do embate intelectual e sim através do jurisdicionamento político-partidário. Não à toa, aqui como alhures, para a intelectualidade que se aproximou da esquerda e do marxismo esperando resolver seus dilemas éticos, a vinculação -- que evidentemente teve níveis de compromisso os mais variados -- com o Partido Comunista colocou-se quase como um imperativo, o que na maior parte dos casos gerou relações muito tempestuosas³.

1. Ver sobre isso HOBBSBARN, E., *Revolucionários*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982 e CLAUDIN, F., *La crisis del movimiento comunista internacional*, Barcelona, Ibérica de Ediciones y Publicaciones S.A., 1977.

2. KONDER, L., *A derrota da dialética*, Rio de Janeiro, Ed. Campus, R.J., 1988.

3. E. Hobsbawm refere-se a esse problema da seguinte maneira: "A história do marxismo entre os intelectuais do Ocidente é... em grande medida, a história de suas relações com os partidos que substituíram a social-democracia como principais representantes do marxismo". (*op. cit.*, pg.36)

Dito em outros termos, o letrado -- num contexto de precária institucionalização das atividades culturais --, quando preocupado com os temas do popular e da cultura nacional, viu-se constrangido, senão à experiência direta da política (em alguns casos limites até da ação armada), pelo menos a um traumático processo de radicalização ética. Num quadro de violenta polarização ideológica e diante das crescentes atrocidades do fascismo, aos homens de cultura foi praticamente impossível ficar alheio ao campo cultural organizado pela Internacional Comunista (IC) e que tinha no "bolchevismo" sua referência fundamental. Vale portanto, mais do que nunca, a colocação de E. Hobsbawn: "O bolchevismo no período do Comintern não produziu cismas e heresias de importância prática"⁴.

Talvez aí se encontre uma das chaves para se compreender porque, neste século, as relações da "esquerda" com os intelectuais e a cultura tenham sido sempre marcadas por uma crescente tensão. Principalmente se levarmos em conta que, no período relativo a nosso estudo, o "bolchevismo" se amesquinhou integralmente no burocratismo e na perversão da fórmula stalinista. No caso brasileiro, a tensão se desdobrou numa concepção de política no interior da esquerda, na qual o momento teórico e a relação com a cultura são pensados de modo instrumental. No limite, essa concepção se estrutura a partir de uma noção exaltada da ação revolucionária e de uma visão de

4. HOBBSBAWN, E., *op. cit.*, pg 16 (Deixar o PC, por expulsão ou mesmo por iniciativa própria, equivalia a pôr fim à atividade revolucionária efetiva).

partido que o encara como um organismo pronto para tomar de assalto ao poder ⁵.

Na bibliografia brasileira que trata do assunto há relativo consenso acerca das causas que explicam tal situação. Busca-se como explicação quase exclusiva para o problema primeiramente a interferência da III Internacional na linha política do PCB, postura que se desdobra (principalmente para as análises sobre os anos 50) na questão da subordinação do partido comunista às concepções stalinistas, notoriamente instrumentalizadoras dos intelectuais, da produção teórica e mesmo da cultura para a satisfação de meras necessidades táticas. O consenso no caso tem suas razões, como veremos adiante. Contudo, cremos que, por mais acerto que possa haver em tais análises, reduzir a trajetória de um ator político, de um "intelectual coletivo", exclusivamente à influência externa é simplificar o problema. Recorrendo mais uma vez a E. Hobsbawn, em última análise, é válida a afirmação de que "todo partido comunista foi filho de um casamento de dois parceiros mal ajustados: uma esquerda nacional e a Revolução de Outubro"⁶.

A articulação desses dois níveis, no que se refere ao Brasil, também se realizou com alto grau de desajuste. De tal modo se deu o casamento que ficou bastante dificultada a possibilidade de se constituir, entre a esquerda brasileira, um núcleo dirigente teoricamente afinado com a contemporaneidade capitalista e capaz de formular um programa de ação pautado por uma reflexão profunda

5. WERNECK VIANNA, L., "Questão Nacional e Democracia: o Ocidente incompleto do PCB", *Série Estudos da IUPERJ*, nº 64, junho de 1988.

6. HOBBSBAWN, E., *op.cit.*, pg.15.

sobre a particularidade nacional, ou, em outros termos, por uma "tradução do marxismo para o brasileiro".

Surgindo num meio cultural bastante refratário à questão social, com um grau de organização da cultura e da sociedade civil ainda precário⁷, o Partido Comunista não deixava de ser um "exotismo", uma "idéia a procura de seu lugar". Os militantes que o criaram, quase todos de passado anarquista⁸, tinham um contato precário e assistemático com a literatura marxista da época⁹. Além disso, sua compreensão do capitalismo era bastante rudimentar (o livro de Octávio Brandão, *Agrarismo e Industrialismo*, é paradigmático), permeados que estavam por um genérico ideal de progresso e modernização que se combinava com um também genérico e até moralista anticapitalismo. Tais elementos podiam ser encontrados na maioria das intervenções dos anos 20. Afinal, na raiz de todas elas estava o positivismo, o organicismo, o antiliberalismo.

Na proposição de criar um partido comunista havia, portanto, muito mais a **vontade** de construir o que se considerava um instrumento superior de luta, do que qualquer reflexão teórica mais aprofundada que decorresse de um processo histórico-político no qual a **forma partido** já tivesse existência efetiva em seu sentido moderno¹⁰ e a questão fosse a crítica do "reformismo" socialista ou social democrata. Aqui, a perspectiva de que a classe operária deveria se organizar como partido ocorria em

7. Ver sobre a precariedade da sociedade civil: COUTINHO, C.M., "Os intelectuais e a organização da cultura no Brasil", in *TEMAS de Ciências Humanas* n° 10. São Paulo, LECH, 1981. Sobre as dificuldades da vida cultural ver KOSHIYMA, A.M., *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*, São Paulo, T.A. Queiroz, 1982.

8. Ver PEREIRA, A., *Ensaio Histórico e Político*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979, pg. 78.

9. Ver KONDER, L., *op. cit.* e RUBIN, A., *op. cit.*

10. Baseamo-nos em CERRONI, U., *Teoria do Partido Político*. São Paulo, LECH, 1979.

circunstâncias tais que isso já se dava na forma de partido comunista. Ou seja, com reduzida tradição organizativa entre as camadas subalternas, sem incorporar ou incorporando precariamente a filosofia política e a reflexão teórica já acumuladas internacionalmente, procura-se, sob o impacto da Revolução Russa e de seus desdobramentos, constituir um partido comunista num quadro de política oligárquica excludente¹¹ e que tinha com o universo cultural operário e popular uma relação conflitiva de exterioridade.

Diferente, portanto, da maioria das situações européias e mesmo das americanas (a Argentina é um bom exemplo), nas quais o surgimento do partido comunista se deu a partir de cisões em partidos socialistas ou social-democratas, já com razoável grau de integração no jogo da política e contando, em seu núcleo dirigente e em seus quadros, com a participação de uma intelectualidade revolucionária. Para os fundadores do PC no Brasil, introduzir a classe operária no jogo da grande política, abrindo-lhe a questão do poder e do Estado, bem como ganhar a intelectualidade, eram conquistas que, em todos os sentidos, teriam que ser ainda realizadas. Esse será o grande desafio para os militantes que criaram o PC no Brasil, principalmente para Astrojildo Pereira e Octávio Brandão que, a despeito do tom sectário de suas intervenções de época, vão desenvolver inúmeros esforços para realizá-lo¹².

11. Para uma descrição desse caráter excludente da política oligárquica ver CASALECCHI, J.E., *O Partido Republicano Paulista*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1988, especialmente pgs 240 a 246.

12. Astrojildo Pereira à época sintetiza o problema: "O meio brasileiro é, porém, um meio singular. Nunca houve aqui partidos ou correntes propriamente socialistas. Todo movimento proletário no Brasil tem sofrido a influência quase exclusiva dos anarquistas." in *Construindo o PCB*, São Paulo, LECH, 1979, pg.22

Ainda que atravessada por uma rudimentar reflexão teórica, nesses anos ensaiou-se uma política viva -- na tentativa de explicitar as diferenças com o anarquismo, nos debates sobre a conveniência ou não de uma aliança com os tenentes, nas iniciativas para que o partido fosse reconhecido como seção da IC, etc. Até 1927, quando as posições ganham maior nitidez em função da reorganização relativa do movimento operário, que avança nas fissuras provocadas pela crise do regime oligárquico, o clima das relações entre as várias correntes e lideranças políticas, que atuavam junto ao movimento operário e popular, é de franca hostilidade, em larga medida consequência das divergências a respeito dessas questões. Mas, é também na discussão e na vivência prática desses problemas, muito presentes nos escritos de Astrojildo e Brandão, que começa a se delinear uma "nacionalização" da teoria marxista e as bases de um programa de lutas e alianças para a classe operária ao longo dos anos 20.¹³

Portanto, a confluência de esforços vai, pouco a pouco, delineando uma formulação teórica que, embora imprecisa e pouco sistemática, é extremamente original. Analisando a natureza da crise da sociedade brasileira, apontava-se para a especificidade da questão da pequena burguesia no Brasil, que só ganharia alguma unidade, adquirindo dimensões nacionais, a partir de suas manifestações urbanas, donde a tese de que, aqui, o problema da pequena burguesia era urbano e não rural. Dessas formulações

13. Não vou me ater aqui às relações (conflitivas) entre Brandão e Astrojildo, nem procurar distingui-los, ressaltando as qualidades do segundo e o sectarismo do primeiro. Sem dúvida A.Pereira é um intelectual de outra grandeza, entretanto, nesse exato momento estavam política e culturalmente do mesmo lado.

extraia-se a idéia de uma terceira revolta e a perspectiva de que a revolução a se realizar seria democrática pequeno-burguesa¹⁴, donde o privilegiamento de uma política de alianças com os representantes do pensamento radical democrático, identificado principalmente com a odisséia dos tenentes. Mesmo com reservas, face à origem social desses setores(a pequena burguesia), a aliança foi formulada e procurada pelos dirigentes comunistas, em diversos momentos, ao longo da crise dos anos 20, especialmente a partir de 1927¹⁵. Provavelmente, o jacobinismo, os feitos heróicos, a radicalidade das ações e o carisma da coluna Prestes--valorizados não apenas entre a juventude militar, mas também entre os militantes comunistas--, acabaram sendo decisivos para a busca de uma aproximação. Contudo, é forçoso reconhecer que a análise responsável por tal estratégia continha também a percepção de que novos setores se moviam na modorra da sociedade e da política oligárquicas. Não à toa, o prognóstico extraído da análise era o de que se caminhava para uma "terceira revolta".

O que importa destacar é que, a despeito do erro ou do acerto de tais formulações, em torno delas ia se constituindo um núcleo intelectual dirigente entre a esquerda brasileira. Ou seja, com todos os equívocos e limitações, os operários, funcionários, pequenos intelectuais --publicistas, jornalistas, organizadores-- que compunham o Partido Comunista nos anos 20 estavam se formando como dirigentes ao fazer política, ao ter que pensar a crise da

14. ZATDAN, M., *Pão e Pau: Política de Governo e sindicalismo reformista no R.J. (1923-1926)*, Tese de Mestrado, mimeo, UNICAMP, Campinas, 1982.

15. A ida de Astorjildo à Bolívia para se encontrar com Prestes e lhe passar textos marxistas durante a odisséia da Coluna, a relação com o jornal *A Nação* de Leonidas de Resende, a constituição do Bloco Operário e Camponês, são alguns dos exemplos de como a aliança com a pequena burguesia foi procurada pelos comunistas nesses anos.

formação econômico social, ao ter que responder concretamente à questão das alianças. Entretanto, todas essas tentativas padeciam de um defeito de nascimento: preocupadas em levar a classe operária à grande política, esbarravam na legitimação externa buscada desde o início.

Desde o surgimento do PC, o eixo central de todos os esforços (de delimitar os campos frente às outras correntes, de defender a centralização e a disciplina --Astrojildo diria de "canalizar as energias dispersas"-- e, fundamentalmente, de fazer e defender a política ¹⁶) estivera sempre voltado para a obtenção de alguma forma de legitimação que garantisse a existência e a continuidade ao recém-criado partido. Diante da presença de um sistema político excludente, despojado de partidos efetivos -- os partidos, no essencial, eram correias de transmissão do Estado e das elites oligárquicas--, e da inexistência de um sistema partidário minimamente estável, a legitimação foi procurada fora do país. Para o bem e para o mal, essa foi uma iniciativa afortunada, já que os vários partidos operários criados antes do PCB não haviam conseguido sobreviver¹⁷. "Um dos acertos básicos de Astrojildo Pereira, afirma Leandro Konder, foi o de ter percebido que a legitimação do recém criado PCB dependia do fato de ele ser reconhecido, em geral, como parte de um vigoroso movimento internacional"¹⁸.

16. Astrojildo dizia a esse respeito: "É frequentíssimo ouvir-se de nossos adversários anarquistas a tremenda acusação de que nós, comunistas, somos... políticos, que o PC é um partido político. Jogam-nos isso à cara como se isso fosse um labéu, que há de espantar de nós, para todo o sempre, as massas trabalhadoras. Ora, isso é apenas ingenuidade ou cretinice... Porque, efetivamente, nós somos políticos e o PC é, de fato, um partido político." In, *Construindo o PCB*, ed.cit, pg.82.

17. CARONE, E., *A República Velha (instituições e classes sociais)*. São Paulo,Difel, 1972²), pg. 199-212.

18. KONDER,L.. "Astrojildo Pereira: o homem, o militante, o crítico". in *Memória e História* nº1, São Paulo,LECH, 1981, pg.56.

A articulação e o reconhecimento buscados junto à Internacional Comunista (marcados sempre por certa tensão) se tiveram esse lado positivo, trouxeram também desde o início muitas complicações¹⁹. Particularmente no que se refere à relação do partido com a questão da cultura e dos intelectuais, a vinculação com a I.C., além de legitimação, significava também possibilidade de jurisdicionamento da vida partidária, inclusive definindo os termos em que a adesão ao marxismo deveria fundamentar o programa de ação de cada uma de suas seções nacionais²⁰.

A questão das idéias e seu lugar ou, dito em outros termos, do particular e do universal, é assim recolocada em nova chave: como traduzir o marxismo para o brasileiro? Como ser parte de um exército internacional, aderindo a uma teoria com pretensões universalizantes, e assumir simultaneamente a particularidade nacional de modo a se enraizar na vida cultural e disputar a direção política, intelectual e moral do conjunto do país? Enfim, como em todas situações marcadas pelo estigma do "atraso", o dilema era o seguinte: como ser contemporâneo de sua época quando se vive um duplo presente? Sem possibilidade de o Partido Comunista se colocar como uma real alternativa, dado que o presente político nacional não o permitia, via-se assim esse organismo político quase que condenado a buscar, para assegurar sua existência, o reconhecimento de uma organização internacional

19. O caso de Antonio Bernardo Canellas, encarregado pela direção do PCB de conseguir que a I.C. reconhecesse o partido como membro, quando da realização de seu 3º Congresso em dezembro de 1922, é uma ilustração quase caricata dessas dificuldades. Ver sobre isso ZAIDAN, M., *op. cit.*

20. KONDER, L., *op. cit.*

que apostava (e de certo modo era a personificação disso) num tempo futuro determinado pelo ritmo de uma revolução mundial²¹.

A busca de legitimação num organismo que pretendia deter o mandato exclusivo de representação dos interesses da classe operária e da revolução mundial caracterizava, por si só, uma situação bastante problemática. Isso se torna evidente após o VI Congresso Mundial da IC, realizado entre julho e setembro de 1928 e dirigido por Jules Humbert-Droz, e no qual Astrojildo Pereira é eleito membro do seu Comitê Executivo. Numa das reuniões do Secretariado para a América Latina são examinadas a situação brasileira e a atuação dos comunistas nela. Nas discussões travadas em diversas sessões, a idéia da Revolução democrático-pequeno-burguesa é avaliada e duramente atacada por contrariar os princípios leninistas e as recomendações da IC²². Durante quase todo ano de 1929, Astrojildo Pereira permanece em Moscou, participando do X Plenum, realizado em julho, onde se discute a revolução brasileira. O resultado desse embate é uma Resolução da IC sobre a questão, na qual é "resolvido" de forma peremptória

21. Tomamos de Paulo E. Arantes as indicações desenvolvidas a partir da reflexão sobre "o prosaísmo singular da vida alemã" de meados do século XIX, quando o "ideário liberal toma o aspecto de uma extravagância" no contexto do "tema geral da 'miséria alemã'". Guardadas as diferenças de contexto, já que em nosso caso a "miséria", além de material é também intelectual (o que, evidentemente, só faz agravar o problema), não deixa de ser ilustrativa para a discussão desse problema em relação à esquerda brasileira a seguinte colocação de Arantes: "O presente político e social de que se ocupa a teoria alemã não sendo também o seu, impõe-lhe, visado assim à distância, a formalização de conteúdos de experiência cuja urgência histórica não pode partilhar". O contexto é outro, mas a questão que está a ressoar, face à "miséria nacional", é a da adequação e da inadequação das idéias "estrangeiras" no sentido de qualificar o "atraso" e de desenvolver estratégias para superá-lo. In "Idéia e Ideologia -- A pronóscito da crítica filosófica nos anos 1840(alguns esquemas)", *Discurso* nº 6, FFCLH, USP, São Paulo, 1975, (pp. 25-33).

22. Ver sobre esse episódio Heitor Ferreira Lima. *Caminhos percorridos*, São Paulo, Brasiliense, 1982, particularmente o capítulo intitulado "A IC e o Partido Comunista do Brasil". H.F.Lima, mesmo criticando a falta de conhecimento dos homens da IC sobre os problemas brasileiros (crítica especialmente Guralski), descarta como mera bobagem a elaboração que vinha sendo desenvolvida pelos comunistas brasileiros.

que no Brasil se desenvolviam as premissas de uma revolução de tipo democrático burguês²³.

Com tal decisão, tomada de modo burocrático, anulavam-se todos os esforços teóricos e políticos que o núcleo dirigente do PCB vinha desenvolvendo. A resolução aprovada, objetivamente, atribuía à direcção partidária -- já desmoralizada -- total incapacidade para qualquer formulação teórico-política. Por isso, acusada de desvios pequeno-burgueses, é obrigada a implementar um processo de "proletarização" que, na prática, significaria a decapitação do núcleo intelectual dirigente que estava se formando no partido. A principal consequência disso será a **perda de dimensão nacional** da política dos comunistas, com o seu afastamento de qualquer reflexão mais amadurada sobre a particularidade e uma distância cada vez maior em relação à tradição cultural nacional, mesmo que que retoricamente afirmasse o contrário. O Brasil, como todos os países coloniais e semicoloniais, deveria realizar uma revolução democrático-burguesa, e para isso seriam necessários decididos operários, capazes de dirigir os acontecimentos.

O desvio teórico e a prática por ele engendrada marcariam fundo, por sua abstratividade, a história futura não apenas do PCB como, de certo modo, do conjunto da esquerda, afastando-a de uma reflexão mais criteriosa e da elaboração de uma teoria sobre a especificidade da crise brasileira que viesse a fundamentar um programa de acção. De certo modo, contribuiu para esterilizar muitas das potencialidades que vinham gestando uma

23. Ver LIMA, H.F., *op. cit.*, pg. 109

nova cultura política em virtude da crise dos anos 20. A consequência disso foi, em inúmeras ocasiões, a subestimação da real possibilidade de se fazer política à esquerda, mantendo-se esta ou como seita religiosa ou como organismo militar pronto para o assalto ao poder²⁴.

Entretanto, por paradoxal que possa parecer, se é verdade que os tenentes, juntamente com a idéia de revolução pequeno burguesa, haviam sido preteridos enquanto aliados quando da degola do grupo dirigente, nem por isso, ao nível da IC, se fechariam as portas para eles. O ingresso de Prestes acaba por se concretizar, de cima para baixo, aprofundando na cultura política da esquerda (dentro e fora do partido) a influência jacobina e o culto do heroísmo.

Por tudo isso, não há como atribuir os traços negativos da prática política do PCB e do conjunto da esquerda brasileira apenas às influências do movimento comunista internacional. Em larga medida, o caldo de cultura propício para o desenvolvimento dessas características já havia sido gestado na particularidade do desenvolvimento histórico brasileiro.

O militarismo e a postura messiânica e golpista dos tenentes brasileiros confundiram-se perfeitamente com a estrutura militarizada da Internacional Comunista (considerada o "exército proletário mundial"), imprimindo assim, com o ingresso de Prestes e da ala esquerda do tenentismo, uma feição ao PCB cuja origem e traços fundamentais não podem ser explicados apenas pela reafirmação de um dos pólos da equação. Aqui também se viveu um

24. Ver VINHAS, M., *O Partido - a luta por um partido de massas*, São Paulo, Huciter, 1982.

casamento entre dois parceiros mal ajustados. Casamento que, sem dúvida vai marcar negativamente a relação da esquerda e do Partido Comunista com o mundo da cultura e com os intelectuais. Mas que, por outro lado, remete de forma irreversível o PCB ao universo da grande política. Principalmente porque, ao aglutinar direta ou indiretamente parcela significativa da oficialidade (identificação que se amplia com a criação da Aliança Nacional Libertadora e é selada com o episódio insurrecional de 1935), o partido de certo modo "rachava" a única instituição de dimensões nacionais e ganhava um estigma de opositor, antagonista e grande inimigo do Estado em torno do qual se congregava a outra parcela da oficialidade militar que ao longo dos anos vinte colocara com radicalidade o tema da justiça social e pelejara por mudanças. É compreensível que, a partir desses episódios, a esquerda (identificada pelas elites oligárquicas com o PC), passe a ser vista mais como símbolo do que de fato, simultaneamente como um espectro ameaçador para alguns e como uma esperança, a rondar o imaginário social, para outros.

Por ironia da história, o mesmo processo que inseria o Partido Comunista de forma definitiva na cultura do país, colocando-o como referência genérica e/ou alternativa para a crise de identidade social da *intelligentsia*, vai dificultar até o limite do paradoxo a possibilidade de se constituir um núcleo intelectual dirigente capaz de ser teórica e praticamente contemporânea da sua época, interpelando-a sem anacronismo,

fundindo política e cultura, rompendo com a tradição cultural elitista, golpista e autoritária²⁵.

O tenentismo de esquerda que ingressa no partido e/ou passa a ser por ele dirigido traz, além da marca positivista, organicista e profundamente antiliberal e até antipolítica, um elemento de jacobinismo conspirativo que, em seus momentos mais exaltados, chega a lembrar a retórica e os métodos de Blanqui. Tal influência ideológica combina-se e até se confunde com a versão escatológica do revolucionarismo presente na cultura política da III Internacional. Circunstância que tem um efeito tão forte sobre a esquerda brasileira, particularmente sobre o PC, que este, a partir do episódio de 1935, ideologicamente se afasta de suas raízes operárias e populares, ficando marcado pelo estigma do golpismo e da subversão.

Desse modo, se de 1930 a 1935 a política de proletarianização esvaziara o pequeno agrupamento partidário de densidade intelectual, após o episódio da insurreição torna-se muito difícil o Partido Comunista permanecer como alternativa efetiva para o conjunto da intelectualidade. O aumento da repressão, a capacidade de absorção revelada pelo aparato estatal durante o Estado Novo e a não existência de um constrangimento insuportável (a não ser para setores minoritários), fazem com que a intelectualidade, ainda que tendencialmente oposicionista e tributária do discurso revolucionarista, típico do "gauchismo" *front-populaire*, tenha muitas ressalvas quanto a sua participação organizada nas fileiras do PC. O que é facilmente justificado

25. Ver DEL ROIO, M.T., *op.cit.*

também porque de 1936 a 1943 é praticamente impossível falar em partido organizado. Ainda que a mística permaneça.

2. O PC, o mandato social dos escritores e a participação dos intelectuais.

Na virada dos anos 30 para os 40, também no Brasil o PC representou para boa parcela da juventude a possibilidade de se realizar, no bojo da luta antifascista, uma obra de renovação radical que promovesse um processo de elevação da consciência e de melhoria efetiva das condições de vida das massas populares. O regime ditatorial gerava vários níveis de oposição e não surpreende que muitos jovens, da pequena burguesia e da camada média intelectual, tenham feito a opção por uma militância radical, inclusive com prejuízo de seus projetos profissionais ou culturais. A imagem do comunista inteiramente dedicado à causa e ao partido com abnegação e a inflexibilidade de Luis Carlos Prestes e a mitificação já realizada em relação a ele eram a confirmação simbólica de que o PC integrava um movimento mundial, dirigido pela União Soviética, heróica e vitoriosa.

Os prejuízos decorrentes dessa maneira de conceber a relação entre cultura e política não se manifestam imediatamente,

mas apenas nas décadas seguintes. Sem sombra de dúvida, no entanto, tal concepção teve papel decisivo para que, ao longo do processo de transição e principalmente entre os intelectuais, se passasse de uma situação de grande unidade para outra na qual seriam **definitivamente** rompidas as pontes arduamente construídas no interior do espectro oposicionista. A unanimidade antifascista, que propiciara grande convergência entre esquerdas e liberais, irá sendo paulatinamente abalada nos embates muitas vezes travados em torno de pequenas decisões (como o conteúdo de cartazes e faixas para passeatas), que no fundo encobriam o verdadeiro problema (o posicionamento em relação ao regime e ao chefe do governo). Tudo expressará as dificuldades de estabelecer não apenas uma aliança, mas principalmente uma interlocução mais sólida entre as duas principais matrizes ideológicas das oposições: a esquerda e o liberalismo. Essa aproximação, que no plano internacional era o mote da resistência antifascista, complicava-se nas questões mais elementares. Não surpreende que as divisões muitas vezes se dessem em torno de aspectos simbólicos. Portanto, passado o momento de negação da ditadura, a relação entre esquerda e liberais forçosamente estaria posta à prova.

O mero fato de o pequeno PC canalizar muito da insatisfação frente às estruturas de poder e da indignação ética dos intelectuais, fazia com que amplos setores liberais, radicalmente contrários a Vargas mas não tão radicais na defesa da democracia, vissem com temor ou desinteresse a aliança. Por uma confluência de fatores --nacionais e internacionais-- a importância do Partido Comunista aparecia superestimada, indo

muito além tanto de seu contingente efetivo de militantes quanto de sua inserção real na cultura política e no sistema político. Isso seguramente ocorria por sua pretensão de funcionar como um organizador da cultura, como "um espaço de participação política de intelectuais que partilhavam uma postura crítica com relação às estruturas básicas da sociedade brasileira"¹.

Pela primeira vez, o Partido Comunista, mais como mística do que como máquina, passaria a estabelecer uma relação nova com a intelectualidade: reunindo-a, organizando-a, ligando-a aos demais segmentos da sociedade. Depois do mandato atribuído à *intelligentsia* pelo Estado Novo --para criar a nação, a cultura e o Estado modernos--, o PC ofereceria uma opção extremamente atraente. A deslegitimação dos mecanismos culturais do Estado Novo e a perda do poder de atração da Igreja, levarão os intelectuais inconformados a se abrirem para projetos alternativos de sociedade, radicalizando o sentido ético de suas atividades e buscando aproximação com o "povo". Não será estranho que muitos intelectuais fiquem sob a influência (organizada ou não) do partido, pois este irá procurar cada vez mais a incorporação dos homens de cultura. Tal pretensão partidária não terá, evidentemente, o mesmo significado em todos os estados da federação. Afinal, em muitos contextos regionais não existiam nem um nível de organização da cultura nem um desenvolvimento da sociedade civil que possibilitassem a formação e o aproveitamento pleno de jovens intelectuais com capacidade dirigente. Nesses casos, a tendência natural do jovem letrado era emigrar para um

1. CAVALCANTI, B., *Certezas e Ilusões: os comunistas ...*, ed. cit., pg 95.

centro regional, cumprir uma etapa intermediária e posteriormente chegar ao Rio de Janeiro e/ou a São Paulo. Obvio, portanto, que alguns estados da federação tenham tido importância bem maior para a pretensão do Partido Comunista de funcionar como organizador da cultura.

O Rio de Janeiro continuava a ser o grande pólo de consagração cultural, além de congregar grande número de intelectuais. Para lá se dirigiam jovens letrados de todas as regiões do país em busca de reconhecimento e espaço para publicar. Lá se concentravam quadros políticos e intelectuais de todo o país, trabalhando em funções de governo, além de haver também uma intelectualidade que mantinha proximidade com as camadas subalternas. Mas a grande maioria dos quadros intelectuais, mesmo quando assumidamente de esquerda, não mantinha vínculos muito definidos com a máquina partidária. Inclusive porque, ao longo do Estado Novo, esta encontrava-se bastante amesquinhada -- pelo obreirismo e pelo culto de Stalin-- e bem abalada pela violência da repressão policial. Além disso, desde os primeiros anos de 30, a velha guarda intelectual fora excluída da direção (A. Pereira, O. Brandão, etc.), cortando muitas das pontes com a "grande intelectualidade" do Rio de Janeiro e com o universo da cultura.

O fato de a cidade do Rio de Janeiro ser a sede do governo fazia com que tanto a repressão quanto os mecanismos de incorporação da intelectualidade estivessem lá muito presentes. Desta forma, a maior parte dos intelectuais, quando simpática à esquerda, colocava-se mais como apoio e sustentáculo moral do que como ativista político, revolucionário ou dirigente. Essa era a

situação da maioria dos intelectuais atuantes no Rio de Janeiro no final dos anos 30, inclusive dos jovens egressos da Faculdade de Direito, como Moacir Werneck de Castro e Carlos Lacerda. A máquina partidária propriamente dita, quando muito, atraía alguns setores tenentistas, mantendo-se distante dos intelectuais e do universo da cultura.

São Paulo, ainda que aparentemente mais provinciana, lograra com a imigração, a industrialização e a constituição de um "partido modernista", uma condição singular no contexto nacional. A própria derrota política e militar da oligarquia paulista, em 1930 e 1932, fizera com que ela se engajasse na luta pela renovação cultural e moral do país. Durante o Estado Novo, ainda que sem espaço político, o liberalismo oligárquico de São Paulo irá procurar manter um horizonte alternativo ao do governo federal, conduzindo e delimitando os termos em que deveriam atuar as forças de oposição. E por isso que em São Paulo, mesmo entre a esquerda, prevalece uma posição que, se bem analisada, em seu "paulistanismo", revela-se muito mais antigetulista do que antifascista. Diferente, portanto, do Rio de Janeiro onde é mais presente um tipo de matriz intelectual que, ainda quando radicalmente antifascista, não tem grandes melindres em relação à Getúlio Vargas ou ao Estado Novo, na medida em que o regime atendia à sua demanda de estado, de modernização e de construção da nação e, em muitos casos, garantia também a sobrevivência de diversos homens de cultura.

Assim, ainda que bastante ativa no período, a esquerda paulista estava intelectualmente subordinada ao liberalismo

oligárquico e não tinha força suficiente para disputar com o Rio de Janeiro a direção do movimento comunista. Embora a existência de uma classe operária imigrante e com certo nível de politização houvesse trazido muitos filhos da aristocracia para a esquerda², tal aproximação não conseguiu se traduzir em proposições com vocação nacional. Em São Paulo, no fundo, a esquerda seguiu a sina da aristocracia: manteve-se em conflito com o poder federal (fosse ele o governo ou, no caso específico, a direção partidária)³, pretendendo disputar o comando do país, mas sempre colocada em condição subalterna.

Compreende-se que em diversas ocasiões (em 1937 e 1943 por exemplo), os comunistas paulistas tenham entrado em choque com a orientação do Comitê Central do PC que, como a sede do governo, concentrava-se no Rio de Janeiro⁴. As divergências dos paulistas, e sobretudo seus quadros intelectuais, já vinham de algum tempo⁵, pois diferentes eram não apenas as avaliações de conjuntura, mas também a análise acerca do caráter da Revolução Brasileira. As diferenças tornam-se cada vez mais explícitas e, no fim de 1938, São Paulo será palco de uma cisão que leva inúmeros pequenos intelectuais, principalmente jornalistas, para fora da máquina partidária.

2. Os casos de Oswald de Andrade, de Caio Prado Jr. e de Paulo Emílio Salles Gomes, para citar nomes dos mais expressivos em três gerações intelectuais, confirmam essa adesão.

3. SCHWARTZMANN, S., *São Paulo e o Estado Nacional*, ed. cit.

4. LIMA, H.F., *Caminhos percorridos: memórias de militância*. São Paulo, Brasiliense, 1982. Em 1937 o problema é a sucessão presidencial. O Comitê Regional de São Paulo, dirigido por H. Sachetta, não aceita a posição defendida pelos comunistas cariocas, que apoiam a candidatura de José Américo de Almeida. Os "paulistas", acusados de apoio a Armando Salles, consideram que a posição do Comitê Central, cujo secretário é Lauro Reginaldo Rocha, o Bangü, significava "colaboração com o fascismo getulista": em vista disso, propunham uma "frente única democrática", criticando as plataformas dos candidatos e exigindo compromissos populares.

5. RODRIGUES, L.M., "O PCB: os dirigentes e a organização. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, vol.10, São Paulo, Difel, 1983. Ver também LINDNER, F.P., "Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado Jr e a Revista Brasiliense". In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 5, vol.2, out.1987. ANPOCS/Vértice, pp.30-31.

Dai para frente, a desorganização do núcleo paulista vinculado à esquerda e ao PC só faz se aprofundar. Em 1941, com a prisão de membros da direção em São Paulo e Rio de Janeiro, cortam-se os laços entre as direções intermediárias e a militância de base do partido, com o consequente afastamento da parcela da intelectualidade paulista que se articulava em torno do PC. Tal fato será revelador: mostrará, em primeiro lugar, a distância entre esses intelectuais e as camadas subalternas e, em segundo, o quanto a jovem intelectualidade ainda se encontrava sob o comando ideológico dos papas modernistas, avessos à militância clandestina ainda que mostrando simpatias pela esquerda*.

No início dos anos 40, é da Bahia que sai o núcleo mais articulado de militantes e intelectuais. Relativamente preservados da repressão estadonovista (mais presente no Rio de Janeiro e em São Paulo), reivindicam o papel de dirigentes e de reconstrutores da estrutura partidária. Esse grupo será formado, essencialmente, por jovens estudantes, em sua maioria vinculados à Faculdade de Direito da Bahia: desse grupo fazem parte: Armênio Guedes, Diógenes de Arruda Câmara, Alberto Passos Guimarães, João Falcão, Moisés Vinhas, Carlos Mariquella, Jacob Gorender, Giocondo Dias, Mário Alves, Milton Caires de Brito, etc. Em Salvador, o aprendizado de boa parte da oposição também começava na Faculdade de Direito.

6. Mário de Andrade em carta para Moacir Wernert de Castro dizia sobre o assunto: "...você me fala friamente nos que da sua geração aceitaram a possibilidade de levar cadeia, como um fato consumado. Você note antes de mais nada, este aspecto geral da coisa: você reparou dos da minha geração nenhum nunca levou cadeia, a não ser como motivo de orgulho, como os da revolução de 30, meu mano inclusive? E, no meu 'caso' pessoal, você sabe que simplesmente a possibilidade de levar cadeia me horroriza? EU TENHO MEDO, Moacir!", (carta de 25.04.1941) In CASTRO, M.W., *Mário de Andrade: Exílio no Rio*, Rio de Janeiro, Rocco, 1989, pg.170.

Entre 1938 e 1939, Armênio Guedes é figura-chave na divulgação de textos marxistas entre os estudantes⁷. Juntamente com Diógenes de Arruda Câmara, estudante de agronomia, Armênio e outros passam a atuar mais ativamente para mobilizar não apenas os estudantes, mas a população em geral. A partir de uma série de iniciativas (debates, grupos de estudos, campanhas nacionalistas, etc..), começa a amadurecer entre eles a perspectiva de criação de uma revista que respondesse à falta de ambiente para a criação literária. Submetida à direção do partido local, a proposta encontra grande receptividade. Da primeira reunião para a criação da revista participam Armênio Guedes, Arruda Câmara, João Falcão e Rui Facó. Ao final da reunião decide-se que João Falcão seria o diretor da revista, já que a idéia de criá-la fora sua. Também o título é estabelecido: *Seiva*.

A primeira preocupação foi evitar que a revista ficasse carimbada com o rótulo de comunista, pois se assim ocorresse ela se tornaria inviável. Procurando burlar a censura, escolheram para diretores Eduardo da Silva Guimarães, Virgídal Sena e Emo Duarte, nenhum deles vinculado ao PCB, e marcaram o lançamento do número um para dezembro de 1938. A maioria das colaborações foram conseguidas por Armênio Guedes e Arruda Câmara. A publicidade (que ocupou 5 páginas do número um) foi obtida por J.Falcão. Nos primeiros dias de dezembro, a revista começou a ser distribuída em livrarias e bancas de jornais. Além disso, foram mobilizados

7. João Falcão dá interessante depoimento sobre a família Guedes na vida política da Bahia. ("O lar dos Guedes era a única casa na Bahia onde se podia professar a ideologia comunista naqueles dias negros de ditadura e fascismo. O lar dos Guedes era uma cidadela do Partido Comunista". FALCÃO, J., *O Partido Comunista que eu conheci (20 anos de clandestinidade)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988, pg.55.

estudantes e militantes para fazê-la circular por toda a cidade de Salvador".

O grupo articulado em torno de Seiva procura manter contato com outros centros, divulgando mensagens publicitárias de várias revistas de vanguarda que circulavam pelo país, como *Problemas*, dirigida por Arnaldo Pedroso d'Horta e Arnaldo Serrani, e *Cultura*, dirigida por Afonso Schmidt, ambas de São Paulo; *Universidade*, dirigida por Rodrigues de Miranda e Alfio Ponzi, de Pernambuco; *Alagoas*, dirigida por Afrânio Melo; *Diretrizes*, dirigida por Samuel Wainer, *Acadêmica*, dirigida por Murilo Miranda, *Esfera*, dirigida por Maria Jacinta, Silvia de Leon Chalreo, Aureo Ottoni e Frederico R. Coutinho; e *Dom Casmurro*, dirigida por Brício de Abreu, Marques Rebelo, Joel Silveira e Danilo Bastos, todas essas no Rio de Janeiro.

Graças a esse trabalho e à menor repressão, no início de 1940 vivencia-se em Salvador uma situação *sui generis*: enquanto em São Paulo e no Rio de Janeiro as prisões haviam arreventado com as organizações partidárias, na Bahia o PC preservava uma estrutura bastante razoável, com inserção entre os intelectuais e presença de massa. Era aterrador, por exemplo, até mesmo entre os professores das escolas de ensino superior, que mesmo não sendo

8.º número de estréia continha artigos de Orlando Gomes, professor de direito e simpático a esquerda ("Fundamento de autoridade", sobre a ilegitimidade dos regimes fascistas); João Falcão ("Eu os vi no campo", sobre os trabalhadores do campo); Afrânio Coutinho, antifascista e influenciado por Jacques Maritain ("A Inteligência contra a corrente"); Paulo Cavalcanti, escritor pernambucano ("O Subúrbio", uma crítica literária); Sodré Viana ("Água", conto sobre a miséria do camponês nordestino); Paulo Palatnik, escritor judeu ("O Fenômeno Pushkin", sobre o poeta russo); Carlos Garcia, sergipano ("José Sampaio e o Sentido de sua Poesia"); Eduardo Maffei, com o pseudônimo de Américo de Albuquerque, médico paulista que trabalhava para um laboratório ("Como eu interpreto os Autores pela qualidade dos leitores e das críticas"); Antonio Osmar Gomes ("Coragem de pensar", ensaio filosófico na linha de Maritain); Leôncio Rashedum, com o pseudônimo Luis Bastos ("Filosofia e História"); além de outros personagens da cultura baiana e nordestina.

comunistas, participavam da resistência antifascista e eram contrários ao regime*.

As circunstâncias favoráveis encontradas na Bahia e a desorganização do PC no Rio de Janeiro e em São Paulo explicam porque a retomada do contato com a IC, através do seu Bureau Sul Americano, sera realizada pelo baiano João Falcão, disso incumbido por Domingos Brás -- único membro do Comitê Central em liberdade, depois das prisões de fins de 1939 no Rio de Janeiro. O primeiro encontro de Falcão com os dirigentes da IC, Rodolfo Ghioldi e Vitório Codovilla, ocorre em meados dos anos 40 e tem importantes resultados: 1) porque começa a definir a linha política de união nacional que depois se tornaria famosa; 2) porque vai considerar que, em virtude da repressão, as organizações comunistas de São Paulo e Rio de Janeiro estavam minadas pela infiltração policial. Donde a conclusão de que o trabalho de reconstrução do PC deveria ter como ponto de partida o Comitê Regional da Bahia, que ficava assim como "o único organismo credenciado junto à Internacional Comunista"¹⁰.

Tal leitura da conjuntura seria reforçada pela ocorrência de novas prisões em março de 1941, dizimando a direção partidária em São Paulo (inclusive com a detenção de Domingos Brás) e completando a destruição do que restara de organização no Rio de Janeiro. Procurando responder a isso, Diogênes Arruda

9. João Falcão dá informações sobre a presença organizada do Partido Comunista em todas as escolas importantes de Salvador no final de 1939 (Medicina, Engenharia, Eletro-Mecânica, Ciências Econômicas, no Ginásio da Bahia e no Ginásio Carneiro Ribeiro). FALCÃO, J. *O Partido Comunista que eu conheci...*, ed. cit., pg. 72-75.

10. FALCÃO, J. *op. cit.*, pg. 109.

Câmara e Armênio Guedes são designados pelo Comitê Regional da Bahia para tentar reorganizar o partido em São Paulo¹¹

Mantendo Seiva em atividade, e não sendo tão atingidos pela repressão, os comunistas baianos funcionam durante o ano de 1941 como liderança do movimento. O Comitê Regional da Bahia organiza, em dezembro de 1941, uma Conferência (reunindo representantes de Bahia, Pernambuco, Sergipe e Paraíba) que endossa a análise da Internacional Comunista: depois das quedas de 1939, 1940 e 1941, o partido estava dizimado, fazendo-se necessário começar a reconstrução pelo Nordeste sem maiores ligações com os organismos do Sul do país.

Entretanto, logo depois da Conferência do Nordeste, ainda no mês de dezembro de 1941, começaram as quedas na Bahia, em Pernambuco e Alagoas. Para se preservar, João Falcão sai da Bahia. Dirige-se para Campinas, onde Arruda Câmara fazia um curso no Instituto Agrônômico. No início de 1942, Arruda e Falcão embarcam para Argentina e Uruguai com o objetivo de retomar os contatos com a IC. Em Buenos Aires, encontram-se com Pedro Motta Lima, com o Major Carlos Costa Leite e com Fernando de Lacerda, recém-chegado de Moscou. Reunidos com Ghioldi e Codovilla chegam a uma resolução sobre a política a ser implementada no Brasil: união nacional contra o inimigo comum da humanidade, o nazifascismo; em decorrência dessa luta, conquistar paulatinamente, no plano interno, as posições dos fascistas enquistados no governo, denunciando-os e não aceitando provocações. Além disso, permanecem reconhecendo apenas o Comitê Regional da Bahia como interlocutor

11. Arruda estava preso desde meados de 1940 e só foi libertado, no início de 1941, com a condição de que deixasse a Bahia. Ele e Armênio Guedes, viajam para São Paulo em abril de 1941.

da IC no Brasil. Arruda volta para São Paulo com essa orientação e com a tarefa de reforçar o trabalho de reorganização do partido¹².

No final do primeiro semestre, a linha política definida em Buenos Aires daria seus primeiros frutos. O número 12 de Seiva, de junho de 1942, trazia em sua primeira página o editorial "União Nacional para a Defesa da Pátria", seguido de um artigo ("Como a juventude deve lutar pela defesa da Pátria"). Em ambos os textos, expressava-se o pensamento dos comunistas exilados no Prata, que haviam assumido a responsabilidade de falar pelo Partido num momento em que este estava acéfalo, esfacelado, perseguido. Neles estavam os fundamentos da política de união nacional, que se fortaleceria com a declaração de guerra do governo brasileiro ao Eixo e com o discurso de Getúlio Vargas de 07 de setembro de 1942¹³.

Com a mudança de rota do governo, melhoram as condições políticas e aumenta a atuação oposicionista em todo o Brasil. A linha afirmada pelos comunistas lhes dava condições de ampliar sua atuação sob o regime de Vargas, sem entrar em confronto direto com ele. Por isso saem na frente e organizam inúmeras manifestações de repúdio ao nazifascismo.

No primeiro semestre de 1943, os núcleos de comunistas atuantes em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia estão em movimento. A ampliação da discussão sobre o regime possibilita o aumento da reivindicação de anistia e das iniciativas e pronunciamentos no sentido de reorganizar o PC. O editorial de Seiva de janeiro

12.FALCAO, J., *op.cit.*,pg.153-162

13.No começo de julho, Filinto Muller é demitido da Chefia de Polícia Civil, e são afastados Francisco Campos e Lourival Fontes. O novo Chefe da Polícia Civil começa a desmantelar a máquina de repressão, bastante corrupta, da polícia do Distrito Federal.

("1943, Ano Decisivo Para o Brasil") visará este alvo revelando a preocupação com o retardo da anistia, já que o discurso de Getúlio em 7 de setembro de 1942 pregando a unidade nacional criara grandes expectativas. Na mesma linha ia o artigo "Concórdia Nacional", também na mesma edição da revista.

A chegada de Jorge Amado a Salvador, em janeiro de 1943, causa um impacto positivo nos meios culturais da cidade e favorece a ação do PC. Jorge Amado havia voltado para o Brasil de seu exílio argentino-uruguaio, no qual escrevera a biografia de Prestes, em setembro de 1942. Preso ao entrar no país, Jorge só é libertado no final do ano, com a condição de ficar residindo na Bahia. Assim que chega a Salvador, é convidado para escrever a coluna diária "Hora da Guerra" no jornal *Imparcial*. Essa colaboração, em virtude de seu prestígio, passa a ter o beneplácito do responsável pelo DIP local, o que facilita a realização de uma estratégia interessante: através da coluna de Jorge Amado, o grupo dos comunistas baianos irá expressar os seus pontos de vista¹⁴. Amado rapidamente entrosou-se também no movimento antifascista, animando-o e atraindo admiradores, simpatizantes do Partido Comunista e indivíduos ligados aos meios jornalísticos e intelectuais. Desenvolve assim um intenso trabalho cultural escrevendo para o jornal, contribuindo em *Seiva*, ministrando conferências, fazendo comício em praça pública, Jorge Amado transforma sua residência, nos dois anos em que vive em Salvador, em ponto de encontro, aberto a quem viesse e a serviço da causa antifascista. O que é possível porque na Bahia, afastados

14. Ver sobre isso RUBIN, A.A.C., *op.cit.* e AMADO, J., "É preciso viver ardentemente" (entrevista biográfica), *Literatura comentada*, São Paulo: Abril Educação, 1981, pp.19-21.

do centro do poder, situação e oposição se degladiavam em níveis menos dramáticos do que no Rio de Janeiro. E a partir do estímulo desse grupo que, no desfecho do processo de transição, se constitui um Comitê Central no Partido Comunista com forte marca jacobina que dilui integralmente a especificidade do ser intelectual na militância política mais desenfreada.¹⁵

Em janeiro de 1943, juntamente com Jorge Amado, chega à Bahia a notícia de que havia um organismo - a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) - atuando como direção do partido no Rio de Janeiro. As informações davam conta de que a CNOP estava controlando no Rio de Janeiro a Liga de Defesa Nacional, associação de militares reformados. Sustentava uma linha política de União Nacional semelhante àquela defendida pelos baianos, com apoio a Getúlio Vargas, para a guerra e para a paz. Os principais quadros ligados à CNOP eram Amarílio Vasconcelos, Maurício Grabois, João Amazonas, Pedro Pomar, Ivan Ribeiro e Francisco Leivas Otero (estes dois últimos ex-tenentes). Mesmo de posse das informações, o Comitê Regional da Bahia mantém-se fiel à orientação do Bureau Sul-Americano da IC de não manter ligações com o sul do país. Onde a decisão de não reconhecer a CNOP como organismo partidário e, muito menos, como direção nacional. Mas, a essa altura, Arruda, Armênio Guedes e outros, já mantinham contatos não apenas com a CNOP do Rio de Janeiro, como também com o "Comitê de Ação", recém-criado em São Paulo.

Por todas essas razões, não é surpreendente que no trabalho de reorganização do PC (que ganha força a partir do

15. Sobre a trajetória do grupo ver FALCÃO, João, *O Partido Comunista que eu conheci...*, ed.cit.

segundo semestre de 1942), tenham vindo de outros estados - e particularmente da Bahia - os jovens intelectuais, estudantes e aliancistas de 1935 que irão remontar a máquina partidária. Esses "estrangeiros", além do ar de conspiradores, definiam-se a partir de alguns atributos: eram revolucionários, organizadores, mas também e essencialmente políticos. Marcados por uma concepção jacobina de ação, pensando-se como a encarnação do herói revolucionário, não à toa mantém com os "grandes intelectuais" uma relação bastante tensa e problemática, como se estes não passassem de diletantes, estetas necessitados de condução e controle.

É conhecida a predominância na linha política do PCB da orientação nascida da reunião ocorrida em agosto de 1943, a chamada a "Conferência da Mantiqueira". Nesse encontro ocorreu o desfecho, legitimado pela mística da sigla e pelo aval de Prestes, da luta que se travava durante os anos de Estado Novo entre os vários grupamentos que formavam a esquerda brasileira. O desfecho irá se dar em dois níveis: o organizativo, pois marca a ascensão de um novo grupo dominante na história do PCB; e, o que é mais importante, o propriamente político, definindo uma linha política que teria papel decisivo, não apenas na explicação da conjuntura política, mas principalmente na fixação de alguns traços da cultura da esquerda. Sustentada pela prevalência da questão nacional e pelo primado do público sobre o privado, tal linha caracterizaria uma espécie de ajustamento à cultura política estadonovista.

Na "Conferência da Mantiqueira", celebra-se uma aliança entre a CNOP, Prestes e os membros do grupo baiano que haviam

ajudado na reorganização do partido em São Paulo. O grupo da CNOP do Rio de Janeiro, era constituído por homens de máquina, sem grande densidade cultural e limitados intelectualmente. Já os jovens que haviam se articulado em torno do Comité Regional da Bahia, além do iacobinismo, também traziam, na maioria dos casos, um preparo universitário e uma boa formação cultural. O resultado da Conferência consolida o peso partidário de uma nova geração, mais intelectualizada que a média da militância (formada na política do obreirismo) mas sem vínculo com a grande intelectualidade e disputando a hegemonia com a velha *intelligentsia* de esquerda. Seus componentes, egressos de regiões decadentes mas com tradição política (principalmente da Bahia), encontravam no PC um mecanismo para exercer a pretensão de elite condutora de pessoas e projetos. Diferentemente da "nova geração" de São Paulo e Rio de Janeiro, mais preocupada com o tema da geração, com a revisão do modernismo e com o papel do intelectual, esses "jovens" não se limitavam aos debates culturais, procurando definir ou redefinir sua identidade através de uma inserção social radicalmente nova. Tinham por isso uma percepção mais arguta do "momento maquiavélico". só que, marcados pelo revolucionarismo da época, alimentavam uma visão muito instrumental da atividade política, destituindo-a de dimensão reformadora e separando-a da dimensão cultural. De certo modo, na aliança da CNOP e dos nordestinos com Prestes consolidava-se a impossibilidade de se constituir um núcleo dirigente politicamente afinado com o universo da cultura e com a contemporaneidade. O "maquiavelismo" rapidamente se amesquinha em burocratização, na medida em que

iria pensar o partido quase que exclusivamente como uma máquina, pronta para o assalto ao poder.

Por outro lado, a diferença de estatura e importância entre Prestes e a "nova geração" irá gerar um complexo processo de "culto à personalidade" que não pode ser reduzido apenas à influência stalinista¹⁶. Seja como for, fortalece-se o componente religioso da militância, reduzindo a política a fé e resolvendo pessimamente questões próprias à cultura e aos intelectuais. Durante o processo de transição, a separação que se vai sedimentando no meio da esquerda entre política e cultura não advém de um rompimento explícito com os intelectuais, mas de uma espécie de "divisão de tarefas": quem formula são os "políticos", os "dirigentes revolucionários", e estes são aqueles que controlam a máquina partidária: os "intelectuais" dão respaldo, com suas obras e notoriedade, à imagem pública do partido. Instrumentalização e ornamentalidade, eis o preço pago por parcela da intelectualidade para resolver o dilema ético de sua vinculação com o povo.

Excluídos da aliança que dava sustentação a esse modo de conceber as relações entre cultura e política, ficavam a grande intelectualidade de esquerda do Rio de Janeiro e os paulistas. Conforme dissemos acima, a dificuldade da esquerda paulista de lidar com o poder central se recolocava, diante da perspectiva de se constituir uma nova direção nacional para o Partido Comunista. Contra a corrente, os paulistas não aceitavam a presença do governo na união nacional. A tendência foi de que as divergências

16. Sobre a criação de um sistema de culto à personalidade ver CAVALCANTI, B.D., *O Juramento de Lealdade e Fidelidade*, Grupo de Trabalho Partidos e Movimentos de Esquerda, ANPOCS, outubro de 1984.

se acirrassem, pois desde o início do Estado Novo, em São Paulo, a militância intelectual de esquerda havia sido o tempo todo favorável a uma aliança com os liberais, colocando-se contra qualquer política de apoio a Vargas. Novamente, é a relação com o Catete e com Getúlio Vargas que divide as opiniões. Agora, o grupo de São Paulo, remanescente dos oponentes de Bangü em 1937 e com presença em revistas locais como *Ilustrada* e *Hoje*, faz simultaneamente a defesa dos aliados e a crítica à política de União Nacional em torno de Vargas contra o nazi-fascismo¹⁷.

Ao menos entre os intelectuais de São Paulo (Caio Prado Jr., Mário Schembero, Tito Ratini, Heitor Ferreira Lima, entre outros), a defesa dessas posições levará à criação do "Comitê de Ação", que propunha a "formação de uma 'união democrática nacional' com outros elementos de esquerda e democratas-liberais de modo a se opor a Vargas e ao Estado Novo"¹⁸. A derrota da política preconizada pelos paulistas através do "Comitê de Ação" levará muitos de seus membros e simpatizantes a se afastarem da órbita do PC. Esse episódio, para alguns autores, teria como uma de suas consequências a constituição da Esquerda Democrática, embrião do futuro Partido Socialista Brasileiro(PSB)¹⁹.

Os paulistas do "Comitê de Ação" eram menos jacobinos, mas tinham melhor formação intelectual, até porque alguns deles eram descendentes da oligarquia viajada e culturalmente curiosa que dera sustentação ao modernismo. Como veremos em outro capítulo, São Paulo assume uma posição especial porque a ala

17.LIMA,H.F., *op.cit.* pp. 275 e 276

18.RODRIGUES, L.M., *op.cit.*, pp.404

19.LIMONGI, F.P., *op.cit.* pp.30

esquerda da intelectualidade (Caio Prado Jr. à frente) compartilha uma experiência de formação rigorosa (e até acadêmica) com militância política e compromisso ético -- situação que não tem equivalente nos outros estados. Nem mesmo no Rio de Janeiro.

De agosto de 1943 até o final de 1945, a cultura de esquerda se vê oprimida por um dilema: aceito o princípio de uma política de união democrática nacional qual seria o eixo que a constituiria politicamente? Posto em termos mais diretos: a democratização deveria vir com Vargas ou contra ele? De certo modo, nessa opção jogava-se também o acerto de contas com a tradição e com o passado. Dois modos de ver: um no qual impera o antifascismo e outro no qual prevalece o antivarguismo. Em ambos deixa-se de levar em conta a permanência da cultura política e das instituições do Estado Novo.

De todo modo, as circunstâncias em que se travava a luta contra o nazifascismo, bem como o heroísmo demonstrado pela esquerda em nível internacional-- na Guerra Civil Espanhola, na Resistência, etc.--, eram elementos fortes a contribuir para que entre os intelectuais se forjasse um ideal de identificação heróico, jacobino, simpático à imagem do revolucionário profissional, do conspirador, do subversivo. A truculência do regime contribuiu para que o mito do revolucionário se colocasse também como um dos horizontes a partir do qual os letrados, amplamente falando, procurariam redefinir sua identidade social.

Até 1945, as tentativas de reorganização do PC esbarrarão em dificuldades que não resultam apenas da situação de ilegalidade, mas também das resistências e discordâncias em

relação à linha política de união nacional em torno de Vargas. Durante todo o ano de 1944, personalidades intelectuais com projecção na sociedade e identificadas não apenas com a esquerda mas também com a história do PC orientaram suas ações e suas intervenções por uma política diferente daquela definida na Conferência.

Entre esses intelectuais, atuantes nos seus meios culturais de origem, vinha se fortalecendo a convicção da necessidade imperativa, não só de uma aliança política, mas de uma interlocução mais ativa e profunda com o pensamento liberal. A partir dessa premissa básica, assumiam-se como comunistas e marxistas, para colocar-se criticamente em relação à tentativa de se unir a Getúlio Vargas contra o nazifascismo. Pois, nessa aliança viam a continuidade do Estado Novo, não se convencendo porém quanto à possibilidade de reforma democrática do regime.

Muitos embaraços foram criados por causa disso, já que entre os que não ansiavam a aliança com Getúlio Vargas e pretendiam se manter na frente de oposição ao regime estavam intelectuais do porte de Astrojildo Pereira, Caio Prado Jr. e Alberto Passos Guimarães, entre outros. Ou seja, figuras que além de terem forte influência entre os intelectuais, haviam participado ativamente dos movimentos pelo restabelecimento das prerrogativas democráticas, mas sem abdicarem de suas posições comunistas. Nesse sentido, eram personalidades imprescindíveis não apenas ao partido, mas para o aprofundamento da democracia. No

entanto, nem sempre foram considerados enquanto tais²⁰. Mas, até que se definisse a vertente vencedora, a atuação do PC na conjuntura estaria genericamente marcada pela preocupação com o implemento de uma política cultural ampla²¹.

No primeiro semestre de 1943, há um certo afrouxamento da censura em consequência do clima de união contra o nazi fascismo que começa a ganhar força. O que, inclusive, coincide com o aumento das referências favoráveis à URSS nos órgãos de imprensa. Conforme vimos, empenhados na definição da conjuntura no sentido da política de união nacional, os núcleos comunistas mais ativos ampliam as iniciativas visando a organização da cultura e oferecendo à intelectualidade dissonante uma solução para sua crise de identidade: a participação no PC, uma espécie de mandato social que daria legitimidade às suas pretensões.

A partir do início de 1944 começa a ser montado o sistema de organização da cultura vinculado ao Partido Comunista. No segundo semestre de 1944 é criada a Editora Vitória, que reúne a pretensão de ser editora comercial com a de ser parte da máquina do partido. Entre 1944 e 1946, demonstrando grande atividade e se beneficiando da militância para a venda e a divulgação de seus livros, a Editora Vitória lança inúmeros textos de clássicos da literatura (Dickens, Gorki, Tolstoi, Balzac, Ehrenburg, Tillier), dentro da linha de difundir e traduzir livros até então inéditos

20. Fernando Papaterra Lionni relata no discurso que o grupo articulado em torno de Caio Prado Jr., em São Paulo, enfrentou quando procurou disputar posições de força com a direção central. E isto vale tanto para as disputas propriamente culturais (excluídos da imprensa partidária, da representação associativa e do sistema cultural controlado pela máquina partidária) quanto para as propriamente políticas (quando tentaram disputar cadeiras seja para a Constituinte de 46, seja para as constituintes estaduais). *op.cit.*, pg.31.

21. Leandro Konder, entre outros, insistiu na tese de que os comunistas durante a transição de 1945, teriam praticado uma política cultural democrática e pluralista. KONDER, L., *Os comunistas e a democracia*, São Paulo, Graal, 1980.

no país, além de textos literários e obras marxistas. Definida a linha política, a direção do PC procura manter, de várias maneiras, o controle sobre a produção política e cultural da editora, buscando até mesmo dirigi-la num sentido favorável ao partido (concursos sobre fatos históricos, como a Revolução Praieira, promoções de venda militante, etc.). A consequência quase imediata dessa relação entre partido-cultura-editora é a constituição de um "público-cativo" que garante, pela manutenção da prevalência do elemento ideológico sobre o de ordem econômica, não apenas a circulação e a venda dos livros editados, mas principalmente o "papel" de verdadeiros mandarins a alguns intelectuais. Esses, entre os quais em alguns momentos Jorge Amado é uma espécie de paradigma, funcionam como baluartes avançados de um padrão de obtenção de reconhecimento e de consagração cultural que em tese se baseia no mercado, mas que faz com que o destino do texto produzido pelo escritor dependa, em larga medida, do aval que o organismo partidário lhe dá. Evidentemente, quanto mais mediocre o escritor maior é a incidência desse mecanismo.²² A importância de um mecanismo como esse ganha importância se pensamos nas dificuldades do momento: falta de recursos, censura, repressão, processos judiciais, etc.

Na definição de sua linha editorial, a Editora Vitória pautava-se por quatro eixos principais: 1) textos marxistas; 2) livros sobre a URSS, as democracias populares e as lutas de libertação; 3) opúsculos de divulgação da política do PC; e 4) textos de clássicos da literatura. Na realização do projeto, nota-

22. WAGNER, A.B., *Jorge Amado: Política e Cultura*. Rio de Janeiro, Campus, 1982.

se a ausência de autores nacionais e um excesso -- a quase totalidade dos textos marxistas-- de autores soviéticos. Isso contribui para que, do ponto de vista do debate teórico, se difunda uma versão particularmente escolástica e positivista do marxismo.

Em fevereiro de 1945, é criada a Edições Horizonte, também vinculada ao PC e especializada em folhetos baratos e de massa visando "a educação política de nosso povo". Os quase 50 títulos que publica (textos de Marx, Engels, Lenin, Stálin; reportagens de guerra e sobre a URSS; materiais de propaganda do partido) deixam clara a contradição entre uma concepção de editora de folhetos para amplas massas e um conteúdo basicamente voltado para o público interno, portanto, para o próprio partido. Contradição que só se agravará com a ilegalidade e com o processo de cassação do registro do partido.

De 1944 a 1947, o PC, além de contar com duas grandes editoras, também influencia outras que, seguindo sua orientação difusa, editam livros identificados com a esquerda, com o anti-fascismo e até com o socialismo²³. A vigência de um clima de liberdades, o prestígio internacional da URSS, a popularidade do secretário geral do PC e a presença de intelectuais no campo de esquerda e mesmo na militância partidária, facilitam essa influência.²⁴

A mais importante dessas editoras foi a Calvino, que publicava textos marxistas, textos sobre a URSS e outros países socialistas, além de editar também -- pouco, é verdade, até menos

23. RUIBIM.A.A.C., *op.cit.*, pp.177-178.

24. *idem. ibidem.* pp.173.

do que as editoras do PC -- os autores brasileiros. Além disso, o PC nesses anos contará também, como ponto destacado de sua política de organização da cultura, com uma "rede" de livrarias, nas quais haveria até mesmo um certo tipo de preconceito em distribuir e vender textos não considerados marxistas. As restrições, nos casos mais extremados, chegavam a atingir até marxistas militantes como Caio Prado Jr. A pretensão de formar um público próprio, ilustrado e consciente, se desdobrava num empenho em estimular e estruturar bibliotecas (individuais e de associações).

A preocupação abrangente com a organização da cultura faz com que o PC -- representante no Brasil do campo cultural organizado pela IC e pelo bolchevismo -- apareça a intelectuais e artistas como o detentor de um mandato social. Nesse sentido, seu poder de atração não se limita à literatura e ao jornalismo, atingindo intelectuais de áreas as mais diversas. Também nas artes plásticas, conforme tendência universal, há grande convergência entre a preocupação social dos artistas e a postura genérica dos PCs a favor de uma arte social²⁵. Cruzando "arte proletária na URSS", "muralismo no México", "realismo social americano", vários artistas passam a se movimentar com a perspectiva de revolucionar sua cultura e consciência política, estabelecendo definições nítidas sobre a arte brasileira. Entre 1945 e 1947, em diversas situações, o PC se utiliza do trabalho de artistas para fazer propaganda. Além de organizarem exposições -- coletivas e/ou individuais--, e ilustrarem a imprensa partidária, os artistas são

25. AMARAL, Aracy. *Arte para que? : a preocupação social na arte brasileira, 1930-1970*, São Paulo, Nobel, 1984. Ver também ZILLIO, Carlos. *A Querela do Brasil*. Rio de Janeiro, MEC/FUNARTE, 1984.

chamados para a produção de cartazes durante as campanhas eleitorais e, nos casos de maior prestígio, até para se candidatarem a deputados e vereadores (exemplo: Portinari). A intensidade dessa relação é de tal monta que não seria exagerado considerar que há uma verdadeira absorção de artistas e escritores pelo sistema de editoras e pela rede de imprensa do PC. Sob o comando do grupo baiano, sustentado pela rotinização do carisma de Prestes, essa estrutura vai se articular de um tal modo que o intelectual passa a ser bastante valorizado, não porém como formulador de política ou organizador da cultura, mas como propagandista, dos símbolos e dirigentes do partido. Em busca de um mandato social que lhe garantisse o acesso ao povo, o intelectual encontra no PC o caminho para obter um público, mesmo que tendencialmente isso signifique também a sua esterilização na propaganda e na ornamentalidade. Legitimar uma prática profundamente anti-pluralista e castradora: esse é o preço pago por escritores e artistas que se tornam servidores do partido, entregando-se de corpo e alma a seus desígnios. Em troca ganhavam não apenas uma solução para sua crise de identidade, como também um mecanismo para assegurar sua sobrevivência: um mercado cativo. Jorge Amado, durante um período, é o modelo desse tipo de intelectual, que serve ao partido fazendo literatura de encomenda. Astrojildo Pereira pode ser considerado o modelo alternativo: escreve para um público de intelectuais, está preocupado com o rigor próprio das comunidades acadêmicas, mas não perde o compromisso ético nem a coerência política.

3. A jovem intelectualidade carioca e a *Revista Acadêmica*

Um dos pólos de agitação e discussão dos rumos do país no início dos anos 30 é a Faculdade Nacional de Direito. Com forte presença de professores assumidamente pró-marxistas e identificados com a esquerda (como Castro Rebelo, Hermes Lima, Leônidas de Resende, entre outros¹), a Faculdade foi um celeiro de jovens inconformados. Fruto desse inconformismo, surge em 1933 uma publicação que se manteria até 1948, sempre com uma "significação toda especial"². Fundada por Murilo Miranda, a princípio uma revista de alunos da Faculdade de Direito, de pequena tiragem e redação sem lugar fixo, a *Revista Acadêmica* se transformaria num importante ponto de referência não apenas para a intelectualidade carioca, mas também para a de outros centros, ganhando "projeção como veículo de idéias novas, como órgão de vanguarda numa época de intensa busca da identidade nacional brasileira"³. Toda a "grande intelectualidade" de São Paulo, Minas Gerais, etc. acabou confluindo para essa publicação que, de 1933 a 1948, acolheu as inclinações avançadas de seu tempo, "revivificando o espírito internacionalista e de vanguarda dos periódicos do primeiro Modernismo"⁴.

1. CASTRO, M.W. de. "Entrevista". In ANTELLO, R. *Literatura em Revista*, São Paulo, Atica, 1984., pg. 298.

2. ANDRADE, C. Drummond em "Quase Memórias", programa da Rádio MEC, 1954. (cit. ANTELLO, R., *Literatura em Revista*, ed. cit., pg. 351)

3. CASTRO, M.W., *Mário de Andrade: exílio no Rio*, Rio de Janeiro: Rocco, 1989, pg. 69.

4. ANTELLO R., *op. cit.*, pg. 113.

Durante os quinze anos de existência a revista teve várias fases, com muitas incertezas e grande mobilidade⁵. Nela colaboraram e/ou fizeram parte de seu Conselho de Redação: Mário de Andrade, Alvaro Moreira, Anibal Machado, Candido Fortinari, Artur Ramos, José Lins do Rego, Santa Rosa, Rubem Braga, Jorge Amado, Sérgio Milliet, Graciliano Ramos, Oswald de Andrade, Erico Veríssimo, Tavares Bastos, Hermes Lima, etc.

Mas, no Conselho Diretor e na definição do perfil editorial da revista a presença marcante foi a do grupo de egressos da Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro que a criara. No comando do empreendimento esteve sempre Murilo Miranda⁶, secundado por Lúcio Rangel e contando, durante um longo período, com a colaboração fixa de Moacyr Werneck de Castro, Carlos Lacerda, Alceu Marinho Rego, etc... De julho de 1937 a agosto de 1942, Moacyr Werneck de Castro secretariou a revista juntamente com Murilo Miranda⁷. Genericamente antifascista em todas as fases, definiu-se sempre por uma pretensão de autonomia frente à política, mesmo que se possa alinhá-la ideologicamente à esquerda. Talvez uma das razões para entender a relativa longevidade da publicação esteja no fato de ter se declarado, desde o seu surgimento, avessa a posicionamentos políticos. No editorial do primeiro número a preocupação é cristalina: "nasceu de um pulo de gato e vai pular sobre assuntos políticos"⁸.

5. A redação funcionou em diversos lugares, até num apartamento na Rua Barata Ribeiro -- a casa de Murilo Miranda --, e a função de diretor, bem como o conselho diretor e a redação também variaram bastante.

6. CASTRO, M.W., op.cit., pp.69. (Diz ele a esse respeito: "teria sido apenas um efêmero jornaleco estudantil, como tantos outros, não fosse o espírito de iniciativa do fundador.").

7. "Entrevista com Moacyr Werneck de Castro", In ANTELLO, R. *Literatura em Revista*, ed.cit., pg.294.

8. Editorial de apresentação, escrito por Murilo Miranda, *Revista Acadêmica* nº 1, setembro de 1933,

A outra razão para a longevidade da publicação seria a capacidade de "cavacão" demonstrada por Murilo Miranda. Este, sustentando-se no genérico antifascismo da revista, procurou o tempo inteiro garantir sua sobrevivência material. No início obtendo pequenos anúncios ou assinaturas entre os comerciantes judeus (movéis, jóias, relógios, tecidos, peles, modistas, alfaiates, etc, cujos nomes não deixam dúvidas quanto à ascendência: Zveiter, Irmãos Zitrim, Lebelson, Chamoviz, Roitberg, Kogut, etc...)*. Depois conquistando livrarias e editoras, que também passam a anunciar na revista (entre elas, Francisco Alves, José Olympio, Jacinto, Kosmos, Civilização Brasileira, Companhia Editora Nacional). Por fim, atingindo anunciantes economicamente mais fortes. Na mudança de qualidade dos anúncios e anunciantes revelam-se as alterações na conjuntura e seus reflexos na cultura. No começo, os anúncios são mais sutis, chamando a atenção para curiosidades brasileiras (além dos citados acima, os penhores de *Vianna e Irmão*, *A Mutante*). Depois, na última fase, monográfica, anunciava Jean Patou, Lanvin, porcelanas de Mappin e Webb, a pioneira Air France ("Rio-Paris em 30 horas"), etc... De um modo ou de outro, nessa trajetória, refletiam-se na revista o impacto das novidades tecnológicas (Olivetti, Barret, Gillette Azul, rádio Pilot, Ford V-8, Remington, Caloric, Souza Cruz, etc.) que, a despeito das mazelas da guerra, causavam deslumbramento em todo o

9. CASTRO, M.W., *op.cit.*

mundo¹⁰. Nas propagandas, além de estar presente a trajetória da guerra, revela-se o que mudava não apenas na economia nacional e internacional, mas também no campo cultural. Dos pequenos anúncios de comerciantes judeus do Catete, passava-se às imagens que pretendiam expressar "o ritmo internacional de uma Paris liberada e um Ocidente refestelado"¹¹.

Entretanto, a pretendida neutralidade política deve ser bem entendida, já que nem sempre foi mantida do mesmo modo. Em virtude da aceleração ideológica, principalmente a partir de 1934, quando Mário de Andrade torna-se uma espécie de guia espiritual da revista¹², uma série de notas e inquéritos revelam a curiosidade crescente dos estudantes de direito pelo socialismo. Durante 1934, 1935, 1936 muitos são os artigos abordando as experiências estéticas e políticas (futurismo, marinettismo, fascismo, nazismo, comunismo, etc.), o que não deixa de ser um feito, dadas as condições políticas bastante repressivas¹³. A fase de crítica e análise se ameniza a partir de 1937, e se reduz bem mais a partir de 1939, quando se reacende a literatura.

10. Um anúncio como o da Olivetti*, além de contribuir para a definição do público "moderno" que a revista pretendia atingir, dava legitimidade para que a direção da Acadêmica continuasse a procurar patrocinadores:
*Sres. Intelectuais:

*Esta é a máquina que vos convém.
Macia e silenciosa, gravará no papel
o vosso pensamento sem vos perturbar
o espírito.*

11. ANTELLO, R., *Literatura em Revista*, ed.cit. pp. 109.

12. Posição que seria mantida até sua morte, pois Mário elegeria exatamente o grupo da revista como o modelo mais acabado de jovens intelectuais do período. Nos anos seguintes enquanto critica os jovens intelectuais de São Paulo agregados em torno da revista *Clima* por sua desvinculação dos problemas sociais e pelo excesso de academicismo, saúda Lacerda, M. Werneck de Castro, e mesmo Murilo Miranda e Lúcio Rangel, por sua vocação pública. Ver Andrade, M., *Cartas de Mário de Andrade a Murilo Miranda (1934-1945)*; CASTRO, M.W., *Mário de Andrade: Exílio no Rio*, ed.cit. pg. 78-80.

13. Faz um número especial em 1936 em homenagem a Romain Rolland, conhecido por suas posições antifascistas e pacifistas. Apoiava a República contra Franco, apontado como instrumento de Mussolini e Hitler. Homenageia Garcia Lorca. Condena o racismo, traduzindo desde artigos de revistas comunistas francesas, até a encíclica papal *Mit brennender Sorge*. CASTRO, M.W., *op.cit.*, pg. 70-71.

No entanto, a partir de 1938, aumentam os sinais de que a revista está se tornando militantemente literária. E neste período que grandes intelectuais publicam nela seus poemas (Drummond, Mário, Murilo Mendes, Manuel Bandeira, Oswald, etc...). Durante o apogeu do Estado Novo, de 1939 a 1941, a revista vive um momento de adequação à política cultural estadonovista, e dedica vários de seus números à publicação de homenagens (Tarsila, Fortinari, Jorge de Lima, A. Frederico Schmidt, Segall, Bruno Giorgi, M. Andrade, etc...) de certo modo saudando a opção moderna, que não deixa de ser a do Estado Novo. Nesse período, os jovens mais engajados, como C. Lacerda e M. Werneck de Castro, mesmo sem se afastarem da revista, passam a colaborar de modo mais efetivo em outras revistas e jornais.

Seja como for, ao longo dos anos, há uma variedade de propostas de mudança, revolução e modernidade nas páginas da revista. Afinal, as expectativas de transformação impunham no pós-30, especialmente aos intelectuais, a formulação de alternativas para um conjunto tão multifacetário quanto o Brasil. Não é apenas aqui que isso acontece, em toda a América há uma adequação de propostas radicais de transformação ao espaço institucionalmente definido. Principalmente porque os limites da realidade mostram muito pragmaticamente que a funcionalidade do projeto aumenta, conforme diminui o radicalismo dos atos¹⁴.

14. "Intelectualmente, estar ligado ao poder, nesses anos implica ser gerente ~~se~~ ser dono, significa gerar diretrizes, planejando e exercendo algum grau de controle sobre a massa, o que, entretanto, abalava a empatia solidária dos intelectuais mais conscientes. Tanto em termos de política partidária quanto cultural, a fonte de força e continuidade é, precisamente, essa idéia de pacto em que o chefe arbitra e controla as dissensões. E se isso é especialmente válido para o 'populismo varquista', é lícito relacioná-lo com um dos dos tópicos do Modernismo: a consciência dilacerada, o ser multitudinário, porém, avesso e dividido, em equilíbrio instável, dada a descontinuidade entre percepção e realização". ANTELLO, R., *op.cit.*, pg.116.

Na raiz da busca está o conflito que atordoa as elites nos anos 30. O elemento popular impunha-se como *força social latente*, mesmo que não tivesse, de fato, condições para barrar o caminho da revolução passiva, arregimentando um movimento autônomo e com dimensões nacionais. Na melhor das hipóteses, participa em movimentos que representam exatamente o contrário de seus interesses. Conforme vimos em outra parte, a intelectualidade premida pelos imperativos da revolução passiva, pensa ter encontrado seu papel sintonizando ambas as demandas: "nacionalismo oligárquico e participação popular"¹⁵.

Mas para aqueles que, em disponibilidade -- por posição ideológica ou geracional --, vão para a oposição à liderança estatal, a situação é menos confortável. Participam do jogo sem condições de jogá-lo, impossibilitados de qualquer resposta efetiva. Exatamente entre eles começa a prevalecer um tipo de utopia, própria de radicais de elite e que será típica de momentos ditatoriais¹⁶: negar o tempo presente louvando o *amanhã*. Carlos Lacerda, utilizando-se de seu conhecido pseudônimo (Júlio Tavares), transformado em personagem por Marques Rebelo, homenageia Romain Rolland, citando uma frase de sua autoria: "Somos, na miséria e na vergonha do presente, os contemporâneos do futuro". Para afirmar voluntariosamente: "é o futuro que se levanta entre nós. Vamos"¹⁷.

15. *idem, ibidem*, pg.118.

16. Walnice Nogueira Galvão faz uma análise bem interessante a esse respeito quando trata da música popular nos anos 60. Ver: "MMPB: uma análise ideológica". In GALVÃO, W.N.. *Saco de gatos: ensaios críticos*. São Paulo, Duas Cidades, 1976².

17. TAVARES, J. [Carlos Lacerda] "O Futuro é hoje", in *Revista Acadêmica*, a.3, nº 22, set.1936. Neste número, dedicado a Romain Rolland, além de Lacerda, escreveram sobre o assunto: Anibal Machado, M. Bandeira, Stefan Zweig, Alfonso Reyes, Jean Guéhenno, Alceu Marinho Rego, Hélio Walcacer, J.Lins do Rego, Upton Sinclair e Máximo Bórki. Fizerao retratos de Romain Rolland: Ugo Adami e C. Portinari.

Distantes dos núcleos de poder e sem inserção profissional, os intelectuais que se articulam em torno da revista definem-se por uma genérica postura de oposição, sem contudo efetivá-la em alguma proposta que ultrapassasse o marco individual¹⁸. Afinal, essa era a marca de nascimento da publicação, evidente na apresentação de Murilo Miranda para o número 1. Entretanto, até mesmo ele para definir o seu lugar precisa se identificar com uma postura de oposição. Já no lançamento da revista, coloca como seu adversário a Casa do Estudante do Brasil, de orientação comunista e onde pontificava Carlos Lacerda. Murilo procura manter a neutralidade apregoada como necessária fazendo uma denúncia que se restringe aos limites estudantis (aponta irregularidades e falta de representatividade na CEB)¹⁹. No número 2, Murilo se vê na obrigação de recuar no ataque contra a CEB, procurando retomar o tom de neutralidade e evitando qualquer vinculação ideológica mais explícita: "... não importa se rumamos pela direita ou pela esquerda. Vamos à frente, e o nosso objetivo maior seria estabelecer a mais perfeita harmonia na classe acadêmica, a fim de substituir a coesão capaz de realizar as aspirações da mocidade estudiosa. E por isso que combatemos essas instituições que se arvoram em representantes e orientadores da classe, fruto dessa politicalha fedorenta, praticada por esses arrivistas que, ao invés de pretenderem um dia estabelecerem banca, devem tomar desde já lugar num balcão

18. Aníbal Machado disse certa vez que a sua geração sabia o que não queria, mas ignorava o que procurava, por estar perdida num sentimento de provisoriidade e por um temor reverencial de que se a inaugurasse.

19. *Revista Acadêmica* nº 1, set.1933.

comercial... E preciso reagir"²⁰. Nota-se aí outra marca que vai impulsionar a revista em todas as suas fases: o voluntarismo.

No fundo, a reivindicação de uma oposição técnica, formal e pretensamente neutra de Murilo Miranda, trazia implícito o anseio de que aos jovens acadêmicos deveriam assumir funções dirigentes, dentro e fora do aparelho de Estado. Mas se Murilo pleiteia tal papel, combate aqueles que não aguardam o momento certo, mostrando-se muito apetitivos e querendo "tomar desde já lugar num balcão comercial". Talvez o tom radicalmente antiideológico, pretendido no editorial de apresentação do primeiro número, revele um temor simultâneo: do mercado e da capacidade de absorção do Estado (dimensões que no momento se confundem bastante). Presos ainda a um padrão de consagração que não aceita o comércio de palavras, o discurso crítico que os intelectuais da revista pretendem produzir é neutralizado e incorporado pelo campo cultural que está sendo constituído a partir da ação estatal. O que nos permite pensar que o tipo de discurso pretendido talvez se encaixe na necessidade de o Estado contar com vozes discordantes, inclusive para confirmar seu papel de árbitro sobre a sociedade. Onde o julgamento caústico de Raul Antello: "ninguém mais estadonovista que estes intelectuais, bancando comunismo e deglutidos pelo Estado autoritário"²¹.

Há que se ressaltar, porém, que as coisas na revista foram bem mais complexas do que aparentam à primeira vista. E se o comentário de Antello pode ser válido para parte significativa dos participantes e colaboradores da revista, não cabe nem para Moacir

20. Citado em ANTELLO R., *op.cit.* pp. 119.

21. *idem*, *ibidem*. pp. 120.

Werneck de Castro (sempre na oposição, à esquerda e criticando aqueles que colaboram com os organismos culturais do governo), nem para Carlos Lacerda, como se sabe antigetulista cada vez mais virulento. O problema é que na busca de uma identidade, em seus primeiros anos, ao mesmo tempo em que mostra curiosidades comunistas, publica vários artigos que revelam proximidade com algum tipo de nacionalismo autoritário. O que não deve nos surpreender, pois, como já vimos em outra parte, essa era a religião da intelectualidade no início dos anos 30; a problemática nacional se impunha sobre todas as outras, inclusive sobre a questão das classes. Essa dimensão era tão marcante que Alceu Marinho Rego, preocupado com o nacionalismo em países atrasados, em 1933, chega a elogiar Hitler²², retomando o tema em 1937, quando resgata Sandino como modelo de antiimperialista²³.

Por outro lado, a curiosidade comunista dos primeiros anos leva a uma exaltação exagerada do processo soviético²⁴. O fato de os jovens da revista serem profundamente influenciados pela cultura francesa estimula o horizonte socialista e o lado militante. Tais simpatias, mesmo que alguns considerassem que a influência francesa estava "em decadência ou mesmo aniquilada" (como chega a afirmar Mário em artigo para a revista²⁵), eram um

22. REGO, A.M.. *Revista Acadêmica*, a.1. nº 2. out.1933.

23. REGO, A.M., "Um morto que está presente (Sandino). *Revista Acadêmica*, a.3, nº24-5, jan.1937.

24. ANTELLO, R., *op. cit.*, pg. 121.

25. ANDRADE, M., "Decadência da influência francesa no Brasil". *Revista Acadêmica*, a.2, nº 8, s.d.

subproduto do "francesismo"²⁶. Só que, nos primeiros anos da revista se o modelo é francês, não há como negar que a inspiração é russa (é o tempo da confiança comunista de Mário: "O comunismo há de vir"²⁷). Ou seja, ainda que estimulados por Moscou, esses escritores guiavam-se por Paris; o fascínio se manteria durante todo Estado Novo, sendo retomado ao final da guerra, numa espécie de peça de resistência à avalanche "americanizante"²⁸. Ao final da guerra, a revista retomaria o francesismo, não mais em sua vertente militante e de esquerda, mas como atestado de renascimento do elitismo liberal. A ênfase literária e os percalços da luta ideológica levariam a orientação da revista para uma orientação cada vez mais neutralista. Postura que a aproxima do elitismo liberal, agora em sua forma udenista, e que a encaminha para o combate aos herdeiros do varguismo (PSD e PTB) e ao comunismo, recorrendo à nostalgia de um Brasil decente que teria se perdido.

Portanto, na saída do Estado Novo, não só o modelo quanto a inspiração são franceses. Se em seu início a revista divulga a Brigada Cimento e as teses do Congresso de Escritores em Paris, ao final do Estado Novo ela abdicará da pretensão de ter qualquer papel de mediação na relação Estado e massas -- objetivo

26. Perguntado sobre quais as principais influências que marcaram os jovens da *Acadêmica*, Moacir Werneck de Castro não deixa dúvida a esse respeito: "Nossa maior fonte de inspiração eram as publicações de esquerda na França, como *Monde* de Henri Barbusse; *Commune*, dirigida por Aragon; *Clarté* de Romain Rolland, e *Europe*, fundada também por Rolland. Com a guerra e a ocupação da França, essa fonte secou. E preciso levar em conta, também a influência da chamada literatura proletária que começava a circular no Brasil a partir de 1934, com *Judeus sem dinheiro*, de Michel Gold, *Cimento* de Gladkov, *O Volga desemboca no Mar Cáspio*, de Pilniak, e outros... Depois, nova atmosfera em que a luta contra o fascismo era o centro, nós não nos preocupávamos muito com os expurgos stalinistas". ("Entrevista", In ANTELLO, R. *Literatura em Revista*, ed. cit., pg.296.

27. LOPEZ, T.P.A., *Mário de Andrade: Roteiros e Caminhos*, São Paulo, Duas Cidades, 1976.

28. TOTA, A.P., "Disseram que eu voltei americanizado: as relações culturais entre Brasil e Estados Unidos nos anos 40". *Mimeo*, 1991.

esse procurado pela intelectualidade comunista, da qual o jovem Moacir Werneck de Castro fazia parte: fato que o levará a afastar-se da revista desde o início de 1943. Já os outros "acadêmicos", rendendo-se ao liberalismo elitista, abdicam de qualquer perspectiva de "ir ao povo". Com o correr do tempo definem-se, pela UDN, ainda que de maneiras distintas. Em Murilo Miranda a opção pelo liberalismo se traduz de modo singular: na ênfase moralista, que ataca a corrupção econômica, na temática do anti-estatismo e na preocupação com a ilustração das camadas populares. Em Lacerda, na radicalização quase caricata da outra feição udenista: no anticomunismo.

O interessante é que Lacerda, visto como um prócer da esquerda, além de um dos porta-vozes da revista, foi sua inteligência mais brilhante e aglutinadora até meados da guerra. E ele também que, de modo mais sistemático e recorrente, discute na revista a função do intelectual. Já em abril de 1935, junto com Jorge Amado, assina um manifesto à juventude brasileira²⁹. Com o pseudônimo (Júlio Tavares), lança uma carta aos intelectuais às vésperas do Estado Novo³⁰. Em agosto de 1941, critica a censura e o instável compromisso da intelectualidade com o poder³¹. Em novembro de 1942, fecha posição junto com os aliados, tendo

29. AMADO, Jorge et alii. "A juventude brasileira". *Revista Acadêmica* nº 10, abr. 1935.

30. TAVARES, J. (pseud. Carlos Lacerda). "Carta aos autores, atores, artistas e cientistas do país", a.3, nº 29, ago. 1937.

31. LACERDA, C., "A inteligência amestrada faz piruetas". *Revista Acadêmica* nº 57, ago. 1941. Nesse artigo, Lacerda cobra coerência à classe intelectual que estaria se negando como classe, ao buscar a conciliação entre coisas inconciliáveis e deixando de falar sobre o que realmente importava. É a partir desse artigo que Lacerda elabora o conceito de "desconversa" que, inclusive, utiliza para analisar as pesquisas que são realizadas no SPHAN. Mário de Andrade elogia o artigo em carta a Murilo Miranda de setembro de 1941, vendo nele ecos de seu texto "Elegia de Abril", publicado no número inaugural da revista *Clima*, como apresentação. ANDRADE, M., *Mário de Andrade: cartas a Murilo Miranda (1934-1945)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981, pg. 91-92.

Getúlio Vargas à cabeça³². No ano seguinte, faz discurso comemorando dez anos da *Acadêmica* e defende a união dos intelectuais em torno da luta antifascista, mas procura distinguir os campos dentro da oposição.

Por essa ênfase na questão do intelectual, dentro da *Acadêmica*, Lacerda ocupa papel sinular, principalmente se levamos em conta a importância assumida por ele nos anos seguintes, quando se torna um dos próceres da UDN. Personalidade política e cultural que está a merecer estudo mais detalhado, Carlos era filho do grande político Maurício de Lacerda e sobrinho de Fernando e Paulo de Lacerda, dois dirigentes comunistas com vivência internacional. Quando começa a escrever para a *Revista Acadêmica*, apesar de sua juventude, já tinha experiência jornalística. Bastante marcado pela experiência familiar, em 1930, estreara no *Diário de Notícias*; logo depois, entre 1933 e 1934, dirigira o Clube da Reforma, mantendo, sob sua responsabilidade, a *Revista da Casa do Estudante do Brasil*, *Rumo*. Posteriormente, trabalha em outras revistas de opinião, além de na *Acadêmica*. Sua presença em *Diretrizes*, de Samuel Wainer; em *O Jornal*, de Assis Chateaubriand; em *O Observador Econômico*, de Valentim Bouças, entre outros, demonstra a assiduidade na imprensa e nos embates que se travavam então.

Entretanto, mais significativo do que sua militância e sua intensa atividade na imprensa, é o percurso ideológico-político cumprido por Lacerda. De uma fase fortemente esquerdista, e mesmo comunista, transforma-se no inimigo público número um de

32. LACERDA, C., "Os intelectuais e a união nacional". *Revista Acadêmica*, nº 62, nov.1942.

tudo o que se refere a comunismo, a prestismo e a getulismo. E se mudam os "temas" ideológicos, de esquerdistas a conservadores, mantém-se inalterados a rigidez de conceitos e o esquematismo, seja como jornalista, sempre envolvido em polémicas agressivas, seja como líder político moralista e inimigo visceral de Getúlio Vargas. Desde o início da *Acadêmica*, até assumir a condição de grande liderança udenista. Lacerda mantém o mesmo estilo: agressivo, "gênero 'é na batata' com aquela facilidade leal clara, estonteante de julgar firme, dizendo tudo com aquela verdade verbal de grande escritor que já nasceu feito..."³³.

Em 1937, a pretexto de fazer propaganda da candidatura de José Américo de Almeida e combater a de Armando Salles como reacionário. Lacerda vai a Belo Horizonte junto com Luis Paes Leme, Hélio Walcacer, Emílio Carréra Guerra e Alceu Marinho Rego. Em realidade, o objetivo era o de fazer campanha antiintegralista e, ligeiramente, comunista. Através de ligações com um oficial de gabinete de Benedito Valadares, conseguiram passagens "pagas pelo Governo de Minas" para descer o rio São Francisco. Nessa viagem, de Pirapora até Juazeiro, Lacerda e Hélio Walcacer lêem o livro *Nordeste* de G.Freyre. A leitura crítica de Lacerda, que inclusive lhe inspira a elaboração de alguns trabalhos³⁴ contrários às posições de Freyre, seria amenizada a partir de 1939, quando, após a leitura de Sarmiento, passa a propor: povoar, civilizar, modernizar o Nordeste, bem nos moldes do Manifesto Regionalista de 26. Em agosto de 39, publica, sem assinatura, em *O Observador*

33. ANDRADE, Mário de. *Cartas de Mário de Andrade a Murilo Miranda* (1934-1945), ed.cit., pg.51-52.

34. LACERDA, C., "A propósito de *Nordeste*", *Revista Acadêmica* a.4, nº 38, agosto de 1938 e "O São Francisco e o integralismo", *Diretrizes* nº 4, setembro de 1938.

Econômico um artigo no qual reúne notas de viagem com leituras recentes e efetiva a mudança acima apontada. Nesse artigo, inclusive, consolidando a quinada decorrente da ruptura com o PC, Lacerda radicaliza as posições procurando fazer uma revisão profunda de seus pressupostos³⁵.

A ruptura com o PC tem como fundamento um artigo escrito por ele para *O Observador Econômico*, em janeiro de 1939. O artigo, "A exposição anticomunista", causa enorme celeuma nos meios ligados à esquerda e ao PC³⁶. A direção do partido acusa Lacerda de ter revelado "segredos", expondo a estrutura da organização e facilitando o trabalho da repressão. Por isso declaram-no inimigo, colocando-o no index dos traidores e, de certo modo, induzindo parte da intelectualidade de esquerda a romper relações com ele. Na raiz de todo o seu anticomunismo posterior está a sua exclusão do campo da esquerda, comandada pela direção do partido comunista e várias vezes reiterada por Prestes, quando das inúmeras tentativas de Lacerda se reaproximar do PC. Mais uma vez a vertente majoritária da esquerda brasileira, resultado do casamento do tenentismo com a influência da IC, excluía de suas fileiras aqueles que não sequissem literalmente suas orientações.

Como reação à essa exclusão, realizada de moem um certo ar front-populaire. E assim também em discurso de setembro de 1943, quando homenageia os dez anos da revista, que tem fortes influências do manifesto dos mineiros, mas no qual se pede a unidade dos intelectuais para combater o nazi-fascismo.

35. LACERDA, C., "Desafio e Promessa; o Rio São Francisco". *O Observador Econômico e Financeiro*, a.3, nº 43, agosto 1939

36. "A exposição anticomunista". *O Observador Econômico Financeiro*, 3, nº36, jan.1939.

A obsessão de Lacerda em unificar os intelectuais tinha raízes profundas. Em agosto de 1937, chegando da viagem pelo S.Francisco, com o pseudônimo de Júlio Tavares, publica uma carta aos intelectuais na *Acadêmica*, onde pede união em torno de alguns princípios, um certo *ar front-populaire*. E assim também em discurso de setembro de 1943, quando homenageia os dez anos da revista, que tem fortes influências do manifesto dos mineiros, mas no qual se pede a unidade dos intelectuais para combater o nazi-fascismo³⁷.

A obsessão de Lacerda em unificar os intelectuais tinha raízes profundas. Em agosto de 1937, chegando da viagem pelo S.Francisco, com o pseudônimo de Júlio Tavares, publica uma carta aos intelectuais na *Acadêmica*, onde pede união em torno de alguns princípios, aceitos pela maioria e relativos aos problemas da classe: organização de bibliotecas circulantes, caravanas de artistas e escritores ao interior, cursos de divulgação científica, teatros de emergência, defesa dos direitos do autor, desenvolvimento de edições -- "iniciativas que só uma união dessa natureza poderá estudar e organizar"³⁸.

No número seguinte o apelo unitário encontraria repercussão, e um desconhecido de nome exótico (Sá Pedreira) entra

37. LACERDA, C.. "Unidade intelectual e liberdade de pensamento." Este texto, discurso lido durante jantar comemorativo do 10º aniversário da Revista *Acadêmica*, realizado no Fluminense Yatch Club, deveria ter sido publicado na revista, mas acabou ficando inédito. Na conferência Lacerda destaca a função conservadora do intelectual, já que a ele caberia converter conteúdos elitistas em populares e vice-versa. Frente a demanda imperativa de uma união nacional, como "intermediária entre o governo e o povo", seriam imprescindíveis para uma "união em que todas as divergências sejam ouvidas e todas as ponderações livremente manifestadas". Nessa linha, estabelece as duas posições que deverão se defrontar havendo liberdade de pensamento: com Vargas e com o fascismo, ou contra Vargas e com os aliados. Só assim, com as posições explicitadas tornar-se-ia possível restaurar a dignidade da inteligência. Ver ANTELLO, R., *Literatura em Revista*, ed. cit., pp.356.

38. TAVARES, Júlio (pseud. Carlos Lacerda). "Carta aos autores, atores, artistas e cientistas do país", *Revista Acadêmica*, a.3, nº 29, ago.1937.

na discussão³⁹. Mesmo considerando difícil encontrar uma base comum para reunir interesses tão diversificados, o debatedor em questão vai considerar que isso poderia ser superado pela tenacidade de uma dezena de homens. A aparente diversidade seria dirimida desde que os intelectuais fossem considerados como "os operários da cultura". Deste ponto de vista seria do interesse de **todos** os intelectuais aumentar o mercado da produção cultural, pensando-o como uma questão econômica relativa à produção, venda e lucros. O que colocaria como tarefa imediata da intelectualidade a luta contra a miséria, a enfermidade e a ignorância da massa, integrando-a "na grande luta popular contra as forças de opressão econômica, política e social que esmaçam o povo. Deverão tomar posição contra o imperialismo, em defesa da independência nacional; contra o latifúndio, em favor da pequena propriedade camponesa; contra a barbaria fascista, em prol das liberdades democráticas. Contra tudo que seja barreira e entrave opostos à democratização política, econômica e cultural do país; ao lado de tudo quanto contribua para o levantamento do padrão de vida da população"⁴⁰.

Mas quem seria Sá Pedreira, o formulador dessa posição? A colocação do tema da organização dos intelectuais, não deixa de revelar alguma sintonia com o debate internacional⁴¹ e ajuda a explicar, em parte, a origem de parcela do esquematismo de sua proposição --tão próprio à cultura de esquerda à época--, mas

39. PEDREIRA, Sá (pseud. Astrojildo Pereira). "Organização dos Trabalhadores Intelectuais", Revista Acadêmica, a.3, nº 30, out. 1937.

40. *idem*, *ibidem*.

41. Afinal, esse tema que já aparecerara de modo intermitente em alguns momentos da vida cultural do país, a partir de 1935, com o Congresso de Escritores em Paris, se tornara preocupação generalizada mundialmente.

evoca também a lembrança de um pequeno manual, cujo título é o mesmo que seu proprietário colocou no artigo assinado por Sá Pedreira: "recettes pratiques à l'usage de toutes facultés et tous les travailleurs": *Organization du travail intellectuel* par le Dr.F.Chavigny (Paris, Delagrave, 1936).

O proprietário do referido manual, figura relativamente conhecida entre a intelectualidade do Rio de Janeiro, estava há algum tempo num relativo ostracismo, clandestino, cuidando de negócios pessoais e se protegendo da repressão. Atrás da máscara de Sá Pedreira, está justamente Astrojildo Pereira, fundador do Partido Comunista no Brasil e intelectual inserido na cultura carioca. Onde se compreende a sintonia com a política cultural da intelectualidade antifascista, manifesta na preocupação de organizar os intelectuais. Afinal, mesmo fora do PC desde 1931, Astrojildo era intelectual formado em duas tradições bem distintas: no diálogo crítico com a herança nacional e na escolástica marxista tão comum à época. Levando em conta esse segundo aspecto, é possível entender o esquematismo, porque a cultura da esquerda majoritária à época bebe no reducionismo, no economicismo, no dogmatismo ideológico, que dilui a especificidade do trabalho intelectual, subordinando-o integralmente à classe operária. Não é portanto exclusividade de Astrojildo a perspectiva de que a organização dos trabalhadores intelectuais, numa espécie de sindicato, pudesse significar um passo no sentido da democratização da cultura. Excluído do PC, Astrojildo vivera durante um período em relativo ostracismo, mantendo-se sob a influência difusa da cultura da IC. Nesse momento, inclusive,

seguindo sua linha majoritária tende, em nome dos grandes objetivos (combater a reação, o imperialismo, o fascismo, etc...), a menosprezar certas particularidades.

Mesmo assim, afora um ou outro deslize, Astrojildo geralmente se safa da rigidez de raciocínio, provavelmente por sua vinculação com a herança progressista nacional. Do retorno titubeante, utilizando-se de pseudônimos (além de Sá Pedreira, usava também o de Gildo Pastor) e marcado pelo esquematismo, Astrojildo cumpre uma trajetória bastante complexa e atuante, consolidando sua condição de liderança entre a intelectualidade⁴². E na *Acadêmica* que se define também sua condição de crítico literário. E mesmo que essas contribuições tenham sido assinadas com pseudônimo, demarcavam um passo novo na sua trajetória como intelectual. De certo modo, com elas, retomava o fio da tradição que fora buscar simbolicamente de Machado de Assis moribundo, quando ainda era adolescente⁴³. E exatamente na retomada da herança progressista nacional, concretizada nos estudos sobre Machado de Assis e Lima Barreto, que ele vai se afirmar como um grande intelectual.

A partir de outubro de 1938, Astrojildo volta a colaborar na *Acadêmica* fazendo crítica literária. Nesse momento o esquematismo ainda é bem marcante: prevalece o militante marxista sobre o lado crítico, propriamente intelectual. Pretendendo travar o bom combate no campo da literatura, propõe-se a analisar o livro

42. Nada a ver, portanto, com o culto banal da clandestinidade implícito na mitologia criada em torno da metáfora que Graciliano usa para apresentar a candidatura dele para vereador em 1947.

43. Sobre o episódio em que Astrojildo visita Machado de Assis, ver: MEMÓRIA & HISTÓRIA, *Revista do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro*, São Paulo, a.1. nº 1. 1981; FEIJÓ, M.C., *Formação Política de Astrojildo Pereira (1890-1920)*, São Paulo, Novos Rumos/Instituto Astrojildo Pereira, 1985.

Vidas Secas de Graciliano Ramos. Na análise nota-se a matriz presente na crítica literária influenciada pela Internacional Comunista, quando faz elogio ao livro por reduzir o romance a documentação: operação que, pretendendo-se crítica, invalida o papel do romancista, transformado em mero intérprete da vida social. Astrojildo está preso aos esquemas presentes na cultura comunista da época, muito tributários às concepções de Plekhanov sobre arte e literatura. Um método de fazer crítica literária que exige transparências onde a realidade mostra opacidade⁴⁴.

Já numa crítica ao livro *Poesia em Pânico*, de Murilo Mendes, o enfoque reducionista, presente na análise sobre *Vidas secas*, é contrabalançado por uma maior dosagem de dúvida. Astrojildo reconhece a complexidade e os vários significados da expressão poética analisada, como "um torpedo em desvairio, carregado de explosivo lírico", só que aqui também acaba cobrando do poeta o fato de não usar a dialética como método de pesquisa, mas como alimento da expressão lírica. "Defeito" que atribui ao idealismo de Murilo, fazendo profissão de fé no materialismo como caminho para o poeta encontrar o que procura. Chega a ver a duplicidade em Murilo, como o título do artigo já admite; no entanto, não se permite alcançar a riqueza decorrente da defasagem entre material poético e realização formal⁴⁵. Analisando as posições de Astrojildo nesse período, Raul Antelo localiza nele uma duplicidade que decorreria de sua condição: intelectual

44. PASTOR, G. (pseud. Astrojildo Pereira), "Vidas Secas". *Revista Acadêmica*. Rio de Janeiro, nº 37, ou.1938.

45. PASTOR, G. (pseud. Astrojildo Pereira), "O lirismo dialético do duplo Murilo Mendes". *Revista Acadêmica* nº 44, jun.1939.

vinculado à cultura do país e militante referenciado nas querelas da esquerda internacional.⁴⁶

Na medida em que, a partir do final de 1939, a *Acadêmica* vai se tornando mais concorde com o seu nome⁴⁷, entrando numa "fase foqueteira"⁴⁸ e publicando homenagens⁴⁹, Astrojildo, como todos os intelectuais que pretendiam manifestar uma opinião, busca outros veículos, mais adequados à essa pretensão. A participação em Anuários de Literatura (dos Irmãos Pongetti, por exemplo), em grandes e pequenos jornais, mas, notadamente, em revistas, vão qualificá-lo como um interlocutor privilegiado da grande intelectualidade liberal; visto ao mesmo tempo como militante e como intelectual sério e rigoroso.

O respeito que Astrojildo vai obter é facilitado pelas mudanças da conjuntura. Pois, principalmente a partir de 1939, a ambiguidade do regime dificulta a ação autônoma da intelectualidade, procurando neutralizá-la ou pela repressão ou pela incorporação. De modo que aqueles que não são absorvidos pelos mecanismos culturais do Estado Novo e/ou estão preocupados com a vocalização de uma opinião contrária ao nazi-fascismo,

46. ANTELLO, R., *Literatura em Revista*, ed. cit., pp. 147. Diz ele: "... a ortodoxia supõe um terreno público, abonado de certezas, as certezas fornecidas por um método histórico e universal. E do mesmo modo que a ortodoxia abafa uma doxa plurívoca e omicontextual, retira dos seus domínios as brechas por onde reptam aquilo que não se enquadra: o inconsciente, o chiste. O Astrojildo cívico opõe-se, em voz alta, a um Astrojildo irônico, encerrado nos limites do privado — um detrito espúrio".

47. O que deve não ser atribuído diretamente às pressões da censura. Moacir Werneck de Castro diz a esse respeito: "A Revista *Acadêmica*, pelo seu caráter predominantemente literário e pequena circulação, escapou às pressões mais diretas e brutais do DIP, ao contrário de *Diretrizes*, de Samuel Wainer. Mais tarde, Murilo Miranda se tornaria amigo do então todo poderoso do DIP, Lourival Fontes. Mas, em 1939 essa relação não existia". ("Entrevista", in ANTELLO, R., *Literatura em Revista*, ed. cit., pg. 300.

48. A expressão é de Rubem Braga.

49. Mário de Andrade sempre condenou Murilo Miranda por essa estratégia de manutenção da revista. Recusou peregrinamente um número em sua homenagem, ameaçando inclusive romper com Murilo se o mesmo fosse lançado. E isso, mesmo sabendo que vários dos artigos já estavam prontos. Ver *Mário de Andrade: cartas a Murilo Miranda (1934-1945)*, ed. cit.

encontram muitos entraves para escreverem. Compreende-se que se procure criar alternativas para fugir de tais limitações. Nelas Astrojildo estará sempre presente e ocupando papel cada vez mais destacado. Dentro desse espírito, muitos instrumentos foram criados, mas um teve importância decisiva, por sua permanência e capacidade de agregação da inteligência. A partir de maio de 1938, a intelectualidade carioca passaria a contar com uma nova revista. Paulatinamente esta se tornaria porta-voz não apenas das reivindicações democráticas, mas principalmente das demandas próprias aos intelectuais, atuando no sentido de sua organização e da defesa de seus interesses específicos. A revista em questão é *Diretrizes*, objeto do próximo item.

4. Diretrizes para o Brasil: a oposição na sede da República.

O número 1 de *Diretrizes* é lançado em abril de 1938, como mensário. A iniciativa é de Azevedo Amaral, que convida Samuel Wainer para, juntos, lançarem uma revista voltada para o registro da vida política nacional mas também preocupada com cultura e economia. Mesmo sem Congresso e sem partidos, com a censura cada vez mais atuante, seus criadores acreditavam no sucesso da revista por considerarem que a ebulição que marcava o mundo e o propagado espírito de mudança com o qual o Estado Novo pretendia se identificar, favoreciam o surgimento de um público potencial de leitores. Com subvenção da Light¹, lançaram-se na empreitada, concretizando-a no mesmo mês em que os integralistas tentaram o fracassado ataque ao Palácio do Governo. Sem conflito com o espírito estadonovista, no que se refere à sua adesão ao novo, *Diretrizes* procuraria se implantar afirmando um ideal de transformação e uma preocupação com o moderno que se expressava inclusive nos aspectos gráficos, dando-lhe um aspecto bastante inovador. Para fazer a capa do número 1 foi chamado o pintor Santa Rosa, que desenha um olho solto no espaço, num estilo surrealista, bem fora dos padrões da época.

No entanto, suas dificuldades advinham de outras causas: mesmo que marcada pela presença de Azevedo Amaral, *Diretrizes*, ainda que não entrasse em conflito direto com o Estado Novo, por

1. SODRÉ, N.W., *Memórias de um escritor*. No livro, Sodré tece interessantes considerações sobre as mudanças de qualidade no relacionamento com a cultura brasileira, quando esta passa da hegemonia inglesa para a americana.

sua própria existência e características personificava um empreendimento que contraditava a pretensão da política cultural estadonovista de trazer para a esfera estatal o controle (a tutela) de toda atividade cultural, tendo por suposto que o Estado era mais moderno que a sociedade. Num contexto em que a atividade cultural é jurisdicionada pelo Estado, manter um empreendimento como este --que pretendia extrair sua energia da sociedade-- não foi tarefa fácil. Nas palavras do próprio Samuel Wainer, apesar da pretensão inovadora, a revista no fundo era "uma idéia extremamente romântica. Os salários eram baixos, a subvenção da Light era insuficiente para garantir uma folha de pagamentos atraente. O restante viria do dinheiro obtido com a venda dos exemplares"². Há uma dimensão militante, motivada pelas restrições da conjuntura, que se impõe duplamente à intelectualidade: pelas limitações do próprio mercado e pela pretensão de passar uma opinião.

Em seus primeiros números, principalmente pelos artigos de A. Amaral, a revista aparenta sintonia com a política cultural estadonovista. No número 1, além do editorial ("A Política do mês", escrito por Azevedo Amaral), que defendia o Estado Novo como a "primeira revolução construtiva de nossa história", eram publicados artigos fazendo propaganda do corporativismo e um excerto do livro *O Estado Autoritário e a realidade nacional*, do

2. WAINER, S., *Minha razão de viver -- memórias de um repórter*. Rio de Janeiro, Record, 1988^o, pp. 50.

mesmo autor³. A ênfase "governista", que tinha a marca de A.Amaral defensor do caráter progressivo do Estado Novo e adepto do Estado Autoritário, permaneceria por todo ano de 1939, mas não impediria que a revista se transformasse no pólo para onde convergiam os sobreviventes da resistência à ditadura.

Nessa primeira fase, a despeito da defesa implícita do Estado Autoritário, começa a se definir uma conjugação de circunstâncias que alteraria radicalmente o rumo da revista: o antiliberalismo generalizado, a perda de prestígio do integralismo e o acirramento ideológico nas relações internacionais favoreceram a aproximação da esquerda com a revista. Já no número 4, de agosto de 1938, combinam-se, sem problemas, uma apologia feita por Azevedo Amaral do Estado Autoritário ("a única forma possível de estado democrático no Brasil"); um artigo de Nelson Werneck Sodré, no qual elogia Nietzsche e Bergson pela contribuição científica e critica Pareto por seu filo-fascismo; uma análise psicológica da personalidade Getúlio Vargas; e um artigo de Carlos Lacerda sobre o sertão do S.Francisco, de caráter antiintegralista. Em suma, esse momento de ambiguidade, de jogo duplo em todos os níveis⁴, torna possível a convivência de posições que, em tese, seriam antagônicas. Permite-se que elas se expressem, desde que não entrem em choque direto com a política cultural estadonovista.

3. Falando sobre o caráter progressivo do E.Novo, apontando a incompatibilidade entre liberdade e igualdade e defendendo que a elite intelectual não poderia sofrer restrições, pois dela dependeria o futuro, Azevedo Amaral definia assim a relação dessa elite com o poder público : "(...) A missão dos intelectuais é mais sutil. Emergidos da coletividade como expressões mais lúcidas do que ainda não se tornou perfeitamente consciente no espírito do povo, os intelectuais são investidos da função de retransmitir às massas, sob forma clara e compreensível, o que nelas é apenas uma idéia indecisa e uma aspiração mal definida. Assim, a elite cultural do país torna-se no Estado Novo um órgão necessariamente associado ao poder público como centro de elaboração ideológica e núcleo de irradiação do pensamento nacional que ela publica e coordena". *Diretrizes* nº 1, abril de 1938.

4. ANTELLO, R., *Literatura em Revista*, ed.cit.

Nelson Werneck Sodré escreve contra o filo-fascismo, mas tomando Pareto por motivo e não os teóricos filo-fascistas do Estado Novo; Lacerda critica o integralismo, mas não o Estado Novo (com quem a maioria dos homens de letras tinha em comum o antiliberalismo).

Mas seja como for, talvez porque estivesse marcada por essa ambiguidade e pela perspectiva de se pautar por padrões modernos de jornalismo, importa destacar que, em torno de *Diretrizes*, além de vários intelectuais de renome, agregaram-se muitos dos jovens inconformistas que procuravam um espaço para publicar. Na revista, se encontram a velha guarda da intelectualidade carioca (Alvaro e Eugênia Moreyra, Astrojildo Pereira, Anibal Machado, Arthur Ramos, Galeão Coutinho, Genolino Amado, Osório Borba) e os jovens recém iniciados nas lides literárias (Rubem Braga --que cria uma seção com o título "O Homem da Rua"--, Joel Silveira, Moacir Werneck de Castro, Murilo Miranda, Carlos Lacerda, entre muitos outros. Segundo Samuel Wainer, a diversidade auxiliava a assegurar o equilíbrio editorial, mas a posicionamento da revista teria sido sempre de oposição. cremos, contudo, que durante a primeira fase da revista, em que é perceptível a influência e o peso de Azevedo Amaral, a defesa do Estado Novo não visava apenas a manutenção do equilíbrio editorial, mas era expressão de uma correlação de forças ainda desfavorável para a oposição. A mudança desse quadro e sua definição em prol da oposição, se fizeram com muitas dificuldades.

A primeira restrição com a qual *Diretrizes* teve que lidar foi a de ter de se submeter à censura prévia, exercida a

partir de 1940 pelo DIP, fato que, obviamente, desde o início, exigiu que certas cautelas fossem tomadas pelos editores. Passado o período de incerteza absoluta quanto à sua continuidade, foi montado um Conselho Diretor no qual figuravam desde Astrojildo Pereira e Graciliano Ramos (respectivamente, fundador do PCB e opositor histórico das forças que comandavam o Estado Novo), até Adalgisa Nery, casada com Lourival Fontes, o chefe do DIP. A partir da segunda edição, esgotada nas bancas, ficou evidente que a revista seria bem sucedida, tornando-se ponto de convergência de escritores consagrados (Jorge Amado, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Raquel de Queiroz e Aníbal Machado). Compreende-se que passasse a figurar na estratégia da esquerda comunista que vê nela um excelente espaço para se travar a luta contra a ditadura.

No primeiro semestre de 1940, dois episódios marcariam decisivamente a vida da revista. Um está relacionado com a saída de Azevedo Amaral do seu conselho diretor — episódio que contribuía para que diminuísse bastante a marca estadonovista—; o outro diz respeito à chegada, vindo do Nordeste, do jornalista Octávio Malta, figura lendária na imprensa, que chefiara em 1932 uma greve de jornalistas e que, em 1935, trabalhara como secretário de redação do jornal *A Manhã*, influente porta-voz da esquerda. As consequências do primeiro episódio não chegaram a ser traumáticas, pois a separação acabou se realizando através de um acordo que garantia o financiamento da Light para Azevedo Amaral e o nome *Diretrizes* para Samuel Wainer. O acordo foi parcialmente mantido por Azevedo Amaral, que lançou uma revista chamada *Nova Diretrizes*, financiada pelo DIP e em oposição à anterior. Atitude

que liberou o grupo de *Diretrizes* para fazer a revista que imaginavam "adequada ao Brasil daquele momento"⁵.

O segundo, se não chegava a comprometer a liberdade almejada pelos editorialistas, trazia um elemento de complicação para a pretensa autonomia da revista. Ocorre que Malta fora enviado da Bahia para o Rio de Janeiro com a incumbência de assegurar que a linha política do PCB se manifestasse através de *Diretrizes*. No que seria favorecido pela maneira como o trabalho acabou sendo dividido na redação: enquanto Wainer cuidaria sobretudo do aspecto formal da revista, pesquisando inovações gráficas. O. Malta cuidaria dos textos que deveriam traduzir a opinião da revista. Ou seja, pela divisão do trabalho, este último controlava o conteúdo dos editoriais. Wainer dirá em suas memórias que, acometido de miopia política, não percebia essa presença por excesso de provincianismo. "Eu estava deslumbrado com a constatação de que tivera acesso ao clube dos intelectuais de esquerda. Subitamente, surpreendera-me amigo de intelectuais como Jorge Amado, Zé Lins, Graciliano, Rachel de Queiroz, José Américo de Almeida, Erico Veríssimo. Participava das rodas animadas pelas músicas de Dorival Caymmi, que chegara ao grupo pelas mãos de seu amigo Jorge Amado. Sentia-me honradíssimo por tantos privilégios"⁶.

A presença do PCB na linha editorial de *Diretrizes* não seria imediatamente percebida, nem causaria grandes danos à revista, essencialmente, por três razões: 1) porque a censura do DIP, sendo muito ativa, fazia com que todos os que escreviam

5. WAINER, S., op. cit., no. 54.

6. *idem*, *ibidem*, no. 53.

procurassem passar suas mensagens de modo elíptico, metafórico e, geralmente, mediadas pelas relações internacionais; 2) porque a linha política seguida nesses anos pelos comunistas do mundo inteiro era pautada pela defesa de frentes democráticas; 3) porque o Partido Comunista, enquanto organização, estava destruído. Nesse sentido, os próprios comunistas, se tinham a intenção de organizar a cultura, ainda que assim o pretendessem, não conseguiriam instrumentalizar organismos de imprensa e cultura ou torná-los porta-vozes de posições partidárias.

Há que se destacar porém que os vínculos com os comunistas, que resultavam em franca simpatia pela URSS, acabariam por exercer uma influência paralisante sobre a revista de agosto de 1939 até o primeiro semestre de 1941⁷. Durante esse período, em que vigora o pacto de não agressão entre URSS e Alemanha, a redação, abertamente antinazista e antifascista, vivencia uma situação bastante problemática. Wainer diz a respeito: "Reunimo-nos para debater a questão, mas não havia solução possível. Os comunistas, sempre disciplinados, tinham de apoiar o que Stalin decidira. Como eu era controlado pelos comunistas da redação, acabei concordando. Foi a fase mais difícil vivida por *Diretrizes*"⁸. Fase que durou até o primeiro semestre de 1941, quando a revista volta a radicalizar sua postura de combate ao nazismo e a seus aliados, recuperando e aprofundando a estratégia através da qual fizera oposição anteriormente: localizar os

7. Sobre as consequências do pacto germano-soviético na vida cultural brasileira ver o interessante resgate feito por Joel Silveira de sua experiência no jornal *Main-Dia*, dirigido pelo modernista pernambucano Joaquim Inojosa, que tinha tendências pró-germânicas e que atraiu vários intelectuais, inclusive de esquerda e liberais (entre eles Jorge Amado e Oswald de Andrade). SILVEIRA, Joel e MORAES NETO, Geneton, *Hitler-Stalin: o pacto maldito*, Rio de Janeiro, Record, 1990.

8. WAINER, S., *op.cit.*, pp.54.

inimigos no exterior para evitar problemas com a censura, agindo como se o Estado Novo não estivesse em nenhum momento em questão. Estratégia que dá resultados positivos até o governo brasileiro começar a inclinar-se mais explicitamente pelo Eixo.

O ano de 1940 é bastante difícil para a manutenção de uma perspectiva oposicionista. Mesmo levando em conta que o brasileiro médio via com bons olhos a linha antifascista e antinazista da revista, considerando-a justa e democrática, era impossível fazer abstração do namoro de Getúlio Vargas e dos militares brasileiros com as potências do Eixo. Principalmente a partir de junho, quando Getúlio Vargas faz um histórico discurso a bordo do encouraçado *Minas Gerais*, com o qual praticamente formaliza a adesão do Brasil ao bloco liderado pelos alemães. Na afirmação, quase uma saudação, "Novas forças se erguem no mundo ocidental", havia uma aposta implícita que se pretendia baseada em fatos concretos: a França havia sido ocupada, a URSS parecia acuada e a Inglaterra estava prestes a ser invadida. Mesmo diante do posicionamento pró-eixo do regime e da ausência de perspectivas claras para a oposição, a revista manteve um horizonte oposicionista, resistindo como pode. E dessa época um número dedicado inteiramente à França⁹.

Até o discurso no *Minas Gerais*, os oposicionistas favoráveis aos aliados contavam com simpatizantes em postos de destaque no governo, havendo inclusive contingente razoável de militares antifascistas. A partir dele, os germanófilos ganharam força entre os militares, o que causou apreensões tanto na

9. *Diretrizes* nº 30, set.1940.

oposição quanto naqueles que, dentro do governo, eram contra o Eixo. Preocupados com essa situação, os editores e redatores de *Diretrizes*, sem entrar em confronto direto com a política do Estado Novo, procuraram uma forma de defender posições pró-aliados e antifascistas. O mote encontrado foi o nacionalismo e a campanha de nacionalização do sul do país a causa imediata. Rapidamente, dentro das Forças Armadas e do próprio governo, essas teses foram encampadas, a despeito da má vontade de alguns como Francisco Campos.

No final de 1940, *Diretrizes* tinha uma tiragem entre 4.000 e 5.000 exemplares e conseguia boa repercussão entre os que queriam estar informados sobre política. Inovando em vários aspectos (gráficos, temáticos, etc.), com um ampliado grupo de colaboradores, a revista -- mesmo com o incremento do volume de anúncios que divulgava-- ainda continuava a viver em dificuldades financeiras. Em vista disso, S. Wainer procura a associação com um paulista chamado Mauricio Goulart (que participara de todos os eventos políticos desde a Revolução de 30), muito ligado ao grupo que criaria a UDN em 1945. A sociedade dá certo e a revista se transforma em semanário. O sucesso é imediato, com a tiragem alcançando 20.000 exemplares; Samuel Wainer o atribui aos "ventos gerados pelo conflito na Europa (que) começaram afinal a soprar a nosso favor. Homens do governo pressentiram que os Aliados poderiam ganhar a guerra e passaram a pressionar Getúlio Vargas no sentido da mudança da política externa. O serviço de propaganda montado pelos ingleses abastecia-nos com informações, artigos e reportagens. Emissários americanos intensificaram suas visitas ao

Brasil, decididos a conquistar o país para o bloco dos aliados. *Diretrizes* se tornaria um dos pólos aglutinadores desse esforço e essa seria uma das razões do sucesso alcançado pela revista"¹⁰. Outra razão estaria relacionada com o fato de a revista, a essa altura, já ter consolidado uma imagem de veiculadora de grandes reportagens¹¹. Outro aspecto que a fortalece, marca sua trajetória e é coerente com a disposição para a denúncia e a linha nacionalista, é o pioneirismo na abordagem da questão do petróleo¹². Em suma, fazia-se oposição de modo transversal, conseguindo o apoio do leitor, mas sem entrar em confronto direto com Vargas ou com o Estado Novo.

A associação com Maurício Goulart dura até o final de 1942, quando este, após participar de missa em Belo Horizonte, organizada por um núcleo oposicionista para comemorar o aniversário de Pedro Aleixo (constituente em 1934, que perdera o mandato com o Estado Novo), entende que seria o caso de a revista ajudá-los, publicando material sobre o culto religioso e sua finalidade. No relato de Wainer, apesar de suas ponderações, Goulart teria insistido, e o número fora levado ao DIP com um pedido de autorização para a publicação da nota. O veto teria vindo acompanhado de uma ordem de Lourival Fontes: Maurício Goulart deveria deixar a revista sob pena de ela não continuar a

10. *idem, ibidem*, pp.59.

11. Samuel Wainer, entre as páginas 59 e 61 de seu livro de memórias, relata com grande destaque algumas dessas reportagens.

12. Em junho de 1939, Wainer faz uma entrevista-- matéria de capa -- com o general Motta Barbosa, presidente do Conselho Nacional de Petróleo, na qual este afirma existir petróleo no Brasil e assegura que há a decisão do governo de garantir exclusividade do Estado na sua exploração. (*Diretrizes* nº15, jun. 1939)

circular. A partir dessa exigência, o controle acionário passaria inteiramente às mãos de Samuel Wainer.¹³

Coincidentemente, daí para frente, a despeito da permanente crise financeira, a revista ganhará maior importância, principalmente em virtude da entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados. Com isso, a margem de manobra concedida pelo DIP obviamente se amplia, permitindo a *Diretrizes* acentuar a linha editorial democrática, pró aliados e antifascista. Concebida e realizada essencialmente por editores e colaboradores mal remunerados, que pretendem afirmar, elíptica ou metaforicamente, um ponto de vista de oposição, uma opinião, *Diretrizes* vai ganhando uma dimensão que não tinha de início. Além de se constituir como pólo oposicionista, passa também a ser um "lugar" privilegiado no qual os intelectuais podem vocalizar suas inquietações, falar de seus problemas e procurar reconhecimento e consagração. Desse modo vai se tornando uma espécie de porta-voz, não apenas da luta democrática, mas principalmente do que se considera serem os direitos e interesses corporativos dos escritores.

Em toda sua trajetória, mesmo nas circunstâncias mais adversas no que se refere à relação com o poder constituído, a revista deu ênfase à questão da profissionalização do escritor. Entretanto, a partir de meados de 1941, tal preocupação ganha a dimensão de um programa político, tornando-se muito mais frequentes as avaliações sobre os escritores e seu ofício. Em

13.O tom do depoimento de Samuel Wainer é excessivamente desfavorável a Mauricio Goulart. Tendo-se em conta a época, quando a ambiguidade predominou e foi o tour de force, não seria surpreendente se Wainer tivesse se utilizado da restrição do DIP para excluir Goulart da sociedade comercial.

maio o debate ganha maior consistência. pois é iniciada uma enquete, organizada por Francisco de Assis Barbosa, e que tem por preocupação trazer à tona exatamente a relação escritor-público. Com o título geral "Para que público você escreve?", F. Assis Barbosa faz cinco perguntas a várias personalidades literárias (inicialmente José Lins do Rego, Marques Rebello, Jorge Amado, Osório Borda, Guilherme de Figueiredo e Emil Farhat): 1) para que público escreve?; 2) por que?; 3) Acha que há um público culto, capaz de se interessar pela boa literatura?; 4) Qual o gênero literário preferido pelo grosso público?; 5) o editor tem o dever de intervir no 'bom gosto' do público leitor?

As respostas revelam posições muito distintas no modo de formular a relação com o público. Revelam também diferentes concepções sobre o que deve ser o trabalho intelectual. Alguns manifestam maior preocupação com o mercado, definindo sua relação com o público estritamente enquanto consumidor sobre o qual não se tem conhecimento algum. Nesse sentido concebem-no como público indeterminado, indefinível mesmo. A resposta de José Lins do Rego é bem representativa de uma das posições: "Escrevo para o público em geral, não escrevo para público determinado. O escritor que assim o faz comete uma traição a si mesmo. O meu público é todo mundo. Não sei distingui-lo".(...) "Porque o homem de letras é o produtor e o público o consumidor"¹⁴. Numa linha semelhante, no modo de conceber a relação com o público, mas menos resolvida na questão do mercado, respondia Jorge de Lima (poeta, ensaísta, romancista) no número seguinte: "Escrevo sem visar qualidades de

14. REGO, J. L., *Diretrizes* nº 47, 15.05.1941.

público, sem prever mesmo que o público pode me ler ou vai me ler, nem escrevo pensando em recompensas de dinheiro".(...) "Porque acho que um poeta não deve se deixar trair e deve pela sua vida e pela sua obra representar verdadeiramente um clérigo"¹⁵.

A outra tônica que permeou as respostas foi a que pretendia definir o público para quem se escrevia, assumindo explicitamente a perspectiva de se aproximar do povo. O que se desdobrava na certeza de que o povo saberia reconhecer como sua a literatura que não se omitisse frente aos dramas pelos quais o mundo passava. Jorge Amado era representativo dessa posição. Em suas palavras: "(...) creio que aqueles que mais leem meus livros são jovens, se bem que faça essa afirmação um pouco no ar.(...) tenho que dizer que prefiro ter um público 'povo' que um público intelectual. Escrevo menos para o intelectual que para o homem do povo". (...) "Porque acho que o escritor deve se dirigir ao povo e não a uma elite [grifo meu]. Só no povo há força e verdadeira capacidade de compreensão"¹⁶. Emil Farhat iria numa linha semelhante dividindo claramente os tipos de "literatura chamada séria". "(...) Dentro do tipo de literatura chamada séria, o público não prefere os 'introvertidos', os 'proustianos', ou encaracolados. Neste ponto o público demonstra que sabe preferir. Não falemos de nossos minquados algarismos literários. Mas, ainda uma vez, dos norte americanos. Quais são os nomes dos 'best-sellers'? E tudo gente deste lado : Hemingway, John dos Passos, Theodore Dreiser, Michael Gold, Waldo Frank, John Steinbeck, Upton Sinclair, Sinclair Lewis. Tudo, todos esses, são escritores do

15.LIMA, J., *Diretrizes* nº 48, 22.05.1941.

16.AMADO, J., *Diretrizes* nº 47, 15.05.1941.

lado do povo [grifo meu], escritores não avestruzes, que não se voltam para dentro de si com receio de dar uma palavra de consolo e conselho e solidariedade para os homens, no meio de furacões que sopram pelo mundo"¹⁷.

Sérgio Milliet entraria no debate com uma resposta bastante singular, na medida em que aceitava a instrumentalidade relativa do ato de escrever, mas condicionando sua validade ao julgamento de um campo cultural nascente, composto por um público reduzido, porém qualificado: "(...)Mas a literatura só me interessa na medida em que esclarece um problema: de sociologia, de economia, de moral, de estética, um problema humano. Escrevo portanto para um público reduzido. Tanto melhor se por vezes consigo despertar a curiosidade de um maior número"¹⁸.

A diversidade no modo de conceber a relação com o público leitor não escondia a precariedade de um mercado de cultura jurisdicionado pelo Estado, com relativa capacidade de incorporação e que, portanto, deixava em disponibilidade uma grande parcela de letrados. Não à toa, a ênfase que vai se tornando predominante nas intervenções tem por fundamento a convicção de que no Brasil, ao contrário dos EUA ou da França, os escritores ainda estariam sujeitos, prioritariamente, a problemas econômicos. Joel Silveira, articulista de *Diretrizes*, escrevia em agosto de 1941, a propósito das dificuldades encontradas mesmo por escritores consagrados como José Lins do Rego, Alvaro Moreyra, Anibal Machado, Joracy Camargo, Marques Rebelo e R. Magalhães Junior. Tomando José Lins do Rego, como exemplo, denunciava:

17. FARHAT, E., *Diretrizes* nº 47, 15.05.1941.

18. MILLIET, S., *Diretrizes* nº 51, 12.06.1941.

"apesar de todo o seu sucesso e sua fama, ainda não conseguiu viver exclusivamente de sua literatura. Tem um emprego, como fiscal de consumo, que lhe rende mensalmente uns três contos e quinhentos e de onde o romancista faz a base econômica para viver. Literatura é biscate"¹⁹. Marques Rebelo dizia à mesma época: "Qualquer cantor de rádio, analfabeto, tem uma vida melhor do que a do escritor brasileiro"²⁰.

Essa constatação valia para os que, de um modo ou de outro, dependiam do Estado para escrever, mas não era menos dramática para aqueles que, em disponibilidade, optam ou são obrigados a ir para a oposição. Isso é válido principalmente para a jovem intelectualidade radical, mas não deixa de ser verdadeiro também para intelectuais já consagrados que se vêem muitas vezes isolados. Astrojildo, por exemplo, no ostracismo no universo comunista desde o início dos anos 30, durante boa parte do Estado Novo, preferiu cuidar de uma quitanda, enquanto elaborava seus estudos pioneiros sobre Lima Barreto e Machado de Assis, a se envolver com projetos estadonovistas. Após o retorno titubeante à atividade intelectual através das páginas da revista *Acadêmica*, é nas páginas de *Diretrizes* que Astrojildo, aos poucos, vai consolidando sua condição como crítico e cronista.

As colunas fixas de *Diretrizes*, "Front Literário" e "No mundo das Letras", dedicam-se permanentemente a destacar autores e obras, visivelmente procurando valorizar a atividade do escritor e o mercado editorial (com artigos de D.Andrade, Roberto Simonsen, Astrojildo Pereira, entre outros: e com comentários que abrangiam

19.SILVEIRA,J..*Diretrizes* nº 59, 07.08.1941. pp.14.

20.REBELO,M.. *idem,ibidem*. pp.15.

de Gilberto Freire A coleção Brasileira). Astrojildo, na coluna "No mundo das Letras", apura suas posições sobre a cultura e os intelectuais. O esquematismo normativo do artigo de 1937 para a *Acadêmica*, cede lugar a uma reflexão bem mais indagativa, angustiada e com muito menos certeza em seus juízos, embora sempre preocupada com a vocação pública e com o período de transição que se estava vivendo. No final de 1941, no artigo "Poesia do nosso tempo", define melhor suas posições a respeito da condição do intelectual. Diz ele "...vivemos na verdade, um período de subversão total nos dados normativos de nossa maneira de ser, isto é, de sentir, de imaginar, de conjeturar, de pensar, de delirar -- em suma: de criar. Temos um pouco a sensação --tanto quanto é possível perceber as coisas de dentro do seu processo de desenvolvimento-- que o mundo está sendo recriado por outros deuses... Por mais individualista e subjetivo que seja o trabalho de elaboração e criação, nenhum poeta cômico de sua missão no mundo poderá encaramujar-se num isolamento desdenhoso, que lhe secaria toda a seiva. E preciso viver, viver como militante, viver a vida com e no meio de todos os homens... Não me falem em fugas... Fugir, neste momento, mais do que nunca, significa literalmente desertar -- desertar sobretudo de si mesmo. O dever está na participação. Participação, bem entendido, como poeta, na qualidade específica e essencial do poeta..."²¹

Astrojildo teria presença regular nas páginas de *Diretrizes*, sempre com intervenções que davam destaque à questão da posição do escritor face à realidade. Sua condição notória de

21. PEREIRA, A. "Poesia do nosso tempo", *Diretrizes* nº 67, 02.10.1941, pp. 21-22.

homem de esquerda, leva-o à adoção de uma singular estratégia para dar mais força à sua argumentação sobre os intelectuais: buscar aliados no passado cultural brasileiro, ao invés de procurar referências no debate internacional. Um de seus resgates é o de Lima Barreto --à época meio esquecido. Inspirado nele, escreve, em outubro de 1941, que "o dever do escritor, e do artista, em geral, consiste, primeiro que tudo, em fazer da sua arte um instrumento de edificação moral da massa popular e não um meio de divertimento ocioso de falsas elites"²². Além dessa espécie de recuperação seletiva da herança de Lima, que visa chamar o escritor para uma posição participante, Astrojildo, em mais de uma circunstância, resgata em suas crônicas na revista Vitor Vianna, um intelectual carioca seu contemporâneo --ativo nos anos 20 e 30-- que professava ideais liberais, argumentando sobre a importância de uma interlocução mais ativa da esquerda com o liberalismo²³. E dessa perspectiva, de uma interlocução forte com o liberalismo, que Astrojildo procura extrair o combustível para defender a posição que a América Latina deveria ter frente ao conflito mundial: "Precisamos apoiar os liberais contra os imperialistas, os partidos de paz contra os partidos de guerra"²⁴.

Nesse número, a revista inaugura um inquérito com uma espécie de declaração de princípios, em quatro parágrafos. A partir de uma pergunta ("Qual a posição dos intelectuais e artistas brasileiros em face da guerra?"), estruturam um texto introdutório, espécie de manifesto aos intelectuais, com a

22. PEREIRA, A. "Posição de Lima Barreto", *Diretrizes* nº 69, 16.10.1941, pp.21.

23. Ver de VIANNA, V.

24. PEREIRA, A. "Racismo, nazi-fascismo, guerra", *Diretrizes* nº 70, 18.12.1941.

seguinte linha de argumentação: #1. "Hoje, mais do que nunca, a cultura está em perigo. A guerra desencadeada em 1939 pelos seus inimigos atingiu a América". Frente à declaração de guerra de Itália e Alemanha aos EUA, em virtude das escaramuças com os japoneses, ao Brasil só restara hipotecar solidariedade aos americanos do norte, formando "ao lado dos povos que combatem o nazi fascismo, que defendem a liberdade, como alma do progresso, da cultura, da arte e da própria vida".

#2. Declaram que querem acreditar que todo homem de cultura considerou justa a atitude do governo, mas para dizer que isso é pouco, não basta. A luta contra o nazifascismo, não é vista apenas como uma luta entre os que lidam com o poder, mas principalmente como uma luta entre povos, no seio dos quais "os homens de pensamento, os escritores, os poetas, os jornalistas, os artistas, os intelectuais em geral", avultam em importância. Deles se esperam "declarações formais, através de artigos, poemas, livros, manifestações as mais várias que constituam para o povo e também para o governo estímulo ao combate apenas começado. Eles desempenham, indiscutivelmente, um grande papel na história da guerra atual, pois além do mais, a propaganda é uma arma também de vanguarda".

#3. "ainda assim, os intelectuais e artistas livres assumirão uma atitude. realizarão uma tarefa que não é de idealismo puro. Porque eles estarão aí defendendo o próprio pelo, a própria vida, ao mesmo tempo, é claro, que defendem a cultura, a arte, os meios de expressão com que se habituaram a trabalhar, tudo que lhes é caro, em suma. É sabido fartamente que o nazi-

fascismo absorve, quando não esmaga tudo. As fórmulas de arte moderna, arte elaborada com liberdade, a própria 'arte pela arte' são condenadas pelo nazi-fascismo, que tudo subordina à sua política, à propaganda de partido ou do Estado totalitário". Donde a conclusão que os intelectuais, homens de pensamento e artistas democratas, acostumados a produzir sob o clima da liberdade, não poderiam nem trabalhar, nem viver, sob tal tipo de cabresto.

#4. Diante disto, a pergunta sobre qual deve ser a posição dos intelectuais, escritores, poetas, jornalistas, pintores, artistas em geral, não lhes parecia fora de propósito, pois a luta travada no mundo interessaria mais a eles do que a qualquer outra camada do povo. "O silêncio nesta hora, em que cabe a cada um a obrigação de dar o máximo de suas forças em prol da vitória das democracias, é um erro e um crime"²⁵.

No editorial do número seguinte da revista²⁶, além de retomarem os termos da declaração de princípios, anunciam que pretendem mapear as posições dos intelectuais brasileiros quanto à questão proposta, enfatizando a liberdade como um valor supremo ameaçado pela política totalitária do Eixo, principalmente nas questões relativas à produção do intelectual e de sua independência frente a política e o Estado. Nesse sentido, convidam para se pronunciarem intelectuais do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte e do Rio Grande do Sul.

De Minas são chamados a se posicionar Pedro Aleixo (ex-parlamentar, advogado), Mário Matos (biógrafo), Milton Campos, Oscar Mendes. Entre eles, mesmo não havendo discordância com

25. "Qual a posição dos intelectuais face a guerra?", *Diretrizes* nº78, 18.12.1941, pp.7.

26. *Diretrizes*, nº 79, 25.12.1941.

relação ao teor do inquérito e a linha do manifesto da revista, existem posições distintas no que se refere à defesa da liberdade individual e do intelectual. A marca comum das respostas é a relação com os princípios cristãos e religiosos. Todos declaram-se, de um modo ou de outro, tributários de concepções católicas.

Do Rio Grande do Sul, respondem ao inquérito Erico Veríssimo e Manoelito D'Ornellas. Veríssimo retoma o protesto que havia publicado na imprensa e que visava a formação de uma opinião nacional dos escritores e intelectuais. "...Não tenho nenhuma estima pela literatura de propaganda mas considero este momento excepcional. Precisamos utilizar o nosso instrumento de expressão como arma de defesa e ataque. Temos o dever de explicar ao povo o sentido desta guerra e mostrar-lhe como todo aquele que, para não perder seus bens materiais, transigir com as forças de agressão, acabará privado da liberdade de ação, de expressão, de culto, de tudo"²⁷. Manoelito D'Ornellas batia na mesma tecla: "Estamos na hora em que se definem posições e que se marcam destinos. O Brasil tomou, como todos os países da América, uma atitude e traçou suas diretrizes..."²⁸.

Do Rio de Janeiro comparecem Manuel Bandeira, Cassiano Ricardo, Afonso Arinos, José Lins do Rego, Octávio Tarquínio de Souza (diretor da *Revista do Brasil*). Todos, invariavelmente, se posicionam contra o totalitarismo e procuram resgatar aspectos do humanismo. Argumentando até com certo maniqueísmo, contrapõem um bem definido -- liberdade individual-- e um mal ameaçador (o temor pela perda da liberdade é colocado de modo bastante

27. VERÍSSIMO, E. *Diretrizes* nº 79, 25.12.1941.

28. D'ORNELLAS, M. *idem, ibidem*, p.4.

enfático) representado na figura do Estado totalitário e condutor da sociabilidade.

As intervenções continuariam a ser publicadas durante o mês de janeiro de 1942, sempre chamando a intelectualidade a uma tomada de posição. Nessa mesma linha, logo no início de janeiro, Astrojildo faria um balanço literário do ano anterior. Criticando o caráter quantitativo das publicações em detrimento do qualitativo, procurava demonstrar as dificuldades de atuação do intelectual nas circunstâncias vigentes. Dizia ele: "...a arte e a literatura não admitem limitações estranhas, nem podem se expandir dentro de estufas; elas necessitam de ar livre, de céu descoberto, de vento, de chuva, de sol, de lua, de estrélas. Elementos essenciais, esses, que não existem nem na Alemanha, nem na Itália, nem no Japão. Entendido?"²⁹

As respostas ao inquérito adquiririam um tom cada vez mais político, inclusive com sugestões de ação política unitária entre os intelectuais. Nesse sentido, Sérgio Milliet, à época liderança incontestada entre os intelectuais paulistas, colocava a necessidade de se tomar posição de modo inequívoco: "Sou contra o fascismo, por índole e educação. E acho que devemos todos ser contra, não importa a favor de quem sejamos"³⁰.

Menos de um mês depois, a polêmica sobre a participação do intelectual seria retomada nas páginas de *Diretrizes*, ganhando mais amplitude e dando novo impulso à perspectiva de uma união (nacional e americana, do povo e dos intelectuais) contra o fascismo. Agora, o mote seria o debate travado por intelectuais

29. PEREIRA, A. "O Ano de 1941 e a Literatura Brasileira", *Diretrizes* nº 81, 08.01.1942.

30. MILLIET, S. *Diretrizes* nº 82, 15.01.1942, pp.6.

argentinos a respeito do artigo de Archibald Mac Leish, "Os irresponsáveis", onde são tecidas considerações bastante pessimistas sobre a responsabilidade dos intelectuais nos rumos tomados pelo mundo moderno e sobre a possibilidade de eles intervirem visando transformar tal situação³¹. A publicação dos textos dos argentinos, com evidentes repercussões no debate local, seria mantida por várias semanas, até abril de 1942, abrangendo os números 86, 87, 88, 89, 90 e 91.

No número 87 da revista, a polêmica sobre a participação ganharia um novo conteúdo. De São Paulo vinha uma iniciativa que pretendia recolocar o problema profissional do escritor num outro patamar. O editorial "Precisamos defender o trabalho intelectual" noticiava a fundação da Sociedade Brasileira de Escritores, cuja ação seria estendida a todo o Brasil com finalidade de realizar o controle imediato sobre a exploração de artigos assinados³². Sérgio Milliet, à cabeça da iniciativa, preocupado em "acabar com a exploração", declarava "Nós escrevemos e os comerciantes ganham no mole".

O editorial de *Diretrizes* iniciava defendendo a conscientização da **profissão** dos escritores e intelectuais, e a necessidade de estar sujeita às leis de mercado como qualquer outra profissão. Nesse sentido, a fundação de uma Sociedade de Escritores Brasileiros em São Paulo é encarada de modo muito favorável, por ser a "primeira vez" em que os escritores "resolveram proteger o seu trabalho, defendendo seus direitos". Com o subtítulo "São Paulo mais uma vez na vanguarda", completava

31. "A missão do intelectual no mundo moderno", *Diretrizes* nº 86, 12.02.1942.

32. "Precisamos defender o trabalho intelectual", *Diretrizes* nº 87, 26.02.1942, pg.13.

a matéria uma entrevista com Sérgio Milliet, na condição de presidente da entidade recém-criada. "Estamos ainda em organização. O objetivo da S.E.B. é a defesa dos direitos autorais dos escritores e jornalistas, o controle da reprodução e do comércio de livros, a defesa, enfim, dos interesses legítimos do intelectual brasileiro". Com essa linha de argumentação, Milliet define a SEB como "uma sociedade profissional (que) tem em mira alcançar, por medidas de ordem prática, objetivos estritamente profissionais", de caráter nacional e visando a formação de intelectuais modernos. Ressalta ainda a função prática das medidas tomadas, desde a defesa da obra e dos direitos autorais, até a luta contra "os maiores responsáveis pelos entraves à honesta profissão do escritor no Brasil"³³. A organização básica e os diretores da SEB ficava sendo a seguinte: Sérgio Milliet (presidente); Mário de Andrade (vice-pres.); Edmundo Rossi (tesoureiro); Silveira Peixoto (sec. geral); Cyro T. de Pádua (1^o sec.). A imprecisa perspectiva que reclamava a participação dos intelectuais começava, enfim, a ganhar um significado concreto, pois traduzia-se na sua auto-organização para defender e afirmar o que se imaginava ser um interesse comum.

Na proposta associativa estava embutida a constituição de um fórum de consagração cultural, um espaço para se travar o embate entre intelectuais de campos diferentes, não importando a sua ideologia e nem sua especialização. Nesse sentido, a Sociedade que se estava criando trazia à tona uma vocação pública, a vocação de funcionar como um locus a partir do qual homens de

33. MILLIET, S. "São Paulo mais uma vez na vanguarda". *Diretrizes* nº 87, 26.02.1942, pg.13.

pensamento expressassem posições as mais diferentes. E por isso que a sempre propalada defesa da não politização da ABDE, talvez tenha sido muito mais um recurso de retórica do que uma batalha séria; pois como seria possível encontrar um ponto de vista consensual, acerca de quem era verdadeiramente escritor, em meio a um processo de transformação que, ao impor a especialização como horizonte, tendia a processos de institucionalização cada vez mais restritos corporativamente? A Associação, já na sua concepção e no carácter amplo que vai marcar suas atividades, nascia com outra vocação: pública e politizada. E nela vão estar presentes desde os grandes nomes da cultura (formados nos salões aristocráticos), até o mais simples escriba de província.

Misturam-se assim, no mesmo empreendimento associativo, intelectuais consagrados com aprendizes que, além de muito jovens e marcados por um horizonte de maior especialização e sistematicidade, viam com desconfiança o participacionismo do intelectual (a "missão" aqui vem pelo lado J.Benda, K. Mannheim, A. Mac Leish). Estes jovens, mais marcados pela preocupação profissional, são num certo sentido mais "liberais" que seus antecessores, pois mesmo quando permeados pela radicalização dos aspectos éticos, em realidade estavam colocando o tema do mercado. Tema do qual a própria revista era parte, só sobrevivendo porque seus editores e redatores encontravam maneiras de ter em suas páginas a presença e a opinião de grandes intelectuais, através de entrevistas (muito presentes nos seis primeiros meses de 1944) e de reportagens sobre questões culturais, baseadas em perguntas feitas a esses intelectuais. Desse modo, os editores de

Diretrizes, além de garantirem a continuidade da publicação, reforçavam determinadas posições e faziam um excelente trabalho de *marketing* ao se utilizarem dos intelectuais consagrados, sem precisar dispendir de nenhum recurso financeiro. Estratégia que ganhava maior significado, na medida em que possibilitava tornar públicas determinadas posições, reforçando assim uma vocação que contraditava a pretensão privatista de uma entidade que tratasse exclusivamente dos interesses profissionais dos escritores.

Ao mesmo tempo em que isso acontecia, a defesa de uma posição unitária entre os novos americanos passava a estar cada vez mais presente nos artigos da revista. O caráter frentista daí decorrente era referência constante nas discussões sobre os intelectuais. Em março, é publicado com grande destaque o Manifesto de Havana, documento em que intelectuais de toda a América se declaravam pela unidade americana, contra o nazifascismo e em defesa da liberdade e da democracia³⁴. Mais uma vez, Astrojildo Pereira teria papel de destaque na defesa de uma mobilização dos intelectuais acima das divergências de momento, para combater o fascismo e lutar pela democracia³⁵.

A partir do número 100. de 28.05.1942, a revista sofreria grandes transformações gráficas, mudando bastante sua aparência, mas sem alterar substantivamente a linha editorial. No início do segundo semestre, uma entrevista de José Lins do Rego, publicada pela revista, gera grande mobilização da intelectualidade antifascista³⁶. Afinal, na entrevista, José Lins

34. "A frente unida dos intelectuais é uma barreira contra o fascismo". *Diretrizes* nº 90, 19.03.1942, pp.24.

35. PEREIRA, A. "Mobilização de consciência". *Diretrizes* nº 99, 21.05.1942.

36. REGO, J.L., "Entrevista". *Diretrizes* nº 110, 28.07.1942.

se posiciona de modo tão radical contra o fascismo e a favor da democracia que intelectuais de São Paulo e do Rio de Janeiro, solidários com os termos de suas colocações, assinam notas de apoio. Entre os paulistas que assinaram estavam: Sérgio Milliet, Edmundo Rossi, Ciro T. de Pádua, entre outros. Exatamente o núcleo que no primeiro semestre criara a Sociedade Brasileira de Escritores³⁷. O intercâmbio entre a intelectualidade dos vários centros vai acentuando a preocupação associativa, pois através dela se pretendia, além de responder às questões profissionais, dar conta também da exigência de unidade e participação defendida como modelo para os intelectuais³⁸.

Todo o segundo semestre de 1942 é permeado por essa preocupação que leva à que se trabalhe pela constituição de uma sociedade de escritores de dimensões nacionais. A questão a ser resolvida é a do caráter pioneiro da iniciativa dos paulistas de constituir uma S.B.E.. O Rio de Janeiro continuava a ser o centro nervoso da vida intelectual; em realidade, era lá que se consagravam os intelectuais do nordeste, norte e sul. São Paulo ainda era relativamente secundário, mas já tinha uma certa autonomia, além de ter tomado a iniciativa de organizar a sociedade. Portanto não foi tranquila a constituição nacional da sociedade de escritores. Basta atentar para a movimentação dos

37. Ver *Diretrizes* nº 111. 05.08.1942.

38. Ver os números de *Diretrizes* do mês de agosto.

escritores paulistas na virada de 1942 para 1943³⁹. Mas apesar da movimentação, no final de fevereiro, realiza-se em São Paulo uma reunião, com Afonso Schmidt na presidência, na qual, após a leitura do expediente, tratou-se da nova denominação da entidade. A justificativa para a mudança de nome, de certo modo, consolidava a hegemonia carioca sobre a associação. Nas palavras de Schmidt, a Sociedade dos Escritores, "em virtude da deliberação tomada pelo Diretório Central, com sede no Rio, passava a se chamar Associação Brasileira de Escritores" ⁴⁰.

Se em São Paulo o clima era de mobilização, no Rio de Janeiro, onde estava o epicentro da oposição de esquerda antifascista, não poderia ser diferente. Os escritores cariocas estavam em ação para constituir enfim, sob o seu comando, uma entidade associativa que tivesse efetivamente jurisdição nacional. E que, no seu modo de ver, forçosamente deveria estar centralizada na capital federal. Os editoriais de *Diretrizes*, desde o início de 1943, refletiram os embates travados nos bastidores para definir quem comandava a entidade. Defendendo a constituição da Sociedade Brasileira de Escritores e caracterizando-a como "um órgão de classe cujos interesses são estritamente econômicos", os

39. Durante todo o mês de janeiro, tanto na *Folha da Manhã* quanto em *O Estado de São Paulo*, saem inúmeras notas sobre a sociedade de escritores, informando desde o adiamento das festas de final de ano até convocações da diretoria para reuniões. O que mostra grande atividade quer seja no plano formal, quer seja no informal, entre os intelectuais paulistas. São convocados pelos jornais para essas atividades Mário da Silva Brito, Edgar Cavalheiro, Rui Bloen, Abelardo Vergueiro Cedar, Mário de Andrade, Hermes Vieira, Fernando de Gois, entre outros. Em 22.01.1943, realiza-se uma reunião da diretoria da Sociedade, e nela toma posse Fernando de Gois na vaga de Edaundo Rossi que havia renunciado. Nessa reunião, inclusive, a diretoria da entidade propõe a realização de conferências pelo interior paulista, visando aproximar o escritor do interior do da capital. No início de fevereiro, a SEB convoca seus sócios, através da imprensa, para que efetivem seus registros no Conselho Federal do Rio de Janeiro (entre os convocados está Oswald de Andrade).

40. Nessa reunião, além da aprovação de propostas dos sócios (Caio Prado Jr., por exemplo), é tirada uma resolução no sentido de que a SBE deveria apresentar sugestões para o projeto de direitos autorais em organização pelo governo da República. *Folha da Manhã*, 28.02.1943.

editoriais informavam as reuniões que vinham acontecendo em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, saudando inclusive a maior comunicação dos escritores com vistas a esse empreendimento⁴¹.

No início de março, a revista voltava ao tema em editorial destacando que fora fundada a **Associação de Escritores**, órgão de classe para defender os interesses dos escritores e com sede no Rio de Janeiro. A mudança de sociedade para associação, para além de qualquer formalismo, revelava a passagem para o Rio de Janeiro do controle sobre as iniciativas de agregação dos intelectuais. O editorial de *Diretrizes*, sendo um órgão em torno do qual se agregava a intelectualidade carioca que estava disputando a direção da entidade, saudava positivamente o fato, simplesmente "esquecendo" a iniciativa anterior levada adiante pelos paulistas.

O editorial dizia: "...Nossos escritores poderão ter, agora, um órgão de classe capaz de trabalhar pelos seus interesses e fazer compreender que se a literatura no Brasil ainda não é uma profissão, deve ser pelo menos considerada como um trabalho suplementar que merece o amparo e os direitos que são concedidos a outras atividades profissionais. Acredita-se, hoje, que escrever é um passatempo, qualquer coisa de inútil e vago que não vale um salário, divertimento de graça". Dava também informações sobre o estatuto e sobre a formação funcional e estrutural da associação. Manuel Bandeira, presidente provisório da entidade, era entrevistado, com destaque para o caráter público da entidade que deveria se sobrepor a qualquer mesquinha corporativista: "...a

41. "Front Literário -- A Sociedade Brasileira dos Escritores", *Diretrizes* nº 136, 04.02.1943.

associação ... revelou desde a primeira reunião o maior interesse pela causa dos escritores brasileiros, aliás a própria causa da cultura brasileira, porque esta associação não se confinará, esperemos todos nós, na esfera puramente egoísta dos seus interesses materiais..."⁴².

O tom de radicalização política só faz aumentar ao longo de 1943, impondo de modo dramático o tema da participação e confundindo bastante a questão profissional do escritor com o problema da militância política e/ou partidária. *Diretrizes* contribuiu para que entre os intelectuais, ao menos no cenário carioca, se ampliasse a recusa do apoliticismo e da "torre de marfim". Seja com artigos dos seus próprios articulistas seja com entrevistas realizadas com grandes intelectuais, consagrados a nível nacional, a linha editorial foi se radicalizando nesse sentido.

Em julho de 1943, na estreia de um suplemento literário com oito páginas no corpo da revista, sobre o apoliticismo se escrevia: "...Quem se diz apolítico é na realidade um conservador moral e materialmente satisfeito com a situação em que se encontra, e que se recusa egoisticamente a considerar a possibilidade de qualquer transformação política, econômica ou social..."⁴³. Essa demanda de vida pública era traduzida de várias maneiras: pela defesa da América contra o inimigo comum, pela bandeira da industrialização e do desenvolvimento, pela postura radicalmente antifascista. Tentava-se assim conseguir aliados e definir melhor interlocutores e inimigos. As manchetes revelavam a

42. "Front Literário -- Fundada a ABDE". *Diretrizes* nº 140, 04.03.1943, pg.17.

43. "Apoliticismo não existe, nem entre escritores". *Diretrizes* nº 159, 15.07.1943, pg.22.

aceleração ideológica em curso ("A USP também na guerra contra o nazismo", "A Guerra Mundial é de libertação nacional contra o imperialismo e o latifúndio") e ampliavam-se as matérias críticas ao corporativismo, ao salazarismo, ao franquismo.

Fazendo um retrato da *intelligentzia* no número 173 de outubro de 1943, um artigo sem assinatura dizia: "Onde verdes o intelectual ser levado a sério e a sério serem encarados todos os problemas relacionados com o bem estar coletivo e a segurança das liberdades públicas. tereis a certeza de respirar uma atmosfera antifascista"⁴⁴. A ênfase, que associava a possibilidade de o trabalho intelectual se realizar com a conquista e manutenção das liberdades democráticas, aumentaria nos números seguintes. Cresceria também o número de reportagens e as entrevistas com posicionamento anti-fascista. Pelas manchetes isso ficava cada vez mais evidente -- anunciando soldados do Brasil na batalha pela liberdade, afirmando que no Brasil ainda se vivia sob o fascismo, noticiando o congresso pan-americano de estudantes e sua postura antifascista, etc...

Em outubro, Astrojildo Pereira respondendo a perguntas elaboradas por estudantes e enviadas à revista, radicalizava o chamamento à intelectualidade⁴⁵. Sobre qual deveria ser a colaboração dos intelectuais para com o povo na resolução dos problemas do pós-guerra respondia: "Contribuir, **pelos meios que lhes são próprios**, para o estudo e esclarecimento de tais problemas. Mas, para que essa colaboração se torne útil e eficaz, é preciso que os intelectuais se misturem o mais intimamente

⁴⁴. *Diretrizes* nº 173. 20.10.1943.

⁴⁵. PEREIRA, A. "A guerra e os problemas culturais". *Diretrizes* nº 174. 27.10.1943.

possível com a massa popular. procurando conhecer de perto e de ciência própria as necessidades, os desejos, os pensamentos e os sentimentos das diversas camadas do povo. Sobretudo, que façam do seu labor intelectual ... um esforço incessante visando a esta finalidade precípua: a elevação do nível cultural das massas. **Não se compreende nenhum regime de verdadeira democracia política, econômica e social que não seja também de democracia cultural.** Creio que esta deve ser a tarefa específica dos escritores, pensadores, publicistas, artistas, homens de letras e homens de crença, no após guerra (ou melhor desde já, durante o curso mesmo da guerra): empenharem-se a fundo na obra de democratização da cultura."

E interessante a resposta de Astrojildo à pergunta sobre quais seriam os direitos que caracterizariam o regime democrático: "1. direito popular de livre escolha dos governantes e, conseqüentemente, responsabilidade dos governantes perante os governados, através de órgãos políticos e administrativos adequados; 2. direito e conseqüente possibilidade de livre expressão e divulgação do pensamento; 3. direito e possibilidade de seguir livremente uma profissão, desde que se estabeleça a obrigação do trabalho para todos, observadas apenas as exceções de menoridade, velhice e invalidez; 4. direito, igualmente derivado da obrigação universal do trabalho, de um mínimo de condições decentes e úteis de alimentação, habitação, vestuário, higiene, educação, etc.; 5. direito de livre locomoção e livre escolha de domicílio; 6. direito à inviolabilidade do lar; 7. direito à

inviolabilidade da correspondência"⁴⁶. Um eixo, portanto, que poderia nortear qualquer manifesto liberal, já que de acordo com reivindicações bastante consensuais, e que revelava não apenas o espírito de unidade política predominante, mas principalmente o empenho de Astrojildo em manter a interlocução com os liberais.

A unidade política se colocava a todos, de maneira cada vez mais insinuante, como uma necessidade e uma resposta às suas inquietações. Unidade política que reivindicava um Brasil industrializado para enfrentar a evolução que a guerra ia impondo ao mundo. Perspectiva que se fortalecia também em outros países da América e que se desdobrava na constituição de "frentes políticas" para combater o fascismo⁴⁷. Dentro desse espírito seria feito um número especial de *Diretrizes* sobre a participação dos EUA na guerra, com ênfase muito favorável aos americanos⁴⁸.

Nesse fim de ano de 1943, se se fizesse um balanço da revista não seria difícil perceber que ela havia se tornado porta-voz de um bloco intelectual com um perfil político bem definido: democrático e antifascista, estimulando a industrialização para desenvolver a economia nacional, preocupado com a paz e com a amizade dos EUA. Exatamente em torno desses pontos se consolidava uma posição que para concretizar sua proposta de unidade política, se empenhava na participação dos intelectuais, já que através dela acreditava ampliar o espaço de intervenção cultural, possibilitando aos oposicionistas dos mais variados matizes a sua manifestação. Não é por acaso que Gilberto Freire, à época visto

46. *idem, ibidem*.

47. "União nacional democrática antifascista de Cuba", *Diretrizes* nº 176, 11.11.1943.

48. "Os EUA e a guerra", *Diretrizes* nº 180, 08.12.1943.

como homem de esquerda, se utiliza justamente das páginas de *Diretrizes* para responder a quem o acusava de comunista. Nessa ocasião, faz profissão de fé antifascista e alerta que "o tempo não é para intelectuais puros"⁴⁹.

A tônica participativa perseguida pela revista encontraria uma espécie de ápice na entrevista feita por Francisco de Assis Barbosa com Mário de Andrade, no início de 1944. A entrevista ganha manchete de capa, com uma chamada bastante apelativa⁵⁰. A reportagem se estende por 3 páginas, com Mário discorrendo sobre temas diversos, porém revelando que a edição do entrevistador privilegia alguns aspectos, dá ênfase a outros, tendo por eixo a idéia de "arte interessada" e de "responsabilidade" do artista para defender a perspectiva de que a arte tem que ser utilitária, servir para algo e para alguém. Nesse sentido, deve-se entender a insistência acerca da "responsabilidade", pois esse seria o elemento que nortearia a profissão do escritor.

Joel Silveira, entrevistando pouco tempo depois Dionélio Machado, também faz a edição do texto radicalizando as respostas do entrevistado para reforçar as posições defendidas pela revista. O destaque da entrevista mais uma vez se refere à impossibilidade da neutralidade do intelectual. As preocupações de Dionélio (com o futuro da latinidade, sua esperança de uma França e uma Itália populares, a sua esperança de que o fim do franquismo estava próximo e seria importante para a luta antifascista na América do

49.FREIRE, G. "Porque me acusam de comunista", *Diretrizes* nº 181, 15.12.1943.

50."Acusa Mário de Andrade: 'Todos são responsáveis' -- Os intelectuais puros venderam-se aos 'Donos da vida'", *Diretrizes* nº 184, 06.01.1944.

Sul, a crença de que a melhor garantia para paz era a amizade URSS e EUA) eram realçadas pela edição para enfatizar as teses da revista. Sobre os intelectuais e sobre a postura de neutralidade dizia: "Os intelectuais foram outros grandes culpados do desenvolvimento do fascismo e com tudo de agressivo que lhe foi consequente. Muitos se venderam ao fascismo, outros, de boa ou má fé, se deixaram enganar. A classe intelectual foi, sem dúvida, a mais visada pelo fascismo, e foi ela, ao mesmo tempo, que mais se deixou enganar". Fazia-se a ressalva porém de que no Brasil, "felizmente, quase todos os grandes nomes da ficção, do ensaio e da poesia sempre estiveram, desde a primeira hora, contra o fascismo"⁵¹.

Seriam entrevistados ainda, nesse mesmo espírito, vários intelectuais (entre eles Caio Prado Jr. e Jorge Amado). Caio Prado Jr. vinha sendo colocado, por sua obra historiográfica, classificada como "de intensa vitalidade renovadora", ao lado dos grandes da cultura brasileira (José Lins e Jorge Amado, no romance; Drummond, Bandeira e M.Mendes na poesia; Portinari na pintura; Villa Lobos na música; etc.). Jorge Amado, que estava sendo reeditado por José de Barros Martins em São Paulo, manifestava posição mais política, defendendo claramente uma "união democrática antifascista" e reafirmando a impossibilidade do escritor ficar neutro diante da guerra. Por essa época havia escrito uma carta pública aos intelectuais católicos chamando-os para uma posição unitária contra o nazifascismo, já que não apenas a arte, a literatura e o conhecimento da esquerda seriam atingidos

51. "Não há intelectuais neutros, há intelectuais fascistas", *Diretrizes* nº 192, 11.03.1944.

por ele, mas toda e qualquer manifestação da inteligência. Confessava então "que os sutis problemas estéticos" escapavam a sua "visão primária". definindo-se como um romancista. Mas chamava a atenção para a sua adesão **completa** à causa antifascista: "No entanto, quando o fascismo em ascensão preparava a guerra e a quinta coluna procurava degradar e burocratizar a literatura brasileira que se afirmara tão noderosa em 1930, abandonei o romance para escrever..... duas biografias. Parecia-me que era mais fácil levar através do exemplo de um poeta e um herói, até as grandes massas e até os intelectuais, uma palavra de ânimo(...). E quando a guerra se estendeu até o Brasil achei que o jornal era o lugar do escritor".

Em suma. Amado considerava que o melhor que os escritores teriam para dar ao povo seria, justamente, sua pena. Para concluir, com radicalidade: "Se havia necessidade que os escritores estivessem unidos quando o problema principal era o de vencer militarmente o fascismo, muito mais premente ainda é essa unidade quando ao lado daquele problema surge o de impedir que permaneçam as raízes do fascismo após a paz". Elogiando Gilberto Freire, exatamente por personificar esse espírito unitário, concluiu que as circunstâncias faziam com que a literatura deixasse de ser "snobismo" e se transformasse em profissão⁵².

A ênfase participativa, a insistência na responsabilidade como sinônimo de profissionalização e a preocupação com o tema da traição do intelectual, desembocam de modo cada vez mais evidente na busca de uma identidade coletiva

52. AMADO, J. "Pensemos na vida e não na imortalidade". *Diretrizes* nº 202, 18.05.1944.

dos homens de cultura, o que traz à superfície a necessidade de um salto de qualidade na questão de sua agregação associativa, funcionando como uma espécie de combustível para a idéia de um encontro nacional de escritores. A partir do início de 1944, a idéia aparece aqui e ali, mas é apenas em maio que ganha maior consistência, recebendo grande destaque nas páginas de *Diretrizes*. A entrevista de Caio Prado Jr., a que nos referimos, realizada por Dalcídio Jurandir, em realidade é um verdadeiro manifesto de lançamento de um congresso de escritores. A partir da tese de que "...a historiografia...deve concordar sempre...com o momento histórico em que se manifesta, isto é, responder a determinadas necessidades e anseios que resultam da vida social e política"⁵³, a entrevista caracterizava o período como de movimento, de mudanças e interesses, chamando a atenção para a questão da identidade do intelectual frente aos problemas de seu tempo. O "apoliticismo" nada mais era do que a aceitação passiva das condições e da ordem existentes, e como tal não passava de um disfarce para o conservadorismo. Frente à guerra não havia o que tergiversar, cabendo portanto a todos apoiar o esforço dela decorrente e arregimentar as forças democráticas. Essas bandeiras universais, entre os intelectuais eram traduzidas para o "brasileiro" pela palavra de ordem de um congresso nacional de escritores.

Crescendo no mundo inteiro o movimento democrático e desenvolvendo-se um novo espírito de fraternidade e de interesse na solução dos problemas comuns da humanidade, era natural que os

53. PRADO Jr., C. "A história, o povo, a liberdade". *Diretrizes* nº 202, 18.05.1944.

escritores brasileiros tomassem aqui a vanguarda desse movimento e discutissem "temas e resoluções comuns dentro de uma aproximação mais concreta e mais fraternal". Por isso se imporia a urgência de um congresso de escritores do Brasil ("acontecimento de alta significação na história de nossa cultura e das lutas democráticas"). Caio Prado Jr insistiria na necessária amplitude da iniciativa: "(...)Um congresso amplo, em que participassem todos os escritores do Brasil para uma discussão aberta de seus problemas e de sua posição em face dos problemas nacionais e universais. seria de máxima importância nesta hora. Um congresso de guerra e de cultura. Sem tendências nem debates sibilinos. Uma assembléia de homens inteligentes dispostos a acreditar em problemas, em guerra, em liberdade, em literatura e nas questões de paz que há de vir".

A oportunidade do encontro seria inconteste, não só pelos "problemas profissionais que pedem uma solução urgente (atento a que a profissão de escritor começa apenas a se diferenciar entre nós, e nem na Legislação, nem nos costumes encontramos ainda normas regulamentares suficientes para atender às várias situações jurídicas que se apresentam); refiro-me sobretudo aos problemas gerais do país perante os quais os escritores têm tamanha responsabilidade. Um congresso, reunindo escritores de todas as partes do Brasil, estabelecerá um contato fecundo, e dará ao país a medida na qual ele pode contar com seus trabalhadores intelectuais...". Chamando a atenção para o fato de que o Brasil seria "uma semi-colônia politicamente, pela falta de autonomia internacional, economicamente, pela dependência em que

vivemos de interesses econômicos e financeiros estranhos", sugere que no pós guerra, com um ambiente de liberdade e democracia, o escritor poderia "assumir seu legítimo papel de esclarecedor e preparador do ambiente em que se travará o debate sobre nossos destinos"⁵⁴.

Nesse mesmo número da revista, o núcleo baiano da ABDE fazia um apelo para que se realizasse em setembro o congresso nacional dos escritores. Luis Vianna Filho fazia a convocatória em nome dos baianos. E Afonso Arinos de Melo Franco, visando reforçar a iniciativa, propunha que Ouro Preto fosse escolhido como local para a realização do evento.

Entretanto, apenas em junho a idéia ganha forma final e passa a ser anunciada com bastante destaque a realização do I Congresso de Escritores, já se a dando como certa e na dependência apenas de ajustar a data e o local. Em editorial de *Diretrizes*, era feita a seguinte análise: "Outrora os escritores brasileiros eram 'poetas', boêmios errantes, com a cabeça nas estrelas, ignorantes, alheios aos problemas de seu país, esquecidos de sua missão. Havia, por certo, exceções, mas a maioria mergulhava na abstração completa, na miséria e no álcool ou na subserviência e na corrupção para obter emprequinhos ou brilhantes comissões. Quando não viviam nos botequins e nos subúrbios, desajustados e doentes, maltrapilhos e desesperados, conseguiam por meio de habilidades e lisonias, odes e discursos, alguns rendosos empregos nos quais se conservavam digerindo a comodidade conseguida a tanto custo(...)".

54. PRADO Jr..C. "Por um conoresso de escritores no Brasil", *Diretrizes* nº 202, 18.05.1944, pp23.

A ênfase do editorial era toda no sentido de afirmar que os tempos haviam mudado. A um ponto isto teria acontecido que o "escritor brasileiro adquire dia a dia uma consciência profissional, uma independência e uma dignidade. Querem discutir problemas, integrar-se nas atividades sociais do país, fazer ouvir sua voz. Com seu instrumento de expressão, a sua cultura, a sua consciência da época que atravessam, os escritores brasileiros organizam-se e erguem suas vozes(...) estão obtendo uma unidade mínima na luta por seus direitos profissionais, pela democratização da cultura e pela discussão de todos os problemas de cultura no Brasil".

O artigo informava ainda que a "ABDE (fundada a pouco tempo) é um fruto da acção constante e consciente de nossos escritores...", que a idéia do Congresso nascera na Bahia e logo fora estimulada pelos intelectuais paulista, e por fim que, em virtude das dificuldades, o encontro não seria nem na Bahia, nem em Ouro Preto, mas em Petrópolis. A chamada da matéria era interessante: "Os escritores paulistas e baianos encontram-se na vanguarda do movimento, não resta dúvida". O artigo anunciava também que Anibal Machado(pres.) e Afonso Arinos (vice) estavam empenhados em realizar o Congresso em setembro. Inclusive, Anibal Machado, perguntado a esse respeito, declarara: "É uma obra na qual estou empenhado com todo ardor. Temos que realizar o Congresso de maneira mais ampla possível, sob um espírito de cordialidade e serenidade com que poderemos discutir todos os

problemas e fixar alguns rumos e conclusões para a inteligência e a cultura no Brasil"⁵⁵.

O número seguinte de *Diretrizes* demonstra a preocupação de seus editores, fortemente empenhados na realização do Congresso, de estabelecer pontes com os intelectuais paulistas. São entrevistados ainda Fernando de Azevedo⁵⁶, com ênfase na relação intelectual-povo, e Sérgio Milliet, a respeito da caravana de intelectuais paulistas convidados pelo prefeito de Belo Horizonte (Juscelino Kubistchek) para visitarem a cidade⁵⁷. Ou seja, para se concretizar a constituição de uma frente de intelectuais que viabilizasse a realização de um congresso de escritores, era imprescindível a articulação desses três núcleos de intelectuais que tinham solidez e personalidade própria (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte). Nesse tripé, São Paulo tinha um papel fundamental porque colocava com maior radicalidade a questão do mercado e das novas instituições de consagração.

Era com esse horizonte para a questão dos intelectuais que a revista chegava a seu último número: insistindo na aproximação com o povo, procurando responder associativamente à sua crise de identidade, abrindo-lhes uma perspectiva que pretendia resolver a questão profissional através da participação política. Com o encerramento de suas atividades, a parcela da intelectualidade carioca que se utilizava dela para buscar a

55. "O 1º Congresso dos Escritores Brasileiros", *Diretrizes* nº 207, 22.06.1944. Os temas propostos ao debate, num primeiro momento, eram os seguintes: Direitos autorais; o livro didático; democratização da cultura; o espírito europeu na literatura brasileira; o espírito americano na literatura brasileira; intercâmbio cultural; o escritor e a luta contra o fascismo; o escritor e a grande reportagem; o escritor de rádio; literatura de cinema; o problema da linguagem.

56. AZEVEDO, F. "A cultura deve estar ao alcance de todos sem distinção de classes", (entrevista), *Diretrizes* nº 208, 22.06.1944.

57. MILLIET, S. "Caravana de intelectuais a Belo Horizonte", *Diretrizes* nº 208, 22.06.1944.

hegemonia no campo cultural ficaria, momentaneamente, sem instrumento para atuar na conjuntura e para influenciar os intelectuais. O eixo de organização do encontro se desloca para São Paulo, como veremos no capítulo III, mas antes de entrarmos no universo intelectual paulista, tentarei discutir a posição que considero mais significativa entre os intelectuais de *Diretrizes* a respeito das relações política e cultura. Valho-me de um texto de Astrojildo Pereira que além de ser uma síntese de suas posições e das discussões travadas na revista de 1940-1944, tem uma importância singular já que suas afirmações fundamentam a resolução política aprovada durante o I Congresso Brasileiro de Escritores.

5. Astrojildo Pereira e as tarefas da inteligência

Grças ao trabalho desenvolvido junto à imprensa do Rio de Janeiro (particularmente em *Diretrizes*) e na ABDE-RJ, Astrojildo Pereira passa a contar com reconhecimento cada vez maior junto à grande intelectualidade carioca (Alvaro e Eugenia Moreira, Anibal Machado, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, são apenas alguns dos que têm Astrojildo em alta conta) e mesmo paulista (há referências em Mário de Andrade e em Sérgio Milliet, neste último de modo mais sistemático). O prestígio adquirido por Astrojildo, ao final do Estado Novo, pode ser mesurado pela força da declaração de Drummond em 1945: "a formação da consciência intelectual no Brasil está em plena infância. Não são muitos os que, como Astrojildo Pereira, para só citar um dos maiores, mantêm estrita fidelidade ao primeiro dever do intelectual, que é analisar todos os problemas sob critérios intelectuais e sistemáticos"¹.

O reconhecimento vinha mais de sua inserção cultural, adquirida como crítico de literatura e organizador da cultura, do que da militância preferita de Astrojildo como comunista. Mas mostrava também que no I Congresso Brasileiro de Escritores, realizado 15 dias antes da entrevista em que Drummond manifestara tal juízo, Astrojildo tivera posição destacada, atuando como um grande intelectual e disputando a direção dos mais jovens e/ou não

1. ANDRADE, C.D., "O Mundo do Após Guerra", entrevista a Ary de Andrade, in *Vamos Ler!*, Rio de Janeiro, 08.02.45. Carlos Drummond de Andrade; coletânea organizada por Sonia Brayner, *Fortuna Crítica*, Volume 1, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: Brasília, JNL, 1977. pp.35.

consagrados. A presença constante nas páginas de *Diretrizes* a partir de 1940, a atuação na vida associativa, o conhecimento da vida cultural do Rio de Janeiro e, por fim a publicação do livro *Interpretações* em meados de 1944, pela Editora Casa do Estudante, consolidavam-no como uma das lideranças intelectuais da oposição².

Sem dúvida o charme do velho militante, a relação com o anarquismo, a condição de fundador do PCB, lhe davam uma aura especial no cenário oposicionista, mas não lhe garantiam, por si só, a condição de liderança intelectual. Essa condição seria obtida essencialmente através do trabalho como crítico e cronista em revistas (*Acadêmica*, *Diretrizes*, *Dom Casmurro*), em jornais, em folhetos, anuários, etc... Entretanto, o que dá maior ressonância a seu trabalho é a conhecida amplitude de posições que o caracteriza: durante a ditadura, ainda que em nenhum momento tenha trabalhado diretamente para os organismos culturais estadonovistas, jamais discriminou ninguém por manter tal tipo de vínculo.

No livro *Interpretações*, no qual se encontram os ensaios mais densos escritos por ele durante o Estado Novo, há um resgate de um conjunto de autores que formariam uma linha progressista. Além de Manuel Antonio de Almeida, Joaquim Manuel de Macedo, Machado de Assis e Lima Barreto, demonstrando incomum conhecimento sobre a história do Rio de Janeiro, Astrojildo estabelece um ponto de vista para discutir a questão do intelectual. Sua argumentação está muito distante da crítica moralista, sempre procurando "adesistas" no governo para execrá-los. O ensaio "Posição e

² Brito Broca, à época já crítico de grande importância e colaborador permanente de *Cultura Política*, o elogia em suas crônicas.

tarefas da inteligência" expõe de modo sistemático suas concepções acerca do "papel", da "missão" do intelectual, sobre a participação ou não do escritor, e a respeito de uma política cultural democrática. A importância do texto está no fato de conter posições muito semelhantes às resoluções aprovadas no I Congresso de Brasileiro de Escritores. De certo modo, neste texto, Astrojildo expõe de forma sistemática os avanços que realizara em sua avaliação da cultura e dos intelectuais nos cinco anos em que colaborou semanalmente em *Diretrizes*. Além disso, há nele um nítido avanço em relação às posições da época em que escrevia com pseudônimo para a revista *Acadêmica*.

A argumentação de Astrojildo, mesmo que genericamente informada pelo marxismo, busca na história do país e nas atitudes de seus intelectuais os exemplos e lições que a articulam. E, o que é incomum para os padrões argumentativos da esquerda brasileira à época, se desdobra numa proposição de política cultural que se pretende ampla e democrática. Posição duplamente interessante: em primeiro lugar, porque procura explicitar o que entende por "amplo e democrático" no plano da cultura; em segundo, por buscar aliados no passado cultural brasileiro, buscando uma espécie de "fio vermelho" que articularia sua trajetória. Basta atentarmos para os autores analisados no ensaio (além dos já citados, Gregório de Mattos Guerra, Rui Barbosa, Padre Feijó, etc...) e perceberemos que há uma chave cuja peculiaridade está na maneira como procura articular cultura e política. Não à toa, uma de suas idéias centrais é exatamente a de que a democratização do

mundo não pode se restringir "ao puro domínio da organização política", devendo "abrandar os mais largos domínios da cultura"³.

Preocupado com a restrição da idéia democrática a aspectos meramente políticos(ou mesmo econômicos), Astrojildo enfatiza a importância decisiva da democracia na cultura, definindo-a nos seguintes termos: "Democracia cultural vem a ser aquela que torna possível a todos os homens e mulheres sem exceção gozar livremente dos benefícios da cultura, por meio da instrução integral(...) facultada a todas as capacidades. Para nós brasileiros, democracia cultural quer dizer o seguinte, concretamente: liquidação do analfabetismo, instrução gratuita desde a escola primária até as escolas superiores; livre acesso ao ensino superior segundo a vocação de cada qual; em suma abolição de todo e qualquer privilégio ou monopólio em matéria de instrução"⁴.

Na base da formulação a respeito da democratização cultural, estava um diagnóstico otimista acerca dos avanços realizados pela modernidade. Otimismo que se desdobra numa aposta: a de que, enfim, face às novas condições, os intelectuais poderiam se libertar da tutela secular exercida sobre eles pelos poderosos. Os "meios modernos de comunicação e divulgação" confeririam "à palavra escrita e falada, e bem assim à imagem e ao som, um poder de penetração e influência entre as massas populares jamais visto"⁵. Fato este que daria a exata dimensão da enorme responsabilidade que caberia aos intelectuais, face ao impacto

3. PEREIRA, Astrojildo. "Posição e Tarefas da Inteligência". in *Interpretações*, Livraria e Editora Casa do Estudante, Rio de Janeiro, 1944, pp. 254.

4. PEREIRA, A., *op.cit.* pp.255.

5. *idem*, *ibidem* . pp.256.

provocado pelo desenvolvimento da técnica moderna que criara "possibilidades infinitas e imprevisíveis no concernente à produção em larga escala não só de objetos de consumo como também de meios de instrução e cultura"⁶.

Não há em Astrojildo uma visão desencantada diante do mundo moderno, nem mesmo uma hostilidade frente à técnica --tão presentes na grande cultura ocidental desse período. Nele, ao contrário, nota-se uma expectativa bastante positiva quanto às possibilidades do progresso tecnológico, já que estas não teriam sido exploradas democraticamente. Em suas próprias palavras: "As máquinas de imprimir livros e jornais, de transmitir imagens e sons, de transportar pessoas e coisas com rapidez jamais suspeitada -- para citar o mais novo e o mais visível-- são máquinas prodigiosas, que já estão estabelecendo e poderão ampliar muito e muito mais, no futuro, as bases concretas para o desenvolvimento ilimitado dos meios de instrução e cultura das massas"⁷.

Tal desenvolvimento, além de abrir possibilidades inéditas de ilustração para as massas, conteria também a promessa de os intelectuais e artistas se libertarem da secular tutela dos poderosos, "colocando-se a serviço do povo, contribuindo direta ou indiretamente para a elevação do nível cultural das massas populares". Ao mesmo tempo, seriam obtidas as condições para a "independência de viver, de pensar, de criar, de produzir"⁸. Como para a maioria dos intelectuais latino-americanos da época, a modernidade é sinônimo de desenvolvimento, progresso,

6. *idem, ibidem*.

7. *idem, ibidem*, pp.257.

8. *idem, ibidem*, pp.257.

democratização. Ou seja, é vista exclusivamente como positividade⁹.

Ao demarcar sua posição sobre o assunto considerado tabu -- o dos direitos, deveres e responsabilidades da inteligência -- Astrojildo deixa de lado, deliberadamente, as interpretações daqueles que debateram o problema (cita, explicitamente, Benda, Maritain, Mac Leish) e busca em nossa história literária os modelos e exemplos para ilustrar o seu ponto de vista. O balanço não poderia ser mais "oauche": começa datando em Gregório de Matos Guerra o nascimento da literatura brasileira, concordando com Sílvio Romero na consideração de que a ele e não a Anchieta caberia o título de fundador de nossa literatura. Para Astrojildo, Gregório de Matos teria fincado "em nossa literatura o primeiro marco de uma tradição -- a tradição mais tarde continuada pelos poetas da Inconfidência Mineira, pelos poetas e escritores da Independência e do Romantismo, pelos poetas e escritores da Abolição e da República. Tradição de luta e de participação nas lutas populares, a que poderemos filiar o Movimento Modernista de 1922".¹⁰

Fazendo a ressalva de que essa tradição contém elementos de contradição, vai buscar aliados na trajetória da literatura brasileira para mostrar sua vinculação com as lutas, crises e transformações da sociedade. De modo que o "intelectual participa

9. SUBIRATS, Eduardo. *Da Vanguarda ao Pós-Moderno*. São Paulo, Nobel, 1984, pp.16. Diz ele: "O espírito das vanguardas não se insinuou naqueles novos contextos como o grande salto revolucionário para frente, como o grito subversivo pela liberdade e pelo futuro. Impôs-se mais sob o aspecto positivo de um dogma acabado que no sentido revolucionário de uma crítica radical da cultura e do poder. Faltavam elementos revolucionários, escatológicos e críticos nas manifestações enigmáticas da vanguarda internacional da vanguarda. Pelo contrário, através dos expoentes do racionalismo e do purismo, a utopia da modernidade... chegou às zonas não industriais como fenômeno acabado e definido a priori da civilização tecnológica...".

10. PEREIRA, A., *op.cit.*, pp.261.

como intelectual, como profissional ou como cidadão, separadamente ou concomitantemente, pouco importa, mas participa. Participa até pela "abstenção", mesmo quando sincera e desprevinida, pois a "abstenção", bem feitas as contas, equivale a participação passiva ou por omissão".¹¹ Com tal suposto, comparecem em sua análise, avaliados de modo crítico mas positivamente, Tomás Antonio Gonzaga, Alvarenga Peixoto, Cláudio Manuel da Costa, Gonçalves de Magalhães, Porto Alegre, Gonçalves Dias, Alvares de Azevedo, Casemiro de Abreu, Fagundes Varela, José de Alencar, Castro Alves, Nabuco, Rebouças, Taunay, Raul Pompéia, Silvio Romero, José Veríssimo, Araripe Junior, Lúcio de Mendonça, Valentim Magalhães, Medeiros e Albuquerque, Lima Barreto, Fábio Luz, Domingos Ribeiro Filho, Augusto dos Anjos, Hermes Fontes, Machado de Assis (com destaque, retrucando sua fama de indiferente).

Para reforçar seus argumentos, defendendo-se antecipadamente da acusação de facciosismo, Astrojildo cita até Olavo Bilac, então no final da vida e fazendo balanço de sua geração literária: "não nos limitamos a adorar e a cultivar a Arte pura, não houve problema social que não nos preocupasse, e, sendo 'homens de letras', não deixamos de ser 'homens'. O artista tem certamente o dever de sempre reservar na sua vida um lugar, recatado e sagrado, para o culto exclusivo da sua Arte; mas, para isso, não é mister que viva, entre os outros homens, como um espectro sem vida real, numa ataraxia que o isole da existência da comunhão"¹².

11. *idem*, *ibidem*, pp.265.

12. *Últimos Discursos e Conferências*, Rio de Janeiro, 1977, pp.79-80, cit *Interpretações*, pp.273.

Mesmo movimentos como o simbolista (que teria correspondido "à fase de consolidação do regime instituído em 1889, sendo ao mesmo tempo um movimento não só decadente --como os próprios simbolistas o chamavam-- mas também tipicamente reacionário. o que parece contraditório") não seriam neutros, desdobrando-se em formas de reação. No caso: reação espiritualista, reação simbolista, reação religiosa, reação política ... Isso para afirmar: "que não existe neste mundo nenhuma arte quimicamente pura"¹³.

A análise da crise da 1ª República leva-o ao ano de 1922. Além de evocar a Semana de Arte Moderna, procura vinculá-la a outros acontecimentos correlatos (o 5 de julho no forte de Copacabana, a criação do PC, etc.) para afirmar que "há entre eles um nexu qualquer, determinado por uma série de condições e fatores comuns". De modo que se o primeiro 5 de julho teria desencadeado uma trajetória de crises políticas que se desdobram em 1930, a Semana de Arte seria "um 5 de Julho artístico", "a expressão inicial --informe e contraditória, mas já com alcance decisivo -- da revolução intelectual que ia imprimir novo impulso e traçar novos rumos ao desenvolvimento ulterior da inteligência brasileira, acompanhando, passo a passo, em seus movimentos de ação e reação, todo o processo de reajustamento do país às novas condições históricas legadas pela primeira guerra mundial"¹⁴.

O paralelismo entre "modernismo" e "tenentismo" seria estabelecido também pela trajetória comum seguida pelos dois movimentos: esquerda, centro, direita. "E é fácil identificar os

13. PEREIRA, A., *op.cit.*, pp. 276.

14. *idem*, *ibidem*, pp. 283.

'tenentistas' e os 'modernistas' que se encontraram, par a par, na mesma posição, e às vezes pulando juntos de uma para outra: na esquerda revolucionária. democrática, de tendência socialista ou não; no centro neutro. incolor, profissionalista, artepurista, espia-maré; e na direita reacionária, antidemocrática, filofascista, integralista"¹⁵.

De seu ponto de vista seria inócuo averiguar se antes de 1922 ou fora do Rio e de São Paulo teria havido algum movimento literário independente de renovação literária e artística. O decisivo "é que tanto a Semana de Arte Moderna quanto o 5 de Julho representam, historicamente, senão cronologicamente, dois momentos decisivos, que por isso mesmo adquirem um significado igualmente simbólico"¹⁶.

Em sua argumentação, Astrojildo mostra-se tributário de uma concepção desenvolvimentista a respeito do papel da educação na democratização da sociedade, não deixando de revelar ecos do pensamento liberal democrático quando este se defronta com o tema da ampliação dos direitos de cidadania. Entretanto, mostra-se convencido de que os intelectuais brasileiros poderiam desempenhar um papel fundamental na solução dos problemas relativos à democratização da cultura, ou seja, à difusão entre as massas populares dos instrumentos de cultura, visando à elevação progressiva do nível cultural do povo brasileiro. Portanto, se a inspiração do diagnóstico era de cunho liberal democrático, a exortação à intelectualidade lembra bastante algumas das colocações de Gramsci a respeito de uma reforma intelectual e

15. *idem*, *ibidem*, pp.285.

16. *idem*, *ibidem*, pp.284.

moral que tem na educação, amplamente entendida, um de seus pilares mais importantes¹⁷. Onde se compreende que, contra a cultura política estadonovista --que leva às últimas consequências a perspectiva de tudo esperar da iniciativa do Estado, já que enfim este tornou-se mais moderno que a sociedade --, Astrojildo preconiza a necessidade urgentíssima de uma ampla frente reunindo instituições de todos os tipos e posturas (um verdadeiro "partido da inteligência"), pois uma tarefa de tal magnitude não será "realizada em grande escala por nenhum governo, sem a cooperação e a colaboração dos mais interessados no assunto, que são exatamente os intelectuais"¹⁸.

A missão do intelectual seria exatamente a de ir ao encontro das necessidades mais sentidas da população, que no caso do Brasil ainda se encontrariam no plano elementar da alfabetização. "Libertar a inteligência escrava, ensinar o povo a ler e a escrever, lutar pela democratização dos meios de cultura -- eis aí uma causa bem nítida que está pedindo uma grande campanha

17. Está ligado, portanto, a toda uma tradição que remonta ao programa da ilustração, e que se manifesta de modo muito problemático naquelas situações marcadas pelo estigma do atraso e pela dificuldade de concretizar o significado da unidade nacional. O tema de Astrojildo, como o de Mário de Andrade e tantos outros, é o da construção da cultura brasileira, mas ao invés de recorrer a essências e sínteses, populistas ou iluministas, realizadas por intelectuais, prefere enfrentar o problema do atraso na sua face mais imediatamente colada ao universo cultural: o analfabetismo da imensa maioria, impedimento para qualquer projeto de nação. Ver sobre a discussão mais geral acerca desse tipo de monista intelectual, além de toda a bibliografia sobre "via prussiana" e "modernização conservadora", especificamente dois ensaios de Paulo E. Arantes: "O Partido da Inteligência", *Almanaque* nº 9, São Paulo, Brasiliense, 1979; e "Uma reforma intelectual e moral: Gramsci e as origens do idealismo alemão", *Presença* nº 17, Rio de Janeiro, nov. 1991.

18. "Da organização dessa campanha de energia, de fé e tenacidade deveriam participar os intelectuais não só em seu caráter individual, mas também através de todas as instituições culturais existentes no país: academias de letras, de artes e de ciências, centros de estudos e pesquisas, institutos históricos e geográficos, pequenos grêmios literários tanto das pequenas cidades como dos subúrbios das grandes cidades, associações de estudantes e professores, de escritores e artistas, escolas, faculdades, colégios, cursos, grupos de amadores teatrais, bibliotecas públicas e gremiais, igrejas e obras religiosas de qualquer confissão ou seita, lojas maçônicas, etc., etc., etc." ("Posição e tarefas da inteligência", in *Interpretações*, Livraria-Editora Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, 1944, pp.299).

nacional e pode encher de fé o coração vazio de toda uma geração"¹⁹.

Procurando responder às concepções que consideravam que os problemas da cultura brasileira e da democratização da sociedade se solucionariam através da formação e renovação constante das elites culturais, Astrojildo reage: "Prevejo a esta altura certas objecões do seguinte teor: que alfabeto não é sinônimo de cultura: que a alfabetização das massas populares só por si não resolve nada, que nem sempre a ignorância do alfabeto é um mal, e muitas vezes o seu conhecimento redundava num mal maior; que o problema cultural mais urgente consiste na formação universitária das 'élites' -- a que pertencem os professores, os especialistas, os técnicos, isto é, os dirigentes"²⁰.

Defendendo-se antecipadamente da pecha de simplista, Astrojildo fazia a ressalva de que não pretendia cair em nenhum esquematismo, erigindo "o analfabetismo em problema único ou mais grave que qualquer outro". Sua preocupação seria com a organização do trabalho intelectual, por isso propunha que fossem estabelecidas prioridades, com divisão do trabalho entre intelectuais -- quer como indivíduo, quer como grupos de indivíduos-- e com atribuição de "setores e tarefas mais condizentes com as suas possibilidades e capacidades"²¹. O que daria sentido e unificaria todas as iniciativas seria "o problema da democratização da cultura; porque o esforço tendente a resolvê-lo parece constituir a tarefa mais importante, quase específica

19. *idem, ibidem*, pg.293.

20. *idem, ibidem*, pg.294.

21. *idem, ibidem*, pg.295.

dos escritores, dos artistas, dos homens de ciência e pensamento não só durante os próximos anos, durante muitos anos, sobretudo em países como o Brasil"²².

A partir desse diagnóstico, procurando "tratar da questão em termos concretos" e com a intenção explícita de reduzir "os motivos de controvérsia e pretextos para sofisma", Astrojildo procurava fugir da antinomia participação X abstenção. Principalmente porque, para ele, nessas questões, não havia sobre o que tergiversar: todos participariam. Tal constatação combinava-se com a gravidade da situação, impondo que se estabelecesse "quais as tarefas mais importantes e mais urgentes que aos intelectuais brasileiros caberia de preferência enfrentar e realizar". De modo que mesmo aqueles que não sentem gosto ou inclinação por estudos econômicos e sociais, nem se sentem impelidos a atividades políticas e/ou partidárias, não poderiam se furtar à ação "no terreno da ação puramente cultural"²³.

E interessante que comentando o livro de Astrojildo, Sérgio Milliet²⁴ -- concordando com suas conclusões, ainda que fazendo questão de afirmar uma fundamentação diferente (mannheimiana)-- selecione exatamente a seguinte citação do texto: "assim como os abstencionistas cem por cento frequentemente se atolam no pântano da pior forma de participação que é a por omissão covarde ou interesseira, assim também os participacionistas cento e um por cento não menos frequentemente

22.*idem*, *ibidem*, pp.295.

23.*idem*, *ibidem*, pp.291.

24.MILLIET, S., *Diário Crítico*, (15.02.1945), Vol.3, São Paulo, Martins/EDUSP, pp.31-37.

enveredam pelos atalhos perigosos do sectarismo intolerante, antidemocrático e afinal de contas contraproducente"²⁵.

Recorrendo a inúmeros exemplos, Astrojildo procura demonstrar que, mantendo-se o pluralismo de posições, seria possível e necessária a constituição de uma ampla frente de intelectuais. Afinal, as condições estruturais para o rompimento "dos laços de dependência e subordinação que prendiam os intelectuais aos interesses da minoria de privilegiados", estariam dadas. Além disso, o esforço de guerra não deveria obscurecer "os problemas e questões de ordem diversa que terão que ser enfrentados e resolvidos no período de após-guerra". Problemas e questões que em muitos países, como ele acreditava ser o caso do Brasil, se sintetizavam na necessidade de democratizar os meios de cultura, o que dependia prioritariamente da liquidação do analfabetismo.

Uma campanha como essa, envolvendo toda a sociedade civil, se desdobraria em iniciativas de "grau progressivamente mais elevado: excursões de intelectuais pelo interior do país realizando conferências populares, promovendo exposições artísticas, espetáculos teatrais, exhibições cinematográficas de feição educativa, festivais artísticos e literários, trabalhos científicos, etc., etc"²⁶. A vantagem maior da iniciativa seria a de colocar a intelectualidade "em contato direto com o povo brasileiro de todos os Estados, verificando de perto as necessidades, os interesses, os sofrimentos, as angústias, os desejos, as aspirações das massas populares que habitam este país.

25. PEREIRA, A., *op.cit.*, pp.278.

26. *idem*, *ibidem*, pp.300.

E isto levaria os intelectuais a descobrirem novos e puros mananciais de emoção artística e de conhecimento científico, e abriria perspectivas insuspeitáveis e imprevisíveis ao subsequente desenvolvimento da ciência, da arte e da literatura brasileiras. O povo por seu lado viria a conhecer e ouvir os intelectuais patricios, aprendendo a estimá-los e reconhecendo neles os 'seus' escritores, os 'seus' artistas, os 'seus' mestres, os 'seus' sábios"²⁷.

Suas concepções acerca da cultura e dos intelectuais tinham o lastro de um homem já maduro que dedicara décadas à luta democrática e à intervenção cultural, portanto bastante experimentado nas mazelas do sectarismo e do isolamento. É com elas que Astrojildo procura intervir no desfecho do processo de transição, participando ativamente do I Congresso Brasileiro de Escritores, articulando-se com setores da intelectualidade liberal em torno da fundação da UDN, procurando nos primeiros meses de 1945 fundar a União dos Trabalhadores Intelectuais, para aliviar a ABDE da "carga política". Inclusive, vale notar que, entre a publicação do livro (em meados de 1944) e seu retorno ao Partido Comunista (em maio de 1945), ocorre o episódio de sua participação no manifesto de criação da UDN. Episódio que, pensado da perspectiva que venho trabalhando até agora, não chega a ser surpreendente.

Dai para a frente, a conjuntura cumpriria uma trajetória descendente. De meados de 1945 a maio de 1947, o PCB trilha um percurso difícil --de partido esteio da ordem à condição de

27. *idem*, *ibidem*, pg.300.

proscrito. Mas, até a cassação, em maio de 1947, atrai para sua área de influência importantes intelectuais não comunistas. Abrindo seus jornais para que estes escrevessem, convidando-os para as atividades culturais realizadas ou incentivadas pela estrutura partidária, consegue mantê-los, portanto, sob sua direção moral e intelectual²⁸. Todavia, o período da assim chamada "Guerra Fria", inaugurado pelo discurso de Churchill em 1946, estimula uma violenta campanha, por parte de alguns setores, visando isolar o PCB e colocá-lo "fora da lei". A tendência da direção partidária será a de radicalizar o sectarismo, comprometendo sua relação com a grande intelectualidade tradicional. Astrojildo, mais uma vez, tenta uma saída que vai contra a maré majoritária: cria e dirige a revista *Literatura*, que tem em seu conselho de redação vários intelectuais de renome e sem vinculação, e mais remota que seja, com o comunismo.

As consequências da cassação do registro do PCB, assim como as da radicalização provocada pela guerra fria, foram desastrosas para as relações entre o comunismo e a intelectualidade. As perseguições, o clima de paranóia e a ilegalidade, tiveram como resultado imediato o estreitamento da política de massas que o partido vinha esboçando, circunstância que o lançou numa real situação de isolamento no sistema político inclusivo. Quanto mais a tendência ao isolamento se reforça, mais a intelectualidade enquanto **estrato** passa a ser alvo de violentos ataques por parte dos comunistas que passam a tratá-la em bloco como "inimigos de classe". A deterioração a partir de 1949 se

28. RUBIN, A.A.C. -- *Partido Comunista, Cultura e Política Cultural*, Tese de Doutorado em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais da FFCL-USP, 1986.

consolida numa ruptura, chegando a um ponto que, no início de 1951, Osvaldo Peralva, por essa época militante do PC e ligado ao grupo dominante do partido (chamado "grupo baiano"), atingia com virulência vários intelectuais, entre eles Sérgio Milliet (acusado do "mais baixo policialismo"), Carlos Drummond de Andrade ("anti-comunista raivoso") e Sérgio Buarque de Holanda ("pelego da falsa ABDE de São Paulo"). O ódio, além da adjetivação carregada, revela mais do que parece, à primeira impressão: o problema que estava atrapalhando a pretensão hegemônica do PC no universo da cultura localizava-se (tinha seu epicentro) em São Paulo, inclusive tendo nome e sobrenome. É o que veremos a seguir.

CAPITULO III -- SAO PAULO E OS INTELECTUAIS:
GERAÇÃO, PROFISSIONALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO.

A ênfase nas dificuldades profissionais encontradas por aqueles que almejavam a condição de escritores, já há tempo vinha se impondo ao debate. As iniciativas propondo a organização dos intelectuais no sentido da defesa de seus interesses e da dinamização da criação cultural, assim como a correspondência entre os escritores, comprovam que o assunto era recorrente. A explicação mais comum entre os escritores atribuía as dificuldades à existência da ditadura e à condição de atraso do país. Emil Farhat, em novembro de 1940, numa carta para Nelson Werneck Sodré, refletia o pessimismo, particularmente acentuado do meio literário carioca: "Recebi seiscentos mil réis pelo *Cangaço* e morreria de fome se fôsse viver das gloriolas conquistadas. Tenho a impressão de que nós, no Brasil, escrevemos com uma antecendência de um século. Pois só daqui a cem anos é que haverá no País clima para a existência de escritores. Tudo o que fazemos agora é pura obsessão. Em outros termos, é exibicionismo. Abraços do Emil. (PS: *Diretrizes* vai muito mal de finanças)"¹.

Essa posição sobre o escritor profissional eivada de pessimismo, não era a única no momento. Para outros, como o próprio Nelson Werneck Sodré, pensar dessa maneira revelava apenas ausência de vocação, já que a carreira literária, em qualquer lugar cheia de dissabores, nos países subdesenvolvidos encontraria

1. FARHAT, E., citado in SODRÉ, N.W., *Memórias de um escritor*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pg. 227.

maiores dificuldades para se realizar. Seja como for, o fato é que nesses anos, entre os mecanismos controlados pelo DIP e o incipiente mercado de cultura (o PS de Farhat sobre *Diretrizes* não deixa margem de dúvida), para aqueles que pretendiam viver da pena e/ou transformá-la em instrumento para tornar públicas suas posições, as possibilidades não foram das mais generosas.

Em tais circunstâncias, pensar o problema a partir da idéia de vocação traz logo dois grandes inconvenientes: 1) não resolve os problemas e os limitações decorrentes de uma situação em que a sociedade civil é tutelada pelo Estado; 2) traz à consideração uma ética de ascese e de sacrifício que deixa de levar em conta os mecanismos concretos de formação, seleção e consagração de intelectuais. Mecanismos esses que estavam condenados a se tornarem cada vez mais especializados, contendo inclusive, em germe, uma lógica privatista e avessa à dimensão pública, implícita na idéia de vocação. Entretanto, isso só se tornaria claro anos depois e durante muito tempo ainda permaneceria hegemônica uma identidade intelectual construída a partir da idéia de vocação pública do escritor e do suposto de que ao intelectual caberia uma "missão". Nesses anos excepcionais, onde foi possível almejar a realização plena de uma vida heróica, o esforço de guerra, o regime ditatorial e os limites do próprio debate intelectual, obscureceram bastante a percepção do horizonte profissional e mesmo mercantil que se abriria com o fim da conflagração mundial. Mas seja como for, em São Paulo a ênfase na preocupação profissional e no tema dos direitos autorais, já desde esse momento, é muito presente nas tentativas de se definir uma

identidade moderna para os intelectuais. A razão para isso, como procuraremos mostrar, se relaciona muito com a revisão pela qual o movimento modernista passaria a ser submetido a partir do final dos anos 30.

1. Modernismo, "grandes intelectuais" e "nova geração".

O início de 1941 traria novos ingredientes para o mundo intelectual, principalmente para São Paulo. Além do surgimento de novas editoras, com projetos mais profissionais e assessoradas por intelectuais², alguns episódios marcam fortemente o cenário cultural e o mercado de cultura em São Paulo. Em primeiro lugar, o retorno de Mário de Andrade, depois de quase três anos de auto-exílio no Rio de Janeiro. A prisão de Monteiro Lobato -- em virtude da carta que enviara a Getúlio Vargas, acusando o General Horta Barbosa, presidente do Conselho Nacional do Petróleo, de retardar a solução dos problemas ligados ao petróleo--, causaria grande apreensão entre intelectuais de todas as posições. Afinal, Lobato, a essa altura, já era um símbolo da cultura brasileira e sua prisão arbitrária não se devia a nenhuma posição esquerdista, subversiva ou oposicionista, mas a uma mera manifestação de nacionalismo. A repercussão do episódio seria particularmente

2. Como a Martins, que contrataria Edgard Cavalheiro para assessorá-la nas decisões editoriais. Ver sobre isso SODRE, N.W. *op.cit.*, pg. 231-232.

grande em São Paulo, pois o governo federal já realizara um ato de grande significado simbólico, em abril do ano anterior (1940) ao tomar de seus donos (a família Mesquita) o jornal *O Estado de São Paulo*, colocando o tradicional órgão do liberalismo oligárquico paulista sob intervenção. Tais medidas do regime limitavam a atividade intelectual, levando os escritores e homens de cultura a uma postura de extrema cautela³.

A intervenção em *O Estado* havia sido ordenada por Ademar de Barros, interventor federal, sob a alegação de que a sua redação havia se transformado em centro de conspiração. A medida se baseava na acusação de que haviam sido encontradas armas na sede do jornal. Em vista do que o controle do jornal passava para as mãos do governo federal. Lourival Fontes, o diretor do DIP, escolheu para dirigir *O ESP* o jornalista Abner Mourão, à época redator-chefe do *Correio Paulistano*, francamente hostil à linha de *O Estado*.

O Estado, no contexto paulista, vinha sendo o espaço por excelência através do qual uma parcela da velha guarda modernista procurava se aproximar das novas gerações. No que eram favorecidos pela relação que o jornal mantinha com a Faculdade de Filosofia da USP, que possibilitava manter contacto com os intelectuais estrangeiros que ensinavam na faculdade e com os jovens -- filhos da elite tradicional, dos imigrantes endinheirados e mesmo das camadas subalternas-- que a procuravam. Nesse empreendimento, Sérgio Milliet vai ter papel destacado, principalmente de julho de 1938 a fevereiro de 1941 (período em que Mário de Andrade passa

3. *idem-ibidem*, pp.235.

por uma espécie de exílio carioca), assegurando nas colunas do jornal espaço para si e para muitos outros intelectuais.

Mesmo durante o período em que vigora a intervenção (1940 a 1945), em virtude do prestígio adquirido nos meios literários, Milliet permaneceria como editor de seções culturais. Posição que lhe permite realizar um trabalho de organização da jovem intelectualidade, selecionando e publicando seus textos, garantindo que seus honorários fossem pagos, encaminhando-a para a questão profissional e associativa. Juntamente com Edgard Cavalheiro, com quem esteve muito ligado entre 1940 e 1942, Milliet procura garantir o pagamento de direitos autorais. Preocupação que os leva à proposta de criação e à fundação de uma **Sociedade dos Escritores Brasileiros** (ver item sobre *Diretrizes*), visando, prioritariamente, a defesa dos direitos autorais. Criada em 14 de março de 1942, e saudada no Rio de Janeiro como iniciativa que, mais uma vez colocava São Paulo na vanguarda⁴, a Sociedade tinha como membros de sua direção provisória: S. Milliet, M. Andrade, Edmundo Rossi, Silveira Peixoto e Ciro T. de Pádua.

A preocupação da Sociedade ao longo de 1942 giraria, essencialmente, em torno do tema dos direitos autorais. Sendo inicialmente composta por paulista tem como foco de suas preocupações o mercado editorial e a imprensa de São Paulo. Nesse sentido a iniciativa era reveladora de que algo novo se movimentava entre os intelectuais de São Paulo. Não que no Rio de Janeiro a preocupação com os direitos autorais não existisse, mas lá, onde se concentrava o que havia de mais representativo na

4. Ver o item "Diretrizes para o Brasil: a oposição na sede da República".

intelectualidade com vocação pública, qualquer iniciativa de organização dos homens de letras trazia à tona o tema da participação, perspectivando um horizonte explicitamente político para resolver os conflitos éticos. O que pode ser confirmado pela análise da trajetória de *Diretrizes*, onde o esforço de guerra é o combustível por excelência para obter a colaboração dos intelectuais.

Em São Paulo não há um órgão de imprensa que tenha uma preocupação tão explícita com a questão da democracia. Afinal, São Paulo era uma questão política delicada no cenário nacional. Havia uma sequência de episódios (1930, 1932, 1937, 1940, com a intervenção em *O Estado de São Paulo*) que alimentavam o "paulistanismo" e definiam um horizonte ideológico e cultural radicalmente antagônico ao Estado Novo e à Getúlio Vargas, mas essencialmente dentro dos marcos do liberalismo oligárquico. De modo que, se o principal porta voz da oposição liberal se encontrava sob intervenção, não havia uma outra tradição que pudesse de fato apresentar uma outra alternativa de oposição⁵. Com a intervenção em *O Estado*, impedia-se que em São Paulo se manifestasse o único foco de oposição portador de um projeto que pretendia disputar a direção do país com o bloco estadonovista. Portanto, na medida em que se torna mais rarefeito o espaço para expressar uma opinião oposicionista, mais prevalece a lógica

5. Sobre a relação sempre problemática de São Paulo com a Federação ver: SCHWARTZMAN, S., *São Paulo e o Estado Nacional*, São Paulo, Difel, 1979. Sobre o último aspecto comentado ver FERNANDES, F., "A geração perdida", in *A Sociologia no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1980. Diz ele, sobre a definição das elites liberais paulistas sobre o que era "experiência política": "só tinham experiência política, naturalmente, os que além de pertencer a seus estratos mais altos, exerciam diretamente o comando das decisões ou detinham alguma parcela de poder político estatal. Sequer o nosso engajamento direto --para alguns relativamente prolongado-- na luta subversiva contra o Estado Novo não produzia qualquer efeito, pois experiência política equivalia a mandar de cima para baixo". (pg.218)

mercantil nas considerações dos intelectuais paulistas. De modo que, mais do que o antifascismo, entre eles, o que mobiliza, mesmo com a polarização da conjuntura, são as questões relativas ao mercado. E a criação da Sociedade de Escritores, a partir de iniciativa dos paulistas, assim como suas bandeiras iniciais, atestam isto. Sérgio Milliet, entrevistado por *Diretrizes* à época da constituição da Sociedade de Escritores, na condição de presidente provisório, justificava a iniciativa em virtude da necessidade urgente de defender os direitos autorais e "acabar com a exploração" do trabalho do escritor⁶.

Entretanto, a ênfase retórica de Milliet, sempre que chamado a se posicionar em *Diretrizes* sobre a questão dos direitos autorais, confrontada com sua prática no universo cultural paulista, ficava bastante amenizada. O descompasso entre a palavra e a ação se devia em larga medida às limitações propriamente políticas que, pela censura e pelo controle policial, impediam atitudes mais veementes. Em julho de 1942, Edgard Cavalheiro em carta para Nelson Werneck Sodré dava notícias sobre as dificuldades: "Fui ao Estado e mostrei o trechinho de sua carta ao Sérgio (Milliet). Autorizou-me a procurar, nas coleções, o que tivesse saído. Infelizmente, somente encontrei o artigo sobre o Rio Branco. O restante está nas oficinas, à espera de vez. O Sérgio andou fora, de férias. Mas mesmo que estivesse no lugar, nada teria saído, pois a situação lá dentro é de pânico. Infeliz ou felizmente, nosso amigo Dr. Abner não é homem para tais

6. *Diretrizes* nº 87, 26.02.1942.

situações. Está levando, conscientemente(?), calculadamente(?) ou idiotamente o grande órgão à ruína"'.

Mas, com todas as limitações conjunturais, a Sérgio Milliet coube nesse período o papel de selecionar os escritores que teriam seus trabalhos publicados nas páginas de *O Estado de São Paulo*. Em outubro de 1942, Edgard Cavalheiro escrevia para Nelson Werneck Sodré, incentivando-o a enviar artigos para *O Estado*, pois, pela qualidade dos mesmos, seguramente passariam pelo crivo de Milliet: "O número de escritores continua grande. Claro que o Sérgio sempre dá preferência aos melhores"*. Ao decidir quem seria publicado e procurando garantir o pagamento dos direitos autorais, Milliet ia solidificando uma liderança sobre a "nova geração" que lhe dava uma aura muito especial na comparação com outros modernistas. De certo modo, ao menos em São Paulo, mas não só, Sérgio fazia, juntamente com Mário (numa espécie de divisão do trabalho), a demarcação dos termos críticos em que seria reavaliada a experiência modernista. A formação europeia, a preocupação com a especificidade do trabalho intelectual, a ênfase profissional e a impaciência com o "jeitinho brasileiro", faziam com que Milliet alimentasse grande idiossincracia para com os "cariocas". Em mais de uma carta Mário aponta tal "debilidade" nele e, mesmo reconhecendo suas razões, ironiza seu racionalismo excessivo que não aceita a realidade, refugiando-se em esquemas preconcebidos e quantitativos. Na argumentação de Mário de Andrade, sob o tom coloquial, manifesta-se não apenas a vocação pública e a pretensão de ser nacional, como também a percepção

7. CAVALHEIRO, E., citado in SODRÉ, N.W., *Memórias de um escritor*, ed.cit., pg. 246.

8. *idem*, *ibidem*, pg. 259.

que, sem negar o racionalismo ocidental enquanto projeto, sabe que o Brasil não é São Paulo. E vê nisso grande positividade*, pois está o tempo todo preocupado com a necessidade de se entender o aparente disparate de "tempos". A pretensão de ser nacional e, simultaneamente, de responder às exigências de rigor impostas ao trabalho intelectual, faz com que Mário se coloque como uma espécie de síntese viva entre esses dois tempos (múltiplos tempos) do Brasil, tão pouco compreensivos um com o outro. Aqui também o tema é o do "atraso", explicitado na contraposição Oriente x Ocidente e a colocação de Mário é muito interessante por ir ao cerne do desajuste de tempos do Brasil⁹.

9. Tomando como mote a frase de Sérgio Milliet: "A respeito do nordeste precisamos fixar o nosso ponto de vista exato, científico, do Sul", Mário de Andrade desqualifica seus pressupostos, por considerá-los insatisfatórios, chamando a atenção para a "falta de compreensão do Rio e maiores equatorialidades". Divergindo da posição de Milliet, diz que não tomou partido no assunto, por que se tivesse que tomar, o faria em favor do norte. "Contra o Sul. Pouco importa que eu aja como o Sul, a feição do Sul. Mas é que eu compreendo o Norte. Amo porque compreendo e sei. Amo porque admiro.(...) Vocês são de uma incompreensão cruel. E então descobrem com o misticismo novo dos números que o Sul tem mais instituições culturais e mais ciência. Mais ciência uma ova, e mais instituições culturais uma ova! A que está reduzido o Departamento de Cultura, sendo ao que de + ou - gosta o sr. Prefeito? E a universidade de São Paulo? E aqui aguentamos o tranco, interessamos os generais no caso e a Universidade do Distrito Federal viverá... E o Museu Nacional? E Manguinhos? etc. O Sul, meu caro, é São Paulo. Vá ver no R.G. do Sul uma biblioteca de capital que gastava até no ano atrasado 16 contos anuais em compra de livros. E se o Norte conta gente da força (às vezes errada, mas força) de um Gilberto Freyre, não se esqueça que o Sul conta gente da espessura moral, irracional de um Menotti, de um Martins Fontes, de um Cassiano, de um Gui. Ponto de vista científico? Você não estará ficando um bocado místico dos números, Sérgio? Cuidado com a solidão das estatísticas. Não se esqueça que você se levanta contra os marxistas que só vêm as exigências econômicas, é possível argumentar que você chama de científico no caso uma soma de números. Norte e Sul não se reduzem a perfurações(...)". (carta de Mário para S. Milliet, Rio de Janeiro, 01.05.1939, in DUARTE, P., *Mário de Andrade por ele mesmo*, São Paulo, Duas Cidades, pg. 315-316).

10. Em carta para o mesmo Milliet, dois meses depois, retorna ao tema: "E aqui está o ponto em que vinca a sua feroz incompreensão do Rio e do resto do Brasil, embora essa incompreensão seja mais ou menos retribuída. A delicadeza brasileira... Veja meu caso, ser apreciado, querido mesmo no Brasil e especialmente no Rio, jamais tive um convite pra colaborar em jornais daqui, enquanto estive em São Paulo. Só as revistas de moços me convidavam mas... de graça. Pois, nem sempre aliás são convites, mas se ofereço artigo, se lembram de aceitar e pagar. A vida no Brasil é assim feita de camaradagem de presença. Os que estão longe são vagas recordações mais ou menos queridas, mais ou menos abandonadas. (...) Aqui é que está o busilis psicológico, social, da coisa, que me faz ser mais complacente com estes homens e você nada. Há um impulso de camaradagem, de boa vontade, uma sinceridade que não deixa de ser sincera por ser apriorística e sem a menor força de permanência. A primeira dificuldade, ou na volta da primeira esquina a delicadeza que impede qualquer recusa, a espontaneidade do desejo de agradar ou servir, se quebra, desaparece, é esquecida. Você bufa. Eu bufo. Mas já não tenho mais vontade de bufar, nem a menor convicção de que valha alguma coisa bufar. São uns orientais, uns homens da Ásia. Moles, úmidos, macios." (carta de 04.07.1939, Rio de Janeiro, in DUARTE, P., *op. cit.*, pp. 322-323)

Mas, num aspecto Milliet, talvez tivesse razão. Refiro-me à reavaliação do modernismo. A autocritica de Mário, exercitada de modo veemente desde o início dos anos 40, apesar da pretensa radicalidade, se mantivera num horizonte estritamente ético¹¹, ao localizar na ausência de participação e no elitismo os maiores defeitos dele e, portanto, do próprio modernismo. Sua autocritica leva por isso ou a um "participacionismo" meio primário ou a um ceticismo totalmente desencantado e individualista. Milliet focaliza o problema do modernismo num outro registro, oferecendo aos mais jovens não apenas um referencial ético, mas uma perspectiva de auto-organização, seja pela valorização da instituição acadêmica seja pela associativa. Cada um a seu modo, concretiza uma aliança com os mais jovens, a quem ambos dão aval para suas iniciativas. Mário com os jovens da *Revista Acadêmica*¹² (Murilo Miranda, Carlos Lacerda, Lúcio Rangel, Moacir Werneck de Castro, Guilherme de Figueiredo), no tempo do auto-exílio carioca; Milliet em *O Estado de São Paulo*, junto ao grupo de *Clima* (para quem Mário faz inclusive o artigo de abertura no número de lançamento, em maio de 1941) e, principalmente, por sua atuação e liderança associativa e política. A aliança tácita entre os "papas" do modernismo e os jovens (a novíssima se dizia à época), garantia a estes últimos o espaço para se lançar e consagrar, além de lhes proporcionar orientação intelectual e legitimidade para

11. Guilherme Figueiredo, quando jovem um de seus discípulos cariocas, disse de Mário de Andrade que essa fixação ética, que o levava o tempo inteiro a um apostolado, era o traço fundamental de sua maneira de ser. ("Antes de tudo, o desespero ético de Mário, a sua inquietação ética"). ANDRADE, M., *A lição do guru (Cartas a Guilherme Figueiredo 1937-1945)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989, pg.22.

12. Ver item "A jovem intelectualidade carioca e a *Revista Acadêmica*". Carlos Drummond de Andrade disse certa vez a respeito dessa revista: foi "um prodígio de publicação boêmia" e, por 15 anos, "refletiu o que a inteligência brasileira tinha de mais vivo".

suas iniciativas. A Mário e Milliet cabia o papel de intelectuais-instituição, orientando caminhos, funcionando --mesmo que no plano estritamente intelectual-- como chefes de corrente.

De certo modo, o posto que Mário detinha a nível nacional, era complementado por Sérgio Milliet (a despeito do primeiro qualificá-lo reserva do "primeiro time"), só que este último tinha presença mais marcante em São Paulo. A ênfase de Milliet no universo cultural paulista não pode ser vista como sinônimo de bairrismo, pois decorre de sua interpretação da especificidade de São Paulo no cenário nacional. Para ele, a independência que caracterizava São Paulo em relação ao poder político central possibilitaria a definição e institucionalização de um campo cultural, relativamente autônomo em relação ao paradigma carioca. Tal circunstância benfazeja, permite que seus intelectuais se mantenham distantes dos mecanismos estadonovistas. Antecipa, portanto, a vigência de um campo cultural que se quer separado da dimensão política e do qual o intelectual deverá extrair cada vez mais a legitimidade para sua atividade. Ou seja, impossibilitado de viver a torre de marfim, não é de um "mandato" --atribuído pelo Estado, por um organismo partidário ou pelo "povo" -- que o intelectual precisa para que seu trabalho tenha sentido social e compromisso público, mas de uma comunidade de intelectuais, marcada pela rigor, pela especialização, pela sistematicidade e pela racionalidade, que possa funcionar como seu público leitor.

Com tal perspectiva, Milliet considera decisivo para a crítica ao modernismo (entendendo-o não como escola literária, mas

como um movimento mais fundo da sociedade que teria a ver com São Paulo e que envolvia um projeto em aberto) não se render a onda populista e participante que estava então em voga. Para ele no projeto modernista haviam várias dimensões, inclusive a política, por isso não aceitava a autocritica de Mário, nem o tom *mea culpa* decorrente da suposta ausência de compromisso público do movimento. Não aceitava por considerar que ele e outros, mas principalmente Mário, haviam participado não apenas em projetos com dimensão pública (experiência de ambos, sob o comando de Mário, no Departamento de Cultura do Município de São Paulo), como também em atividades propriamente políticas (no jornal do Partido Democrático)¹³.

Tanto Milliet quanto Mário, pretendem ir além das limitações do **modernismo**, mantendo porém algumas de suas conquistas fundamentais: a inquietação, a pesquisa e, fundamentalmente, a adesão à mudança e a vocação pública. O projeto modernista, em meio a tantas revisões, via-se correndo o risco de rotinizar-se, consagrando-se em academicismo e perdendo o caráter destruidor dos primeiros tempos.

Só que Milliet considerava que o **modernismo** corria outro risco: degradar-se em alguma forma de populismo. Na sua concepção, o projeto moderno, que a partir de São Paulo se pretendia estender ao resto do país, deveria ter como objetivo fundamental afirmar um "ponto de vista científico, exato, do sul". Portanto, a crítica a ser feita ao **modernismo** não deveria ser feita procurando o "participacionismo", nem aderindo a qualquer populismo, nem

13. SANDRONI, C., *Mário contra Macunaíma*, Rio de Janeiro, Vértice, 1988.

abdicando da vocação pública que o caracterizara, e sim tendo em conta a inexistência de uma instituição que garantisse a profundidade científica e filosófica da qual o movimento até então careceraa. Em uma palavra, a superação dos limites do modernismo deveria se dar pela construção da universidade¹⁴.

Pela participação junto à jovem intelectualidade, na busca de uma identidade mais adequada aos novos tempos, e pela singular revisão e autocritica do modernismo, Milliet vai ter papel decisivo no cenário paulista, sendo sem sombra de dúvida sua grande liderança intelectual durante os anos 40. Milliet personifica, como diz Antonio Cândido, a condição de "homem ponte", exatamente porque assegura o elemento de continuidade cultural, no momento em que as próprias circunstâncias impunham aos mais jovens o imperativo de uma ruptura com o passado¹⁵.

A apresentação de duas chapas em dezembro de 1942 para concorrer à direção da Sociedade Brasileira de Escritores, dá bem a medida de quais eram os termos da divisão entre os intelectuais paulistas e de como essa questão (dos "velhos" e dos "novos", que em realidade escamoteia visões diferentes sobre o modernismo) está presente. Uma chapa, que na linguagem da época era apresentada como da "situação", tinha entre os seus membros: Menotti del Picchia, Cândido Mota, Oswald de Andrade e outros escritores de

14. Em dezembro de 1944, Milliet já tratava criticamente a posição autocritica que Mário vinha manifestando desde 1941. Tomando por mote a conferência de 1942 no Itamarati, dizia: "Não posso aceitar a generalização do autor de Macunaíma, porque não faltou no grupo quem tivesse da realidade conhecimento mais íntimo. Nem tudo era 'jeunesse dorée' na redação de Klaxon onde o poeta Caligari aparecia faminto, nem no apartamento de Oswald de Andrade onde se reuniam os esculambados com Frederico Rangel à frente. Nem tudo era fácil para o grupo político que sonhava com 24 e já plantava os alicerces de 30. Não foi a vida folgada, não foi a disponibilidade, o erro de 22: vida folgada e disponibilidade também existiram para inúmeros mentores da revolução russa. Foi, isso sim, a ausência da universidade. Não foi o afastamento da realidade, mas o desentendimento dela em todo o seu complexo". MILLIET, S., *Diário Crítico de Sérgio Milliet*, vol. II (1944), São Paulo, Martins, 1981, pg. 314-315.

15. Ver o prefácio de Antonio Cândido para o *Diário Crítico de Sérgio Milliet*.

nomeada¹⁶. A outra, que se qualificava como de "oposição", era composta pelos jovens intelectuais que haviam participado da fundação da Sociedade e de sua Diretória Provisória. Depois de renhida disputa, esta segunda acabaria sendo vitoriosa e a composição da nova diretoria ficaria sendo: Afonso Schmidt (Presidente); Abguar Bastos (Vice-presidente); Mário Neme (Secretário-geral); Edmundo Rossi (1º Secretário); Paulo Zingg (2º Secretário); Almiro Rolmes (1º Tesoureiro); Edgard Cavalheiro (2º Tesoureiro); Ernâni da Silva Bruno, Rui Bloem, Vitor de Azevedo, Tito Batini, Luis Martins (Conselho Fiscal). Edgard Cavalheiro em carta para Nelson Werneck Sodré, do início de 1943, dizia: "Vencemos brilhantemente a eleição da Sociedade Brasileira de Escritores. Imagine que queriam botar o Menotti, Cândido Mota Filho e outros medalhões na diretoria. Reagimos e botamos uma mocidade barulhenta e irreverente. Foi uma eleição disputada, com muitas brigas, como era natural"(...) "O Sérgio vai para os Estados Unidos, (...), mas ficará o Afonso Schmidt no lugar dele e é a mesma coisa"¹⁷.

Uma parte significativa da primeira geração modernista era assim colocada numa posição subalterna frente a uma nova geração que procurava outros referenciais, tanto para a literatura quanto para a vida. Não por acaso, os derrotados eram aqueles modernistas mais identificados com o projeto estadonovista (com exceção de Oswald de Andrade); e a vitória da nova geração sobre

16. Por essa época Cândido Mota Filho era diretor do DEIP em São Paulo. Ele, juntamente com Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo, entre 1941 e 1943 estiveram na direção dos mecanismos estatais em São Paulo. As desavenças e a adjetivação faziam sentido, inclusive, porque o DEIP de São Paulo em 1941 fecha o 1º Clube de Cinema da cidade que havia sido criado por Paulo Emilio Salles Gomes na Faculdade de Filosofia da USP.

17. CAVALHEIRO, E., citado in SODRÉ, N.M., *op.cit.*, pg.266.

eles se dava sob o estímulo de Sérgio Milliet e a anuência de Mário de Andrade. Ambos, modernistas de primeira hora, tinham interpretações muito críticas em relação à academicização e rotinização do movimento, apontando os limites dessa experiência e perseguindo um projeto de política cultural (de organização da cultura) que pudesse ser referência para a "nova geração". Mário e Sérgio, cada um a seu modo, fazem-se, ambos, "homens pontes", cobrando dos mais jovens participação intelectual e ruptura com a rotina e a academia, mas sem perder de vista a continuidade cultural significativa, imprescindível para uma crítica efetivamente criadora¹⁸.

O restrito mercado de postos e sua interrelação com os mecanismos estatais, faria com que o episódio da eleição repercutisse mal nos meios intelectuais paulistas, inclusive trazendo consequências negativas para as iniciativas identificadas com o grupo que se articulava na diretoria da Sociedade Brasileira de Escritores. Basta citar um episódio que confirma isso. De 11 de janeiro a 8 de março de 1943, Ernani da Silva Bruno dirige um suplemento literário (o tablóide de dezesseis páginas *A Noitinha*, do jornal pró Estado Novo, *A Noite*), que tem como colaboradores não remunerados (ou mal remunerados) vários dos jovens que haviam participado da chapa vitoriosa na SBE (Vitor de Azevedo, Mário

18. Oswald de Andrade preterido como delegado ao II Congresso Brasileiro de Escritores, em 1947, relembra o episódio de 1943, considerando-o como o início de uma política de exclusão que levaria ao anesquinamento da ABDE em São Paulo. Tal situação teria sido decorrência da exagerada concentração de poder nas mãos de Mário Neme, em virtude de sua relação pessoal com Sérgio Milliet. Neme, para Oswald, seria o grande responsável, óbvio que com a convivência de Milliet, por tudo que ocorrera. A respeito da participação de Neme no episódio, Oswald, com muito sarcasmo, diria: "foi secretário do jornalista Abner Mourão e teve diversos negocinhos com o DIP durante a ditadura, o que não o impediu de excluir da sociedade, por escrúpulos democráticos, o grande poeta Cassiano Ricardo e um dos mais dinâmicos participantes da Semana de 22, Menotti del Picchia..." ANDRADE, O. "A ABDE, em São Paulo, é fascista", *Telefonema*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pg.144.

Neme, Mário da Silva Brito, Fernando Góis, Tito Batini, Leonardo Arroyo, Heitor Ferreira Lima, Argeu Ramos, Paulo Zingg, Freitas Nobre e o próprio Ernani Silva Bruno, entre outros), e que é suspenso por iniciativa de Menotti Del Picchia. Menotti justifica a atitude publicamente pela necessidade de economizar papel, mas *in off* revela que a razão fôra outra: o suplemento havia sido monopolizado por uma "panelinha de amigos", situação que o levava a acabar com a iniciativa. A "panelinha de amigos" por acaso era a mesma que o excluira, e aos outros modernistas de sua geração, da participação na Sociedade Brasileira de Escritores. Ernani Silva Bruno, defendendo-se da acusação de favorecimento de seu grupo, diz do empreendimento: "Esses colaboradores (os que eram redatores de *A Noite*) nada recebiam por seus artigos. Os demais -- por serem amigos, aos quais eu podia recorrer -- faziam jus a um cachê quase simbólico, de acordo com a mentalidade dominante na época. A carência de recursos não permitia que fossem solicitadas colaborações de outros escritores, porque com a insignificante remuneração que podia ser oferecida não era possível pedir artigos a intelectuais que não fizessem parte de nosso grupo de amigos e companheiros mais chegados. Bem que eu gostaria que, nas páginas do suplemento que eu dirigia, figurassem trabalhos assinados, por exemplo, por Lobato, por Mário e Oswald de Andrade, por Gilberto Amado e Tristão de Ataíde..."¹⁹.

O depoimento revela as dificuldades com as quais os jovens que disputavam postos no universo cultural paulista eram obrigados a se defrontarem. Conseguir se destacar, num contexto

19. BRUNO, E.S., *Almanaque de memórias: reminiscências, depoimentos, reflexões*, São Paulo, Editora Hucitec; Brasília, INL, Fundação Pro Memória, 1986, pp 149.

em que praticamente inexistiam organismos autônomos à política cultural estadonovista e/ou que não fossem controlados por intelectuais de gerações anteriores (avessos a qualquer renovação nos mecanismos de consagração), era realmente tarefa bastante árdua. Os encontros na Livraria Martins, na redação de *O ESP*, em *Clima*, ou mesmo em cursos e conferências da Faculdade de Filosofia da USP, eram alguns dos poucos espaços nos quais os jovens intelectuais procuravam reconhecimento. Nessas ocasiões, manifestando arroubos oposicionistas, em meio ao tom ainda majoritariamente estadonovista e as inconsequentes futricas literárias, procurava-se abrir caminho para uma colaboração em jornal ou revista. Nelson Werneck Sodré dá depoimento interessante sobre a relativa profissionalização do trabalho intelectual nesses anos, mas para destacar a parca quantidade de cargos oferecidos e a feroz competitividade que se estabelecia em torno de alguns deles: "A disputa de lugares, às vezes modestos, absorvia esforços enormes e despertava impulsos destruidores. O mais rendoso desses lugares era o de crítico literário, em alguns dos grandes jornais do Rio ou de São Paulo, do Rio particularmente, pois São Paulo não consagrava ninguém, só ao Rio pertencendo essa qualidade. Outro lugar, paróquia de renda mais modesta do que a de crítico mas disputadíssima, era a de noticiarista literário ou encarregado de organização de suplemento literário de um grande jornal. Dessa eminência, dominava-se a planície em que mourejavam os párias cuja atividade era o estudo e a modesta criação literária que se sepultava nos livros"²⁰. Opinião que, no que se refere à posição

20. SODRÉ, N.W. *op.cit.*, pg. 276-277.

de São Paulo como instância consagratória, os modernistas de São Paulo, particularmente Sérgio Milliet, não endossariam.

Um outro aspecto a considerar na discussão, refere-se à colaboração que muitos intelectuais faziam --principalmente os mais jovens-- anônima e gratuita em "nome do esforço de guerra"²¹. Problema que complicava qualquer perspectiva de profissionalização, pois o meio cultural já era muito refratário à idéia de que o colaborador eventual de um jornal deveria receber pelo trabalho realizado. Ernani da Silva Bruno, a época um jovem da "nova geração" dá interessante depoimento sobre a situação: "Quando comecei a escrever trabalhos assinados para jornais e revistas, ainda era dominante a idéia de que o colaborador não devia ser remunerado, porque os órgãos de imprensa estavam fazendo, aos jovens escribas, a gentileza de estamparem suas crônicas e seus artigos. Era coisa comum o dono ou diretor de uma revista dizer bondosamente para a gente:

-- Você, que gosta e que tem facilidade para escrever, rabisque alguma coisa, que eu publico...

E o pior (ou melhor?) é que a gente rabiscava. Inclusive para aparecer e talvez, mais tarde, encontrar oportunidade de colaborar mediante pagamento. Mas era um longo e desolador caminho"²².

Mesmo em *O Estado de São Paulo*, nesse primeiro semestre de 1943, a situação dos escritores estava bastante difícil, pois com a ausência de Sérgio Milliet, em viagem para os EUA, os esforços e as tentativas da S.B.E. para que os direitos autorais

21. *idem*, *ibidem*, pg.279.

22. BRUNO, E.S., *op. cit.*, pp.149-150.

fossem pagos aos escritores não encontravam muita ressonância. A orientação do jornal, inclusive, ia no sentido de se cortar colaboradores. Edgard Cavalheiro se referia à situação assim: "Na Sociedade dos Escritores fizemos uma reunião e, nessa reunião, deliberamos protestar contra o corte promovido pelo Estado. Mas, que adianta protestar, se o jornal agora é do Governo? Enfim, a solução é aguardar melhores dias que virão, sem dúvida alguma"²³.

Sem dúvida, os melhores dias ainda demorariam um pouco para chegar, mas já começavam a se anunciar. A busca do novo se confundia com uma postura de oposição e tendia a se ampliar, demarcando cada vez mais claramente a adesão a um campo antifascista através do qual se pretendia atingir o Estado Novo e sua política cultural. Operação que até agora encontrara dificuldades muito maiores, pois o desencadeamento da guerra em 1939 e a supremacia inicial das forças do Eixo haviam fortalecido a ala mais a direita do regime do Estado Novo, mesmo que este procurasse se apresentar como neutro no conflito. A partir da entrada dos EUA no conflito, no final de 1941, a correlação de forças vai se alterando, até que, no segundo semestre de 1942, com a entrada do Brasil na guerra, ao lado dos aliados, consolida-se a mudança de rota do governo, com sérias consequências no debate cultural e político. A maioria dos jornais e revistas, de uma posição de neutralidade, passa a posicionar-se a favor dos países que combatiam o nazifascismo.

Novamente, torna-se frequente a estratégia de se escrever sobre a situação externa com a finalidade de atingir o

23.CAVALHEIRO,E., (Carta a Nelson Werneck Sodré de 24.04.1943), In,SODRE,N.W., *op.cit.*,pg.282.

regime interno. A conflitiva relação do regime com o universo intelectual, em vista de sua política cultural bifronte (por um lado, repressão e censura, por outro, cooptação e incorporação) de certo modo favorece isso. Ao mesmo tempo em que reprime a produção cultural e os intelectuais, não pode prescindir deles para sua obra de construção da modernidade. O regime além de se pretender forte e uno, quer criar consenso sobre a necessidade disso. Nesse sentido, ainda quando reprime a cultura ou a coloca sob sua tutela, acaba complementando suas ações com incentivos compensatórios à disponibilidade dos intelectuais que a retórica governamental dizia serem imprescindíveis.

E interessante notar que mesmo na primeira fase do Estado Novo, quando a repressão e a censura foram mais violentas, tal política cultural já se fazia sentir. E se é verdade que os primeiros dois anos do regime são muito difíceis para a produção cultural, inclusive com o desaparecimento de jornais como *A Ofensiva*, em 1938, e *Correio da Noite*, em 1939, tal circunstância não pode contudo ser considerada de modo absoluto. O compromisso modernizador do Estado Novo forçava-o a ter um proposta de organização da cultura e nessa os intelectuais tinham um papel de destaque, postos na condição de artífices do progresso. E por essa razão que o fechamento e a expropriação pela violência de *O Estado de São Paulo*, em 25 de março de 1940, não significa o alijamento dos intelectuais identificados com a antiga direção do jornal (ou seja com os Mesquitas) e, portanto, com a oposição. Pelo mesmo motivo, o DIF incentiva e viabiliza a criação de jornais, como *A Manhã*, no Rio, em 1941, e *A Noite*, em São Paulo, em 1942, dirigida

aquela por Cassiano Ricardo e esta por Menotti del Picchia, que além de defenderem posições governistas, também significavam espaço para a intelectualidade escrever.

Cada vez mais preocupado com a sua propaganda, o governo lança, mantém ou, simplesmente, permite a existência de revistas culturais. Resultam dessa preocupação *Cultura Política* e *Ciência Política*, editadas no Rio pelo DIP, sob a direção de Almir de Andrade, e *Planalto*²⁴, quinzenário editado pelo Departamento Estadual de Informação de São Paulo e dirigido por Orígenes Lessa, que circula de 15 de maio de 1941 a 1 de abril de 1942. *A Manhã*, do Rio de Janeiro, e *A Noite*, de São Paulo, pertenciam às Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, entre as quais estava ainda a mais poderosa emissora do país, a Rádio Nacional. Até meados de 1941, houve poucas iniciativas de imprensa autônoma dos mecanismos estatais, entre elas *Diretrizes* (resultado da capacidade de empreendimento de Samuel Wainer, mas principalmente da dedicação de intelectuais postos em disponibilidade pelo Estado Novo) e alguns poucos jornais de empresa particular, como o *Diário de Notícias*, no Rio de Janeiro, e o *Jornal da Manhã*, em S. Paulo, dirigido por José Carlos Pereira de Sousa com Galeão Coutinho como redator principal²⁵. Mas, é a partir do início de 1943 que as brechas vão se ampliando e a intelectualidade vai se agregando, cada vez mais na oposição e à procura de novos espaços para escrever.

24. Sob a direção de Orígenes Lessa, colaboraram em *Planalto*: Sérgio Milliet, Oswald de Andrade, Di Cavalcanti, Tarsila, Clóvis Graciano, etc... Ver CASTRO, M.W., *Mário de Andrade: Exílio no Rio*, Rio de Janeiro, Rocco, 1989, pg.191.

25. SODRE, M.W., *op.cit.*, pg.441-442.

Em junho, retornando da viagem aos EUA, Milliet reassumiria a função de crítico literário de *O Estado*, melhorando a situação dos colaboradores e restabelecendo o espaço do grupo que se articulava em torno da seção paulista da Associação Brasileira de Escritores e que agora passava a ser ampliado com os rapazes da Faculdade de Filosofia e da revista *Clima*. Confirmando a mudança da situação, Edgard Cavalheiro escrevia em julho para Sodré: "Pode mandar artigos, que agora saem com facilidade. O Gabriel saiu do Estado, foi nomeado o Sud Menucci para o lugar dele. Bom sujeito. Grande amigo nosso"²⁶.

A melhoria nas condições para a atuação do grupo paulista seria reforçada pela criação de novas editoras (a Brasiliense, por exemplo) e de revistas, nas quais a participação de intelectuais nitidamente identificados com a esquerda era marcante²⁷. Caio Prado Jr. e Artur Neves participavam desses empreendimentos, abrindo espaço importante para a intelectualidade não consagrada poder escrever. Além disso, a organização da Associação dos Escritores havia se consolidado, com a definição do vínculo da seção paulista da ABDE com a sede nacional no Rio de Janeiro, que facilitava a sua atuação. O representante comercial de N.W.Sodré em São Paulo, no final de maio de 1944, lhe informava da atuação da entidade: "... fui mandado pelo Dr.Sérgio Milliet receber o dinheiro no escritório situado na rua Boa Vista,... onde me descontou três por cento sobre o valor dos cinco últimos artigos. Nesse escritório é mais fácil receber as importâncias,

26.CAVALLEIRO,E., citado In SODRE,N.W., *op.cit.*,pg. 287.

27.LIMONGI,F.P., "Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense". In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 5, vol.2, out.1987. ANPOCS/Vértice.

pois no Estado quase sempre essa operação era difícil, e muitas vezes eu tinha de ir três ou quatro vezes para poder ser atendido, e talvez fôsse por isso que o Dr. Sérgio Milliet me mandou ao escritório"²⁸. Mário Neme montara na seção paulista da ABDE uma organização para recebimento de direitos autorais, visando facilitar a relação dos escritores com os proprietários de jornais, e que na medida de suas possibilidades funcionava razoavelmente bem. A defesa dos direitos autorais, bem como a consequente valorização do tema da profissionalização, não implicavam de modo imediato na mudança qualitativa do trabalho intelectual. Em junho, Edgard Cavalheiro dava notícias de São Paulo: "Rumôres do próximo congresso de escritores, pouca gente escrevendo grandes livros, muitas editoras novas -- uma em cada esquina"²⁹.

A proliferação de editoras não significava por si só a melhoria das condições de trabalho para o escritor. Principalmente porque, tais empreendimentos editoriais ocorriam em meio a uma discussão que dividia e inquietava a intelectualidade de São Paulo e do Rio de Janeiro, envolvendo-a inclusive num contencioso com os donos de editoras. O problema em questão não era novo e dizia respeito à tradução e ao status da atividade de tradutor; só que, no segundo semestre de 1944, com o pedido de facilidades econômicas feito por grandes empresas americanas visando introduzir no Brasil seus *Pocket Book*, ou melhor dizendo o livro americano publicado em língua portuguesa, a discussão ganharia novo e explosivo conteúdo. A tentativa de obter tal concessão

28.Citado in SODRE, N.W., *op.cit.*, pg.317.

29.*idem*, *ibidem*, pg. 318.

causou enorme polêmica pelos jornais, já que alguns intelectuais, principalmente aqueles ligados de algum modo a atividade editorial, iriam defendê-la. Mas para a maioria, mesmo que com argumentos diferentes, a concessão era vista como prejudicial tanto à formação cultural do país quanto ao desenvolvimento de um mercado de cultura³⁰. Sobre isso as seções carioca e paulista da ABDE tomariam posição contrária em agosto de 1944, apresentando moções e propostas bastante críticas na imprensa.

Ao longo de todo o segundo semestre de 1944 é realizada uma verdadeira campanha contra o *Pocket Book*, com grande comunicação entre os intelectuais que procuram mobilizar seus pares para aderirem a ela³¹. A discussão sobre o *Pocket Book* contribui para manter na pauta a perspectiva de um congresso de escritores, já que desencadeia uma campanha que mobiliza os intelectuais. Em outubro, Edgard Cavalheiro em carta para Nelson Werneck Sodré, além de retomar o tema dos *Pocket Books*, dava notícias do clima em que os intelectuais paulistas se encontravam: "Os interesses, agora, estão todos concentrados em torno do próximo Congresso de Escritores, a se realizar em fins de janeiro, aqui mesmo. Vamos reunir perto de duzentos escritores, de todos os Estados. A coisa está bem planejada. Esperamos levantar uns cento e tantos contos, para hospedar o pessoal e outras despesas. Isto

30. Mário de Andrade entraria no debate se colocando contra a posição da ABDE, por considerá-la pouco fundamentada. IN, ANDRADE, M., *A lição do guru: Cartas a Guilherme Figueiredo (1937-1945)*, Ed.Civ. Bras., R.J., 1989, pp.110-111 e 187-192.

31. Edgard Cavalheiro, em carta para N.W.Sodré, de agosto de 1944, dava notícias dessa movimentação: "Assoberbado pelos trabalhos da campanha contra o *Pocket Book*, não tenho feito outra coisa, estes últimos dias, senão agitar, escrever memoriais, telegramas, artigos, cartas, o diabo. Independente do fato de estar ligado a uma editora, eu acho... que precisamos reagir contra a infiltração do livro americano em língua portuguesa. (...)Pense no assunto. E contribua com a sua pedrinha, escrevendo uma crônica para o *Estado*, ou dando uma entrevista aí. Converse com o Rosembiat sobre o assunto". (Maurício Rosembiat era o representante da editora Globo no Rio de Janeiro). SODRE, N.W., *op. cit.*, pg.321-322.

em São Paulo é possível. No Rio, totalmente impossível. Ninguém leva nada a sério. Acho que você deve fazer uma tese.(...) Sem bairrismo: é uma coisa feita em São Paulo. Já arrecadaram mais de cinquenta mil cruzeiros. Se a polícia não atrapalhar, a coisa promete. Amanhã realiza-se a eleição para a chapa representativa de São Paulo. A cabala é grande, os grupos se subdividem. São vinte lugares, e há tanta gente que escreve!". Ao que acrescentava, "de um jeito ou de outro, o Congresso é uma necessidade. E como estamos todos no mesmo barco -- e o momento é muito propício-- o jeito é topar a parada"³².

A conclusão de que o Congresso só poderia se realizar em São Paulo, realmente, não era mera manifestação de "bairrismo". Em primeiro lugar, porque os escritores seriam muito mais pressionados pelo poder constituído, se tentassem realizar o Congresso no Rio de Janeiro, já que tal atitude seria vista como um desafio ao governo. Em segundo lugar, Cavalheiro chamava a atenção para a falta de organização e de profissionalismo que caracterizaria o universo cultural carioca, e que tornaria praticamente impossível a organização do encontro. Mas, suas colocações revelavam também não só a maior organicidade e autonomia da sociedade civil paulista frente aos mecanismos estatais, como também a articulação do grupo que estava na direção da Associação dos Escritores em São Paulo e sua relação com os setores do liberalismo oligárquico que, através do apoio ao Congresso, pretendiam reforçar sua perspectiva oposicionista. De modo que o mês de janeiro inteiro, de um jeito ou de outro, foi

32.Citado in. SODRE,W.W., *op. cit.*,pg.353.

galvanizado pelo Encontro. E, obviamente, nesse trajeto houve muita articulação política de bastidores.

Até mesmo Mário de Andrade que, em princípio, estava muito pessimista sobre o evento, pretendendo inclusive se manter acima das divergências, acabaria por se engajar nas articulações. Se, em 24.12.1944, escrevendo para Guilherme Figueiredo, Mário aceitava a contragosto que não tinha outra alternativa, senão participar do encontro: "Que vazio... Esse Congresso de Escritores está cada vez mais me irritando. Considero isso uma loucura, numa época destas. Hesitei muito em comparecer, mas afinal acabei decidindo que compareço. Prefiro até a humilhação de um Congresso inócuo no ponto principal ou de talvez tomar cadeia inutilmente, a bancar o besta e o não participante não comparecendo". Já, em 03.01.1945, dez dias depois portanto, escrevendo para o mesmo Guilherme Figueiredo, mudava radicalmente o tom: "Mas o assunto é o Congresso. Não é possível, Guilherme nem pensar em você não vir, tenha a paciência por esta vez, e por favor faça toda força para uns como o Carlos (Lacerda) vir também. Eu hesitei muito em comparecer, mas acabei me convencendo que é impossível pra dignidade nossa de todos em geral e de cada um em particular, não comparecer. Tem sobretudo o bloco sujo dos 'esquerdistas' de apoio ao Governo que é preciso contrabalançar de toda a forma, nem que seja com a nossa derrota. O grupo daqui pelo menos uns doze é muito bom. O de Minas me diz o Antonio Candido que também é bom. E não esqueça que o programa do Congresso impede moções de apoio, de solidariedade, etc. O que facilita a tarefa dos que ainda

acreditam na dignidade e tem alguma"³³. Guilherme Figueiredo não só comparece ao Congresso, como consegue, na condição de tesoureiro da ABDE, dois vagões da Central do Brasil para levar os congressistas do Rio de Janeiro a São Paulo, no trem diurno.

Na exortação de Mário a Guilherme de Figueiredo, na solicitação de que traga "Lacerda e uns do tipo", na referência a Antonio Candido, há não apenas uma motivação política, que chega até a ser até sectária, e que sem dúvida teve influência entre os participantes, mas também a explicitação de que havia uma articulação (política?) que unia o grupo paulista. Articulação que tinha relação com aqueles setores da intelectualidade carioca e mineira que viria a compor futuramente ou na esquerda democrática ou na ala intelectual da UDN. Onde a preocupação de organizar para disputar com o "bloco sujo dos esquerdistas", intelectuais de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Vinda de Mário de Andrade essa preocupação ganha grande densidade, pois nesse momento, a nível nacional, não havia ninguém que lhe fizesse frente, em termos de liderança intelectual. Ele era, indiscutivelmente, o "papa laico" que benzia as armas de todos os grupos. Por sua correspondência e por sua participação e atitudes públicas; pela vida exemplar e, principalmente, pelo caráter fortemente pedagógico que marcou toda sua existência, fizera (como já o dissemos anteriormente) um papel equivalente ao das instituições de formação e consagração.

De 22 a 26 de janeiro de 1945 se reúnem intelectuais de todos os cantos do país, com formações, posições políticas e

33.FIGUEIREDO, G. *A lição do guru*, ed.cit.,pg.144-145.

ideológicas as mais diversificadas. Encontram-se assim os grandes "papas" da *intelligentsia* brasileira com jovens de várias faixas de idade, alguns, mal saídos da adolescência, que ainda não haviam publicado nenhum livro.

Otto Lara Resende dá interessante depoimento sobre o impacto da situação num jovem de vinte anos; impacto que não atingia apenas a ele, mas à maioria da delegação mineira³⁴. Para ele, e para seu grupo (Hélio Pellegrino, Fernando Sabino e Paulo Mendes Campos), não faltavam motivos para participar do encontro: "...a boa razão do convívio-- o encontro e o reencontro com os confrades. Em certos casos, uma festa de amizade, já que mantínhamos relações pessoais com gente de outros Estados". Inclusive porque os contatos desses jovens intelectuais com São Paulo eram frequentes, principalmente através de Mário de Andrade, com quem boa parte mantinha correspondência.

Como o dissemos em outra parte, o Rio de Janeiro sendo a capital política, era também o centro cultural para onde convergiam intelectuais e artistas de todo o país. No entanto, com a realização do Congresso o grupo de São Paulo, que já era numeroso e autônomo, mostrava não só capacidade política e organizativa, mas principalmente legitimidade entre os intelectuais dos outros centros. O que era resultado da confluência de alguns fatores: a liderança e a atuação de Mário a nível nacional e de Milliet entre os intelectuais paulistas; a

34. RESENDE, O. Lara "Princípios sem fim", *O Globo*, 24.02.85. Moacir Werneck de Castro diz que, durante o Congresso, mesmo se desdobrando em vários para atender os amigos do Rio, de Minas, do Norte e do Sul, Mário "acabou se dedicando à sua mais recente descoberta literária, quatro mineiros que pouco passavam dos vinte anos - Otto Lara Resende, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos e Hélio Pellegrino". CASTRO, M.W., *Mário de Andrade: exílio no Rio*, ed.cit., pg.134.

presença em São Paulo de escritores importantes, como Monteiro Lobato, e de outros luminares de 1922, como Oswald de Andrade; a presença da universidade e de uma "novíssima" geração disposta a aprofundar o sentido da atividade crítica; e, por fim, a peculiar condição econômica do Estado de São Paulo, com a consequente metropolização da sua maior cidade.

Tudo isso atraía a atenção dos mais jovens, criando um clima de grande fascínio em torno do Congresso. O número e a qualidade dos participantes reforçavam esse clima. Otto Lara Resende descreve a magia da situação: "Estávamos longe da cultura de massa. O cinema brasileiro não tinha foros de cidadania. A guerra ainda impedia o intercâmbio com a Europa. A Europa era em primeiro lugar a França, com seu incontestável poder cultural. A virada histórica anunciava um mundo novo. Na transição, aparecia bem vincada e enfática a missão da literatura. O escritor era alguém que tinha um papel a desempenhar na sociedade"³⁵. Da França vinha toda uma mitologia, construída na luta de resistência, que valorizava tal papel, transformando o escritor num herói nacional³⁶.

As circunstâncias faziam com que viesse à tona a reflexão acerca da missão do intelectual, forçando uma revisão das tradições e influências culturais, e recolocando em discussão o papel e a importância dos grandes intelectuais na história da cultura. Obvio que dando sentido a tudo isto, estava a revisão do modernismo que já há alguns anos vinha sendo feita. Não é de

35. RESENDE, O.L., *op.cit.*

36. Basta ver que em 1946, mesmo se confessando desmotivado para a vida parlamentar, Jorge Amado é eleito com votação bastante expressiva, em virtude de seu prestígio como escritor de esquerda --perseguido, preso, exilado.

estranhar que o depoimento de Lara Resende destaque justamente que São Paulo representava o encontro com os dois Andrades, chamando a atenção para o fato de que Oswald foi muito participante no Congresso, enquanto Mário manteve-se bem discreto nas sessões. Mas para fazer a ressalva de que a referência maior era Mário que, mesmo doente e próximo da morte, "encontrava energia para se multiplicar nos mil e um excessos em que se gastou"³⁷. E ainda que "ausente de corpo do Congresso,... tinha contribuído decisivamente para politizar não só o encontro de São Paulo, como a própria missão do escritor"³⁸.

Mário morreria em 25/02/45, exatamente um mês após o encerramento do Congresso e sua morte causaria grande emoção em todos os campos da atividade cultural, mas muito maior seria o impacto entre aqueles que haviam começado a se pensar como intelectuais a partir da correspondência mantida com o "papa do modernismo". No entanto, a emoção pela perda do maior expoente do modernismo, não significou que o debate intelectual assimilasse imediatamente sua última grande lição. Lição que decorria do resultado do Congresso de Escritores, pois, o encontro lhe provocara sentimentos contraditórios. E, ao mesmo tempo que o considera "formidável" -- espécie de coroamento de sua "carreira", de sua "vida", entusiasmado pela relativa unidade política que prevalece --, manifesta total incompatibilidade com algo que no Congresso aparecera insinuado: a duplicação do intelectual na "profissão de político"³⁹.

37. *idem, ibidem*.

38. *idem, ibidem*.

39. CASTRO, M.W.de, *Mário de Andrade: exílio no Rio*, Rio de Janeiro, Rocco, 1989, pp.142.

Analisando os episódios do I Congresso de Escritores, em carta a Carlos Drummond, Mário, infeliz com o que vê e ouve no Congresso, conclui que o destino do escritor é a torre de marfim. "O Intelectual, o artista, pela sua natureza, pela sua definição mesma de não conformista, não pode perder sua profissão, se duplicar na profissão de político. Ele pensa, meu Deus! e a sua verdade é irrecusável pra ele. Qualquer concessão interessada pra ele, pra sua posição política, o desmoraliza, e qualquer combinação, qualquer concessão o infama. E da sua torre de marfim que ele deve combater, jogar desde o cuspe até o raio de Júpiter, incendiando cidades. Mas da sua torre. Ele pode sair da torre e ir botar uma bomba no Vaticano, na Casa Branca, no Catete, em Meca. Mas sua torre não poderá ter nunca pontes nem subterrâneos"⁴⁰. O comentário de Carlos Drummond revela uma adesão incondicional a esse espírito. Diz ele: "No meio de tantas paixões fáceis e de tanta intelectualidade abdicante, Mário preserva o seu individualismo consciente, que lhe dá mais força para exercer uma ação social que os intelectuais-políticos praticam de mau jeito e sem resultado"⁴¹. Ao que caberia acrescentar, "individualismo consciente" e, por isso mesmo, com vocação pública. Síntese esta que não será a tônica majoritária do momento; poucos intelectuais pensarão o momento levando em conta a complexidade da relação cultura e política, donde a dificuldade de se conseguir uma síntese razoável entre as duas dimensões.

40. ANDRADE, M., (carta a Carlos Drummond de Andrade de 17.02.1945), In ANDRADE, C.D. de, *A lição do amigo*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1982.

41. ANDRADE, C.D. de, *O Observador no Escritório*, ed. cit., pg. 21.

2. Geração e Política : entre a herança e a plataforma

O *Testamento de uma geração* e a *Plataforma da Nova Geração* (dois conjuntos de depoimentos de intelectuais, respectivamente, um sobre os consagrados e o outro sobre os iniciantes), compõem um marco importante no debate intelectual da época, na medida em que são reveladores do esgotamento dos referenciais para a análise da vida cultural no Brasil. Mas, são importantes também por confirmarem a liderança que Mário de Andrade e Sérgio Milliet exerciam sobre os intelectuais paulistas, bem como a insistência do segundo em reunir, de vários modos, a intelectualidade, visando abrir-lhe algum horizonte para resolver sua crise de identidade. Nesse sentido, do ponto de vista de nossa pesquisa, menos do que a posição individual de cada um, ou mesmo o brilhantismo que, porventura, um ou outro depoimento possam demonstrar, importa o sentido da iniciativa, seus patrocinadores, suas influências e consequências sobre a vida cultural da época e sobre o debate a respeito dos intelectuais.

A idéia, de se fazer um inquérito sobre a *intelligentsia* nativa, foi de Sérgio Milliet e se desdobrou nessas duas iniciativas, consideradas, até com relativo consenso, como marcos do debate intelectual da época. Tendo por eixo um dos modos mais tradicionais de conceber a questão dos intelectuais -- o da geração--, se procurou fazer um balanço e tirar um programa para resolver os problemas do momento. Os depoimentos relativos ao primeiro inquérito foram publicados nas páginas de *O Estado de São*

Paulo, durante o ano de 1942 e o início de 1943. Os relativos ao segundo foram publicados, no mesmo jornal, de meados do primeiro semestre de 1943 até início de 1944. Durante esses anos, o governo brasileiro passou de uma posição de neutralidade frente a guerra, e até de simpatia pelo Eixo, para uma postura pró-aliados que o levou, ambigualmente, ao campo da democracia. Uma mudança de tal porte não poderia deixar de repercutir entre os intelectuais, o que é visível nos depoimentos.

Os dois conjuntos de depoimentos foram ainda publicados como livro, no ano de 1944, pela Livraria O Globo de Porto Alegre, na Coleção Autores Brasileiros, causando razoável impacto na conjuntura. Afinal, quase três anos após o início da publicação dos depoimentos em *O Estado*, o conjunto reunido em livro adquiria uma força e uma coerência que não podia ser percebida no jornal diário. Além disso, alguns dos participantes ao longo desses três anos haviam adquirido muita importância no campo cultural, consolidando prestígios ou simplesmente mantendo seus postos na hierarquia de legitimidades. A essa altura, os "novos" já não eram "novíssimos", vários já pleiteando a condição de liderança. E muitos dos que haviam escrito seu Testamento, ou já estavam afastados da atividade intelectual ou estavam desmoralizados por suas posições e atitudes frente aos problemas decorrentes da radicalização da conjuntura.

O Testamento: "anatolianos" e modernistas

"Sou um navio perdido na névoa
Uma âncora, Senhor!"

(A.F.Schmidt, *Testamento* ...pg93).

A primeira iniciativa, idealizada por Sérgio Milliet na redação de *O Estado* no segundo semestre de 1941, é levada a frente por Edgard Cavalheiro (biógrafo de M. Lobato) (como o dissemos no item anterior, à época muito ligado a Milliet). No final desse ano, Edgard Cavalheiro, procurando concretizar a idéia, envia a quarenta figuras da intelectualidade brasileira -- "nas suas mais variadas expressões culturais" --, uma carta na qual dizia que, inspirado no sucesso que alcançara "I Believe", de Clifton Fadiman, nos Estados Unidos, pretendia fazer "uma espécie de balanço espiritual entre os intelectuais do Brasil."¹ Na carta, em face dos "dias incertos e angustiosos que o mundo atravessa", solicitava dos escritores "um resumo do seu credo pessoal,...das suas próprias convicções e crenças a respeito da natureza do homem e do mundo. Sua posição diante dos problemas que sempre preocuparam os homens de pensamento ou, melhor, a sua posição ante os problemas religiosos, políticos, literários, artísticos, sociais, etc. Suas convicções e esperanças, receios e atitudes; enfim, um sincero e tanto quanto possível subjetivo testamento espiritual"². Que confessassem malogros, momentos de realização, de perda da esperança, esforços inúteis, e principalmente que dissessem ainda de onde tinham vindo os princípios que norteavam

1. *Testamento de uma geração*, Porto Alegre, Ed. Globo, 1944, pg.12.

2. *idem*, *ibidem*

suas carreiras e especialidades. Ao final da carta, lhes atribuía implicitamente a condição de intelectuais consagrados, razão pela qual teriam sido chamados a depor. A definição de quem fazia parte dessa "comunidade" generacional era uma forma de agregá-los. E ao reuni-los dava-lhes uma identidade (geracional) e uma tarefa: deixar um legado, um "testamento" que permitisse às "gerações que estão chegando, como às que virão, conhecer, de forma concisa e hábil, os princípios pelos quais se bateram seus antecessores..."³. O critério de seleção adotado foi o de escolher intelectuais nascidos no fim do século passado e que se haviam firmado no cenário cultural por volta de 1930.

A partir do início de 1942, a idéia torna-se realidade. Sob o patrocínio de Sérgio Milliet, à medida que os artigos-depoimentos são enviados a E. Cavalcheiro, vão sendo publicados no jornal *O Estado de São Paulo*⁴. A ênfase das intervenções oscila -- variando com o momento da conjuntura em que é publicada -- de posturas muito fatalistas para posições menos catastróficas, mas o tom geral é carregado e sombrio⁵. Expressavam assim a dificuldade que esses intelectuais tinham de vislumbrar perspectivas frente ao momento ainda muito indefinido, do ponto de vista tanto da conjuntura internacional quanto do regime político do Estado Novo.

3. *idem*, *ibidem*

4. Foram publicados 26 depoimentos, mas E. Cavalcheiro havia solicitado a 40 intelectuais que respondessem ao inquérito. Os que responderam foram os seguintes: Abguar Bastos, Abner Mourão (à época interventor em *O Estado de São Paulo*), Afonso Arinos de Melo Franco, Afonso Schmidt, Amadeu Queiróz, Artur Ramos, Ascenso Ferreira, Augusto Frederico Schmidt, Belmonte, Candido Mota Filho, E. Di Cavalcanti, Eduardo Frieiro, Galeão Coutinho, João Alphonsus, Jorge de Lima, Luis da Câmara Cascudo, Manoelito d'Ornelas, Oduvaldo Viana, Oswald de Andrade, Pedro Calmon, Peregrino Jr., Renato de Almeida, Rubens do Amaral, Sérgio Milliet, Sud Mennucci, Tristão de Athayde. Não responderam ao inquérito, entre outros: Monteiro Lobato, Manuel Bandeira, Cecília Meirelles, Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Hermes Lima, Carlos Drummond de Andrade, Ribeiro Couto, Gastão Cruls, Anísio Teixeira.

5. As imagens são bastante reveladoras: "os sólidos tempos estavam tocando no seu fim", "tempo de inquietações e dúvidas", "tempos de caos", "fim de um tempo", "plena e rasa mudança de um ciclo histórico", etc... *Testamento de uma geração*, ed. cit.

Pessimista no conjunto, com honrosas exceções, o tom majoritário é o da ambiguidade -- frente às questões internacionais, ao regime político interno e às perspectivas para o futuro. Aflora em comum a constatação de que se vive o final de uma época e predomina o estilo autobiográfico. E, invariavelmente, os depoimentos se dividem em pró-modernistas ou antimodernistas.

A instabilidade, inerente à situação internacional, e a crise que minava a legitimidade do Estado Novo, tornavam evidentes que houvera uma interrupção nas linhas de renovação do processo cultural que se desenvolvia desde a virada do século. Não é surpreendente que a tônica presente nos depoimentos insista na idéia de "fim de um ciclo" e de "decadência da cultura". A inspiração óbvia são as visões apocalípticas da história ocidental bastante veiculadas no período (Spengler, Toynbee, A.Schweitzer, etc.). Mas é interessante que com o avanço da conjuntura os posicionamentos tornam-se mais esperançosos, acreditando no reflorescimento da civilização ocidental⁶.

E se não é possível atribuir o sentimento de crise exclusivamente à conflagração mundial, é indiscutível que a explicitação do conteúdo de barbárie contido no nazi-fascismo destruiu aceleradamente a expectativa ascendente que a cultura ocidental ostentava sobre si mesma. Com a problematização de um ideal de progresso, que se confundia em registros os mais diversos com um processo de racionalização, a desconfiança frente à

6. Ver a esse respeito os depoimentos de Afonso Schiedt (pg.55), Candido Mota Filho (pg.108), Eduardo Frieiro (pg. 123), Manoelito D'Ornellas (pg.182), Oswald de Andrade (pg. 198), Peregrino Jr (pg.211)

técnica, traço forte da cultura da crise dos anos 20, se transformava em desencanto absoluto'.

De fato, aqui também, depois da efervescência cultural dos anos 20, fenômeno de dimensões universais, vai se tornando transparente e acelerado o esgotamento dos padrões de consagração intelectual baseado nos salões aristocráticos. Pensado em perspectiva, o período que vai de 22 a 45 mostra-se pródigo na reflexão sobre o papel do intelectual, mesmo que alguns considerem que nesses anos tenha ocorrido uma espécie de recesso da atividade intelectual crítica e criativa⁷. Posição que deve ser, contudo, matizada já que não são poucos os que consideram que durante o Estado Novo, apesar do cerceamento da liberdade, por paradoxal que possa parecer, teria havido um aumento da criação cultural significativa. Marques Rebelo, em depoimento de 1950, afirmava: "durante a ditadura foi que se produziu um pouco neste país. Na verdade vínhamos com uma certa embalagem de 1930, inclusive uma literatura de reação ao próprio regime dominante. Como ninguém podia escrever sobre política, nem ser deputado, senador, vereador,... todo mundo caía mesmo, era na literatura que aliás tinha um gostinho de conspiração"⁸.

Seja como for, a conjuntura internacional favorece o crescimento da oposição ao Estado Novo e de várias maneiras procura-se atingi-lo, identificando-o cada vez mais com o totalitarismo. Conforme vimos, a deslegitimação progressiva dos

7. Ver sobre isso: MARRAMAO, G., "O desdémio anti-sistemático", *PRESENÇA - Revista de Política e Cultura*, nº11, janeiro 1988, Rio de Janeiro, Centro de Pesquisas e Difusão Cultural.

8. MOTA, C.G., *A Ideologia da Cultura Brasileira*, ed. cit., pg.85.

9. REBELO, M., "O autor corrige a entrevista: Nossa literatura está de rastros", (1950), citado in ANTELLO, R., *Literatura em revista*, ed. cit., pg.74.

mecanismos culturais criados pelo Estado Novo para conquistar consenso; a inexistência e/ou a fragilidade das universidades e instituições afins; bem como a censura sobre os organismos de imprensa, restringiam sobremaneira os espaços de consagração e tornavam qualquer discussão sobre a questão dos intelectuais muito dramatizada. Mota em seu conhecido trabalho diz que a universidade ainda não era "fator de estabilização da produção intelectual". Nesse sentido, o impacto resultante da criação das "novas instituições universitárias não se fizera sentir: seu tempo chegará, mas somente no final da década"¹⁰. Dito em outros termos: evidenciava-se a crise de uma forma de consagração cultural baseada nos grandes intelectuais, mas não havia uma alternativa clara de como estabilizar a produção cultural. Além do que a solução estatal mostrara-se problemática e estava posta em questão. De tal modo que, ou por inexistência ou por debilidade das instituições, os grandes intelectuais continuam a exercer grande influência na "normatização" da vida cultural: orientando caminhos, avalizando o trabalho dos mais jovens e estabelecendo os termos em que a crítica da cultura deveria ser realizada. Assim funcionam Mário de Andrade, Sérgio Milliet, Anibal Machado, Astrojildo Pereira, Alceu Amoroso Lima, etc..., intelectuais que, de várias maneiras, se propunham a organizar a cultura.

Mas, o interesse maior do inquérito está exatamente em seu pioneirismo. Afinal, é a primeira iniciativa que reúne um grande número de intelectuais, não identificados totalmente com os mecanismos culturais do Estado Novo, para uma avaliação crítica

10. MOTA, C.G., *op.cit.*, pp.85.

da situação. Os inquéritos feitos até então entre os intelectuais, os realizados em *Diretrizes* por exemplo, tinham objetivos mais circunscritos. Não se propunham uma avaliação tão abrangente. E mesmo que aceitassemos que o mote do inquérito era literário, é óbvio que nem as questões feitas nem as respostas dadas se limitaram a essa dimensão. Foi inevitável que aflorasse a preocupação com a questão do intelectual e de sua participação política, embora fortemente recoberta de conteúdo ético.

Se levamos em conta que os depoentes, além de já estarem todos na faixa dos 40 anos ou mais, haviam obtido a consagração a partir de padrões bastante tradicionais, a iniciativa ganha mais densidade. Afinal, não eram acadêmicos, mas ou autodidatas, ou filhos rebeldes de instituições formadoras de bacháreis. Nesse sentido, haviam construído suas carreiras seguindo trajetórias bastante diferenciadas, mas num ponto assemelhadas: todos eram polígrafos, sem especialização profissional muito definida e portanto bastante dependentes do capital social que cada um individualmente dispunha e do acesso que tinha aos grandes intelectuais, aos "intelectuais instituições"¹¹. Reproduziam assim a concepção oligárquica de cultura e frente a sua crise não conseguiam encontrar caminhos novos para a renovação crítica da produção cultural. Percebiam o esgotamento desses mecanismos de consagração, vivenciando um abalo em sua identidade intelectual tradicional que lhes causava mal estar, sem contudo contarem com

11. Trabalhando o período em registros totalmente distintos, do ponto de vista de seus supostos teóricos, Sérgio Micelli em *Intelectuais e Classe dirigente no Brasil (1920-1945)*, São Paulo, Difel, 1979, e Luiz Werneck Vianna em "Os intelectuais da tradição e a modernidade: os juristas políticos da OAB", In *Os Intelectuais nos Processos Políticos da América Latina*, (Maria Susana Arrosa Soares, coord.), Ed. da Universidade, UFRGS, 1985, dão elementos preciosos, mesmo sem tematizá-la diretamente, para discutir essa questão.

os instrumentos analíticos e até institucionais para responder a esses problemas. Donde "a sensação ... de abandono, de crise, de fim de etapa"¹². Por isso Mota trabalha com a hipótese de que Mário personifica uma "consciência limite", baseando-se na conferência realizada por ele em 1942, no Itamarati, quando condena a concepção oligárquica de cultura incapaz de encontrar os caminhos da renovação crítica. Pode-se dizer que, além do clima de fim de época, da preocupação com o tema do intelectual e de uma certa atualização na colocação do problema (em sintonia com o tema da "traição", da responsabilidade), em outros aspectos, há enorme diversidade entre os depoentes (do anti marxismo de A. Arinos, ao cientificismo de A. Ramos, à condição marginal de E. Friero).

Tendo por base o pequeno trabalho de Sérgio Micelli, no qual é analisada a trajetória social da categoria de letrados que, frequentemente, é identificada com o "pré-modernismo", talvez fosse possível classificar também boa parte dos depoentes como "anatolianos". Nesse estudo, Micelli tem por objeto toda uma gama de escritores que não podiam mais seguir os modelos de excelência intelectual vigentes na tradição cultural brasileira: "nem o modelo dos grandes 'mandarins' dos fins do Império, mistura de grão-senhor da burocracia, de diplomata e de homem mundano, nem o dos altos dirigentes políticos da oligarquia, bacharéis que devem todo seu prestígio e sua autoridade aos cargos de governadores dos Estados mais importantes e de presidente da Nação, e muito menos o modelo dos porta-vozes políticos das oligarquias dos Estados menos importantes, espécie de 'coronéis' treinados nos meios

12. MOTA, C.G., *op.cit*, pg. 85.

cosmopolitas da capital e fiadores autorizados do pacto de força entre as facções oligárquicas". Para todos esses, e o exemplo usado é o de Joaquim Nabuco, o traço mais marcante de suas trajetórias estava no fato de nunca poderem "distinguir ou isolar o trabalho político do trabalho intelectual, na época definidos socialmente como indissociáveis".

Micelli distingue o grupo dos "anatolianos" destes modelos, exatamente por não ser possível enquadrá-los em nenhuma das categorias existentes na época, "pois constituem o produto de uma primeira forma de diversificação dos papéis no âmbito do trabalho de dominação. Os integrantes desse grupo prefiguram um tipo novo de intelectual profissional, assalariado ou pequeno produtor independente, vivendo dos rendimentos que lhes propiciam as diversas modalidades de sua produção, desde a assessoria jurídica, as conferências, passando pelas colaborações na imprensa, até a participação nos acontecimentos mundanos e nas campanhas de mobilização em favor do serviço militar, da alfabetização, do ensino primário, etc". Identifica esse tipo de intelectual com o fato de, desde o início do século, o jornalismo ter se tornado um ofício compatível com o status de escritor¹³.

A maior parte dos intelectuais que respondem ao inquérito de E. Cavalcheiro podem ser classificados como "anatolianos" -- alguns declaram-se explicitamente, outros o revelam no fascínio pelo gênero afrancesado, mas o que permite enquadrá-los na definição é sua não especialização. Polígrafos, se movimentam em várias direções, a maioria posta em disponibilidade

13. MICELLI, S., *Poder, Sexo e Letras na República Velha (estudo clínico dos anatolianos)*, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1977, pg. 70/71/72.

pela obra de modernização levada a cabo pelo Estado Novo. Pela não incorporação; pelas dificuldades postas ao trabalho intelectual (censura, interdição de jornais, etc.); pela concorrência de uma "nova geração", mais técnica, melhor preparada; pela impossibilidade de reproduzirem o "trabalho de celebração das oligarquias"—vêem-se esses intelectuais chamados a uma iniciativa que os agrupa, procurando caracterizar um empreendimento intelectual coletivo que nesse momento funcionaria como uma tentativa de responder tanto à crise de identidade na qual se encontram, quanto ao esgotamento das instâncias de consagração.

Na medida em que o inquérito lhes atribui a condição de participantes de uma comunidade literária fechada, de uma geração que deveria passar o bastão da cultura para outra, simultaneamente os considera aptos a julgar, seleccionar e consagrar os da nova geração. Mas, só puderam cumprir efetivamente esse papel alguns poucos, já que a maioria, absenteísta em literatura e em política, não se sente à vontade para aderir a nenhuma corrente literária, estética ou ideológica. A maioria dos depoimentos se restringe a descrever autobiografias, que tanto podem ter carácter histórico como se prestar a divagações filosóficas, quando os depoentes discorrem sobre o mundo, o homem, a existência, Deus, etc... Mas de um modo ou de outro, positiva ou negativamente, a grande referência é o **modernismo**.

Esses intelectuais, presos a uma estética e a uma visão de mundo passadistas, quando não são assumidamente antimodernistas assumem os princípios do **modernismo** apenas formalmente, não os

assimilando, nem os praticando de fato. Nesse sentido, permanecem imobilizados entre a fidelidade a padrões tradicionais de crítica e a adesão formal aos modelos das vanguardas européia. Indecisos, incapazes de aderir à postura dos modernistas, fechados aos temas e problemas da modernidade, permanecem aquém das questões de seu tempo.

Diferentes, portanto, dos vários tipos de intelectuais que se propondo manter uma vocação pública, de um jeito ou de outro, tinham por finalidade acertar o passo com o relógio do tempo. Afinal, bem ou mal, estes não apenas importaram concepções de vanguarda, mas principalmente consolidaram sua posição no campo intelectual emergente. Isso torna-se mais evidente quando pensamos que as duas correntes em que se cindiu o **modernismo** (a direita e a esquerda) tinham a mesma "vontade de participação na vida nacional que vinha revelar ... seu caráter empenhado e seu desejo de contribuir para a formação do país". Não à toa, exatamente no período da ditadura do Estado Novo, assumiram a posição de "consciência da nação e de seus problemas e trataram de procurar a origem dos males em nossas raízes"¹⁴.

Neste sentido, mais uma vez confirma-se o caráter de papa-laico de Mário de Andrade, citado favoravelmente em quase todas as intervenções. É interessante que, como principal fiador da "nova hierarquia de legitimidades"¹⁵, Mário respaldou-se e deu respaldo tanto a projetos políticos-ideológicos vinculados à oligarquia paulista quanto a projetos vinculados ao Estado Novo, no Serviço de Patrimônio Histórico. Estranhos designios que

14.LAFETTA, J.L., 1930: *a crítica e o modernismo*. São Paulo, Duas Cidades, 1974, pg.52.

15.NICELLI, S., *op. cit.*, pg.83.

fizeram com que suas concepções de criar a cultura pelo trabalho de pesquisa de fontes e pela elaboração paciente do intelectual, o levassem a estar com a oligarquia paulista, no projeto de um Departamento Municipal de Cultura, e depois, durante o Estado Novo, a estar com Capanema, ainda que essas experiências -- todas traumáticas para ele -- tenham sido analisadas por Mário de modo bastante caústico¹⁶.

A colocação de Sérgio Micelli, sobre a importância dessa vocação pública a mover a ação dos modernistas, é bastante precisa: "Não fosse tal papel político, o 'destino' social e intelectual dos modernistas poderia ter sido semelhante ao dos simbolistas brasileiros, relegados no campo intelectual a despeito da importação de um novo paradigma poético"¹⁷. Esse "papel político" (que prefiro chamar de "vocação pública"), diferencia uma parte dos modernistas dos seus companheiros de geração, e é exatamente o que os torna contemporâneos de sua época levando-os a se aproximarem dos mais jovens no sentido de estabelecer pontes com eles. Tais pontes se baseiam em dois aspectos fundamentais: na busca de uma sistematização do trabalho intelectual que se desdobre não em rotina, mas em avanço em relação ao já trilhado; e na perspectiva de que o "modernismo" só poderia ser reavaliado criticamente se se radicalizasse a vocação pública que alguns de seus próceres haviam anunciado em sua trajetória. Nesse exato sentido, o *Testamento de uma geração* deve ser entendido como parte de uma estratégia para reavaliar o modernismo de um certo ponto de vista (no qual Mário e Milliet, mesmo com nuances entre as

16. Ver SANDRONI, C., *Mário contra Macunaima*, ed. cit..

17. MICELLI, S., *idem. ibidem*.

posições de cada um, eram os representantes máximos). Ponto de vista que, obviamente, não era neutro. Ponto de vista que pretendia "ganhar" almas e mentes da nova geração para continuar e aprofundar o que consideravam haver começado, superando-os inclusive em seus pontos frágeis.

Para uma empreitada com tais proporções, os "modernistas", defensores dessa posição, contavam inclusive com a aliança de alguns dos "novíssimos". Contavam, exatamente, com aqueles que, produtos de uma formação mais técnica, nesses anos de transição, já haviam adquirido algum prestígio no universo cultural paulista e carioca. Milliet contava, essencialmente, com os jovens de *Clima* e da redação de *O Estado*; Mário, como Benedetto Croce, queria "benzer as armas" de todos os grupos, mas tinha predileção e até um certo fascínio pelos rapazes da *Revista Acadêmica*, no Rio de Janeiro. Portanto a relação com a "novíssima", não era ingênua, nem arbitrária, nem mesmo estritamente literária, mas empenhada, seletiva e condicionada por sua vinculação a projetos culturais (*Clima*, *R. Acadêmica*, Sociedade Brasileira de Escritores, redação de *O Estado*, etc...). Projetos que para se desenvolverem não podiam prescindir do respaldo assegurado por esses modernistas, como foi dito anteriormente, os "fiadores da nova hierarquia de legitimidades".

Há, portanto, entre alguns dos "velhos" modernistas uma difusa perspectiva de organizar a cultura que os distingue, radicalmente, daquele tipo de intelectual majoritário nos depoentes do *Testamento* e a quem estamos chamando de "anatolianos". Intelectuais fortemente marcados pela cultura

francesa oficial, praticantes de uma espécie de "columismo literário" e que influenciam o quadro geral de atividades de uma época, servindo de parâmetro indispensável para a aferição e o equacionamento dos interesses, dos tipos de enfoque ou do nível da produção cultural. Exatamente os herdeiros das tradições que os modernistas haviam procurado combater ao longo de sua trajetória, buscando desde o início romper com a produção oficial francesa. A efervescência dos anos 20 dera aos modernistas a ilusão de que o individualismo de matriz francesa estava morto, assim como seus sustentáculos Anatole France e Marcel Proust. Logo perceberiam que a equação não seria tão simples, sendo obrigados a partir para um processo de ruptura mais profundo que inclusive, no caso de Milliet, o levaria a buscar outros referenciais, da "América do Norte", para se tornar mais racional, científico e eticamente comprometido¹⁸.

Se há herança a se transmitir aos "novos", ela é exatamente a defesa do horizonte que pretende superar o impressionismo crítico, o descompromisso com a vanguarda modernista e a alienação política. Tal superação implica em aprofundar o trabalho crítico, a especialização e o rigor intelectual. Implica, portanto, em buscar uma saída para a crise de identidade da intelectualidade, apostando radicalmente na profissionalização, mas sem perder de vista a vocação pública. E esse o horizonte que os "revisionistas" do modernismo, de várias maneiras, apresentam à nova geração.

18. MILLIET, S., *Testamento de uma geração*, Porto Alegre, Globo, 1944, pg.241. "Estariamos ainda nesse pé se não tivéssemos verificado que a Sociologia sem a Ética não conduz a coisa alguma".

Quando faz a apresentação do livro reunindo os depoimentos, no segundo semestre de 1944, Edgard Cavalheiro, trabalhando como assessor da Editora Globo de Porto Alegre, se encarrega de completar a operação de afirmação da herança modernista, citando Mário de Andrade para concluir que sua geração (a "nova") seria bem pior do que a de vinte e dois. Nessa linha sugeria que o *Testamento* poderia funcionar como um exemplo para os mais jovens. Empenhado em transformar o *Testamento* numa proposta coerente, Edgard se utiliza das colocações de Mário sem, contudo, problematizar seus argumentos que, bem analisados, estavam em declarado dissídio com a maioria dos depoimentos. Afinal, o tom majoritário dos depoimentos é antimoderno.

Nesse sentido, a intervenção de Sérgio Milliet, juntamente com a de Oswald de Andrade, ganha em importância por ser a que melhor colocou o esgotamento de um ciclo histórico: o do individualismo e a abertura de uma fase coletivista na história humana. A consideração é interessante porque encaminha uma crítica ao modernismo, mas fazendo a ressalva desde o início de que suas insuficiências não estariam na abstinência política ou na falta de compromisso com a vida, mas exclusivamente na "carência assustadora de homens de verdadeira cultura". Ou seja, a emergência das massas e o ideal moderno como horizonte para a cultura impunham a mudança de mentalidade e a renovação permanente de elites ("o problema era puramente educacional"). Postura que, além de mantê-lo na órbita das posições do liberalismo oligárquico, com sua frenesi pedagógica e elitista, o aproximava explicitamente das preocupações de J.Benda na discussão sobre o

que seria a "traição do intelectual". Pois, face ao imperativo das verdades coletivas que tenderiam a se impor à individualidade, como garantir a autonomia do intelectual? A partir daí a referência a Mannheim não chega a surpreender. Sendo a "verdade coletiva" ou um ideal, que exigiria uma forte dose de misticismo, ou uma tradição, seria possível e desejável que acima dela pairasse uma *intelligentsia* que a entendesse em sua relatividade e a julgasse perante os valores da sociedade humana. O intelectual seria por isso "quase sempre um homem marginal, participando de todas as verdades coletivas o suficiente para não ser expulso do grupo ou grupos a que pertence, mas crente apenas na sua própria verdade"¹⁹. Carlos Guilherme Mota colocaria Sérgio Milliet, por defender essas posições, um passo à frente do aristocratismo, mas aquém da "novíssima" geração²⁰. Creio porém, se minha interpretação faz sentido -- de que Milliet tinha uma estratégia clara de ganhar as novas gerações para sua revisão do modernismo --, que talvez não seja exagerado considerar que neste momento ele está um passo à frente também da nova geração. O que, inclusive, lhe teria possibilitado exercer a liderança sobre ela durante os anos 40.

¹⁹. *idem*, *ibidem*, pg.243.

²⁰. MOTA, C., *A Ideologia da cultura brasileira*, ed.cit., pg.101.

3. A Plataforma da Nova Geração

A *Plataforma da Nova Geração*, compõe um conjunto de textos, elaborados por jovens intelectuais na faixa entre 20 e 30 anos, que teve grande impacto no debate sobre as relações política e cultura durante o processo de transição política. A partir de um questionário proposto por Mário Neme, cerca de 30 escritores-intelectuais considerados jovens, não só por sua idade, mas principalmente por não serem consagrados, publicam no jornal *O Estado de São Paulo*, de meados de 1943 a princípios de 1944, depoimentos extremamente reveladores das incertezas com que se defrontavam aqueles que pretendiam adquirir a condição de intelectuais¹. Os depoimentos em sua candência revelam, além da crise dos padrões tradicionais de consagração cultural, a falta de perspectivas na qual estão imersos os seus autores. O que se revela na insistência quanto ao tema da profissionalização, principalmente porque tal preocupação acaba se confundindo com o imperativo ético e com a questão da "missão" do intelectual.

O modo de organizar as perguntas e a escolha dos depoentes -- a partir do critério generacional (ou seja "novos", "moços", ao invés de escritores, críticos, sociólogos, dramaturgos, filósofos, antropólogos, etc.) -- revela a ambiguidade vivida por eles -- entre o imperativo ético e a

1. Os escritores que escrevem para a Plataforma são: Cecílio J. Carneiro, Lourival Gomes Machado, Antonio Cândido de Mello e Souza, Ciro Tassara de Pádua, Heraldo Barbuy, Edmundo Rossi, Otávio de Freitas Junior, Alphonsus de Guimarães Filho, Jamil Almansur Haddad, Rubem Braga, Mário Donato, Mário Schemberg, Edgard Cavalheiro, Arnaldo Pedroso d'Horta, Lauro Escorel Rodrigues de Moraes, João de Araújo Nabuco, Tito Vêzio Batini, Fernando Ferreira de Góes, Ernani Silva Bruno, Maria Eugênia Franco, Luis Saia, Miruel Silveira, Afrânio Zuccolotto, José Almino Rolões Barbosa, Rui Galvão de Andrada Coelho, Hovanir Alcantara Silveira, Paulo Zingg, Edgar Godoi da Mata-Machado, Paulo Emlílio Sales Gomes.

mercantilização. Revela também o modo de tratar o problema do intelectual em São Paulo, sob inspiração e proteção de Mário de Andrade e Sérgio Milliet. O primeiro, funcionando como uma espécie de fiador dos problemas a partir dos quais a "novíssima" passaria a buscar legitimação. O segundo, dando cobertura profissional e incentivando os mais jovens para a luta associativa. O "novo", portanto, vinha menos pela definição política antifascista, e mais em função de uma determinada crítica da geração anterior que tinha por eixo o embate em torno da herança do modernismo.

E possível dizer, aqui também, que o modo mesmo de organizar as questões já demarca os termos em que serão dadas as respostas, quando define o ângulo para encaminhar os problemas e os temas a partir dos quais quer ver a discussão travada. Poucos tentaram se posicionar demarcando diferenças e se colocando de maneira crítica em relação aos pressupostos que organizavam o inquérito. Carlos Guilherme Mota destaca que Antonio Cândido e Mário Schemberg foram exceções, na medida em que fizeram restrições críticas às idéias de "nova geração" e de "missão do intelectual". Mas, se isso é verdadeiro, nem mesmo eles deixaram de responder às questões propostas².

A organização das questões, mesmo levando-se em conta a diversidade de posições políticas e concepções de mundo, induziu as respostas em seu conjunto a trilhar o caminho de um diagnóstico crítico sobre a realidade do país e do mundo. Nas imagens de "falência", "inquietação", "melancolia", vislumbram-se claramente a sensação de orfandade intelectual e o pessimismo

2. NEME, M. (org.), *Plataforma da Nova Geração*, Porto Alegre, Ed. Globo, 1945.

acerca dos pressupostos da cultura ocidental; além disso, nelas se insinua uma confusa relação dos intelectuais com o desiderato da "missão". João Nabuco dizia em seu depoimento: "Recebemos um mundo fálido e nossa missão é tentar melhorá-lo". Já que "Não vivemos uma época de ficção"³. Antonio Candido dava imagem mais sintética ainda, quase um retrato 3x4 do período, na frase: "Tempo de inquietude e melancolia"⁴.

Esse modo de questionar o momento vivido fortaleceria a tendência, entre os homens de letras, de radicalizar a crítica ao modernismo buscando uma identificação com o povo. Seja por lhe atribuírem uma mística revolucionarista, seja por cultuarem sua pureza. Num caso ou noutro, na identidade reivindicada com o universo popular --para lhe traduzir e/ou para lhe dar vida--, está implícita a idéia de imprescindibilidade da *intelligentsia*. E exatamente dessa maneira que a parcela da intelectualidade jovem e não consagrada de São Paulo procura obter uma espécie de registro de nascimento, apelando para uma abstrata identificação entre a sua situação e a do "povo pobre". Nas palavras de Berenice Cavalcanti: "Os pobres e os intelectuais estariam assim 'falidos' e esta condição geraria a inquietude e despertaria as paixões"⁵.

A identificação procurada com os "de baixo", mesmo que fosse mais retórica do que efetiva, no contexto de aprofundamento do antifascismo a nível internacional, só poderia levá-los a defesa de posições críticas em relação aos regimes fortes. Para além da diversidade de opiniões, identifica-se os regimes fortes

3. *Idem, ibidem*, pg. 160 e 162.

4. *Idem, ibidem*, pg. 28.

5. CAVALCANTI, B., *Certezas e Ilusões : os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*, ed. cit., pg. 86.

com a degradação da cultura. As restrições que tais regimes impunham à cultura tinham como principal consequência a negação da liberdade e do humanismo, impedindo a intelectualidade de cumprir suas funções e o povo de se beneficiar delas. Não à toa, o tom é de lamento pela perda dos valores e princípios de liberdade, igualdade e fraternidade. Nesse sentido, na média, os depoimentos são bem mais avançados que os do *Testamento*.

Na imagem deles sobre si próprios: a sua seria uma geração crítica. O sentido de urgência atribuído ao momento impunha a reflexão e a crítica como pressupostos imprescindíveis para o desenvolvimento da atividade intelectual. As circunstâncias faziam com as inquietações dos jovens se traduzissem em dois temas aparentemente complementares: a preocupação com a profissionalização e com a participação. Estes dois temas, unidos pelas circunstâncias, estavam na raiz da confusão que se fazia em torno da idéia de crítica, ora interpretada como gênero literário, ora como postura frente à vida que exigiria um novo tipo de intelectual -- menos literato, se se preferir menos "anatoliano", mais profissionalizado e rigoroso, mas principalmente mais vocacionado à esfera pública--, ora ainda como sinônimo de militância política explícita. Não é surpreendente, portanto, entre vários dos depoentes a afirmação de que o tempo não era de ficção. Pois, à esta -- à ficção-- deveria suceder a atividade crítica, amplamente entendida (literária ou não), e que teria por alvos o idealismo, o reacionarismo e o distanciamento do intelectual do povo. Razões bastante fortes para que se mantivessem a inquietude, a incerteza e a falta de clareza --

ingredientes inequívocos no florescimento da idéia de "missão do escritor". Com forte acento iluminista, a exigência de participação aparece de vários modos nos depoimentos, mas sem nenhuma clareza a respeito da especificidade da atividade política. A ambiguidade presente nos "velhos" modernistas, que mesmo tendo participado muito ativamente na vida pública, não haviam conseguido traduzir esse empenho numa síntese nova entre política e cultura, tendia assim a se reproduzir. Ou seja, o não reconhecimento de sua identidade política e a incompreensão do momento maquiavélico, tornavam este fragmento de geração prisioneiro dos mesmos dilemas vividos por seus antecessores e inspiradores -- os modernistas.

Num quadro com tais características não há porque estranhar que em inúmeras intervenções se busque, sem muitas mediações, estabelecer vínculos entre o ofício de escritor e a perspectiva de que pela conscientização -- sua e dos outros-- o intelectual resolveria sua crise de identidade. A eles -- intelectuais em geral --, mas particularmente a essa geração, caberia o papel de promover o progresso humano e a inteligência livre. Donde a refutação (em alguns casos explícita) de qualquer procedimento que não se pautasse por alguma perspectiva de intervenção no processo social. A pretensão iluminista, de esclarecer o pensamento e por ordem nas coisas, é referência constante nos vários depoimentos. Assim como são constantes também as referências ao engajamento, à participação política, quase sempre mescladas com tentativas de se definir o ofício do escritor

que enfatizam o conteúdo crítico como determinante da capacidade criativa.

Na indagação de Edgard Cavalheiro ("como criar fora da vida?"), vinha implícita a recusa de toda passividade e a proposição de participar do processo de reconstrução social. Implícita ou explicitamente, é possível afirmar que, na sua totalidade, os depoimentos se encontram sob a égide das referências críticas estabelecidas por Mário de Andrade nos seus textos desde 1941 e 1942. Edgard Cavalheiro (à época figura importante no cenário intelectual de São Paulo) é um dos que retomam de forma explícita as posições de Mário, ao manifestar esperança de ver os escritores, os intelectuais da "nova geração", "marchando ao lado da multidão, preocupados não com vagos ou profundos problemas estéticos, mas com problemas de todo santo dia"⁶.

Há em inúmeros dos depoimentos a idéia de que ao intelectual não cabe o isolamento da "torre de marfim" e que a "ida ao povo" é o caminho para se conseguir de fato a sintonia com a época, com a contemporaneidade. Em alguns a preocupação com o popular passa diretamente para o chamamento para a ação, para a exaltação da prática política. Esse desdobramento é mais explícito entre aqueles que tiveram experiências políticas anteriores, e que, não por acaso, eram vinculados à esquerda. Os depoimentos de A.Cândido, Paulo Emílio Salles Gomes (mesmo não tendo sido publicado, porque censurado, à época em *O Estado*), Mário Schemberg e Arnaldo Pedroso Horta, são ilustrativos disso. Este último diz a

6. CAVALHEIRO, E., *Plataforma da Nova Geração*, ed.cit., pg.85.

esse respeito: "Será raro hoje o sujeito que defende (o isolamento) do intelectual. Se o intelectual se sente dificultado pelos problemas existentes, cumpre-lhe cuidar de remover tais problemas. Ele não pode ser a bela adormecida do bosque, à espera de príncipes encantados que venham tirá-lo do sono imposto por fadas más"⁷. No caso os problemas são identificados com os obstáculos impostos pelo regime político do Estado Novo.

Nos depoimentos se pretendia ainda uma espécie de atualização a respeito da função social e da atividade política dos escritores. Aqui também o foco das análises girava em torno da Semana de 22 e a herança do **modernismo** era criticamente reavaliada, com destaque para sua precariedade e com a preocupação de superar os limites já estabelecidos, de forma a se abrir para além da dimensão estritamente estética. A preocupação é, portanto, a de demarcar as diferenças frente as manifestações culturais que os haviam precedido. O que os leva, exatamente pela imposição de definirem um novo espaço cultural, ou se se preferir, de definirem uma nova identidade social enquanto geração, a enfatizar a vocação crítica, autodenominando-se como uma "geração crítica". Compreende-se que tenham sido feitas muitas restrições ao **modernismo**, sob o argumento de que seus principais representantes teriam se limitado ao campo estético-literário, sem jamais terem conseguido se ligar à vida. Em larga medida, essas avaliações que se pretendiam críticas reproduziam e/ou radicalizavam as posições que Mário de Andrade vinha defendendo já há algum tempo, principalmente quando afirmavam que as rupturas de superfície

7. *Plataforma...*, ed.cit, pg.138

("com muito brilho e pouco tutano") estavam definitivamente superadas. Ou seja as agruras e dificuldades da história, aqui e alhures, estavam a empurrar os escritores, intelectuais, para a crítica, para a análise e para a participação. Redimensionava-se assim seu papel e ganhava corpo entre eles uma auto-imagem (uma nova identidade) que os via a partir de sua constituição como agentes do processo social⁸.

O tom de lamento, herdado de Mário de Andrade, e a descrença frente a herança das gerações que os antecederam, se mesclavam, não sem uma dose de ambiguidade, com um sentimento de alvorecer de uma nova era. Presos a essa ambiguidade, os intelectuais da "nova geração", não tinham contudo muitas alternativas para de fato se constituírem enquanto "agentes do processo social". Seja no plano político seja no plano estritamente profissional, ao longo desses anos, é perceptível a ausência de espaços sociais que pudessem incorporar a jovem intelectualidade, institucionalizando e dando legitimidade a suas atividades. Permaneciam portanto, sob inúmeros aspectos, limitados por um processo de formação de intelectuais pré-mercado, baseado ainda em larga medida em círculos, saraus, recitais, e muito permeado pelas relações pessoais. Onde se compreende que com a deslegitimação dos aparelhos culturais do Estado Novo, a sensação imediata que predomina entre os intelectuais é de incerteza e insegurança quanto a seu futuro enquanto tais. Situação que leva a que se aprofundem a sensação de isolamento, de disponibilidade, de desenraizamento que decorre de sua não incorporação.

8. CANDIDO, A., *Plataforma*, pg.33

Não é por outra razão que nesse momento, em que não existem plenamente as instituições que possam realizar essa incorporação, desenvolvam-se grandes esforços para integrar as atividades intelectuais individuais, através da veiculação, da troca e da divulgação de idéias, visando suprir tal ausência. A exiguidade do mercado e a sensação de mal estar que dela decorre, mescla-se com a percepção, mais abrangente em alguns casos, sobre o fenômeno fascista, e confunde-se com a intenção de agir no processo social de uma perspectiva que se identifica com a esquerda e com a oposição. Talvez por isso os diagnósticos a respeito da realidade brasileira sejam tão permeados pela exacerbação dos fatores de natureza ética. Tônica que está presente tanto nos depoimentos dos jovens da "nova geração", quanto nos diagnósticos e intervenções da intelectualidade comunista, só que nessa com uma maior dose de politização*. Há em todos eles uma insistência quanto a necessidade de se recomeçar tudo, mesmo quando se reconhece méritos nas gerações anteriores, que radicaliza o sentido de urgência e torna premente o imperativo ético.

A época de publicação dos depoimentos no jornal *O Estado de São Paulo* (de meados de 1943 até os primeiros meses de 1944) a censura é ainda muito presente. É compreensível que qualquer iniciativa de caráter crítico ou simplesmente intelectual fosse marcada por um alto grau de imprevisibilidade quanto à sua realização, marcada que estava pela ambiguidade e pelo medo. Neste momento, inclusive, havia uma oscilação entre a esperança

9. Ver CAVALCANTI, B.O., *Certezas e Ilusões...*, ed.cit.

de que uma nova era se anunciava, exorcizada de todos os horrores presentes, e a sensação de que o futuro poderia ser ainda pior do que o presente vivido. E nesse sentido que se pode dizer que, o que está em crise, além do regime político, são os referenciais culturais do Ocidente.

Mas, apesar da convivência desses sentimentos tão contraditórios, é perceptível que ao longo da publicação do inquérito vai se passando da inquietude, do negativismo e do pessimismo, para um otimismo esperançoso que se aprofunda à medida que se prenuncia a vitória aliada no conflito mundial. Ocorre uma espécie de renascimento das forças que combatiam o nazifascismo, com consequências diretas sobre os movimentos difusos de oposição a Vargas. De tal modo que, se a inquietude permanece, a melancolia e a tristeza cedem lugar ao entusiasmo e a empolgação.

A questão geral dos textos da *Plataforma* é o embate entre fascismo e democracia, que colocado nesse contexto adquiriria maior densidade, pois aparece relacionado a um enfoque novo da questão da pobreza e do atraso. Com isso, inclusive, o tema das liberdades ganha destaque na argumentação de vários dos depoentes. O conjunto dos textos, bem como o debate da época, de certa forma refletem a preocupação básica, que pretende ser a chave que abriria as portas, por sobre a diversidade de posições, para a inserção num futuro diferente: a preocupação com o sentido do novo.

Nessa crítica ao modernismo, realizada por uma nova geração em busca de espaço, se sobressaem a valorização da liberdade e a ênfase que a maioria dá à idéia de que ao

intelectual cabe realizar uma "missão". Mesmo que não se tenha grande clareza a respeito de nenhum dos dois problemas, a presença do apelo populista torna-se bem marcante no quadro de polarização ideológica e tem nas já citadas intervenções de Mário de Andrade uma referência fortíssima. Durante os anos de 43, 44 e 45, as seções literárias dos jornais e revistas procuraram de várias maneiras recriar o sentido do novo, alterando seu conteúdo pela politização do debate cultural. Quanto mais aumentava a perspectiva de vitória aliada, mais se ampliava a expectativa de que algo totalmente novo poderia acontecer no mundo do após guerra; mais crescia a esperança de que o sangrento, irracional e destrutivo processo causado pela barbárie nazi-fascista pudesse significar um ponto de partida para a constituição de uma nova ordem baseada nos valores de liberdade, democracia, paz, valores que norteavam a luta antifascista.

O debate internacional, as inúmeras tragédias vivenciadas durante a guerra, bem como a crítica cada vez mais virulenta aos países do Eixo, eram "traduzidos para o brasileiro" pelas bandeiras de combate ao obscurantismo, de reconquista da democracia e de valorização dos princípios do liberalismo (vilpendiados à esquerda e à direita ao longo dos anos 20 e 30), levando a uma busca de novas pontes com a "cultura ocidental", à luz de uma reavaliação do humanismo. O desdobramento disto nas páginas das seções literárias é a presença de um número cada vez maior de artigos com nítido conteúdo político. O eixo que estrutura essa "politização da cultura" é a idéia de que se vivia uma situação com tamanho potencial que poderia ser caracterizada

como um "novo renascimento"¹⁰. Lucia Miguel Pereira, no final de 1945, dava numa imagem sintética a dimensão das expectativas: "Temos o privilégio de assistir à morte de uma civilização e ao nascer de outra, privilégio que pagamos, é verdade, com muitas emoções e muitas tristezas"¹¹.

A esperança, de um salto de qualidade que regenerasse a cultura ocidental como um todo, é que impunha o novo como imperativo, alimentando a expectativa de que o processo da transição em curso cumpriria uma trajetória cada vez mais progressista. O que, traduzido para o calendário mudancista brasileiro de 1943 a 1945, era visto como sinónimo de conquistas das liberdades, pressuposto de todos os outros avanços. Entretanto, a preocupação com o sentido do novo e a auto proclamada identidade crítica dessa "geração" não lhe garantiam por si só a certeza da consagração. É interessante atentar para quais destes jovens permaneceram no cenário cultural das décadas seguintes, permanecendo como organizadores da cultura e funcionando como fiadores das novas hierarquias de legitimidades. Não por acaso, além da vinculação institucional, o que garantiu essa presença para alguns foi a maior especialização e a proximidade com os intelectuais modernistas de vocação pública, como Mário de Andrade e Sérgio Milliet.

10. Essa idéia de que se começaria a viver um período de renascimento na cultura ocidental permeava os diagnósticos de intelectuais de posições as mais distintas. Sérgio Milliet e Astrojildo Pereira, por exemplo. Ver do primeiro *Diário Crítico* e do segundo *Crítica Impura*, ed.cit.

11. PEREIRA, L.M., "Fim de Ano, fim de mundo", *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30.12.1945, 2ª Seção, pg.1.

4. Em Clima de Diário Crítico

A chamada "nova Geração" compunha um segmento de jovens letrados, pretendentes à condição de intelectuais, absolutamente plural. No entanto, nos anos de transição, a perspectiva unitária se mesclou com as dificuldades naturais com as quais os mais jovens encontram para se consagrar intelectualmente, contribuindo para que a pluralidade não viesse à tona. De saída vale notar que apenas alguns desses jovens foram bem sucedidos em sua pretensão de se tornar intelectual. A maioria, ou "ratou"¹ ou permaneceu em condição subalterna no campo cultural. Em realidade, o que se considerou como típico de uma geração (o caráter crítico, a busca de rigor intelectual, o compromisso moral, alguma espécie de vocação pública e a perspectiva de combate a todas as forças reacionárias) eram atributos encontrados apenas em uma minoria. Minoria que mantinha uma relação de continuidade com a autocrítica posta em prática pelos modernistas e que, obviamente, assim como estes, também se moveu politicamente para obter reconhecimento e consagração. Mesmo que sempre tenha feito muita questão de separar o trabalho intelectual da atividade política e declarado apolítica.

E interessante notar como, paulatinamente, a "nova geração" vai se restringindo a uma parcela daqueles que em princípio a compunham. A pergunta aqui poderia ser: quem entra e quem fica de fora do trem que vai passando na plataforma? O grupo de jovens vinculados a Faculdade de Filosofia da USP, ao menos em São

1. A expressão é de Mário de Andrade.

Paulo, é identificado como o mais representativo do espírito novo que caracterizaria ou deveria caracterizar a nova geração. Tal identificação contou com o trabalho ativo de Sérgio Milliet que sempre lhes fez muitos elogios, exatamente por seu lado crítico e mais científico que o padrão da época. Mas, teve como determinante a iniciativa deste fragmento de geração, criando uma revista na qual, de certo modo, davam continuidade à autocritica dos modernistas. A revista *Clima* é a primeira tentativa do grupo de jovens paulistas, vinculados à FFLCH da USP, buscar reconhecimento e consagração, enquanto intelectuais. Tentativa que se sustenta na relação pessoal mantida por eles com os intelectuais modernistas (principalmente, Mário de Andrade e Sérgio Milliet), utilizada como um trunfo para legitimarem sua iniciativa editorial, já que a própria universidade ainda não era reconhecida plenamente como instância consagratória. No número de lançamento tal estratégia fica muito clara: além de um manifesto de lançamento escrito por eles, publicam um texto de Mário de Andrade, como apresentação. Esse texto ("A elegia de abril"), é exatamente o primeiro de uma série de intervenções de Mário, nas quais ele estabelece um ângulo, extremamente crítico, para fazer a revisão do modernismo. Texto importantíssimo porque se antecipa na revisão do **modernismo**, cobrando-lhe compromisso ético, e determinando uma linha de interpretação do movimento. Na conjuntura extremada de 1941, com o Estado Novo mantendo sua ambiguidade frente a situação internacional (posição que na prática significa simpatia e apoio ao Eixo), a repercussão do texto no conjunto da intelectualidade de todo o país é muito

significativa. Afinal, a reavaliação do modernismo estava na pauta e um posicionamento circunstanciado de seu maior expoente, marcado por tamanha radicalidade crítica, além de causar enorme polêmica, garante a *Clima* um atestado de cidadania intelectual que vai bem além de uma mera apresentação.

Já no manifesto-apresentação justificavam o porquê da presença de Mário na abertura da publicação. Em primeiro lugar, destacavam que *Clima* era "uma revista de gente nova e desconhecida, gente que poderia parecer por demais ousada apresentando-se a si mesma e que, a seu próprio ver, precisava de uma apresentação feita por pessoa de reconhecida autoridade". Ao que acrescentavam que "Ninguém mais do que Mário de Andrade estava nessas condições. Se não bastasse esta, outra razão haveria ainda na escolha de um nome consagrado para encabeçar o primeiro número de *Clima* e, esta, razão de estrutura, por assim dizer"².

Caracterizam-na como uma revista de e para gente moça, não apenas de idade, mas também de espírito ("Única e verdadeira mocidade"). No entanto, manifestam a pretensão de serem lidos pelos mais velhos. Razão pela qual não gostariam de pedir a eles nada além de apoio moral e material (como o pedido a Mário). Por isso preferem para redatores jovens com pretensões intelectuais e ainda não reconhecidos por qualquer esquema de consagração. Mas com a ressalva de que o ensaio, artigo ou crônica de abertura ficaria sempre a cargo de um escritor de nomeada "daqueles que nos possam, queiram compreender e ajudar desinteressadamente"³. Esta

2. "Apresentação", *Clima* nº 1, abril de 1941, pg.3.

3. *idem*, pg.4.

seria a "razão de estrutura, por assim dizer", que justificaria a presença de Mário na apresentação.

A utilidade e a necessidade da revista eram justificadas facilmente, diante das dificuldades encontradas pelos jovens cientistas, escritores, artistas, nos primeiros passos de suas carreiras. Dificuldades que faziam emergir com força o tema liberal do **mercado**, pondo em questão as vicissitudes de um processo de modernização realizado como obra estatal e, em larga medida, castrador da sociedade civil. Ou seja, se é verdade que por sob a aparente **pax estadonovista** algo se movia, fazendo aflorar novas camadas de jovens intelectuais, não é menos verdadeiro que a sociedade civil, mesmo em São Paulo, mantinha-se ainda muito presa aos esquemas de consagração decorrentes do domínio oligárquico. Nesse sentido, a iniciativa dos jovens de *Clima* representa também o primeiro embate da Universidade com a cultura tradicional. Um universo jurisdicionado pelos esquemas de consagração estonovistas, pela censura do DIP, e que não deixa muito espaço de ação para a "mocidade" que se formava pela instituição cultural das elites paulistas -- elites que faziam oposição a Vargas e ao Estado Novo. Embate que não é contudo tão explícito num primeiro momento, pois, além dessas dificuldades propriamente políticas, os jovens de *Clima* tinham que se defrontar com o conservadorismo presente no próprio universo intelectual de São Paulo. Compreende-se portanto a aliança buscada com alguns dos modernistas, notoriamente, os mais preocupados com a sistematização e o rigor do trabalho, críticos em relação à

academização e rotinização do movimento de 22 e empenhados em estabelecer pontes com a juventude.

Com essas referências, o manifesto de *Clima* a caracteriza como uma revista de "toda" a mocidade, definindo assim seu público e seus colaboradores potenciais. A referência é a "mocidade que estuda, trabalha e se esforça, sem o fim exclusivo de ganhar dinheiro ou galgar posições, (...) que se interessa por coisas sérias, que pensa e produz, (...) que quer ir a frente, (...) que tem confiança no futuro, que tem todas as qualidades para vencer e vencerá, por que a vida e o futuro são dos que estudam, trabalham, dos que se esforçam e tem coragem, confiança e perseverança; mocidade que já entra em linha de conta, que já é alguma coisa, que existe, enfim por si mesma..." Para todos esses jovens que "queiram trabalhar, produzir", a revista pretende ser um canal de abertura, "... dando a todos uma 'chance' como dizem os norte-americanos, para que possam expor e discutir as suas idéias"⁴. Na proposição de dar uma "chance" aos que "queiram trabalhar, produzir", há um adesão implícita a formas de consagração intelectual através de mecanismos mais "impessoais", ou seja através de mecanismos mais mercantis, o que revela a inspiração tributária de um certo fascínio pelo americanismo. Mas, o grupo de *Clima* não pretende apenas projetar jovens não consagrados. Faz parte de seu programa ajudar e apoiar as iniciativas que venham a dinamizar o frágil debate (e a vida) cultural desde que sejam desinteressadas e aproveitáveis. Dito em

⁴. *idem*, *ibidem*.

outros termos, desde que não tenham nenhum vínculo explícito com a política.

Para realizar esse projeto, contam com os mais velhos, com os já "consagrados", com aqueles que se "interessam seriamente com o futuro", "... que já lutaram -- que devem lutar ainda, já que viver é lutar --", com aqueles "que apesar de vencedores não se fossilizaram, pondo-se a cochilar sobre os louros traiçoeiros da vitória, daqueles que já se fizeram na vida, mas que ainda não esqueceram do que isso lhes custou..."⁵

A apologia de uma relação do intelectual com a cultura mais explicitamente permeada pelo tema do indivíduo e pelas regras de mercado, é bastante flagrante. De certo modo, o programa da revista se restringe à afirmação de que se abre um canal, que se quer apoiado pelos "consagrados", para os jovens que "pretendem se fazer na vida" e que tem sido barrados pelas estruturas culturais vigentes. Daí o caráter da luta a ser travada; luta que não pretende ser política ou ideológica: o seu horizonte é a afirmação de regras mais impessoais e se não mercantis, ao menos mais profissionais, para a consagração intelectual, donde a única exigência de que as contribuições fossem desinteressadas. A retórica, comum em circunstâncias como estas, descreve o empreendimento como de grande densidade, caracterizando-o como "um fim alto que exige uma luta cada vez mais árdua", pois "só tem valor o que se consegue com esforço. Porque é na luta que o homem dá sua verdadeira medida"⁶. Usando-me do argumento de um artigo

5. *idem*, pg.6.

6. *idem*, *ibidem*.

de Maria Silvia Carvalho Franco⁷, perguntaria: a que luta se refere o editorialista? A do ilustrado com o filisteu?

A orientação ostensivamente apolítica seria mantida até o número 10 da revista, de junho-julho de 1942⁸. Nesses dez números o grupo que se reunira em torno de *Clima*, todo ele ligado à Faculdade de Filosofia da USP, conseguira um verdadeiro feito. Especializara cada um de seus membros numa área da crítica, pondo em prática teorias, técnicas e métodos com os quais haviam entrado em contato na vivência universitária. Desse modo, vocações foram descobertas, talentos se revelaram e formou-se toda uma linhagem de críticos muito mais rigorosa e especializada do que era o padrão de então. Em *Clima*, estudantes de filosofia e ciências sociais tornaram-se especialistas em literatura, teatro, cinema, etc... Basta ver como foram distribuídas entre eles as seções:

7. Nos "momentos iniciais das Universidades, constatamos, em sua gênese, os interesses de classe nitidamente propostos como dominação social. Sua efetividade se operava, entretanto, através das grandes ilusões liberais do saber rigoroso e desinteressado. As relações pessoais também se realizavam mediante essas figuras, no aprêço à ciência, às humanidades, aos valores aristocratizantes.

Com a perda desse imaginário, caindo-se na imediatez da pequena burocracia, dá-se o esvanecimento cada vez maior com a cena política mais ampla (...) Supondo-se a salvo do serviço direto dos governantes e aferrando-se aos alvos da pequena burguesia, o intelectual de profissão torna-se presa das armadilhas do aqui e agora, transformando-se, sem sequer o saber, no agente racionalizador da ordem estabelecida. A cegueira das existências medíocres e a miséria dos interesses particulares exclui tudo o que de mais substancial se oferece à reflexão". CARVALHO FRANCO, M.S., "O ilustrado e o filisteu", *Cadernos CERU* nº 13, 1ª série, set. de 1980, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, São Paulo, pg. 54.

8. Em junho de 1942, Mário de Andrade, em carta a Paulo Duarte, horrorizado com a mentalidade ainda muito tradicional dos jovens da Faculdade de Direito de São Paulo, valorizava as preocupações e atitudes do grupo de *Clima*, naquilo que tinham de ruptura com a retórica e com os lugares comuns verbais e intelectuais. Mas não deixava de fazer ressalvas a sua postura radicalmente apolítica. Em suas próprias palavras: "Há uma mentalidade notável, em rapazes e moças da Faculdade de Filosofia, mas também é desastrosa no momento, porque é uma mentalidade de tempo de paz, humanística, contemplativa, também o seu pouco cínica, incapaz de se interessar por um discurso de Hitler sem o converter pra um plano ideológico de todas as passividades". DUARTE, Paulo, *Mário de Andrade por ele mesmo*, SP, Hucitec/Sec. Municipal de Cultura, 1985, pp 235. Por essa época Mário considerava "modelar" a atitude dos cariocas C. Lacerda, Murilo Miranda e Moacir Werneck de Castro com quem tinha grande amizade, mantendo intensa troca de idéias. Atitude que não mantinha com os jovens paulistas, com quem mantinha relações cerimoniais, sem conversas mais íntimas e com encontros esporádicos em livrarias. Em São Paulo, como estamos tentando mostrar, a organização dos jovens era feita mais por Sérgio Milliet. Ver CASTRO, M.W. de, *Mário de Andrade: Exílio no Rio*, ed. cit. pg. 80. e CANDIDO, A., "Clima", in *Teresina*, etc... Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

Livros (Antonio Candido de Mello e Souza), **Música** (Antonio Branco Lefèvre), **Artes Plásticas** (Lourival Gomes Machado), **Teatro** (Décio de Almeida Prado), **Cinema** (Paulo Emílio Sales Gomes), **Economia e Direito** (Roberto Pinto de Souza) e **Ciências** (Marcelo Damy de Souza Santos).

No número 11 de agosto-setembro de 1942, portanto após a declaração de guerra do Brasil ao Eixo, a redação publica e assina um texto, onde seus membros explicitam sua posição diante da guerra. De saída, o texto, escrito por Paulo Emílio, deixa claro que não se trata de transigir com a norma de abstenção política "escrupulosamente" seguida até o número anterior. Norma que não impedira que publicassem "ensaaios, críticas e poesias de intelectuais da mais variada procedência ideológica". Norma que não impedira que os colaboradores "mais íntimos" da revista tivessem "uma unidade de vistas diante dos problemas essenciais de nosso tempo".

Feitas essas ponderações, o editorial passava a qualificar claramente contra quem era a guerra. E aí com enorme radicalismo, criticava aqueles (refere-se explicitamente a um professor da Faculdade de Direito) que confundiam, em nome da latinidade e do catolicismo, a discussão sobre com quem o Brasil entrara em guerra. Para eles, "fundamentalmente, a guerra de que agora participamos é uma guerra contra o fascismo". E isto valia para o plano nacional e internacional. Desse modo eram definidos como inimigos, por que fascistas: os regimes políticos de Alemanha, Itália e Japão; a "Union of British Fascists", de Oswald Mosley; o movimento do Padre Coughlin, nos EUA; do "Rexismo", de

Léon Degrelle, na Bélgica; os partidos de La Roque e Doriot, na França; o integralismo, de Plínio Salgado e outros, no Brasil. Eram inimigos também todos que fossem aliados, amigos ou simpatizantes desses movimentos.

Ao definirem seus opositores, sem nenhuma alusão ao regime do Estado Novo, procuram desqualificar qualquer ataque que porventura viessem a receber sob a acusação de comunistas ou de manobrados por comunistas. Expediente utilizado pela imprensa oficial e pelos próceres do regime sempre que a oposição se manifestava (citavam, como exemplo, a acusação feita por um professor da Faculdade de Direito, contra alunos de sua própria escola que promoveram comício na Praça da Sé). Para os editores de *Clima*, esses ataques eram típicos dos "quinta-colunas" e prestavam um desserviço à causa da guerra por "caluniar os soldados brasileiros e apresentar problemas inatuais, para que a atenção do governo e do povo do Brasil seja desviada dos problemas atuais". Para se defender desse tipo de acusação, faziam questão de se diferenciar da esquerda comunista ortodoxa, apontando seu anacronismo: "Poderíamos, mesmo, acrescentar que, para nós, o socialismo ou o comunismo das internacionais numeradas é hoje uma questão historicamente ultrapassada, e que a admiração de todo mundo pelo gigantesco esforço de guerra do povo russo nada tem que ver com marxismos, leninismo, trotskismos ou stalinismos acadêmicos"*.

O editorial concluía chamando a atenção para dois outros pontos: um era o dos refugiados políticos e da possibilidade de

9. *Clima* nº 11, agosto/setembro de 1942, pg.5.

ocorrência de problemas e lutas raciais. E para o qual solicitavam a intervenção do governo incorporando os estrangeiros que pretendessem "fazer do Brasil a sua pátria". O outro, era um apelo no sentido de que, para ser efetiva "a união dos brasileiros, em torno do governo" contra o fascismo, "os nossos dirigentes (deveriam) se interessar pela situação dos exilados, presos e refugiados políticos brasileiros que desejam trabalhar e lutar pelo Brasil"¹⁰. O texto, com data de 25.08.1942, era assinado por Lourival Gomes Machado, Alfredo Mesquita, Antonio Branco Lefèvre, Antonio Candido de Mello e Souza, Décio de Almeida Prado, Marcelo Damy de Souza Santos, Paulo Emilio Sales Gomes, Roberto Pinto de Sousa, Ruy Galvão de Andrada Coelho.

Esse texto, que ficaria conhecido como "a declaração sobre a guerra", teve razoável repercussão. Em São Paulo, além de ter sido lido em estações de rádio da Capital e do Interior, um grupo de acadêmicos da Faculdade de Direito transformou seus pontos principais em "slogans", utilizados por eles numa campanha nacionalista realizada no interior do Estado. No Rio de Janeiro, onde *Clima* contava com um sistema de distribuição bastante precário, amigos e assinantes da revista fizeram cópias do texto, distribuindo-as entre jornalistas e estudantes. Estratégia que teve bons resultados, criando boa discussão em torno dele. Além disso, houve um sensível aumento da correspondência enviada para a redação da revista.

Em vista dessa repercussão, no número seguinte da revista é publicado um comentário não assinado, no qual se

10. *idem, ibidem*, pg.5.

pretende esclarecer melhor as posições do grupo¹¹. O eixo do esclarecimento é distinguir entre os que são inimigos e aqueles que, a despeito de eventuais diferenças, são interlocutores. Nessa linha, as únicas "reprovações globais" ao texto anterior teriam vindo dos meios integralistas do Rio ou de São Paulo. As outras objeções, ou "restrições honestas", não impediam que fosse possível o entendimento. Restrições que se fizeram essencialmente em dois níveis: 1) alguns ex-integralistas consideraram-se atingidos pela crítica feita aos adeptos do sigma. No seu modo de entender não teria sido suficientemente destacada a diferença entre os que foram e os que ainda eram seguidores dessa corrente. Frente a essa objeção, o comentário fazia questão de afirmar que, quando se referiram aos integralistas como "quinta coluna", não estavam incluindo "àqueles que sinceramente abandonaram as idéias de Plínio Salgado". Entre estes, citavam nominalmente o Capitão Jeová Mota, Santiago Dantas e Lauro Escorel, todos ex-integralistas. Mas, num ponto, haviam concordado integralistas e alguns dos ex-integralistas: na extensão que haviam dado os redatores de *Clima* à palavra fascismo, considerada exagerada por englobar os mais variados movimentos, dentre eles o integralismo. A resposta dada a essa objeção era nitidamente política, reafirmando a intenção de dividir águas¹². Além disso, argumentavam, não ser válida a objeção, já que os próprios integralistas utilizavam-se da generalização para definir o seu movimento como parte de algo muito mais amplo. Citavam Miguel

11. Segundo informação de Antonio Candido, quem escreveu este comentário, bem como a declaração publicada no número anterior, foi Paulo Emilio Sales Gomes. IN "Clima", Teresina..., ed.cit.

12. "Em assuntos políticos a palavra Fascismo é correntemente empregada com o sentido generalizador que lhe demos". "Comentário", *Clima* nº 12, março de 1943.

Reale, quando este se utilizava das mesmas referências que eles haviam usado para atacar o integralismo, só que em sentido contrário, para afirmar o caráter universal do fascismo e a unidade de seus vários movimentos nacionais¹³. Considerando estar esclarecido este ponto, faziam uma declaração de fé contra a xenofobia, destacando a importância para a causa das Nações Unidas do entendimento com os súditos antifascistas dos países com os quais estávamos em guerra inclusive destacando que vinham mantendo contatos com artistas, cientistas e intelectuais italianos e alemães que professavam posições democráticas, mesmo não sendo refugiados.

Passavam, então, a discutir a segunda ordem de objeções, aquelas que vinham dos interlocutores e se referiam às suas posições sobre a ortodoxia comunista. De saída chamavam a atenção para o fato de que "os espíritos presos à rigidez da novaescolástica recebem sempre com desconfiança a expressão de um não conformismo", particularmente se isso se refere à "crítica dos dogmas das internacionais históricas". A iniciativa crítica nesse caso era vista como um trabalho intelectual nefasto que redundaria no reforço do fascismo. Os que pensavam assim pretendiam "forjar as verdades inéditas do futuro com as noções gastas do passado" e, portanto, não podiam aceitar suas posições¹⁴. No entanto, o editorial fazia questão de deixar claro que, mesmo com estes, não se tratava de criar polémica, já que havia um inimigo comum --

13. Reale, M., *ABC do Integralismo*, Livraria José Olympio Editora, 1935, R.J., pp.102., cit in "Comentário", *Clima* nº 12.

14. "Comentário", *Clima* nº 12, op.cit.

o fascismo-- com o qual não se tratava de polemizar, mas sim de lutar.

Defendendo posição bastante interessante, reafirmavam a distinção entre a luta dos comunistas e o que chamavam de "stalinismo acadêmico". Reconheciam assim que a derrota da Rússia e de Stalingrado representaria um prejuízo para a civilização e homenageavam os russos que estavam "servindo toda a humanidade". Saudavam os comunistas que lutavam juntamente com outros antifascistas na URSS, na França, na China, mas negavam eficácia "para o progresso humano, diante das novas condições que se abriram, do programa e da tática daquilo que foi um dia a Terceira Internacional". Em suas palavras: "Temos por ela um grande interesse histórico assim como pela Segunda ou pela Quarta. Respeitamos a dignidade de um Leon Blum prisioneiro e temos presente o drama final da vida exemplar do incorruptível Trotski. Mas sabemos a função histórica da Segunda Internacional há muito terminada, e não conseguimos nos interessar, sinão intelectualmente, pelas abstrações políticas daqueles que se esforçam por acreditar numa Quarta Internacional"¹⁵

Dentre as "restrições honestas" que haviam sido feitas à declaração, citavam com destaque por ser representativa da posição de "considerável número de intelectuais", a intervenção de Astrojildo Pereira, em *Diretrizes*¹⁶. Respondendo à objeção, diriam que a crítica mais séria que haviam recebido fora aquela que focalizara o caráter essencialmente negativo de suas afirmações fundamentais. Sem negar a justeza da crítica, vão

15. *idem*, *ibidem*

16. Ver PEREIRA, A., "Intoxicação", *Diretrizes* nº 118, 01.10.1942

dizer que a debilidade havia sido deliberada, pois, face à desordem de pensamento em relação à guerra, era necessário, antes que qualquer coisa, "um saneamento da atmosfera". Como isso já fôra realizado, o comentário propunha-se a "contrabalançar o aspecto geral excessivamente negativo da declaração do nº11"¹⁷ e, para explicitar seu programa, afirmava os seguintes "princípios teóricos fundamentais": 1) a igualdade não só política mas econômica de todos os homens; 2) o respeito devido à personalidade humana, o direito da pessoa humana à liberdade¹⁸.

Recusando qualquer espécie de antinomia entre os princípios de igualdade e de liberdade, representados ora com mais ora com menos destaque pelas três nações antifascistas mais enérgicas ("Estados Unidos, Inglaterra e Rússia"), acreditavam que a união delas garantiria não apenas a destruição do fascismo como também a reconstrução posterior. A partir daí explicitavam a sociedade que almejavam, baseada "numa síntese e numa efetivação final dos princípios de igualdade e liberdade. Um mundo em que a igualdade baseada numa estrutura econômica planificada não tenha como condição o aniquilamento da liberdade. Um mundo em que a liberdade não precise estar necessariamente condicionada pelo sistema capitalista de produção."

17. *Clima* nº12, março de 1943, pp.91

18. Qualificando-se como "filhos do ocidente", consideravam esses dois pontos como fundamentais por serem uma "conquista devida ao cristianismo como valores consequentes da teoria da alma. No drama histórico, que se desenvolve das raízes e do coração da Idade Média, através da renascença, a Reforma, as Revoluções Inglesa, Americana, Bolivarianas, Mexicana e Russa, até nossos dias, encontramos uma continuidade no que se refere à validade histórica, mais ou menos eficiente, dos princípios de liberdade e igualdade. No Facismo, -- que se opõe a esses dois princípios, na teoria e na prática, pelas suas castas de supere-homens e pelo esmagamento da personalidade humana --, no Facismo denunciamos o perigo de ruptura da civilização ocidental. Denunciamos o Cesarismo." *idem, ibidem*, pg.91.

Concluïam fazendo profissão de fé nesse espírito e nesses princípios que, desmoralizados pelo "ceticismo" e pelas "forças inimigas do progresso humano", mais uma vez voltavam a "penetrar no espírito e no coração dos homens". E exigiam que a declaração de guerra, por parte do governo, se desdobrasse numa efetiva participação na luta contra as forças do fascismo.

Tanto na "Declaração" do número 11 quanto no "Comentário" do número 12, nota-se um posicionamento que, mesmo fazendo coro com as reivindicações liberalizantes do período, pretende estar à esquerda e, dentro desse espectro, numa posição de ponta. A aversão ao dogmatismo stalinista, bem como a perspectiva de fundir os princípios de liberdade e igualdade, os colocam um passo além da cultura política hegemônica entre a esquerda. Recusando a pecha de trotskistas, afirmam uma concepção que, ainda que um tanto acadêmica, pretende extrair suas energias do diálogo com o liberalismo, não podendo desconsiderar portanto aquilo que o debate de época chamava de "herança burguesa".

De certo modo, em sua trajetória e nos textos que procuravam explicitar suas posições, o grupo de Clima vai amadurecendo uma perspectiva que, do ponto de vista intelectual teria consequências bastante sérias. A "vocação crítica" que atribuíam a sua geração, em tese, os colocava um passo adiante do liberalismo e, portanto, no terreno da esquerda. Entretanto, tal opção não se desdobrava numa militância efetiva dentro do campo da esquerda pela crítica que faziam ao dogmatismo e à linha política das Internacionais. Procurando extrair dessas duas principais tradições de pensamento (liberalismo e marxismo) elementos para

uma posição autônoma, que pretendia estar além das duas, em realidade se constituíam como um verdadeiro "partido da inteligência"¹⁹. Nesse sentido, se temos em conta a discussão clássica de Gramsci a respeito do aforisma socrático do "conhece-te a ti mesmo", fica evidente que, na pretensão de estar um passo a frente dos atores concretos que disputavam a hegemonia no processo de luta pela democracia, havia um risco muito sério: o de, em nome da autonomia e da independência, acabarem por fazer uma política que, em princípio, não reconheceriam como a sua. Esse risco tornar-se-ia bem maior depois de 1945, quando liberalismo e esquerda entrariam em rota de colisão. Com isso, toda e qualquer intenção de funcionar como mediador entre essas correntes, ficaria no mínimo problematizada.

19. Arantes, P.E., "O partido da inteligência", In Almanaque, nº9, São Paulo, Brasiliense, 1979.

5. "Nova Geração" e Política

Os jovens vinculados a *Clima*, em função dos aliados que articulam na participação associativa na ABDE, no jornalismo, e mesmo na militância oposicionista, vão ganhar nesse processo de transição grande destaque. Quem os visse no início da publicação, jamais imaginaria a importância que viriam a ter estes intelectuais, poucos anos depois. Evidentemente, a atuação de alguns deles partir de 1943 nas atividades da ABDE em São Paulo, assim como a participação em Congressos de Escritores nos anos seguintes, serviram também para aprofundar essa condição de liderança. E não apenas os encontros nacionais, mas também os dois congressos estaduais realizados em Limeira (1946) e em Jaú (1948).

Conforme vimos no item anterior, o lado político e a representatividade entre os intelectuais não eram as marcas registradas dos membros da revista no início de suas atividades. Com exceção de Paulo Emílio -- que participara de 1935, fora preso e tinha cultura política de esquerda, adquirida no tempo que vivera em Paris exilado (1937 a 1940) --, no início de 1940, eram todos apolíticos. Além de muito jovens também¹.

Antonio Cândido que é bastante representativo do grupo, no que se refere a origem social, trajetória e perfil intelectual,

1. Referindo-se a esse grupo, e vacinando-se de qualquer "megalomania saudosista", Paulo Emílio diz em depoimento a Maria Vitória Benevides: "Intelectuais, como entendemos hoje, com roda de discípulos e obra consagrada, membros de Academias e ilustres Conselhos, é claro que nós não éramos! Lembre-se que em 42, 43, éramos universitários, bacharéis recém formados; muito ativos e faladores, mas nossa experiência política vinha da intensa luta estudantil contra a ditadura." "Paulo Emílio: O Intelectual e a Política", *Revista de Cultura Contemporânea*, ano 1, nº2, janeiro de 1979, pp.94.

em vários depoimentos insiste na idéia de que, até o início de 1943, era bem apolítico. Cândido, ao falar dele, em realidade, está falando também dos outros membros do grupo. E quando diz que eram apolíticos, matiza a afirmação lembrando que isso não significava desinteresse pela política, mas ausência total de qualquer tipo de militância prática. Interesse genérico pela política havia, como havia também entre todos eles, até pela origem aristocrática, uma vaga simpatia pela esquerda e um posicionamento ético antifascista. No entanto, tais posições não se traduziam em algo prático. Nas palavras do próprio A. Cândido: "Não fazia nada. Só lia ! Da Guerra da Espanha a gente ficava contra Franco... Mas quando foi em fins de 1942, começo de 1943, a entrada do Brasil na guerra, e a ... necessidade de luta contra o fascismo mobilizou a sensibilidade da gente"². E nesse momento que a influência e a liderança de Paulo Emílio se revela claramente, levando alguns desses jovens intelectuais para a militância "política". Esse movimento, pelas circunstâncias da época, é todo ele realizado de forma clandestina, mas nem por isso deixa de ter influência sobre a formação dessa primeira leva de jovens intelectuais vinculados à Faculdade de Filosofia da USP.

Seja como for, o importante a destacar é que foi através da iniciativa de Paulo Emílio que esses intelectuais em formação começaram a discutir política. Um dos grupos que se constitui a partir daí se reunia, aos domingos, na casa de Antonio Cândido e se chamava, meio por brincadeira, Grupo Radical de Ação Popular. Eram, literalmente, revolucionários de fim de semana. Em

2. Depoimento concedido em abril de 1985 ao CENAP.

realidade, era essencialmente um grupo de reflexão, composto por seis pessoas³ e que, segundo A.Cândido, "serviu de esmeril para todos nós, na busca de uma posição de esquerda independente. Líamos, analisávamos os acontecimentos, preparávamos documentos e tomamos algumas atitudes práticas na clandestinidade"⁴. As atividades desse pequeno grupo, teria permitido a seus membros definirem "um modo próprio de atuar" e, como consequência, os levaria a buscar articulações mais amplas.

Na virada de 1943-1944, o pequeno grupo do GRAP e seus simpatizantes (que tinham relações com a grande intelectualidade modernista e procuravam sua consagração através da Faculdade de Filosofia, da revista *Clima* e de artigos para a grande imprensa), se ligam a um grupo maior de oposicionistas --estudantes e jovens graduados da Faculdade de Direito, já com alguma experiência política e tradição de combate ao Estado Novo. A articulação se faz através de Antonio Costa Correia e Germinal Feijó, que tinham vínculos fortes com a Faculdade de Direito e proximidade com esse grupo de oposicionistas. Tal grupo, de alunos e ex-alunos de direito, era maior e mais politizado do que o da Faculdade de Filosofia, inclusive por ser produto direto da tradição liberal elitista de São Paulo, tão bem defendida nas arcadas. Tinha também

3. Além de Antonio Candido e Paulo Emilio, ambos ligados a *Clima* compunham o grupo: Antonio Costa Correia (que havia sido da juventude comunista e que se afastara do comunismo por causa dos processos de Moscou e do Pacto Germânico-Soviético); Germinal Feijó, cunhado de A.C. Correia, importante liderança estudantil da Faculdade de Direito, filho de comunista e liberal radical aberto às posições de esquerda; Paulo Zing, ex-integralista, com posições tenentistas e, segundo A. Cândido, dotado de inteligência e muita sensibilidade para os problemas do Brasil, além de muito desconfiado frente as panacéias decorrentes do transplante de doutrinas; havia ainda um litógrafo austriaco comunista, Eric Czaskes, que trabalhava então numa livraria, que vivera na Rússia e, por isso, era muito crítico da perseguição de Stálin à oposição.

4. CANDIDO, A., "Informe Político", Paulo Emilio : *Um Intelectual na linha de frente* / coletânea de textos de Paulo Emilio Salles Gomes; Carlos Augusto Calil e Maria Teresa Machado (org.), ENBRASILME-Ministério da Cultura, RJ / Ed. Brasiliense, SP., 1986, pg.61.

menos veleidades intelectuais que os rapazes da Faculdade de Filosofia e de *Clima*, sendo, portanto, bem mais pragmático. Com uma vocação mais explicitamente política, era integralmente hegemônico pelo liberalismo de matriz oligárquica, contando apenas com um ou outro esquerdista.

A aliança entre o GRAP e o grupo da Faculdade de Direito resulta na iniciativa de criar um jornal clandestino -- *Resistência* que circulou quatro vezes-- e se desdobra em um movimento mais amplo, a *Frente de Resistência*. As iniciativas visando concretizar a *Frente* se inicia no segundo semestre de 1943, ganha corpo durante o ano de 1944 e acaba agregando um conjunto bem diversificado e atuante de opositores. As presenças de P.E.S.Gomes, A.Cândido, Germinal Feijó, A.Costa Correia, etc.. foram importantes, já que contribuíram para deslocar progressivamente para a esquerda o tom dos pronunciamentos da *Frente*, levando-a um passo adiante do liberalismo inicial e aumentando a importância do grupo no cenário paulistano. A escolha, em fim de 1944, de Paulo Emilio Sales Gomes para orador da turma que se formava na Faculdade de Filosofia, turma que nas palavras de Antonio Cândido, ele "havia politizado e encaminhado para a luta estudantil"⁵, não deixa de ser um indicador da importância dessas iniciativas do grupo. Nessa ocasião, Paulo Emilio faz discurso combativo, arrisca-se na maneira como constroi seu argumento (utilizando-se de trechos de discursos de Getúlio Vargas e montando-os numa ordem e lógica que

5. *op.cit.*, pg.63.

contraria o seu próprio espírito) e formula um programa de luta em torno das reivindicações democráticas.

Em torno da **Frente da Resistência**, juntaram-se portanto vários círculos de estudantes e recém formados, liberais e socialistas. Dentre os considerados liberais da Faculdade de Direito, estão acadêmicos que teriam presença marcante na história político, administrativa e mesmo intelectual do Estado de São Paulo: Roberto de Abreu Sodré (sempre elogiado por Cândido), Arroubas Martins, Francisco Morato de Oliveira, Wilson Raal, José Bonifácio Coutinho Nogueira, entre outros. Posteriormente, todos eles acabariam trilhando o caminho udenista, ficando inclusive, cada vez mais marcados por um viés pragmático e mesmo conservador. Entretanto, nesse momento, estão todos juntos em torno de "uma campanha comum".

É interessante o depoimento de Antonio Cândido, quando mostra os cuidados tomados para fazer e distribuir o jornalzinho (*Resistência*). Fica evidente que, apesar do conservadorismo de muitos de seus colaboradores, o estímulo que comanda a produção do jornal assim como o caldo de cultura que lhe dá combustível, são essencialmente marcados pelos símbolos e pela tradição da esquerda. Falando sobre a segurança e o sigilo que envolvia a feitura e a distribuição do jornal, Cândido revela a assimilação da experiência difusa da velha militância de esquerda, num clima romântico e aventureiro. Em suas palavras: "sem saber, o Saqueta nos deu vários conselhos práticos. Aquele jeito do Saqueta: 'Bater sempre à máquina ... de luvas ! Para não deixar impressões digitais !!! Distribuir de luvas !!!'"

A posição do grupo de Clima seria então fazer uma espécie de mediação entre a esquerda e os liberais. Pois na Faculdade de Direito, apesar de se cultivar um oposicionismo atávico, visceral mesmo, em relação a Vargas e ao Estado Novo, havia um predomínio absoluto do liberalismo oligárquico e elitista. Não deixava de ser conservadora uma posição que se definia como oposição, fundamentalmente, pela afirmação do "paulistanismo". Mário de Andrade, referindo-se a isso faria o seguinte comentário sobre os jovens da Faculdade de Direito, mesmo os considerando bem mais empenhados do que os da Faculdade de Filosofia: "Ao menos os rapazes da Faculdade de Direito, quando a cachorrada da Universidade de São Paulo teve a semvergonhice de ... aceitar o GÊGÊ doutor honoris causa da Faculdade, saiu pra rua, protestou, fez um bonito. Bonito? Esses coitados nem reparam na ignomínia de dar um diploma honorífico de Direito, de Justiça a um ditador: o gesto bonito que fizeram nasceu pura e exclusivamente de uma consciência errada de classe e de ... local! O que repudiaram, foi o Getúlio 'antipaulista' (como se isto tivesse a menor espécie de interesse!) doutor das 'arcadas', deste mito amaldiçoado"⁶.

A mediação tentada pelo grupo teve, em princípio, algum sucesso. Com o declínio do Estado Novo, aumentam as articulações visando ampliar ao máximo a frente contra ele. De todos os lados, da esquerda, dos liberais, e até dos conservadores de oposição, acontecem iniciativas visando isolar o regime. E dentro desse espírito e como decorrência da atuação na Frente de Resistência,

6. Carta de Mário de Andrade a Paulo Duarte, de 15.06.1942. in DUARTE, Paulo, *Mário de Andrade por ele mesmo*, São Paulo, EDART, 1971, pg.235.

que Paulo Emilio e Germinal Feijó participam ativamente da movimentação para criar a União Democrática Nacional, "prevista inicialmente como algo bem mais radical do que se tornou". No nome -- UDN -- se expressa uma concepção de unidade política, de caráter amplo e com forte inspiração da esquerda. Sobre isso, inclusive, há toda uma mitologia de que o nome teria sido uma sugestão de Caio Prado Jr.. Mais do que a veracidade, importa no episódio que Caio Prado poderia **efetivamente** ter feito a proposta de nome, pois do ponto de vista político-ideológico, nada o levaria a defender algo diferente. Caio compartilhava as posições daqueles que à esquerda, opondo-se à Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) que ganhara a direção do PCB, pretendiam levar a luta política solidificando uma aliança com os liberais contra Getúlio Vargas e o Estado Novo, como forma de combater o nazifascismo. A CNOP dirigia o partido comunista e defendia, desde a Conferência da Mantiqueira, em agosto de 1943, o apoio a Vargas em virtude de sua postura nas relações internacionais e na guerra. Por discordarem dessa posição, em São Paulo um número grande de comunistas, não reconhece de imediato a CNOP como dirigente nacional e atua próximo dos liberais da Faculdade de Direito, dos rapazes do antigo GRAP, de Sérgio Milliet em *O Estado* e na ABDE, etc. Se havia nos anos 20 uma "comunhão paulista" que agregava vários setores da intelligentsia ligada à oligarquia, agora, nos 40, assistia-se a uma espécie de democratização dessa comunidade de letrados que, por inércia, levava o conjunto para um deslocamento à esquerda.

7. CANDIDO, A., "Informe Político", in *op.cit.*, pg.63.

Isso ocorre não apenas em São Paulo e pode ser medido pelo resultado do I Congresso de Escritores, em janeiro de 1945, quando representantes de diversas correntes acentuaram o discurso oposicionista e as reivindicações democráticas, num grau acima das reivindicações genéricas por liberdade. Ou seja, ao menos entre intelectuais, nesse momento o tom é dado pela esquerda, com os seus vários matizes. Mesmo que as intervenções públicas, como o Congresso, só tenham reverberação pela presença dos liberais, dos grandes intelectuais, mais afetos à história da cultura do que aos problemas conjunturais.

Do Congresso participam como delegados dos paulistas: Paulo Emilio, que atua nas conversas preparatórias para a elaboração da declaração tanto impacto causou na conjuntura, Antonio Cândido e Paulo Zingg. Nele atuam em conjunto com aqueles que viriam integrar a intelectualidade udenista, num bloco que congregava a maior parte dos grandes intelectuais. No entanto, com a definição da hegemonia liberal-conservadora na UDN, os esquerdistas se afastam dela, no que se refere a prática partidária. Não no que se refere à política cultural, como veremos adiante. Em São Paulo, a dissolução da Frente da Resistência em abril/maio de 1945, leva a que sua ala liberal entre inteira na UDN, e que a ala esquerdista se divida, entre os que seguiriam a orientação da CNOP e aqueles que iriam constituir a UDS (União Democrática Socialista). Mais uma vez, Paulo Emilio tem papel de destaque na nova empreitada: a constituição da UDS. Agremiação que, nas palavras de A.Cândido, tinha por objetivo: "um socialismo democrático, mas combativo, orientado pela situação brasileira,

não pela política soviética; preocupado com os meios específicos de resolver os nossos problemas; partindo de premissas marxistas mas abrindo-se para as conquistas do pensamento e da experiência política do tempo".⁹.

O manifesto de lançamento da UDS, divulgado em junho, foi escrito por Paulo Emilio, sendo uma reelaboração radicalizada em prol do socialismo de um documento que fizera para a Frente da Resistência poucos meses antes. Mesmo expressando posições do grupo e incorporando contribuições de Paulo Zingg e Antonio da Costa Correia, o texto tem a marca registrada de Paulo Emilio.¹⁰.

A primeira frase não poderia ser mais peremptória e radical em sua intenção: "No Brasil nunca houve democracia."¹¹. A afirmação de um eixo radical é pressuposto decisivo para o estabelecimento de uma perspectiva para a ação dos socialistas que se pretende inteiramente inovadora. Entretanto, isso não deve impedir que se busque energia nas tradições de luta do povo, sempre frustradas pela capacidade de recuperação oligárquica (em 1889, em 1930, em 1937...). Aos socialistas caberia, além de "formar um agrupamento de ação política independente, no seio do proletariado brasileiro", dar voz àqueles que viram sempre suas reivindicações menosprezadas e seus líderes massacrados¹¹. Definindo os trabalhadores rurais, o operariado e a classe média

8. *idem, ibidem*, pp.64.

9. Assinam o manifesto, como membros da Comissão Provisória de Organização da União Democrática Socialista : Antonio Cândido de Mello e Souza, Antonio Costa Corrêa, Benedito Barbosa, Celso Galvão, Carlos Engel, Eliza Romero, Germain Feijó, Israel Dias Novais, Jacinto Carvalho Leal, Luiz Lobato, Paulo Emilio Salles Gomes, Paulo Zingg, Renato Sampaio Coelho, Romulo Fonseca.

10. Citado in Paulo Emilio: *um intelectual ...* ed. cit., pp.96.

11. "Na história do liberalismo e da pseudo democracia do Brasil, os grandes fazendeiros, industriais, comerciantes e banqueiros já falaram muito. A classe média e o operariado disseram algumas palavras. Os trabalhadores da terra são a grande voz muda da história brasileira". "Manifesto da União Democrática Socialista (UDS), Paulo Emilio: *Um Intelectual na linha de frente*, op. cit., pp.99.

como os sujeitos que pretendiam representar, o manifesto apontava a necessidade de frentes amplas, não só para liquidar a ditadura, mas para contrabalançar o predomínio conservador e as soluções inspiradas nos regimes fortes e lutar "pelo advento do socialismo em nosso país". Sem deixar de fazer restrições implícitas ao sectarismo dos comunistas, poupando-os porém de um ataque direto, o Manifesto se afastava de qualquer compromisso com as correntes geradas a partir da experiência soviética (stalinismo e trotskismo)¹². Tratando o episódio de 1935 como "ato de desespero"¹³, que contribuira para a perda dos direitos políticos dos trabalhadores, pretendiam ser uma alternativa aos "tradicionais partidos de esquerda"¹⁴ (no caso trata-se essencialmente do PCB) marcados pelo "sectarismo e divisionismo facciosos"¹⁵.

Dois aspectos do Manifesto são bastante inovadores para o padrão discursivo da época: 1) a preocupação com a educação dos "quadros políticos da mocidade para o socialismo militante, pela ação política, pelo estudo dos problemas brasileiros, pelo repúdio aos personalismos sectários e pelo estrito respeito aos processos democráticos de livre discussão, crítica e colaboração coletiva"¹⁶; 2) a preocupação com a "urgente moralização da vida política brasileira", já que não apenas os fascistas se utilizavam de métodos amorais e mesmo imorais, mas a própria esquerda

12. "..., embora a força do socialismo em todos os países esteja estreitamente ligada ao poderoso apoio moral e ideológico que representa a União Soviética, entendemos que a ação dos partidos representativos da classe operária não deve tomar como ponto de referência a política externa russa". ("Manifesto UDS" , Paulo Emilio : Um Intelectual na linha de frente, op. cit., pp 102)

13. op. cit., pp. 98.

14. *idem*, *ibidem*, pg.100.

15. *idem*, *ibidem*, pg.101.

16. *idem*, *ibidem*.

apresentaria "deploráveis resultados no uso de de métodos imbuídos de amoralismo". Frente a tal situação, seus signatários se propunham "preservar a nova geração socialista desses males, lutando energicamente contra aqueles métodos e exigindo o mesmo das demais correntes esquerdistas e progressistas"¹⁷.

O Manifesto apresentava ainda um "programa político-social", com sentido democratizante e contendo doze pontos, onde defendiam a necessidade, "no futuro próximo", de uma democracia burguesa, baseada na aliança "entre as forças representativas do proletariado urbano, da classe média e das massas rurais".

Além disso, coerentes com a perspectiva de lutar junto com "todas as forças esquerdistas e liberais contra o Estado Novo", manifestavam seu apoio à candidatura Eduardo Gomes por considerarem que ela polarizava "forças políticas e sociais capazes de abrir perspectivas para uma luta programática mais definida no futuro próximo". O alvo de sua posição não poderia ser mais claro: "Combateremos decididamente a participação na vida pública e no governo de qualquer homem que possa ser apontado como responsável pela implantação ou manutenção do Estado Novo fascista"¹⁸. Do mesmo modo, manifestavam o repúdio pela candidatura de Eurico Gaspar Dutra qualificando-a como de continuidade do Estado Novo, sustentada pelas "forças mais reacionárias do país, as velhas oligarquias e o fascismo indígena". É interessante notar que, a despeito da pretendida radicalidade, o Manifesto se mantém no marcos do horizonte

17. *idem, ibidem*, pg. 102.

18. *idem, ibidem*, pg. 106.

político udenista, mesmo que ideologicamente suas razões sejam outras.

Ainda assim, em torno da UDS, se juntaram socialistas, ex-stalinistas, ex-trotskistas, um grupo de metalúrgicos, um grupo de militantes negros. Paulo Emilio, além de ceder a casa para as reuniões, foi o responsável por vários desses contatos e pela incorporação de vários veteranos da luta social em São Paulo, que teriam trazido "reflexões e método que se ajustaram aos nossos e os reforçaram, permitindo dar mais corpo ao nosso esforço"¹⁹.

Esse esforço todo não foi suficiente para viabilizar a UDS, principalmente em virtude das dificuldades de arregimentar pessoas para a empreitada e coordenar as tarefas para a luta eleitoral que se aproximava. Com surgimento da Esquerda Democrática, no Rio de Janeiro, os membros da UDS aderem à organização carioca, de cujos trabalhos de constituição Paulo Emilio participa como representante do grupo paulista, inclusive assinando o manifesto inaugural.

Sobre a Esquerda Democrática, Antonio Cândido tem insistido, contra interpretações frequentes na imprensa e na própria historiografia, que a "ED nunca foi 'ala esquerda da UDN'", tendo, pelo contrário, se formado como entidade própria a "partir de liberais socializantes que não se ajeitaram na UDN, cristãos progressistas, alguns simpatizantes comunistas de periferia e socialistas independentes". A proximidade com a UDN se devia à "tradição comum de luta contra o Estado Novo" e ao apoio a uma candidatura antigetulista, não indo além disto. A

19. CANDIDO, A., "Informe Político", op. cit. pp.65. Entre esses veteranos estavam Arnaldo Pedroso d'Horta, Azis Simão, Febus Bikovate, Fúlvio Abramo, entre outros.

confusão, segundo A. Cândido, teria sua origem na impossibilidade da Esquerda Democrática se legalizar enquanto partido, de forma que no Rio de Janeiro e em São Paulo, fez um acordo com a UDN e, através de sua legenda, lançou candidatos. De modo que os deputados da ED eleitos, figuravam na chapa da UDN. Mas seja como for, esse é apenas mais um indicador da dificuldade de identidades novas se afirmarem, seja do ponto de vista político seja do intelectual. Em suma, se pensamos os partidos como Gramsci, não basta a intenção de compor um partido orgânico, ele precisa ser histórico, representar uma tendência histórica. E essas não são arbitrárias. Por isso, pouco importa a questão de A.Cândido (que a ED não era a ala esquerda da UDN, já que não tinha vínculos com ela, a não ser os de ocasião) porque na política prática, para se diferenciar da esquerda considerada stalinista²⁰, não lhe restava alternativa a não ser se aliar com seu principal oponente: a UDN, que tinha no antigetulismo sua pedra de toque e no antipopulismo sua definição maior. O próprio Paulo Emilio, em entrevista para Maria Vitória Benevides, manifesta posições bem críticas a respeito da política feita pelo grupo à época. E, declarando-se "cada vez mais comunista", faz uma condenação violenta não apenas da aliança de então com a UDN, como também do apoio a Eduardo Gomes. Só que bem antes desta autocritica, Paulo Emilio tomara uma decisão que seria decisiva para a continuidade do grupo de *Clima*: iria para a França estudar cinema, aprofundar sua especialização. Sem ele, o grupo perderia seu dinamismo, ficando desprovido de referências políticas mais sólidas.

20. Paulo Emilio faria a crítica das posições do grupo nesse momento. Entrevista M. Vitória e "Informe Político".

CAPITULO IV -- ESCRITORES EM AÇÃO: ENTRE A POLITICA E A CORPORAÇÃO.

Os deste lado brigaram
com os do lado de lá.
(Carlos Drummond de Andrade)

Em 14 de março de 1942, era criada em São Paulo a Sociedade Brasileira de Escritores, com objetivos estritamente profissionais e voltada para a cobrança de direitos autorais. A iniciativa seria saudada no Rio de Janeiro, principalmente pela revista *Diretrizes*, pelo pioneirismo que colocava São Paulo de novo na vanguarda da intelectualidade brasileira. A alusão ao vanguardismo da medida sem dúvida remetia a 1922. Afinal, exatamente em março, estava se comemorando os vinte anos da Semana de Arte Moderna. Além disso, o momento era de revisão do *modernismo*; natural, portanto, que se fizesse a relação entre as duas iniciativas.

Rapidamente, a intelectualidade que se articulava em torno de *Diretrizes* começou a se movimentar no sentido de trazer o comando da iniciativa de organização dos escritores para o Rio de Janeiro. Afinal, se a perspectiva era a de que a entidade tivesse caráter nacional, nada mais natural que sua direção ficasse no Distrito Federal, sede política do país. Além disso lá estava a nata da *intelligentsia* antifascista do país, bastante influenciada pela cultura da esquerda e em sintonia com as iniciativas dos intelectuais de outros países. Não lhes era estranha, portanto, a idéia de uma entidade que agregasse os intelectuais, só que não

tinham tido a iniciativa de criá-la e nem encontrado os meios para viabilizá-la. Aproveitando-se do clima que se inaugura com a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, os intelectuais que se reuniam em torno de *Diretrizes*, aumentam sua movimentação para concretizar a mudança de eixo. E em fevereiro de 1943 é criada a Associação Brasileira de Escritores (ABDE), com sede no Rio de Janeiro. A antiga Sociedade Brasileira de Escritores, anteriormente criada em São Paulo, tornar-se-ia apenas uma seção da ABDE.

O argumento formal, com que se justificou a mudança da sede nacional da entidade para o Rio de Janeiro, no fundo não possibilitou que se explicitasse a existência de duas formas de pensar o problema da organização dos intelectuais. A partir do **modernismo**, São Paulo passara de fato a representar uma posição relativamente autônoma face ao predomínio cultural do padrão carioca. Sérgio Milliet, à época, tinha posição particularmente interessante exatamente por insistir a esse respeito. Para ele, em virtude das correntes imigratórias, o "clima cultural de São Paulo teria tomado aspecto cosmopolita e dinâmico, em antagonismo com a pacatez das demais regiões estagnadas numa civilização semi-rural". Contrapondo-se à interpretação hegemônica sobre a especificidade paulista, pensada exclusivamente pelo ângulo bandeirante, Milliet chamava a atenção para outro aspecto visando explicá-la: "a construção de uma mentalidade técnica e científica (movimento universitário, incremento dos estudos sociológicos e econômicos, Caio Prado Jr, rapazes do "Clima", etc.)". Em seu modo de ver, neste momento, São Paulo entre as diversas formações

regionais, se constituiria numa exceção por que enquanto as literaturas dos diversos núcleos regionais ainda convergiam para o Rio de Janeiro em busca de consagração e publicidade, a literatura paulista já viveria num estado de independência característico. Enquanto as outras regiões culturais ainda funcionavam como um primeiro grau para a seleção final no Rio de Janeiro, São Paulo já realizaria essa seleção final dentro de seu próprio núcleo. Donde a afirmação de que "a posição de São Paulo é apenas autárquica". E o reconhecimento de que seu status teria melhorado consideravelmente "de 20 anos a esta data."

Portanto, mesmo que não ficasse evidente nesse momento, havia um outro horizonte, diferente do hegemônico, que se propunha a organizar a cultura e os intelectuais. A matriz "paulista", ainda sem forças para disputar com o Rio de Janeiro a direção, mas já com capacidade de lhe fazer frente, afirmando uma concepção de mundo que se pretendia mais técnica, mais científica, mais "séria", mais moderna. Esse era o horizonte do grupo a que nos referimos no capítulo anterior e do qual Milliet era a grande liderança. Em realidade, na ênfase de sua argumentação, mais do que uma concessão ao liberalismo oligárquico, que insistia na interpretação "bandeirante" para destacar a especificidade paulista, Milliet procurava dar destaque para a emergência de um novo padrão de racionalidade e, portanto, de organização da cultura. O que ele chamava de "mentalidade técnico-científica"¹.

1. Segundo ele, São Paulo já teria "ultrapassado o provincianismo, encontrando em seu próprio núcleo ... mercado e consagração. É uma segunda metrópole que surge no Brasil, quase tão grande quanto a outra e para a qual converge, como para a outra, boa parte da produção nacional. Sua crítica tem o mesmo peso que a crítica do Rio, e a preferência de suas elites importa tanto quanto a das elites da Capital Federal". MILLIET, S., *Diário Crítico de Sérgio Milliet*, vol.1, São Paulo, Martins, 1981²(pgs. 186-187)

Só que a politização e o ideologismo que envolviam todas as questões impediram que a diferença fosse tematizada entre os escritores que participavam da ABDE. Ela viria à tona mais adiante; de modo catastrófico.

1. Disponibilidade e Associativismo.

Pretendendo ter um caráter amplo, a entidade procuraria congregar, na designação genérica de escritores, uma vasta constelação de intelectuais -- de origem, formação e nível de profissionalização os mais diferenciados. Na abrangência de suas intenções representativas, insinuava-se com muita clareza a emergência de novas camadas de intelectuais que ainda não tinham acesso aos esquemas culturais estadonovistas e/ou que não encontravam as instituições -- ou por que não existissem ou porque estivessem sendo criadas -- que pudessem dar legitimidade e "cidadania" intelectual ao trabalho que pretendiam desenvolver. Esse problema, próprio de uma situação na qual está ocorrendo uma diferenciação socio-cultural na qual as antigas formas de consagração cultural estão postas em questão, tinha suas raízes no impulso modernizador que vinha dos anos 20 e que encontrara campo propício para seu desenvolvimento ao longo dos anos 30². A criação de novas escolas, faculdades e universidades, a ampliação do público leitor, bem como a maior incidência da literatura social³, mesclavam-se com uma inédita incorporação por parte do Estado

2. MICELLI, S., *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*, Rio de Janeiro, Difel, 1979.

3. CANDIDO, A., "A Revolução de 30 e a Cultura" in *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 11(4), abril de 1984.

(principalmente após 1937) de uma parcela da intelectualidade resultando num jurisdicionamento da produção cultural. A censura e a cooptação dos intelectuais, combinadas com uma inédita politização da cultura, funcionariam como limites bastante significativos às promissoras possibilidades de desenvolvimento tanto da sociedade civil quanto do mercado de cultura que haviam se anunciado em 1930.

A ação do DIP e dos DEIPS, a restrição à atividade da imprensa e às publicações, o clima repressivo e a perseguição política, levariam a que uma grande parcela da intelectualidade se visse como que condenada a uma espécie de disponibilidade estrutural frente a uma sociedade civil que, modernizada desde cima pelo estado, não possibilitava a constituição de identidades sociais a partir dos conflitos de interesses. E assim que o **interesse particular**, aparecendo escamoteado pela realização do público, não incorpora a intelectualidade na explicitação de visões de mundo que revelem e dêem solidez à sua auto-consciência. Num contexto desses, em que as classes fundamentais não conseguem adquirir identidade pelo abafamento do universo do interesse, vêem-se os intelectuais, principalmente os não consagrados ou marginalizados (exceção feita àqueles que viam na realização dos ideais de grandeza nacional a concretização de uma missão, aderindo ao Estado e/ou fazendo dele o seu instrumento)⁴, eles também destituídos de identidade social, estranhos no ninho que o Estado Novo armara para embalá-los. As questões liberais,

4. MERNECK VIANNA, L., "Problemas de política e de organização dos intelectuais" in *Presença*, São Paulo, no. 1, 1983.

relativas ao mercado, à idéia de mérito individual e à identidade profissional, traduziam-se no tema dos direitos autorais, mesclavam-se de forma indissociável com as limitações da conjuntura política e se consubstanciavam na luta geral pelas liberdades. Escritores e/ou pretendentes a escritores, liberais, comunistas, católicos, dispenderam muita energia tentando definir sua identidade social a partir do tema dos direitos autorais, mas sob o impacto das mudanças na conjuntura, paulatinamente, foram transformando a ABDE num importante centro de aglutinação de intelectuais e num fórum de debates cada vez mais politizados e antiditatoriais.

Nos momentos iniciais da ABDE é perceptível a predominância dos temas relativos a problemática profissional na ênfase exagerada na questão dos direitos autorais, pois essa é uma discussão que reforça a preocupação com as liberdades e revela implicitamente que algo restringe o mercado e impede a emergência de novos escritores. De forma que, sem polarizar diretamente com o governo constituído, sem fazer nenhuma alusão ao regime e a situação política concreta, uma intelectualidade, em sua maioria modernista e não jacobina, iria fazer seu aprendizado na política através da atividade associativa e tendo por eixo o exercício da profissão de escritor. Não é de surpreender que na maior parte das reuniões ocorridas entre 1942 e 1944, em São Paulo e no Rio de Janeiro, as discussões tenham girado em torno dos procedimentos a serem adotados quanto a cobrança de direitos autorais, de como organizar uma caixa beneficente para os membros da classe, de como

organizar os serviços de secretaria, instalar uma sede social e incorporar novos sócios⁵.

Entre os escritores não vinculados diretamente ao projeto estatal grassava uma sensação de descontentamento e de frustração, frente as precárias condições que tinham para exercer seu ofício. Seja pela falta de acesso aos mecanismos de consagração cultural, que, controlados pelo Estado, estavam totalmente subordinados à dinâmica política; seja pela marginalização motivada por razões ideológicas ou mesmo geracional, uma boa parcela da juventude se via sem mecanismos institucionais que fossem condizentes com o grau de diferenciação social já existente na sociedade. Tendo em conta as especificidades regionais, é possível considerar que a ABDE, ao longo do processo de esgotamento do Estado Novo, passa a funcionar "como uma ampla frente político-cultural constituída por intelectuais de diversas tendências -- comunistas, liberais, socialistas, anti-getulistas, etc. -- unidos pela luta em prol do retorno à democracia"⁶. Mas, mais importante do que a dimensão explicitamente ideológica era o fato de para ela se dirigir a intelectualidade disponível, cada vez mais numerosa face à deslegitimação dos instrumentos culturais estadonovistas.

Contudo, é fundamental considerar que nela se mesclam, tanto do ponto de vista organizacional quanto do conteúdo de suas discussões, problemas que a marcam desde o início por uma certa

5. CAVALCANTE, B., *Certezas e Ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro / Niterói, Univ. Fed. Fluminense, 1986, pg. 100.

6. RUBIM, A.A.C., *Partido Comunista, Cultura e Política Cultural*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1986, pg. 204.

ambiguidade. Por um lado, na iniciativa se manifestam elementos que apontam para um certo grau de modernidade, como a adesão à organização associativa, já que sob o impacto do imperativo profissional os intelectuais se viam impelidos a encontrar uma nova identidade social. Mas, por outro lado, não é possível deixar de considerar na montagem da Associação (e nos momentos iniciais de sua existência) a permanência de um espírito de salão, relativamente descompromissado e preocupado em ostentar sintonia com um certo mundanismo. Nesse aspecto, de algum modo, reproduziam o padrão de convivência típico das instituições ligadas ao poder oligárquico, como a Academia Brasileira de Letras, e que possibilitava a continuidade dos mecanismos tradicionais de obtenção do reconhecimento entre os intelectuais e a manutenção de um certo ar de família em suas relações.

Esse segundo aspecto é que possibilitava que nas reuniões houvesse um convívio amistoso entre os participantes, com piadas e brincadeiras, entre os que estavam ligados ao Estado e aqueles que lhe faziam oposição. Por outro lado, a permanência do espírito de salão, face à conjuntura acirrada, vai fazendo com que volte a ganhar sentido o papel que os salões aristocráticos haviam tido no início do século como articuladores de retóricas da civilização e da nacionalidade, como locais de encontro e debate, como "centros de amplificação e generalização de sentimentos do mundo, como arenas políticas da seleção de grupos e estratos para o exercício da direção do conjunto da sociedade"⁷.

7. CARVALHO, M.A.R., "Letras, Sociedade & Política: imagens do Rio de Janeiro" in *BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, no. 20, ANPOCS, pg. 10.

A ambiguidade apontada é muito mais importante do que pode parecer à primeira vista. Principalmente se temos em conta que, sob o espírito unitário que a luta antifascista criara, entre os intelectuais, conviviam duas identidades contrapostas. Uma, cuja ênfase era no interesse privado do escritor (expressa na bandeira de defesa dos direitos autorais), e outra, que partia do suposto de que ao intelectual cabia realizar uma "missão" de caráter público. Mesmo com nuances, as duas ênfases se concentravam em cidades diferentes: a primeira em São Paulo e a segunda no Rio de Janeiro.

A ambiguidade a que me refiro pode ser percebida em vários episódios. Em junho de 1943, com o quadro social se alterando rapidamente por força dos movimentos que levavam ao desgaste de Vargas, realiza-se na redação da *Revista do Brasil* (no edifício dos Diários Associados) uma reunião da ABDE para discutir a cobrança dos direitos autorais. Num clima de camaradagem, muito pouco de substantivo é discutido e, sem grande esforço, a reunião adquire rapidamente um tom de blague. Participam da reunião, além de Francisco de Assis Barbosa de passagem pelo Rio de Janeiro, Octávio Tarquínio de Souza, Astrojildo Pereira, José Lins do Rêgo, Dinah Silveira de Queirós, Alvaro Lins, Marques Rebelo, Carlos Drummond de Andrade, Aurélio Buarque de Holanda. Rebelo, colaborador da *Revista da Academia*, é motivo de uma discussão e Drummond lança a idéia de "redigir uma declaração afirmando o nosso propósito de não entrar jamais na Academia"⁸. Tarquínio apoia e escreve os termos do compromisso que todos assinam, com

8. ANDRADE, C.D., *O observador no Escritório: páginas de diário*. Rio de Janeiro, Record, 1985; pg. 10.

exceção de Aurélio Buarque de Holanda, secretário da *Revista do Brasil*, que acha legítimo aspirar à Academia e se abster*.

É visível a contraposição entre o tema da reunião -- os direitos autorais --, visivelmente preocupado com o mercado e o espírito de salão, manifesto na polêmica sobre a Academia. No tom de blague e na escritura do compromisso diluem-se as questões propriamente associativas e manifesta-se a reverência às formas tradicionais de consagração cultural e ao espírito de salão, que Aurélio Buarque de Holanda, ao não demonstrar melindres em assumir a Academia mesmo que sob o disfarce da blague, revela claramente. Convivem duas identidades culturais contrapostas: a que tem como tema os direitos autorais e como questão a consagração no mercado e os problemas de caráter profissional; e aquela tradição dos salões e cenáculos dos cafés que se tradicionalmente foram o espaço por excelência para a eclosão do talento, sempre tiveram também um grande inconveniente: "a possível valorização dos mediocres pela politicagem. O possível embuste pela moda"¹⁰.

No entanto, essas duas identidades contrapostas vão se manter por um bom tempo, numa espécie de acordo tácito, como se não existissem, diluídas no clima de politização que vai ganhando o país e que atinge o conjunto da intelectualidade.

No primeiro mês de 1944, Mário de Andrade, o "papa" do Modernismo e principal intelectual brasileiro, concede uma entrevista (à qual já me referi em outra parte) para a revista *Diretrizes*. Nela enfatiza de maneira contundente a questão da

9. *Idea*, *ibidem*, pg. 11.

10. MILLIET, S., *Diário Crítico*. São Paulo, Martins, 1981²; vol. 1, pg. 26.

participação do intelectual e revela tanto sua preocupação em armazenar e documentar a época vivida quanto seu anseio de que o intelectual pudesse viver criticamente o contexto de seu país, realizando análises úteis às gerações futuras.

O alvo da análise de Mário de Andrade é a irresponsabilidade. Criticando o espírito dos salões aristocráticos, Mário dirá que a partir do século XIX, com a arte livre, "o intelectual se libertou. E com a liberdade se desmandou. Tornou-se um irresponsável. Foi o seu grande erro. Liberdade não quer dizer irresponsabilidade. Isso porque entre o escritor e o público há uma relação, um compromisso. E o público, ou melhor: a sociedade quem protege o escritor, quem lhe dá tudo, inclusive dinheiro, até o aplauso, duas coisas indispensáveis para a vida de qualquer um... Se a sociedade está em perigo, conclui-se que o escritor tem a obrigação indeclinável de defendê-la"¹¹.

A ambiguidade à qual vinha me referido, pode ser percebida também na crítica de Mário, já que afirma o mercado, ao dizer que é o público impessoal quem paga o escritor, para em seguida negá-lo, ao colocar no mesmo nível a necessidade do aplauso como forma de reconhecimento. A impessoalidade afirmada é negada pelo recurso que transforma o "público" em "sociedade", trazendo assim implicitamente tanto a idéia de missão quanto a sede de nomeada (favor) como mecanismos que definem a identidade do intelectual¹².

11. ANDRADE, M., "A arte tem de servir", op. cit., pg. 37.

12. Ver SCHWARTZ, R., "As idéias fora do lugar", op. cit. E MARTINS, L., "A gênese de uma intelligentsia", op. cit.

A relação entre escritor e público se torna **compromisso**, e o senso de missão aflora embalado pela polarização ideológica e pela guerra. São confundidas, como se fossem uma mesma problemática, questões de caráter e dimensões qualitativamente distintas. Da exigência da responsabilidade Mário passa para a crítica do apoliticismo e para a linguagem de combate. Assumindo como pressuposto a impossibilidade de uma produção cultural desinteressada, diz que os "ingênuos" servem de "instrumento nas mãos dos poderosos", como "os escritores apolíticos, que são servos inconscientes do fascismo, do capitalismo, do quinta colonismo"¹³.

A edição da entrevista enfatizava o ataque aos escritores que colaboravam com jornais e revistas fascistas acreditando que continuavam livres. E aproveitava-se da "confissão" de Mário fazendo um *mea culpa* de Mário, declarando-se "arrepentidíssimo" por ter escrito um artigo para **ATLANTICO** e dando sua "palavra de honra de que jamais (cairia) noutra"¹⁴. Radicalizando a crítica àqueles que pretendem em tais circunstâncias fazer arte desinteressada, Mário procurava demonstrar que em toda sua trajetória nunca fez arte pura: "A arte tem de servir". Para confirmar essa assertiva realiza um resgate de sua vida extremamente parcial, no sentido de demonstrar que,

13. ANDRADE, M., op. cit., pg. 36.

14. *Ibidem*, pg. 37. Em realidade Mário escreveu não um, mas dois artigos para *Atlântico*. No número 1, do primeiro semestre de 1942, publicou "O gênio e a obra de Aleijadinho" e no número 3, do primeiro semestre de 1943, publicou "A Dona Ausente". Essa colaboração deixou Mário de Andrade bastante chateado pelas cobranças que recebeu. A revista era mantida por um convênio entre o Secretariado de Propaganda Nacional português e pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) brasileiro. Publicou seis números, sendo dois em 1942, dois em 1943, um em 1944 e um em 1945.

desde seu primeiro livro, a certeza de que sua literatura poderia ser útil o teria levado a publicar certas coisas (cita o exemplo de *Paulicéia Desvairada* que incomodava a burguesia) que em princípio não tinha a intenção de publicar. Resumidamente essa intenção utilitária se expressaria em dois procedimentos: só publicar o que pudesse servir e tratar o exclusivamente estético "como aquisição de técnica pessoal"¹⁵.

Expressando a ambiguidade que marcava a intelectualidade do período, Mário diria que sempre havia considerado "o problema máximo dos intelectuais brasileiros a procura de um instrumento de trabalho que os aproximasse do povo". Para afirmar: "Esta noção proletária da arte, da qual nunca me afastei, foi que me levou, desde o início, às pesquisas de uma maneira de exprimir-me em brasileiro. As vezes com sacrifício da própria obra de arte"¹⁶.

Preocupado com "a verdadeira consciência profissional do escritor", considerava que na civilização cristã "a inflação do individualismo" fizera o caráter interessado da produção cultural que sempre foi social tornar-se confidencial e individualista. Recorrendo às posições que já havia manifestado em "A Elegia de Abril" e "O Movimento Modernista", concluía dizendo que era preciso atribuir conteúdo ("um certo número de princípios") às noções de liberdade e democracia. Na sua concepção, não seria possível "imaginar democracia sem opinião pública"... e "liberdade de pensamento sem aquisição duma técnica de pensar"¹⁷.

15. *Id.*, *ib.*, pg. 35.

16. *Id.*, *ib.*, pg. 34.

17. *Id.*, *ib.*, pg. 38.

Era na ausência desses pressupostos que Mário localizava as causas que haviam levado grande parte da "inteligência brasileira" a ter-se vendido aos donos da vida, perdendo-se nas confusões da "arte pura". Mesmo fazendo a ressalva de que seria possível a realização de uma "arte pura", atacava contudo os que dela se utilizavam, para se salvaguardar enquanto "a vida se torna cada vez mais infâme... e o homem mais escravo"¹⁸. Para ele a pseudo-liberdade de pensar decorreria da ausência de técnica de pensar e consistiria em realizar um verdadeiro sequestro das manifestações intelectuais de todos os assuntos momentosos de interesse social. Enfim, quem assim agia no fundo pretendia evitar situações desagradáveis "com o chefe da repartição em que trabalha, com o diretor do jornal em escreve". Não obstante tais juízos, Mário ressaltava que a participação do intelectual não poderia ser meramente exterior, devendo se traduzir na responsabilidade diante de seu público que lhe imporia o exercício do não-conformismo. Exercício que não poderia ser apenas reativo, negativo, mas ativo, afirmativo. Pois aí residiria a "responsabilidade pública do intelectual"¹⁹.

Ainda que possamos colocar ressalvas às afirmações de Carlos Guilherme Motta acerca do significado de Mário de Andrade para o período, quando o chama de "consciência limite", é impossível deixar de considerar o impacto de suas posições sobre o conjunto da intelectualidade, particularmente sobre os jovens. A vasta correspondência mantida por toda sua vida com jovens

18. *Id.*, *ib.*, pg. 39.

19. *Id.*, *ib.*.

intelectuais de todo o Brasil, a preocupação constante em armazenar cultura, as pesquisas que marcaram toda sua vida, os "conselhos" literários e éticos para os iniciantes, essas foram características sempre presentes na atividade intelectual de Mário de Andrade. Características que, desenvolvidas de forma permanente e sistemática como que transformaram-no numa espécie de "intelectual-instituição", fazendo as vezes, do ponto de vista ético e estético, das instituições que não existiam. Essa sua característica alimentada, durante toda sua vida pela vasta correspondência com os mais jovens, (a correspondência com Carlos Drummond de Andrade é nesse aspecto paradigmática) é que faz com que sua ação venha a adquirir ao longo do tempo um sentido cada vez mais normativo. Por isso, é bastante compreensível que essas declarações, bem como as anteriores, tenham contribuído decisivamente para que o conjunto da intelectualidade, sob o impacto da conjuntura, tenha se colocado, de uma forma ou de outra, mas com radicalidade, o tema da participação e tentado, meio atabalhoadamente, se lançar à ação política. Afinal, Mário era a voz mais categorizada do Modernismo e o único que tinha uma teorização estética contemporânea de sua época.

Evidentemente, se há um caldo de cultura assentado sobre a demanda de unificação cultural e sobre a perspectiva de que ao intelectual cabe realizar uma missão -- a de construir a nação -- que é comum à direita e à esquerda, é preciso matizar o impacto dessas intervenções de Mário sobre a intelectualidade do período.

Tomando Drummond²⁰ como exemplo é possível perceber como o próprio Mário em sua correspondência procurava amenizar as afirmações que fez em várias intervenções públicas. A experiência relativamente desastrosa empreendida por Drummond com vistas a se tornar um militante de 1943 a 1949, nos dá muitos elementos para compreender a riqueza do momento, o impacto das idéias de Mário sobre a intelectualidade e as vicissitudes enfrentadas por aqueles que pretenderam levá-las adiante entendendo-a como sinônimo de adesão à luta associativa. Nesses anos, Drummond vivencia um complexo processo no qual, em alguns momentos de forma quase simultânea, trabalha no Estado, procura participar associativamente (ABDE, UTI), compõe o conselho de redação de um jornal comunista, faz poesias e crônicas, além de viver o dilema ético de não ter vocação para a política.

A trajetória de Carlos Drummond de Andrade nesses anos, bem como os dilemas que marcam a intelectualidade do período, são apreendidos com muita sutileza na espécie de diário que Drummond escreve à época²¹. As páginas desse diário revelam o quanto o momento era pleno de nuances, ambiguidades e significados. E esse é o motivo para que na discussão dos temas que diziam respeito à defesa dos direitos profissionais e trabalhistas dos escritores, na maioria das vezes, os encaminhamentos não tenham ido além das boas intenções. No referido diário de Drummond, em vários

20. Afinal, o próprio Antonio Candido considerava à época Drummond de Andrade a figura mais representativa do que deveria ser o programa da "nova geração", mesmo já sendo ele um intelectual consagrado. ver *Plataforma da Nova Geração*, op. cit., pg. 31.

21. Publicado posteriormente no *Jornal do Brasil* entre 1980/1981 e depois reunido no livro *O Observador no Escritório*, op. cit.

episódios, fica sugerido o quanto há de ambiguidade quando se trata de discutir acerca da organização e do caráter da Associação de Escritores. Discutindo a criação de uma caixa beneficente para a classe dos escritores, defendida por Martins de Almeida, Drummond se indaga após a reunião sobre a situação: "Mas haverá escritores a serem beneficiados? 99% são funcionários públicos. Eu também. Almeida faz parte do 1% restante"²².

E interessante notar que embora haja uma recusa de que se politize a Associação, em nome da defesa da especificidade da profissão do escritor, há uma percepção implícita de que no fundo a questão associativa não tem base concreta num interesse que se organiza para ter melhores condições de se afirmar no mercado, exatamente por que o mercado **efetivamente** não existe. Os escritores (intelectuais), para poderem existir, necessitavam da mediação estatal para lhes assegurar o sustento. A clareza quanto à condição de "funcionários", não impede que Drummond exercite a crítica ao Governo. O dilema é que se a crítica aponta corretamente o "transformismo", quando indica que "o Governo pensa menos em ganhar a guerra do que em salvar-se"²³, simultaneamente, reitera a tradicional relação Estado-sociedade que está na base do transformismo apontado quando colabora durante anos com ele. Ao considerar que **de fato** inexistem verdadeiros escritores, já que não é efetiva a relação com o público leitor, pois 99% são funcionários, Drummond revela a dimensão essencialmente retórica presente na bandeira dos direitos autorais e no radicalismo do

22. ANDRADE, C.D., *O Observador no Escritório*, op. cit., pg. 15.

23. *Idem*, *ibidem*, pg. 26.

discurso que, em nome da liberdade, se recusa à politização da Associação de Escritores. No fundo, para esse tipo de intelectual, a relação com o mercado, ou com as instituições que avaliam o mérito a partir de um conhecimento específico (como as universidades), é uma situação que ainda não se impôs concretamente. Eles prescindem **objetivamente**, mesmo que subjetivamente se sintam premidos por esses temas, da adesão à luta económico-corporativa, já que a relação com o público pode vir num tempo mais dilatado, pois o imediato está assegurado pela condição de "funcionário". Ou seja, é possível desenvolver a qualidade através do culto de um fino artesanato que não se curva às injunções do mercado, exatamente por que se conta com um emprego público para propiciá-lo. A relação com o Estado, se os coloca inevitavelmente na órbita das relações de favor, ao mesmo tempo, lhes assegura o essencial para mantê-los longe dos maneirismos que o gosto do público impõe.

Portanto, de meados dos anos 30 até o fim dos anos 40, a questão que polariza as atenções diz respeito às condições não apenas necessárias, mas possíveis, para que aqueles que vivem de escrever consigam assegurar a autonomia do seu **ofício**. Ao mesmo tempo em que se estimula a redefinição do papel social do escritor (pela atribuição a ele de novas funções, através do Estado que se quer e que o quer como organizador da cultura), procura-se resguardá-lo de uma subordinação ilimitada e permanente a instâncias alheias ao campo cultural que se organiza. O processo de "autonomização relativa do campo intelectual"²⁴. começava a

24. BOURDIEU, P., *A Economia das Trocas Simbólicas*, São Paulo, Perspectiva, 1974, pg. 147.

ocorrer num contexto em que a atividade cultural jurisdicionada pelo Estado impunha -- positiva ou negativamente -- o tema da missão intelectual (como vimos essencialmente anti-mercado) que, com a conjuntura de guerra e de deslegitimação do Estado Novo, ganhava enorme dramaticidade. Ao erigir um forte aparato de produção e difusão cultural, o Estado Novo cindia, no mesmo movimento que incorporava, o conjunto dos produtores de bens simbólicos. No exato momento em que a intelectualidade autodidata vivia um complexo processo de indepentização face os múltiplos tipos de mecenato, vira-se como se estivesse diante de um "enorme mecenas", que além de lhes garantir a sobrevivência, pretendia também atribuir um sentido para o conjunto de suas atividades. O tema da profissionalização, que em princípio deveria libertar o trabalho intelectual dos ditames estranhos à criação, surgia dramatizado pela conjuntura política de polarização, embalado na problemática da "missão", mas no fundo revelando o velho mecanismo do "favor", a impedir que aflorasse plenamente a questão do mercado.

Esse contraditório complexo de ingredientes vai estar contido na trajetória da ABDE (profissionalização e corporação; "missão" do intelectual e abstencionismo; salões e militância política; direitos autorais e luta pela democracia). O que fica mais evidente se temos em conta que, durante o Estado Novo, "a regulamentação das profissões, a carteira profissional e o sindicato público estabelecem ... os três parâmetros no interior dos quais passa a definir-se a cidadania. Os direitos do cidadãos e as profissões só existem via regulamentação estatal. O

instrumento jurídico comprovante do contrato entre o Estado e a cidadania regulada é a carteira de profissional que se torna, em realidade, mais do que uma evidência trabalhista, uma certidão de nascimento cívico..."²⁵

Portanto, é com esse complexo conjunto de problemas que a *intelligentsia* se defronta, buscando alguma síntese de 1942 a 1949. E o percurso conflitivo vivenciado a partir de 1945 que passamos a expor agora.

25. SANTOS, W. G. dos, *Cidadania e Justiça -- A política social na ordem brasileira*, Rio de Janeiro, Campus, 1979, pg. 76.

2. O significado do I Congresso Brasileiro de Escritores

O trabalho de organização do I Congresso Brasileiro de Escritores começa em meados de 1944. Até então, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo a ABDE aparecera ao público como tendo um caráter essencialmente profissional, já que preocupada com a defesa dos direitos autorais do escritor. Mesmo no Rio de Janeiro, onde, através das páginas de *Diretrizes*, se procurara mais explicitamente politizar a Associação, a ênfase profissional e literária é muito presente. O que pode ser confirmado por relatos de intelectuais cariocas, a respeito das discussões ocorridas, em 1943 e 1944, na ABDE do Rio de Janeiro¹. E a conjuntura, cada vez mais polarizada, que faz com que se exaspere a discussão sobre as condições nas quais o trabalho intelectual vinha sendo realizado. O descontentamento e de frustração decorrentes da precariedade do mercado, ganhariam novos ingredientes face a iminência de um desenlace favorável aos aliados no conflito mundial.

Sem dúvida os aparelhos culturais do Estado Novo ao longo de 1943 e 1944 ainda mantinham o controle da situação², mas a movimentação dos intelectuais visando sua organização autônoma não deixa de ser um elemento importante no desgaste da legitimidade do regime. Contudo, enquanto as reuniões estiveram

1. Drummond dá boas referências sobre isso no *Observador no escritório*, obviamente que mais afeto ao Rio de Janeiro. Marques Rebelo na trilogia *O espelho partido*, confirma o tom das descrições de Drummond. A revista *Diretrizes*, além de noticiar sempre as reuniões e iniciativas ocorridas no Rio de Janeiro, dava também informações sobre São Paulo.

2. Ver sobre isso SCHWARTZMAN, S. *Tempos de Capanema*, ed.cit.

restritas a pequenos círculos e voltadas essencialmente para temas corporativos, os escritores mais preocupados com o reconhecimento de sua identidade profissional não foram incomodados. E a polarização da conjuntura que constrange um número cada vez maior de escritores a se articular, aumentando o nível de politização entre eles. Inclusive, por que as ações envolvendo a ABDE passariam a ser alvo de maior atenção do regime. A movimentação no segundo semestre de 1944, visando à realização do encontro nacional, fez com que os organismos de repressão voltassem sua atenção para a Associação Brasileira de Escritores. O que, obviamente, foi motivo de grande apreensão entre os intelectuais, já que colocava todo "escritor" --mesmo o mais inocente e apolítico -- na condição de um "conspirador", de um "subversivo".

Até as vésperas do Congresso temia-se que ele fosse proibido, com a imprensa alimentando a paranóia a esse respeito. No que era reforçada pelo posicionamento de escritores renomados como Mário de Andrade e M.Bandeira, que consideravam temerário, em virtude da presença da máquina repressiva, a sua realização. Entre os próprios organizadores não foram poucas as gestões para que o Congresso fosse adiado, por se considerar "inoportuna" sua realização "em face da situação geral". Vencida essa posição dentro da entidade o Congresso é por fim realizado, mas o

noticiário de imprensa sobre o encontro é submetido à censura prévia³.

As moções de solidariedade e as congratulações revelam a continuidade entre a inspiração do Congresso e o espírito Front-Populaire que estava na raiz da mobilização dos intelectuais em meados dos anos 30. Além de Albert Einstein e de Georges Bernanos, inúmeros intelectuais que participaram do Congresso de 1935, em Paris, mandaram moções de solidariedade. O ecumenismo foi a marca do conclave, de modo que, apesar do clima apreensivo, não houve veto de nenhuma corrente de intelectuais à sua realização; o que inclusive pode ser confirmado pela representatividade dos intelectuais brasileiros que, impossibilitados de comparecer ao encontro, enviaram moções de apoio. Além disso, fazendo-se uma avaliação preliminar dos participantes, salta aos olhos a presença de grande número de escritores conhecidos como de oposição, como de esquerda e/ou como comunistas, mesmo que sem vínculos partidários mais efetivos⁴.

Na sessão inaugural são feitas três intervenções: a de Sérgio Milliet (representando a ABDE de São Paulo); a de Anibal Machado (representando a ABDE do Rio de Janeiro) e a de Roge

3. Carlos Drummond de Andrade, tendo o universo intelectual carioca por referência, dá boas informações sobre o período de preparação; a partir delas percebe-se que, apesar das adversidades e de algumas tentativas oficialistas dentro da Associação no sentido da não realização do evento, há um pressuposto, comum à maioria, que o garante: a perspectiva de que deveria ter um caráter pluralista de congregação de tendências políticas diversas, de militantes, de simpatizantes de correntes as mais distintas. O Congresso se instala em 22/01/1945, com delegações eleitas nos principais estados, com direito a voz e voto. Estiveram presentes também delegações de escritores estrangeiros com direito a voz. O encontro contou inclusive com apoio de instituições profissionais e culturais. ANDRADE, C.D., *O Observador no Escritório*, ed.cit.. Ver também CAVALCANTI, B., *Certezas e Ilusões*..., ed.cit.; MOTA, C.G., *A Ideologia da Cultura Brasileira*, ed.cit.

4. A composição da mesa diretora dos trabalhos dá uma idéia disso: Pres. Anibal Machado; Vice Pres. Sérgio Milliet, Dionélio Machado, Murilo Rubião, Jorge Amado; Secretários: Francisco de Assis Barbosa, Alberto Passos Guimarães e Justino Martins. São chamados também a compor a mesa na abertura: Cristiano Cordeiro, Roque Javier Laurenza, Otto Lara Resende, Carlos da Silveira, Haddock Lobo, Mário Neme e Ernesto Feder.

Bastide. A Sérgio Milliet, presidente da seção paulista, cabe o discurso de abertura. O formalismo da ocasião não o impede de criticar a falta de apoio financeiro para a realização do Congresso, dando um sentido de sacrifício, de determinação, de oposição enfim, ao acontecimento. Mesmo atribuindo esse significado ao evento, Milliet não radicaliza excessivamente o tom; faz discurso de anfitrião. Mas não deixa de chamar a atenção para o fato de que o limite de vinte representantes eleitos para cada estado poderia ter sido ampliado se a "indiferença pelas coisas do espírito não caracterizasse as chamadas elites financeiras". Nessa linha de argumentação, lamentava a ausência de "nomes ilustres", mas para dar mais ênfase ao caráter do encontro, para frisar que o objetivo maior da reunião era a discussão de questões éticas. E nesses termos que Milliet vai afirmar o caráter oposicionista do encontro: chamando a atenção para o imperativo ético, mas sem a pretensão de definir um eixo político que dirigisse os debates. No caso, o destaque às questões éticas não tem a pretensão de limitar o caráter do encontro à afirmação de uma "missão", ou de um caminho explicitamente político, para os intelectuais.

A radicalização do imperativo ético e o seu desdobramento no tema da missão do intelectual --operação lógica em larga medida tributária do debate sobre os intelectuais que fora travado em *Diretrizes* desde o início dos anos 40-- são enfatizados de modo candente na intervenção de Anibal Machado (presidente ABDE-RJ). A referência básica é a guerra de 1914, que teria tirado escritor do marasmo, requisitando-o e impondo-lhe a

questão fundamental que é a de suas relações com a urgência do tempo. Urgência que se impôs também aos escritores e artistas brasileiros, que naquele momento deveriam se articular, superando o isolamento para cumprir uma missão histórica. Em suas palavras, exigindo a organização dos intelectuais, dizia: "nós que temos como missão esclarecer o público, dar forma e ritmo às suas paixões e idéias, comovê-lo, nós escritores, não nos conhecemos bem"⁵.

As grandes extensões, os meios de comunicação ainda muito precários, a situação de isolamento enfim, seriam as razões que explicariam a "solidão moral", o "isolamento individualista" que marcariam o intelectual no Brasil, tornando-o "mal integrado ao seu meio cultural". Mesmo sem negar a influência dos escritores em momentos importantes da "nossa formação nacional", Anibal Machado afirma que "a literatura entre nós exprimia uma atividade desinteressada, meio diletante, meio recreativa". A um ponto isso se dava, que a palavra literato exprimia algo pejorativo, não apenas porque diletante, mas por estar quase sempre ao lado das estruturas dominantes da sociedade. Assim, o escritor se tornava "o porta voz apenas da melhor sociedade, não do corpo total da sociedade humana, com seus desejos, as suas cicatrizes e a respiração abafada do povo"⁶.

Anibal Machado caracterizava a situação com metáforas bastante carregadas ("chão sem firmeza", "cena mal iluminada"). A guerra e as transformações em curso, teriam alterado de tal modo a relação do intelectual com a sociedade que ninguém poderia fugir

5. ANAIS do I Congresso Brasileiro de Escritores, pg. 25.

6. *idem*, *ibidem*.

da sombra que o mundo lhe projetava. A partir dessa premissa, inspirando-se em Shakespeare, Anibal Machado coloca de modo muito singular a problemática do intelectual, de seu papel, de sua missão: "Nesse chão sem firmeza e por essa cena mal iluminada atravessa o fantasma do intelectual hamletizado. -- Que vens fazer aqui? perguntara o público-multidão. Resolver os teus problemas ou os nossos? Exibir o teu desespero, agravar as tuas dúvidas? ou ajudar-nos a encontrar o que nos falta, exprimir o que sofremos, formular o que queremos? E para nos libertar, ou para nos explorar que escreves?"

Para Anibal, o escritor que não encontrasse respostas justas para essas interrogações caminharia isolado e alheio às realidades de seu tempo, de um tal modo que Hamlet acabaria Narciso. Nessa mesma linha, diagnosticava que o divórcio entre os escritores e o povo, na prática, significava a morte dos primeiros. Frente ao que manifestava a esperança de que o congresso pudesse significar não apenas o fim da distância (geracional, ideológica, profissional, regional) entre os escritores, mas principalmente o fim da distância entre eles e o público.

Na sequência da argumentação, destacava quais seriam os dramas **individuais** do escritor. Em primeiro lugar, chamava a atenção para o drama material, a impossibilidade de se viver apenas da pena, face as dificuldades decorrentes de um mercado de cultura precário. Procurava assim responder ao imperativo corporativo, reiterando a necessidade de se associar para defender o trabalho intelectual. No entanto, não seria esse o prisma

privilegiado por Anibal em sua intervenção. A ênfase está colocada em outro drama: no que diz respeito às vicissitudes da própria vida do espírito -- à formação, às influências e ao sentido da atividade intelectual. Ênfase que diz mais respeito à história da cultura do que aos problemas profissionais.

Nessa linha de argumentação, a especificidade e os limites da intelectualidade brasileira (e latino-americana) são colocados da seguinte maneira: "A nossa formação intelectual, na América Latina, se processa tumultuariamente por um esforço de autodidatismo, sem apoio em formas estáveis de cultura, entre influências que se unem e se repelem, influências que nos vêm de longe: do ocidente europeu; ou de perto: do solo americano; ou de mais próximo ainda: no cheiro da terra brasileira. Lança-se o intelectual à procura de coordenadas no mundo exterior e dentro de seu pensamento. E sem buscar a solução das contradições que o exasperam, sem ligar dialeticamente esses dois mundos, atordoado pela cisão entre o pensamento e a vida, desencorajado na luta pela transformação da vida, -- sossobra no pessimismo, ou se perde em evasões entorpecentes?".

Para evitar esse destino e escapar também do "domínio das forças irracionais", o intelectual tinha, forçosamente, que buscar "um alargamento cada vez maior da consciência"; a união fraterna com outros povos; o conhecimento de outras culturas e o

7. *idem, ibidem.*

levantamento crítico-sociológico do nosso passado. Obvio que tudo isso tendo por base o humanismo e apoiado na realidade social*.

Com essa argumentação Anibal colocava duas alternativas para o intelectual: servir ao povo (no sentido de contribuir para a sua emancipação) ou se servir dele. A metáfora com a qual ele trabalha os termos do dilema é muito interessante -- ou é a "luz" ou o "explorador" -- e não deixa de recolocar em novos termos a contraposição **missão x profissão**. Enfatizando que os escritores sempre haviam protegido a civilização e expressado o patrimônio da humanidade, fazia uma verdadeira profissão de fé na capacidade de escritores e artistas brasileiros cumprirem sua missão histórica. Ou seja, para eles não poderia haver margem para dúvidas, a sua missão era iluminar o povo e não explorá-lo. A fé na ilustração, no cosmopolitismo e na crítica sociológica do passado, seriam os elementos fundamentais para se contrapor ao "domínio das forças irracionais". Dando ênfase à defesa da civilização ocidental, A.Machado procurava marcar o caráter histórico do encontro, sua dimensão fundadora e inaugural de um "enriquecimento do espírito" que pretendia fundar "uma nova dignidade".

Em tais colocações, de certo modo, se antecipava o tom que permearia a maior parte das intervenções do Congresso, marcadas por um sentido de urgência tão exaltado, que era como se se discutisse ali, efetivamente, o destino do Brasil (é a "luz" ou o "explorador", "missão"X"profissão"). Roger Bastide, na condição de representante dos intelectuais estrangeiros, também falaria na

B. "Não esqueçamos que a entrega passiva ao irracional é um dos pretextos de que se valem alguns aventureiros e grupos aventureiros para explorarem as multidões social e mentalmente retardadas. Os povos se emancipam e o homem se liberta à medida que saem de seu obscurantismo. Do enriquecimento do espírito nasce uma nova dignidade..."
MACHADO, Anibal.cit, pg.29.

sessão inaugural, corroborando levemente o tom empenhado. Bastide, à época já bastante integrado no universo intelectual paulista, ressalta a grandeza do Brasil e de sua cultura, para destacar (bem dentro do espírito do "Ocidente cansado") "et cela est si vrai que des écrivains français sont venus au Brésil justement pour faire profiter la poésie de leurs pays de ce tropicalisme lyrique dont vous êtes les annonciateurs".

Na primeira sessão plenária, realizada em 22/01/1945, na Biblioteca Pública Municipal, sob a presidência de Sérgio Milliet, são escolhidos e nomeados os componentes das cinco comissões de trabalho do Congresso : 1)Direitos Autorais, 2) Cultura e Assuntos Gerais, 3) Teatro, Imprensa, Rádio e Cinema, 4) Política e 5) Redação e Coordenação. A estruturação das Comissões seguiu critérios semelhantes àqueles utilizados pelo DIP e pelos DEIP's para controlar os diversos setores culturais. Esperava-se com esse procedimento criar condições para se discutir mais amíúde os efeitos da intervenção dos DEIP's na organização da cultura.

Ao longo dos trabalhos foram apresentadas 56 teses, sendo rejeitadas apenas aquelas cujo conteúdo político não fosse consensual, que fossem muito genéricas e/ou mal fundamentadas. Com exceção da Comissão de Direitos Autorais, na qual as teses apresentadas foram essencialmente corporativas, nas demais prevaleceu a ênfase senão acentuadamente política, ao menos com preocupada com a vocação pública. De tal forma se deu essa prevalência que as questões propriamente técnicas, mais relacionadas ao ofício de escrever, ficaram subordinadas quase

integralmente à tônica de crítica ao Estado Novo, de combate ao nazifascismo e à preocupação com um projeto político para o país que o levasse à democracia. No essencial, o sentido unitário prevaleceu durante o Congresso, garantindo um saldo político importante para a conjuntura. Mas, no que se refere à qualidade das discussões sobre as teses, ou seja ao aprofundamento político, teórico e de pesquisa, a busca obsessiva pela unidade teve como consequência deixar de lado, ou tratar de maneira superficial, velhas e novas divergências. Nas palavras de Berenice Cavalcanti: "A despeito da diversidade de pontos de vista, (os intelectuais) uniram-se em torno da disposição de lutar pelo estabelecimento de um regime democrático"¹⁰. Lamentavelmente, a disposição unitária de lutar pela democracia não se traduziu no aprofundamento das diferentes concepções acerca de como se poderia construí-la.

A preocupação mais frequente nas tese apresentadas girou em torno da **democratização da cultura**. Com qualidade bastante variada e de inúmeras maneiras, esse foi o tema que mais polêmica criou. Relacionando-o com o problema do analfabetismo, deu-se muita ênfase ao ensino em algumas das teses apresentadas. Propôs-se também frequentemente a mobilização do escritor na organização da cultura, seja nos esquemas formais seja através da militância cultural. Uma tese a relacionava com a necessidade da reforma agrária. Alguns, como Carlos Lacerda entraram em acirrada polêmica sobre a proposta de uma campanha de alfabetização. Lacerda considera que "Aprender a ler, apenas, nada significa...". Alceu Marinho Rego argumenta contra dizendo que a alfabetização é apenas

10. Berenice Cavalcanti-- *Certezas e Ilusões*, ed.cit., pg.102

o primeiro passo. Fernando de Azevedo intervém na discussão dizendo que a questão está mal colocada, pois a educação popular não podia ser reduzida a um mero processo de alfabetização do povo¹¹. Mas nem por isso deixara de aprovar a tese "Liquidação do Analfabetismo" de Dalcídio Jurandir e Astrojildo Pereira. O relator é José Honório Rodrigues e seu parecer é extremamente elogioso, considerando o trabalho valioso por estudar os meios práticos de combate ao analfabetismo. A tese reproduz as posições do texto de Astrojildo sobre a democracia econômica, política e cultural que analisamos no capítulo II. Principalmente quando define o papel do escritor nessa "obra de verdadeira libertação". E sugere uma campanha nacional organizada com a participação dos intelectuais e das inúmeras instituições da sociedade civil. A comissão opina por sua inclusão nos Anais. No que é refutada por Paulo Mendes Almeida (que vê contradição com a atitude tomada com a tese "Problemas de alfabetização") e por A. Marinho Rego que concorda com ele. Cria-se a polémica e Anibal Machado, na condição de presidente da sessão, interveio para esclarecer que a primeira tese não trata de uma campanha em prol da alfabetização do país e sim da criação de um instituto. A presente tese "trata do esforço dos intelectuais em benefício da alfabetização do povo". Fernando de Azevedo não vê contradição, porque a primeira se reduzia à educação popular e esta vê alfabetização como ponto de partida. Trava-se grande discussão, pois para Alceu M. Rego a contradição permaneceria, o que gera certo tumulto.

11. ANAIS do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, ed. cit, pg. 78.

O outro tema que polarizou as discussões foi o do direito autoral. Paulo Mendes de Almeida apresentou proposta, após fazer crítica ao anacronismo da lei de Direito Autoral em vigor, no sentido de se criar uma comissão que viesse a elaborar um anteprojeto de lei sobre o assunto. Já nesse momento se desencadeia grande discussão sobre quando e como a obra poderia cair no domínio público. E também sobre as condições do trabalho do tradutor. Já se pedem medidas punitivas aos maus editores. Recomenda-se inclusive que os escritores não escrevam para revistas que não remunerassem o seu trabalho.

As apreensões quanto à realização do Congresso, bem como a vigência da censura -- sutil, mas ainda bastante efetiva--, explicam em muito o tom cauteloso e o caráter metafórico de muitas das intervenções. Tendo ou não intenção o seu autor de causar polêmica, por mais singela que fosse, raras foram as teses que não possibilitaram nas comissões e no plenário um debate político. E essa constatação vale em vários sentidos: no relacionado à grande política e que se traduzia dentro da ABDE nas duas principais correntes ideológicas de oposição ao Estado Novo. De um lado os liberais de vários matizes, marcados por uma problemática de "intelectual instituição" (de "grande intelectual"), como Manuel Bandeira, Marques Rebelo, Anibal Machado, Carlos Drummond de Andrade, junto com eles os "rebeldes acadêmicos": Guilherme de Figueiredo, tesoureiro da ABDE-RJ, Murilo Miranda, Lucio Rangel e Carlos Lacerda, já rompido com a esquerda e profundamente magoado com o PC, antecipando um clima de guerra fria que depois seria marca da UDN; a grande intelectualidade paulista (Mário e Milliet,

principalmente) e os grupos reunidos em torno de O Estado, Clima e FFCL-USP. Com esse bloco alinha-se também a "jovem guarda" mineira que despontava, também muito marcada por Mário de Andrade e avessa a tudo que não dissesse respeito à técnica literária.

De outro lado, a esquerda comunista, onde se degladiavam duas vertentes. Mas que no congresso apareciam como uma única posição: certos de que contavam com um mandato popular para legitimar suas ações, praticando uma política de organização da cultura bastante ostensiva e pretendendo explicitamente disputar a hegemonia entre os intelectuais.

Na medida em que na preparação do encontro dois grandes blocos se armaram, a não explicitação das diferenças de concepção, impediu não apenas o estabelecimento de uma interlocução política entre elas, como também uma crítica mais circunstanciada do regime que se pretendia derrotar. O que evidentemente não retira o sentido político de boa parte das teses, nem lhes reduz o conteúdo crítico e polêmico, que dá ao Congresso um significado enorme para a conjuntura.

A questão de fundo que perpassa grande parte das intervenções é a da reconquista da democracia, considerada vital e imprescindível para o exercício de uma atividade intelectual criadora. A defesa da democracia nas poucas teses com fundamentação política se confunde com a crítica ao fascismo, identificado com o cerceamento das liberdades. Em outras intervenções, a defesa do regime democrático é sinônimo de combate a todo e qualquer totalitarismo. Essa posição mais militante, considera que o totalitarismo se estrutura sobre um

princípio uno que leva à hipertrofia do Estado e ao inchaço do Executivo, pois nele "nada se processava fora do Estado"¹². Uma consequência dessa hipertrofia do estado sobre as camadas subalternas era o "aburguesamento da classe operária", pois essa intervenção dava-lhe "um conforto e um bem estar material que exerce sobre ela o efeito do ópio". Em suma, falando do totalitarismo pretendia-se atingir o Estado Novo em sua tentativa de controlar simultaneamente as relações trabalhistas e a produção intelectual. O texto é transparente em sua intenção: "o trabalho em massa é um meio de distrair o operário de problemas que poderiam voltá-lo contra o Estado"¹³.

A crítica ao fascismo possibilitava também denunciar a destruição das condições necessárias à criação, colocando a intelectualidade, por suas características intrínsecas, como defensora dos valores universais e, portanto, como a principal vítima desse tipo de regime. Diante dessas circunstâncias não poderia haver tergiversação: ou os intelectuais aderiam, ou resistiam ao poder. Não há por que estranhar que mais uma vez a referência marcante seja Mário de Andrade. O tom das intervenções, no essencial, reproduz as colocações de Mário em 1941, 1942, 1944, principalmente no ataque aos apolíticos, àqueles que pretendiam se recolher à "torre de marfim", numa atitude de "nirvânica passividade".

Dividindo o mundo em dois pólos antagônicos(regimes democráticos X regimes fascistas (ou totalitários)), algumas das

12. MONTENEGRO, Oswaldo, TESE: "O Estado totalitário e a vida intelectual", in *ANAIIS DO I CONGRESSO*, ABDE, SP, pg. 234

13. Cavalcanti, Berenice, *op.cit.* pg. 103 .

intervenções exigiram o resgate dos valores universais, perdidos no processo que havia levado à barbárie nazi-fascista. A identificação com o povo (sustentáculo e vítima do regime fascista) vem quase como um complemento ao consenso favorável à democracia, vista esta essencialmente como regime político que têm nas liberdades seu critério maior. Aproximando a realidade brasileira da européia, ao menos no que se referia ao cerceamento das liberdades, vislumbravam um prognóstico até certo ponto otimista: a sociedade brasileira somente sairia de sua dramática situação se se democratizasse.

A identificação difusa entre o regime do Estado Novo e o fascismo é perceptível e está presente não apenas nas teses apresentadas, mas no conteúdo de algumas das moções de apoio enviadas pelos congressistas em solidariedade aos intelectuais de outros países, também vivendo situações ditatoriais, e que não haviam renegado nem a liberdade, nem seus deveres para com o povo. O posicionamento sobre outras realidades, no fundo possibilitava que fossem estabelecidos paralelos entre as grandes questões internacionais e os problemas vividos no dia a dia, mas de uma maneira que tornava viável que se burlasse a censura do regime.

A repercussão na imprensa

Ainda que incentivada pelos setores da elite e pelos organismos de imprensa que faziam oposição a Vargas e ao Estado Novo, a mobilização dos escritores que leva à organização do

Congresso não contou com grande destaque nos jornais. Mesmo em São Paulo, onde o apoio ao Congresso por parte das elites liberais foi bastante intenso (não à toa, à época se escreveu que se o Congresso fosse no Rio de Janeiro, sede do governo, ele não teria se realizado), o destaque dado pela imprensa ficou muito aquém do que poderia ter sido. Principalmente se temos em conta que quem organizara o evento fora a nata da *intelligentsia* paulistana, escolhendo como cenário o quase mitológico Teatro Municipal. Apenas nos dias que imediatamente antecederam e sucederam o evento houve maior destaque, inclusive com um número razoável de artigos assinados e maior quantidade de informações sobre a Associação Brasileira de Escritores.

Compreende-se o relativo "desinteresse" jornalístico pelas circunstâncias vigentes no momento, ainda submetido à uma censura bastante ativa. Contudo, não há como deixar de reconhecer que, ao menos nos dias próximos ao Congresso, a tônica dada pela imprensa paulista foi bastante positiva. *O Estado de São Paulo* trata o dia de abertura do Congresso como uma data memorável na história da literatura brasileira¹⁴. Saudando o evento como o primeiro de uma série de congressos que deveriam reunir os escritores para, conhecendo-se, trabalharem pela categoria (classe) e pela cultura brasileira, o artigo-editorial perguntava "qual, na realidade, o papel do escritor na hora atual?" Reconhecendo que o problema era de grande complexidade, colocava como o papel e o dever de todo escritor "fazer de sua pena uma arma de combate. Uma arma de combate no sentido de esclarecer o

14. *O Estado de São Paulo* de 23/01/45.

povo, de guiá-lo e orientá-lo na repulsa ao seu inimigo natural, o nazi-fascismo". A lembrança de escritores como Romain Rolland, Federico Garcia Lorca, Thomas e Heinrich Mann, Benedetto Croce, entre outros, servia como confirmação à perspectiva que, vendo no fascismo uma sinistra aventura (na Alemanha, na Itália e na Espanha), considerava-o incompatível com a cultura. Dessa premissa cobrava o esforço para "afastar as trevas da ignorância, que é o terreno em que medram as idéias que levam à loucura totalitária. E o elemento mais indicado para exercer esse mister é, justamente, o escritor. Essa é sua verdadeira missão..."¹⁵

O que estava a impedir que o escritor pudesse desempenhar sua tarefa a contento era a inexistência de um "certo ambiente, de certos elementos e, antes de tudo, de liberdade de pensamento". Esse ponto, visto como decisivo para que o escritor pudesse realizar sua "missão", deveria ser tratado com total destaque nos debates do Congresso. O outro era o da organização propriamente corporativa dos escritores, considerados, "dentre as classes produtoras da nação", os únicos ainda praticamente desorganizados. Tomando o exemplo dos jornalistas, dos autores teatrais e musicais, insistia-se na idéia de que, para se safar do diletantismo, dos exploradores e dos patrões inescrupulosos, ao escritor somente restava a organização sindical da categoria. Proposição que buscava legitimação em exemplos baseados na experiência internacional-- no México, nos Estados Unidos, na Rússia, na Suécia, entre outros.

15. *idem, ibidem*

O problema econômico do escritor era colocado da seguinte maneira: "Funda-se, suponhamos, no Rio, uma revista que se propõe a publicar contos, artigos, ensaios, reportagens, etc., de autores brasileiros, remunerando-os, é lógico. Para viver, porém, a revista necessita contar com circulação e publicidade. Grande, todavia, são as dificuldades que encontra para alcançar esses dois objetivos devido à concorrência que lhe fazem outras revistas que vivem folgadoamente, com boa receita de publicidade e -- eis a parte odiosa da história -- sem gastar um cruzeiro em colaboração. Tudo o que publicam é matéria recortada de revistas estrangeiras, nem sempre bem selecionada, por sinal. E lógico que assim agindo, as empresas que editam essas revistas estão defendendo, apenas, seu interesse econômico. E quem é prejudicado com isso ? 1*) O escritor, que não pode contar com um meio de renda que nos outros países constitui um ganha pão protegido por lei. 2*) O leitor, que pouco a pouco se vai deixando levar por uma literatura em que são postos em relevo problemas que não lhe dizem respeito, não cumprindo, assim, sua finalidade de esclarecedora das massas."

Colocando-se como expressão dos interesses dos escritores, o artigo critica as empresas que alegam, para reiterar a situação, "que: 1*) não existe produção nacional; 2*) que o nosso escritor não escreve; 3*) que o nosso escritor não sabe escrever." Em realidade, esconderiam a questão econômica: prefeririam pagar "trinta cruzeiros a um modesto ginasiano para traduzir do espanhol ou do francês, um conto tirado do "Para Ti" ou um artigo extraído de um velho número do "Figaro", do que pagar

cem ou duzentos cruzeiros a um autor nacional. Por outro lado, a praga dos 'literatos', dos que chegam a pagar para ver seus trabalhos publicados, vem agravar a situação do nosso plumitivo, à semelhança do que sucedia outrora com os jornalistas amadores."

Há que se ressaltar, porém, além desse tipo de intervenção que expressava posições oficiais de organismos de imprensa, aquelas de intelectuais à época não consagrados procurando ganhar espaço na imprensa lançando teses e propostas, muitas vezes, a primeira vista, até estranhas. Apenas para ilustrar, Luiz Washington, pequeno escritor de letras de província, uma semana antes do Congresso escreve um artigo na *Folha da Manhã*, no qual apresenta a proposta de criar um Banco do Livro que compraria os livros de pessoas que, em dificuldades financeiras, acabariam por vendê-los a sebos, desmontando-se assim inúmeras bibliotecas. Para impedir que isso continuasse a acontecer, propunha a criação de um Banco que comprasse os livros, dando porém a opção de recompra para o antigo proprietário cobrando-lhe apenas um acréscimo de 5%. Nas suas palavras, "não seria um estabelecimento comercial, mas uma instituição de amparo ao intelectual."¹⁶

Além de ser extremamente revelador das agruras, dificuldades e, em muitos casos, relativa indigência material do pequeno intelectual, esse episódio, nas entrelinhas, traz a tona também suas dificuldades de convivência com as regras de mercado para a produção literária e cultural. Anticapitalismo romântico

16. Refiro-me ao artigo "À margem do Congresso". *Folha da Manhã*, 14/01/45

que não deixava de ter ecos "estadonovistas" quando reivindicava uma "instituição de amparo ao intelectual".

Mas, o que importa destacar, do ponto de vista da imprensa, é que, ao menos em São Paulo, tanto as *Folhas* quanto *O Estado*, defenderam, em relação ao Congresso que seria realizado, a adoção de uma posição explicitamente política. Um bom exemplo da exigência de politização da atividade intelectual solicitada pelos próceres do liberalismo oligárquico, é o artigo escrito por Rubens Amaral, incitando os escritores à participação, à ação na vida política e social, enfatizando a necessidade de unificação deles, já que, em sua avaliação, "no Brasil, ainda não constituem uma classe. Divide-os a condição geográfica... Depois, começa apenas a haver o profissionalismo, mesmo na imprensa, que é onde existem mais numerosos e mais autênticos profissionais da pena. A grande maioria é de amadores: funcionários, professores, advogados, médicos, engenheiros, industriais, capitalistas que escrevem nas horas vagas, por amor às letras e por amor à glória. São todos bem-vindos(...) sem os beneméritos amadores, que seria das letras brasileiras?"

Portanto, a despeito da divulgação modesta dos debates pela imprensa, os artigos que trataram do tema antes da realização do enclave atribuíram-lhe importância destacada, exigindo dele além do posicionamento sobre as questões relativas à profissão (remuneração do trabalho, direitos autorais, etc.), "uma afirmação de princípios de liberdade de pensamento, em face da arte, em face da cultura, em face da moral, da religião e da política, de todos

os problemas éticos da nação e do mundo".¹⁷ Ou seja, nesse momento a grande imprensa paulista opositora de Getúlio e do Estado Novo não vai exigir, como fará mais adiante, uma identidade intelectual voltada para seus interesses privados. Nesse momento o liberalismo oligárquico quer intelectuais de vocação pública, principalmente se eles forem contrários a Getúlio Vargas.

17. Rubens Amaral artigo de 14/01/1945, na mesma *Folha da Manhã*.

3. O 2º Congresso Brasileiro de Escritores

Nem bem iniciados os trabalhos da Constituinte, o processo político brasileiro entra em rota descendente e passa a ser vivido sob o signo do retrocesso. As consequências de se manter em vigência a Constituição de 1937 rapidamente serão sentidas, tendo grande influência nos debates dos constituintes. A partir de março já se faz sentir a campanha pela cassação do PC e mesmo a UDN que se dizia "equidistante entre o comunismo e a reação", defendendo a liberdade partidária, ligaria a existência de supostos abusos no movimento operário à infiltração comunista. A partir do início de abril, há uma tendência a que se acirrem as posições porque passa a prevalecer na UDN a orientação que aceita uma aproximação com o governo.

Em 15 de agosto de 1946 é suspenso por quinze dias o jornal comunista *Tribuna Popular* com base em lei do Estado Novo. Todos os partidos, exceção do PSD, protestam, mas a suspensão é mantida. No final de agosto ocorrem passeatas e depredações que não tinham relação com o episódio. Entretanto, a polícia responsabilizou o PC e tomou medidas repressivas: cercamentos e invasões de residências, prisões, etc.. Há um protesto generalizado dos parlamentares, travam-se debates na Assembléia Constituinte sobre as causas do incidente e ao final prevalece a interpretação de que era preciso apoiar o governo na manutenção da ordem. O fortalecimento do Executivo possibilita o aumento da perseguição policial, de modo que ainda em setembro, antes de

entrar em vigor a nova Constituição, é fechada com o apoio de todos os partidos (menos o PC) a União da Juventude Comunista¹.

Tamanha radicalidade no tratamento dado ao Partido Comunista não encontrava correspondência em sua prática política, que se mantinha dentro da linha de união nacional com ordem e tranquilidade. Nesse período poderíamos dizer que havia relativa semelhança entre as posições do PC e os ideais democráticos e mesmo liberais. Ao propor a defesa da ordem democrática, buscando soluções pacíficas para os problemas, apostava-se no reforço das instituições democráticas, colocando como pontos fundamentais a luta pelos direitos individuais e a exigência de afastar definitivamente o fascismo. Tais ideais eram compartilhados pela Esquerda Democrática, por certos liberais católicos, pela corrente da UDN liderada por Virgílio de Mello Franco e pelo Partido Comunista. Todos aceitavam que a democracia era um regime que deveria colocar à prova suas próprias instituições. Entretanto, o pensamento dominante achava que a democracia deveria impedir a qualquer custo a ação de partidos ou movimentos que ameaçassem suas instituições. Portanto, o pensamento majoritário, alojado inclusive dentro da UDN, vai trabalhar para a marginalização do PC do sistema político visando o controle e a repressão dos movimentos (principalmente o operário-sindical) supostamente manipulados por ele.

Desse tipo de investida a ABDE-RJ não ficará imune. Ao longo do primeiro semestre de 1947, com a conjuntura se radicalizando, no Rio de Janeiro desencadeia-se ampla campanha de

1. ALMINDO, João. *Os democratas autoritários*, São Paulo, Brasiliense, 1980, pgs.151-185.

imprensa no sentido de vincular a ABDE com o comunismo, chamam-na de "criptocomunista" ou no mínimo de "vítima da infiltração comunista"². Oswald de Andrade, visitando o Rio de Janeiro, em agosto, refere-se à situação de modo bastante irônico: "Encontro aqui o sempre jovem morubixaba Osório Borba desmascarando as manobras que, no pacífico bocejo do momento nacional, tendem a pôr no index a Associação Brasileira de Escritores. A acusação que se vai buscar no dicionário resumido mas fecundo dos tabus policialesco, é de que a ABDE é comunista. A situação com que o partido de Prestes empolgava o Brasil, em 45, tornou-se uma espécie de má companhia ecumênica, fichada como total perdição -- para adultos de todas as idades. De várias dúzias de pessoas gradas tenho ouvido que lutar pela democracia é ser comunista. E ser comunista, já se sabe, é ser petroleiro, ladrão e pau-d'água"³.

O pretexto mais significativo, encontrado para o desenrolar da peça inquisitorial sobre a ABDE, foi o fato de alguns vereadores comunistas terem apresentado, no início de 1947, à Câmara Municipal do Rio de Janeiro um projeto de lei solicitando à Prefeitura a doação de um terreno, no qual seria construída a sede social da entidade. Em agosto, também Astrojildo Pereira ironizava a situação dizendo que com tal raciocínio o metro e o estádio municipal de futebol seriam ambos, bem como as atividades que neles se desenvolveriam, "comunistas", já que propostos por vereadores desse partido.

2. PEREIRA, A., *Crítica Impura*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963, pg.300-310.

3. ANDRADE, O., "A ABDE de São Paulo é fascista", in *Telefonema*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pg. 142-143

Para rebater esse tipo de argumentação Astrojildo posiciona-se publicamente. E como membro da diretoria da ABDE, chama a atenção para as dificuldades do momento e procura definir como concebia a associação dos escritores e em torno de que eixo estes deveriam se agregar. Para ele, a ABDE havia sido fundada e era mantida por escritores para defesa de seus interesses. Só por isso já se caracterizava como uma associação essencialmente democrática, pois o mais elementar interesse do escritor consistiria em viver e trabalhar em regime democrático, no gozo pleno e intransferível da liberdade de criação literária, artística ou científica. Nesses termos, para ser sócio da ABDE bastava ser escritor, escrever livros de qualquer natureza, colaborar em jornais e revistas, receber direitos autorais em pagamento daquilo que escreve e publica. Os seus estatutos não indagavam da posição filosófica, religiosa ou política dos associados, e por isso tinha associados comunistas e anticomunistas. Suas normas estatutárias não estabeleciam nenhuma discriminação, sendo **todos** os associados iguais em direitos e deveres, independente de quais fossem suas convicções, crenças ou ideologias. Donde enfatizava que "uma associação dessa natureza não pode impedir a filiação de escritores comunistas, nem tampouco os escritores comunistas, que são membros dela, podem sofrer limitações nos seus direitos e deveres sociais porque sejam comunistas"⁴.

Na ABDE existiriam aderentes de vários tipos de crença, das políticas até as espiritualistas, portanto, não havia nenhum

⁴.PEREIRA,A., op.cit. pg. 308

sentido em aceitar nem muito menos se assustar esse tipo de propaganda. Para Astrojildo era necessário estar atento para essa argumentação, porque no fundo ela visava o enfraquecimento e a destruição de "toda e qualquer espécie de organização de cunho democrático". Por isso o ataque à ABDE, exatamente por ser ela "uma associação democrática, se bem que estritamente não partidária". O motivo da investida, em seu modo de ver, era o anúncio da realização de um segundo congresso, que certamente haveria de "querer continuar e completar a obra do primeiro. Razões de sobra para que a reação tente desde já reduzir o prestígio e o alcance da próxima grande assembléia de escritores brasileiros, promovida pela ABDE. Agita-se, estão, mais uma vez o espantalho comunista". Frente a tais circunstâncias, Astrojildo radicaliza o tom grave, que já vinha adotando há algum tempo, e faz um chamamento exatamente quando se comemora um ano da Constituição de 1946: "os escritores, os intelectuais em geral, sócios ou não da ABDE, necessitam mais do que nunca de manter-se vigilantes e ativos, ao lado do povo, na defesa da nossa ainda débil democracia"⁵.

Mas, a preocupação explícita com a grande política de Astrojildo, aparentemente, não encontrava correspondência no universo intelectual carioca, muito recortado por querelas provincianas (Drummond revela esse clima de confraria diletante que mantinha os intelectuais, de um modo ou de outro, em contato permanente). Cultivando vida de vizinhança, frequentando os mesmos bares, realizando jantares de homenagem, os homens e mulheres que

⁵. *idem, ibidem*, pg.309.

compunham o universo intelectual carioca desse período eram também atormentados por dilemas éticos que bem ou mal os colocavam frente às questões propriamente políticas, mas isso se dava com muitas mediações. A questão era bastante problemática, pois diante das mazelas que o socialismo real começava a revelar, diminuía em muito o fascínio que exercera entre os intelectuais, levando-os a se pensar como militantes (os processos de Moscou e a leitura de livros como *Le Zéro et l'Infini* de Artur Koestler eram sintoma e combustível para essa situação). A problematização do socialismo entre os intelectuais de certo modo colocava em questão toda atividade política, no limite identificada como perda da individualidade em prol de uma causa coletiva, pública, social. E se traduzia como "uma das tragédias modernas, a tragédia do homem que se imola à política, sacrificado por aquilo mesmo que enchera toda a sua vida, e que se volta inexoravelmente contra ele".

Mesmo assim, as vésperas do Congresso, até o escritor mais renitentemente apolítico se vê, como em 1945, transformado em ativista. Drummond, referindo-se à última semana de setembro, descreve o clima de embate: "Toda uma semana aplicada ao inútil esforço para conseguirmos uma boa delegação ao 2º Congresso de Escritores em BH. Volto a transformar-me em político, na área da literatura, contra o meu gosto, improvisando-me em executor quase solitário de breve e intensa campanha eleitoral. Sou ajudado quase exclusivamente por Francisco de Assis Barbosa. A princípio, eu não pretendia meter-me de modo algum nessa história, mas acabei arrastado por uma tendência obscura para a agitação, que ao mesmo tempo me atrai e me desencanta. Em casa, a família acha-me outro.

Telefonando de manhã à noite, entregue ao preparo das cédulas, ao ajuste de nomes, pedindo, negociando, mexendo -- e tudo por um assunto que, afinal, não me interessa muito." Drummond explicita a razão que o levava a assumir com tanto empenho o papel de *double* de político: "Tive o prazer de causar uma pequenina apreensão aos comunas, com a minha resolução de lutar pelo caráter não político da Associação Brasileira de Escritores, isto é, para convertê-la em órgão profissional, que congregue os intelectuais em torno de interesses até hoje não defendidos e até negados. Minha impressão é que, com um pouco mais de calma e método, eu os teria derrotado".

Nas páginas de seu diário, Drummond dá informações a respeito da composição política da delegação do Rio de Janeiro para o Congresso. Segundo ele, o resultado se constituiu em vitória relativa do PC, que em 40 nomes contava com 18 ou 19. Entretanto, Drummond achava que "eles ambicionavam representação ainda maior" só aceitando o resultado diante da resistência encontrada. Na guerra dos votos por procuração os "esquerdistas" da diretoria tentaram impedir que fossem apurados. O que só foi resolvido em votação da Diretoria por 5x4 votos, quando tiveram de retroceder, sob a ameaça de renúncia coletiva dos delegados eleitos pelo grupo de Drummond, que assegurava não terem nenhum preconceito anticomunista. Em suas palavras, apenas, queriam "ver a ABDE liberta do controle partidário". Sua avaliação era otimista: "levaremos a Belo Horizonte um bom número de escritores

independentes, de formação democrática, e dispostos a impedir o desenvolvimento sectário dos debates"⁴.

O tom em São Paulo era diferente por que os comunistas eram francamente minoritários entre os escritores, mas não deixava de refletir a situação carioca. Mesmo que em São Paulo a questão da ABDE fosse sempre tratada com um relativo grau de autonomia, é evidente na escolha dos delegados que representariam o Estado no encontro de Belo Horizonte uma certa discriminação dos escritores diretamente ligados ao PC ou identificados com posições mais esquerdistas. Oswald de Andrade em artigo de 8.8.1947, dá interessantes informações sobre o processo de escolha de delegados que deixara na suplência, além dele próprio (terceiro suplente), a Caio Prado Jr. (quinto suplente). Recusando a pecha de que a ABDE seria comunista, Oswald relata que enviara carta pública a Sérgio Buarque de(a) Holanda, presidente local, rompendo com a entidade "por não concordar com os métodos fascistas que manipulam as suas eleições. Acontece que, se o Brasil inteiro tem uma dúzia de escritores, só São Paulo conseguiu fichar quatrocentos. E que o conceito de 'escritor', para fins gremiais, passou de qualitativo a quantitativo. O que interessa é a quantidade de numerário que entra nos cofres sociais, a dez cruzeiros por cabeça. Se essa extensão favorece a vida financeira da sociedade, incluindo no rol de escritores a todos os que escrevem artigos com remuneração, traz o perigo de, como acontece em São Paulo, fazer ingressar em seus quadros qualquer espécie de aventureiro, mesmo analfabeto, que tenha conseguido assinar um artigo, seu ou não, publicado no

6. ANDRADE, C.D.de, *O Observador no Escritório*, ed.cit. pg.71-74.

mais afastado interior. Além disso, essas centúrias de escritores de carteirinha depositam nas mãos de um funcionário da sociedade procurações irrestritas, entregando-lhe o destino de suas diretorias e delegações". Oswald estava se referindo a Mário Neme (o "funcionário referido"), que o teria vetado, e a Caio Prado Jr., como delegados efetivos ao Congresso de Belo Horizonte, chamando-o de "dono da ABDE de São Paulo" e dizendo, que quando secretário do jornalista Abner Mourão, "teve diversos negocinhos com o Dip durante a ditadura, o que não o impediu de excluir da sociedade, por escrúpulos democráticos, o grande poeta Cassiano Ricardo e um dos mais dinâmicos participantes da Semana de 22, Menotti del Picchia". Atacava também Sérgio Milliet e Sérgio Buarque de Holanda, respectivamente ex-presidente e presidente da ABDE-SP, por sua "maneírosa covardia" aceitando a "desvirtuadora inflação de poder nas mãos do procurador Neme", sob o argumento de que ele traria "dinheiro para a Sociedade" e porque no Brasil as eleições seriam "assim mesmo". Sobre a delegação que iria para BH, Oswald diria que "entre os vinte e cinco delegados natos ou eleitos, além de alguns nomes de projeção, seguem para representar os escritores de São Paulo vários funcionários, comerciantes e industriais das relações do sr. Mário Neme. Todos de carteirinha".

Portanto, definida a realização do encontro, desencadeia-se um processo de escolha de delegados para

7. ANDRADE, D., *Telefonema*, ed.cit, pgs.143-144. A Delegação Paulista: Sérgio Buarque de Holanda, Paulo Mendes de Almeida, Mário Neme, Lurdes Santos Machado, Arnaldo Pedrosa d'Horta, Almiro Rolmes Barbosa (membros natos); Antonio Candido de Melo e Souza, Lourival Gomes Machado, João Cruz Costa, Júlio de Mesquita Filho, João de Souza Ferraz, Luiz Martins, Décio de Almeida Prado, José Geraldo Vieira, Carlos Burlamaqui Kopke, Roger Bastide, Domingos Carvalho da Silva, Fernando de Azevedo, Havanir de Alcantara Silveira, Jamil Almansur Haddad, Ernani Silva Bruno, Pedro Santiago Chacair, João Amoroso Neto, Albertino Moreira e Alessio Ciccarini.

representarem os Estados no decorrer do qual ficará óbvio que os intelectuais tinham outras divergências, além daquelas anunciadas. Tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, vão se tornando cada vez mais evidentes as escaramuças contrapondo comunistas e aliados X udenistas e aliados (esquerda democrática, inclusive). No Rio de Janeiro a polarização dentro da ABDE era mais explícita. Em São Paulo, o núcleo hegemônico, articulado em torno da chamada esquerda democrática, também mantinha com os comunistas uma relação conflitiva: mesmo se pondo à esquerda do PC estadual, no plano nacional a "esquerda democrática" aliava-se com os escritores assumidamente udenistas. É interessante considerar que em São Paulo a principal liderança que se contrapunha a este grupo era exatamente Caio Prado Jr, eterno opositor da direção do PC.

Seja como for, os indícios da guerra fria já se faziam sentir com o Presidente Dutra comandando a radicalização da pressão sobre o PC. E o caráter unitário, que aproximara o liberalismo e a esquerda em torno da perspectiva de se construir uma cultura democrática, a essa altura se via bastante abalado. Em maio de 1947, o Tribunal Superior Eleitoral cassa o registro do PCB; em outubro o governo brasileiro rompe relações com a URSS; e por fim, em janeiro de 1948, são cassados os mandatos dos parlamentares comunistas.

A progressiva truculência do sistema político inclusivo, não teria obrigatoriamente de levar à ruptura os dois campos intelectuais opositoristas ao Estado Novo. O fato é que se estabeleceu a divisão entre os intelectuais, em larga medida

derivada do clima "guerra fria", mas resultante também da incapacidade desses setores formularem melhor a relação entre cultura e política. Não foram poucos os que apostaram na ruptura entre os dois campos, sem perceber que suas consequências seriam muito mais profundas do que o imaginado. Do lado da esquerda prevaleceu a lógica conspirativa e o dogmatismo, descambiando em sua versão majoritária para um acentuado "esquerdismo". Do lado liberal prevaleceu a versão mais radicalizada da UDN; o estímulo para a ruptura foi dado por gente do porte de Carlos Lacerda, cujo estilo veemente, se não revela tudo, dá a medida do tom elevado dos embates. Em realidade a polarização das relações internacionais, gerara nos dois campos os seus próprios radicais, que atuavam como se entre eles houvesse uma guerra. No 2º Congresso Brasileiro de Escritores essa mudança começaria a se tornar explícita.

Obvio que entre os escritores a divergência ideológica, num primeiro momento, não se colocou em termos tão diretos. Afinal, no universo da cultura tudo tem múltiplos sentidos e é sempre cheio mediações. Mas, de qualquer modo, nesse primeiro semestre de 1947, politicamente tão relevante para a continuidade da democracia, a ABDE do Rio de Janeiro se viu colocada na mira dos conservadores que passariam a atacá-la como comunista ou controlada por comunistas. E isso apesar da composição da Diretoria, com Guilherme Figueiredo na presidência da entidade e Anibal Machado no Conselho Fiscal, desautorizar qualquer juízo semelhante.

E neste contexto que se iniciam os preparativos para a realização do segundo Congresso Brasileiro de Escritores, em Belo Horizonte. Durante todo o mês de setembro a imprensa do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Belo Horizonte, de Salvador, vinha noticiando a realização do encontro. Além disso, desde o início do ano, intelectuais conhecidos insistiam na necessidade de um congresso nacional de escritores. E mesmo que não houvesse consenso quanto às razões que o tornavam tão relevante, concordavam quanto a urgência de sua realização. Para alguns, o eixo principal deveria ser a discussão das ameaças à ordem democrática que estariam assolando o cenário político nacional. Para outros, a urgência se impunha face à necessidade de se dar uma solução definitiva e satisfatória para a questão dos direitos autorais.

Na medida em que a data do encontro se aproxima, mesmo com o desinteresse de parte da grande imprensa⁸, aumenta o destaque à questão dos direitos autorais, que para muitos dos que se posicionavam nos jornais deveria ser o eixo principal das discussões. A ênfase é compreensível, já que estava em tramitação no Congresso Nacional um projeto de lei a esse respeito. Não é de se estranhar, portanto, que o ângulo considerado prioritário para travar a discussão entre os intelectuais envolvesse exatamente a relação entre a ABDE (gestão Guilherme de Figueiredo) e os editores em torno da regulamentação pela Câmara dos Deputados da lei sobre os direitos autorais⁹.

8. JURANDIR, D., "O silêncio da imprensa sobre o Congresso de Escritores", in *Literatura* nº 6, Rio de Janeiro, outubro-dezembro de 1947, pgs. 38-39.

9. NEME, Mário -- "Editores e direitos autorais", *O Estado de São Paulo*, 2.10.1947.

A outra ênfase com que se procurou encaminhar o debate preparatório do Congresso dava prioridade absoluta à preocupação com a democracia e com a defesa das liberdades democráticas. Os que estavam apostando nisto -- a maioria comunista ou ligada aos comunistas-- pretendiam estar em linha direta de continuidade com a Declaração de Princípios do I Congresso realizado em 1945 e que havia insistido na necessidade de se manter o caráter público, e mesmo politizado, não apenas da Associação dos Escritores como também do trabalho intelectual. Astrojildo Pereira vinha batendo nessa tecla em sua atuação como publicista e também como membro da diretoria da ABDE-RJ. Suas intervenções na imprensa partidária, o trabalho em *Literatura* e a atuação como membro da diretoria da ABDE, atestam isso. Desde o início de 1946 que Astrojildo insistia -- contra aqueles que viam na relação do intelectual com a política uma perda da especificidade de seu trabalho-- que não seria com a abstinência de vida pública que os intelectuais conseguiriam manter sua "independência", sua "liberdade", seu "espírito". Reconhecendo que a liberdade de criação era a "condição vital para a elaboração da obra de arte"¹⁰, não aceitava que o fato de pertencer ao PC, por si só, significasse prejuízo para o exercício dessa liberdade. Do seu ponto de vista o que punha em risco a liberdade de criação eram as reminiscências fascistas e fascistóides, transformistas enfim que, insistindo em sobreviver, ameaçavam toda e qualquer liberdade. Frente a esse diagnóstico, conclamava todos os "intelectuais brasileiros, escritores, poetas, publicistas, artistas, homens de ciência",

10. PEREIRA, A., *Crítica Impura*, Rio de Janeiro, 1962, pg. 267.

enfim todos os "trabalhadores intelectuais", para que se unissem em torno de um grito de alerta: "A democracia brasileira está em perigo !!!" Contra ela articulavam-se as forças que, batidas militarmente nos campos de batalha da Europa e da Ásia, não estavam contudo "liquidadas no terreno político e moral". Os intelectuais não poderiam fugir por isso "à responsabilidade de estar ao lado das forças democráticas e progressistas". Diante desse imperativo, Astrojildo coloca-se na condição de "pequeno-escriptor" e "comunista", inteiramente identificado com a classe operária, e dirige-se aos intelectuais não comunistas no sentido de conclamá-los a entender que não é possível "haver democracia, na época atual, sem a participação ativa dos comunistas" e de que o ódio anticomunista resultaria de "uma concentração de interesses e sentimentos antidemocráticos", diante dos quais "hesitar é concorrer, queiram ou não, para o retrocesso da democracia"¹¹.

Em São Paulo, onde a peça inquisitorial não era tão exasperada, procurou-se imprimir às discussões um sentido mais profissional. O que não impediu que houvesse muita política na definição dos delegados que iriam representar o estado no Congresso de Belo Horizonte. Entretanto a ênfase prioritária foi a dos direitos autorais, pois diferente do Rio de Janeiro onde os comunistas eram majoritários, em São Paulo estavam em nítida minoria, como se pode depreender do relato de Oswald mostrando que ele e Caio Prado Jr. haviam sido preteridos por pequenos escritores de província mais afinados com o grupo dominante.

11. *idem, ibidem*, pg.269-270.

Política X Profissão: a tragédia anunciada.

O II Congresso Nacional dos Escritores se instala, em 16.10.1947, com um discurso do governador mineiro Milton Campos, cujo teor merecerá grande destaque na imprensa. Após as saudações e moções, são constituídas cinco comissões de trabalho: a) Direitos Autorais; b) Cultura e Assuntos Gerais; c) Teatro, Rádio, Imprensa e Cinema; d) Assuntos Políticos; e) Assuntos de Livro e Divulgação da Produção Literária. Os jornais não se cansarão de frisar que o Congresso transcorrerá em clima de animação¹², sem que se evidenciem as divisões latentes.

A ênfase da grande imprensa iria toda ela no sentido de que o Congresso se dedicasse aos temas corporativos, deixando de lado as questões políticas. Os jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo informavam sobre o Congresso e apresentavam os temas indicados pela ABDE para serem discutidos no enclave: Direitos Autorais; Intercâmbio Cultural; O Escritor e a Luta pela paz; O escritor e a defesa da Democracia; A difusão do livro e a situação econômica do país; O livro didático; Teatro, Rádio, Imprensa e Cinema; Problemas de Arte Literária.

Mas logo na abertura o liberal baiano Rafael Corrêa de Oliveira, apresenta à mesa e Guilherme de Figueiredo, presidente nacional da ABDE, na sessão de abertura, procede à leitura de uma

12. Carlos Drummond em seu diário descreve o clima: "Em Minas, passeios, encontros de amigos, clima de festa ambulante de intelectuais. A noite, baile no Automóvel Clube, onde Osório Borba dança com Eneida um samba amaxiado que faz arregalar os olhos às tímidas senhoras mineiras. Que faço num baile? Chateio-me. Alguém, pelo microfone, pede uma salva de palmas para um ilustre componente da nossa delegação: o Barão de Itararé, 'grande cidadão e amigo do povo'. Os dançarinos não se abalam com a revelação". *O observador no escritório*, ed.cit,pg.75.

moção de protesto contra a condenação e prisão de jornalista baiano e delegado ao Congresso. O texto dizia exatamente o seguinte: "O II Congresso Nacional de Escritores, tomando conhecimento da condenação do sr. Aidano do Couto Ferraz, delegado da Bahia, a seis meses de prisão --condenação baseada em dispositivos da Lei de Segurança, que vem das trevas da ditadura - resolve protestar energicamente contra esse fato que revela apenas a precariedade das instituições democráticas no Brasil e demonstra a necessidade de uma permanente vigilância na defesa das liberdades públicas"¹³.E foi aprovado por aclamação.

No entanto, o grande tema do encontro foi o dos direitos autorais, não só pela ênfase da imprensa, mas principalmente em virtude da existência do projeto de lei (nº 539, de 02.12.1946) em discussão na Câmara Federal visando regulamentar o assunto. A proposta em questão era resultado de um anteprojeto elaborado por Guilherme Figueiredo e apresentado pela diretoria da ABDE ao Congresso Nacional através do Deputado Euclides Figueiredo. O projeto criara grande polêmica entre os intelectuais no eixo Rio-São Paulo, principalmente por que atribuía à ABDE a tutela sobre as obras dos escritores em nome da defesa dos direitos autorais. Além da polêmica algumas medidas práticas foram tomadas tendo o projeto como mote. Jorge Amado apresentou ao Congresso Nacional um substitutivo em 08 de setembro de 1947, no qual procurava amenizar a pretensão de tutela presente no projeto. Aires da Mata Machado escreveu um memorial, com um encaminhamento bastante assemelhado ao de Jorge Amado, apresentando-o ao plenário do Congresso de

13.O motivo da prisão de Aidano foi ter colocado entre aspas o título de professor do secretário da Presidência da República e ter criticado a lei de segurança, qualificando-a de fascista.

Escritores. Além disso, em 04.10.1947, o Ministro da Justiça designara uma Comissão para estudar os efeitos das leis referentes à cobrança de direitos autorais, elaborar um relatório e apresentar um anteprojeto de regulamento, tendo em conta o decreto 20.943 de 20.01.1946. Ou seja, o próprio Estado via-se impelido a se posicionar a respeito de uma tentativa de institucionalizar corporativamente a tutela sobre a categoria -- uma tentativa que, no limite, concorria com a tutela estatal sobre as profissões e associações -- herança estadonovista ainda em vigor¹⁴.

Durante o mês de outubro, vários organismos de imprensa publicam artigos e comentários de intelectuais sobre o tema. Nas páginas de *O Estado de São Paulo*, Sérgio Milliet, entraria na discussão sobre os direitos autorais chamando a atenção para a importância do problema e sugerindo que fosse abordado de forma definitiva no encontro de Belo Horizonte. O debate sobre o projeto de lei, a partir de agosto, havia gerado grande polêmica, especialmente em torno da questão do "domínio público" em matéria de propriedade literária. Milliet consideraria a proposta um verdadeiro absurdo por constituir uma exceção a toda a legislação atual sobre a propriedade privada. Além disso, Milliet levantava o

13.O texto do decreto nº 20.493, de 24.01.1946 -- "CAPITULO X -- Do direito do autor: Art.105 -- As sociedades nacionais ou estrangeiras, legalmente constituídas para a defesa de direitos autorais, reputar-se-ão mandatárias de seus associados para todos os fins de direito, pelo simples ato de filiação às mesmas. § 1º -- As sociedades a que se refere o presente artigo promoverão o registro de seus associados no S.C.D.P. § 2º -- A transferência de associados de uma sociedade para outra deverá preceder prova de desligamento, com a necessária audiência da entidade pela qual o autor se registrara. Art. 106 -- O S.C.D.P. prestará às referidas sociedades todo o apoio que lhe seja requerido em defesa do direito do autor, na conformidade do Decreto-lei nº 5.492, de 16.07.1928, do Decreto nº 18.527, de 10.12.1928 e de outros dispositivos legais referentes ao assunto". Esse decreto tem uma origem um tanto obscura, pois é promulgado uma semana antes de Dutra tomar posse, durante o governo provisório de José Linhares, aprovando o Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública. Estranhamente, num governo de transição e pouco antes da instalação da Assembleia Constituinte, o Presidente da República (José Linhares), através deste decreto, não apenas reforçava a estrutura de controle, censura e fiscalização criada pelo Estado Novo, como reproduzia integralmente seu estilo, na pretensão de regulamentar as iniciativas da sociedade civil e a própria produção cultural.

problema da "inalienabilidade dos direitos autorais" e colocava senões a um outro ponto polêmico: à equiparação do tradutor ao salário do autor¹⁵.

Mas o debate mais ilustrativo travado na imprensa ocorreria nas páginas da *Folha da Manhã*, onde foram publicadas inúmeras matérias e entrevistas a respeito. Selecciono um conjunto de entrevistas realizadas pela *Folha* por darem um painel bastante interessante sobre o debate. Dentre os entrevistados estavam: Moises Velinho, crítico e ensaísta, autor de "Letras da Província"; Erico Verissimo; José Geraldo Vieira, escritor de Marília, ex-vice-presidente da ABDE, seção São Paulo, delegado a todos os Congressos (1945, 1946, 1947); Darci Azambuja, prof. da Faculdade de Direito de Porto Alegre e autor de diversas obras; Hamilcar Garcia e Jamil Almansur Haddad.

No essencial, todos apresentavam argumentos muito favoráveis à uma legislação que regulamentasse o problema dos direitos autorais, mas se opunham ou faziam ressalvas, às restrições que o anteprojeto de lei proposto pela ABDE continha quanto a possibilidade de o autor poder dispor com total liberdade de sua propriedade literária. Nesse sentido, inclusive, já haviam se manifestado os escritores riograndenses, enviando telegramas à Câmara dos Deputados em favor da iniciativa tomada pela ABDE, visando a aprovação de uma lei, mas ressalvando que o anteprojeto consagrava dispositivos que uma vez convertidos em lei negariam os próprios objetivos que os haviam inspirado. Todos os entrevistados viam no projeto boas intenções e uma preocupação geral correta,

15. MILLIET, S., "Direitos Autorais", *O Estado de São Paulo*, 07.10.1947.

pois todos eram favoráveis a uma legislação que defendesse os direitos dos escritores. Mas lhe criticavam os "excessos" que poderiam manchar as preocupações que estiveram em sua origem. Se opunham principalmente à pretensão presente no projeto de Guilherme de Figueiredo de, no limite, a ABDE alienar a propriedade literária, colocando restrições à liberdade do autor.

A questão principal, portanto, estava relacionada com a tutela que o projeto da ABDE previa sobre a produção dos escritores. Moisés Velinho dizia a esse respeito: "Não me parece, por exemplo, que a reação tutelar da ABDE sobre os direitos autorais de seus associados deva assumir tamanha plenitude que chegue a constituir uma restrição perigosa ao livre exercício desses mesmos direitos"¹⁶. Erico Veríssimo perguntado sobre esse ponto, rebatia a proposta de tutela por considerá-la totalitária: "É natural que a ABDE cuide dos interesses de seus membros, mas não me parece aceitável que seu zelo vá tão longe..."¹⁷

O zelo a que se referia Veríssimo, estava expresso no artigo dois do projeto, referente ao direito autoral, que no limite proibia o autor de transferir, vender, dispor e doar seus direitos. O que era considerado pelos entrevistados um retrocesso, pois ao invés de defender estava limitando a liberdade do escritor. E mesmo levando em conta que o objetivo da disposição era evitar que, premido por circunstâncias adversas, o escritor se desfizesse definitivamente de seus direitos autorais, era impossível não arguir sobre a sua inconstitucionalidade, pois feria diretamente a liberdade individual. Além disso, a disposição

16. VELINHO, M., "A legislação sobre direitos autorais", *Folha da Manhã*, 17.10.1947.

17. VERÍSSIMO, E., "A legislação sobre direitos autorais", *Folha da Manhã*, 01.10.1947.

não levava em conta que havia certos direitos autorais, como o relativo a obras coletivas, que o escritor tinha vantagens em alienar.

O projeto dava também à ABDE, procuração para entrar no terreno baldio do domínio público, pretendendo que a Associação ficasse como curadora dos ausentes e falecidos, através da proposição de duas possibilidades: 1) adiando o domínio público por dez anos, tempo durante o qual ela, Associação, faria usufruto do mesmo; 2) outra, seria a de ela usufruir da vitalidade póstuma dos clássicos (Homero, Virgílio, etc.).

Sobre esse tema José Geraldo Vieira tinha uma interessante interpretação: "É infantil supor que uma editora possa viver somente com obras de bibliografia atual. E também é pueril supor que, ao editar ela obras já em domínio público, esteja explorando alguém, sendo ainda mais pueril que tal exploração passe a ser feita por uma associação de defesa de nomes e de classe ... Suponha-se casas como Sagittaire, Flammarion, Egloff, Albin Michel, etc. que lançam permanentemente obras caídas em domínio público, vir em suas programações taxadas por um herdeiro presuntivo e simbólico! Suponha-se casas como a Randon House, Macmillan, Bretanos, Gallimard, Hachette, Grasset, por exemplo, terem a ameaça de uma lei legalizada embarafustar pela intimidade de suas efetivações comerciais, como se se tratasse de gente inidônea"¹⁸.

Outro ponto polêmico do projeto era o artigo que subordinava as condições de negociação do trabalho intelectual

18.VIEIRA, J.G., "A legislação sobre direitos autorais", *Folha da Manhã*, 08.10.1947.

à intermediação da ABDE. Sobre isso, Erico Veríssimo dizia: "É um artigo absurdo. Só quem não conhece o mundo editorial é que podia pensar num artigo tão clamorosamente simplificador. Longe de servir os interesses do escritor, ele lhe limitará as possibilidades". Em relação ao artigo 3, outra polêmica, agora em relação à equiparação, para efeitos financeiros, de tradução e trabalho original. Todos, sem exceção, discordam da equiparação. Mesmo quando aceitam que, em alguns casos, a tradução se constitui numa verdadeira criação, consideram um contra-senso generalizar a exceção por simples imperativo legal. Afinal, ainda se reconhecendo que um bom tradutor mereceria ser pago concenciosamente, isso não poderia significar a equiparação deste trabalho ao de criação. Sem falar nas diferenças da tradução entre um texto sério e um "best-seller" vulgar.

Veríssimo, colocando-se contra a proposição, dizia ser mais correto que os tradutores procurassem o melhor pagamento possível pelo seu trabalho, pois analisando-se o custo da produção de um livro, seria impossível remunerar o tradutor com uma porcentagem sobre o livro nem fazer um novo acerto a cada edição, já que isso prejudicaria o pagamento dos direitos autorais dos escritores.

Mas, além de discordarem de aspectos pontuais do anteprojeto, todos se colocavam contra o seu espírito. José Geraldo Vieira via nele uma ênfase excessivamente corporativista quando tratava o autor como vítima constante do editor de cujas garras a legislação deveria protegê-lo. Para ele, o mais comum na mecânica editorial brasileira era que, bem pesadas as coisas,

escritores e editores fossem vítimas. Ao que acrescentava que nenhum escritor de grande tiragem (como José Lins do Rego ou E. Veríssimo) teria mantido a continuidade de sua produção se não contasse com um editor de qualidade. Em suas palavras: "Não se pode negar que a Editora José Olímpio, a Globo, a Brasiliense, a Nacional, etc., criaram a possibilidade de o autor nacional existir, mesmo na época anômala da guerra".

Sendo um profissional de editora, Veríssimo via o projeto da diretoria da ABDE como manifestação de um velho ressentimento de autores com relação a editores, que até certo ponto tinha razão de ser. Seus dezessete anos de trabalho junto a uma casa editora, lhe davam condições de opinar sobre o assunto. Para ele haveria um certo exagero na colocação do problema, pois a existência de editores menos escrupulosos e de jornais e revistas que tinham "o mau hábito de reproduzir artigos, histórias, ensaios e poemas sem consultar os autores e sem lhes dar a menor remuneração", não poderia ser generalizada¹⁹. Esse tipo de abuso precisava acabar e aí a ABDE poderia e deveria "exercer sua fiscalização, como faz a SBAT" (Sociedade Brasileira de Autores Teatrais).

Entretanto, tudo o que saísse desse nível deveria ser decidido "entre autor e editor, ao sabor dos interesses e possibilidades de cada um". Baseando-se em sua experiência, Veríssimo afirma ser "esse sistema é viável e prático", desde que existisse confiança mútua. No que o "negócio editorial" não era

19. Em suas palavras: "Alega-se que de quando em quando aparece a edição clandestina de um livro... Que um editor imprime um certo número de exemplares de uma obra e depois só presta contas de um número muito menor que o das tiragens. Ora, esses são apenas casos de polícia. Não é necessário conseguir nenhuma legislação especial para reprimir esses abusos, ou melhor, esses delitos".

diferente dos outros negócios. De modo que se alguém se sentisse lesado, aí sim, cabia tomar as medidas jurídicas. Com essa análise, Veríssimo criticava aqueles que apoiavam o projeto, pois ainda que bem intencionados, estavam desinformados a respeito do negócio editorial.

Com essas ressalvas, pretendia-se evitar um clima exasperante entre autores e tradutores, de um lado, e editores, de outro. Pois se isso acontecesse, todos perderiam, principalmente o país. Inclusive porque Darci Azambuja, professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre, diria que no projeto havia disposições inaceitáveis; umas por serem inconstitucionais, outras por atentarem contra os direitos do próprio autor. Assim ele considerava o artigo 31 que estabelecia que, salvo cláusula expressa em contrário no ato da filiação, a ABDE seria reputada mandatária de seus associados. De modo que a lei daria uma tutoria sobre os escritores, muitos já filiados a ela sem restrição. Azambuja perguntava: "Mandatária para que e até onde?" E criticando a não explicitação do caráter do mandato, continuava: "Ora, não há mandatos ilimitados, sem designação de objeto e de condições. E se o intuito do artigo é o de que, em cada caso, é a Associação que tem poderes para agir, e não o escritor, ou que ela pode agir sem solicitação nem consentimento dele, então o dispositivo constitui uma aberração jurídica²⁰".

A posição mais crítica em relação ao projeto veio de Hamílcar Garcia, pois atingia também a própria concepção da Associação de Escritores. Para este autor, a ABDE teria se

20. AZAMBUJA, D., "A legislação sobre direitos autorais", *Folha da Manhã*, 09.10.1947.

constituído a partir de um conceito de classe anacrônico, já que não haveria nada de coletivo no ato de escrever. Não cabendo, portanto, uma associação com tal finalidade, principalmente porque, havendo liberdade, os escritores não teriam em nenhum lugar um denominador comum. Em suas palavras: "Escrever é uma atividade fortuita, variável, subsidiária. Querendo transformá-la em atividade regular, respeitável, com aposentadoria, menos horas de trabalho, descontos nos gêneros de primeira necessidade e outras garantias de 'classe', a ABDE teria de obrigar o público a ler tudo o que se escreve, a consumir parelha e indiscriminadamente todo o produto por ela colocado. Como essa compulsão é impraticável, vê-se na contingência de compelir em outro terreno, assumindo o papel de distribuidora exclusiva da produção -- uma espécie de híbrido que fosse ao mesmo tempo monopólio capitalista e 'kolkhoz' literário". Por isso, vai considerar que a ABDE é uma entidade mais política do que literária. "Não me refiro à política partidária mas a um estado de espírito que se poderia descrever como uma preconceituosa 'social-consciousness'"²¹.

Foi exatamente procurando uma alternativa para esse impasse que Jorge Amado, parlamentar e presidente da delegação baiana ao Congresso, apresentara um substitutivo em 08.09.1947, no qual tentava amenizar a pretensão tutelar do projeto. Na mesma linha iria o memorial de Aires da Mata Machado. Na avaliação de Astrojildo Pereira, após o encontro dos escritores, isso ficaria claro: "a questão do direito autoral foi certamente a que, em

21. GARCIA, H., "A legislação sobre direitos autorais", *Folha da Manhã*, 11.10.1947

comissão, provocou mais obstinada divergência. Três correntes se manifestaram desde o início e se mantiveram na mesma posição até o fim: a do projeto de lei em curso na Câmara dos Deputados, a do parecer e substitutivo Jorge Amado, e a do memorial Aires da Mata Machado Filho. Diferenças secundárias separavam entre si as duas últimas correntes, ao passo que ambas se contrapunham de modo radical a alguns pontos essenciais do projeto, relativos ao princípio da inalienabilidade do direito público, à associação profissional única, ao mandato compulsório e à função tutelar delegada da associação, etc."²² Só que no final, apesar da polêmica envolvendo o tema, não se chegando a uma solução unitária, decidiu-se no Congresso de Escritores deixar a questão em aberto, encaminhando para a Câmara dos Deputados os materiais que haviam servido de base às discussões.

Além disso, embora tenham sido numerosos os esforços para que a questão dos direitos autorais ocupasse o centro do Congresso, não foi possível evitar que temas propriamente políticos viessem à tona e, num certo sentido, "dramatizassem" o conclave. Milliet em avaliação posterior a esse respeito diria: "A exploração política de uma questão profissional por um lado e misteriosas intervenções por outro, impediram o debate amplo e esclarecedor que houvera permitido solução mais lógica..."²³

O mote seria dado por uma moção, apresentada pelo delegado mineiro Aires da Mata Machado Filho se posicionando contra a cassação do registro do Partido Comunista, dirigindo-se ao Supremo Tribunal Federal e solicitando-lhe que apressasse o

22. PEREIRA, A., "O Congresso de Belo Horizonte", in *Literatura* nº 6, outubro-dezembro de 1947., pg.3.

23. MILLIET, S., "A margem do Congresso de Belo Horizonte", *O Estado de São Paulo*, 21.10.1947, pp.6

juizamento do recurso do PCB. Até então os trabalhos da Comissão haviam sido facilitados por uma atitude recíproca de tolerância e cooperação. Segundo Drummond, nenhum "debate menos cordial entre escritores de esquerda e escritores democratas. Os pontos de vista eram apresentados e defendidos habilmente, tendo-se em mira a necessidade de chegar a resultado harmonioso, que prestigiaria o Congresso e a ABDE. Assim, afastaram-se de discussão todos os pontos que pudessem extremar as correntes ali representadas"²⁴. A leitura de Astrojildo Pereira da moção proposta por Aires da Mata teria deixado estarecidos os congressistas que participavam do trabalho da Comissão Política, pois nada havia se discutido a respeito. Principalmente porque, apresentada diretamente ao plenário a moção fora aprovada por aclamação. A situação ficava extremamente difícil porque não era possível "deixar de votar contra atos políticos atentatórios da liberdade de associação e de mandatos populares"...,"Mas a aprovação pura e simples de atitudes não consideradas antes pelo órgão competente, e que importavam em unilateralidade de ponto de vista, anulando todo o trabalho de preparação para que o Congresso não se tornasse órgão do Partido, levando a reboque os escritores que, amando a liberdade, a ele não se subordinavam, criou situação insustentável"²⁵.

Na última sessão plenária do Congresso, Alceu Marinho Rego pediu a palavra, e leu uma declaração interpretativa, assinada por ele e por mais sessenta e cinco congressistas, onde chamava a atenção para o fato de que o voto favorável dado por

24. ANDRADE, C.D.de, *O Observador no Escritório*, ed.cit.pg.75.

25. *idem*, *ibidem*, pg.76.

eles à aprovação da moção Aires da Mata Machado Filho, contra o fechamento do Partido Comunista e alusiva à questão da cassação de mandatos, "não implicava, de maneira nenhuma, em aceitação dos princípios e objetivos do Partido Comunista do Brasil, representando tão somente uma afirmação democrática de confiança na convivência pacífica das diferentes correntes da opinião nacional"²⁶.

Em seguida Marinho Rego leu uma outra declaração. Nela 10 membros da Comissão Política renunciavam, em caráter irrevogável, a seus mandatos, tendo em vista que a referida moção, de caráter político importante, não fora submetida a consideração da dita comissão. Aproveitando-se da colocação de Marinho Rego, Afonso Arinos de Melo Franco usou a palavra dizendo que, embora continuasse a formar de Aires da Mata Machado Filho o merecido conceito, os membros da comissão de Assuntos Políticos (10 em 24) se consideravam não só resignatários²⁷, como também se retiravam do plenário.

26. Assinavam a declaração interpretativa: Rodrigo Melo Franco de Andrade, J. Guimarães Alves, Lourival Gomes Machado, Edgar Bodó da Mata Machado, Orlando M. Carvalho, Antonio Cândido, Arnaldo Pedrosa d'Horta, Dante Costa, Carlos Drummond de Andrade, Odilo Costa, filho, Alcantara Silveira, Afonso Arinos de Melo Franco, Martins de Almeida, Clovis Ramalho, Domingos Carvalho da Silva, Homero Sena, Aloisio Alves, José Lins do Rego, Otávio Tarquínio de Sousa, Gastão Cruls, J. Lourenço de Oliveira, Luis Martins, Sérgio Milliet, Murilo Rubião, Cid Rebelo Horta, Arnon de Melo, João Condê, Pompeu de Sousa, Almeida Sales, Rodrigo Otávio Filho, A. Cicarinni, João de Sousa Meneses, João Amoroso Neto, Emilio Moura, Alphonsus Guimaraens Filho, Guilherme Figueiredo, Paulo Mendes Campos, Mário Neme, Carlos Lacerda, Wilson Castelo Branco, Murilo Araújo, Helio Pelegrino, Heli Menegale, Carlos Castelo Branco, Wilson de Figueiredo, Arduino Bolivar, Jair Rebelo Horta, Pedro S. Chocair, Murilo Miranda, Carlos Burlamaqui Kopke, Lucia Miguel Pereira, Geraldo Couto Rodrigues, Décio de Almeida Prado, Alceu Marinho Rego, Osório Borba, Dalton Trevisan, João Dornas Filho, Rafael Corrêa de Oliveira, Amaro de Queiroz, Otto Maria Carpeaux, Braga Montenegro, Frans Martins, José Stenio Lopes, Antonio Birão Barroso, Haroldo Maranhão, Julio de Mesquita Filho.

27. Declarando que a Comissão perdera seu objeto, pois a moção não lhe fora submetida conforme o regimento previa, informavam à mesa a intenção de renunciar a seus cargos: Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Alceu Marinho Rego, Antonio Cândido, Carlos Drummond de Andrade, Lourival Gomes Machado, Odilo Costa, filho, Arnaldo Pedrosa d'Horta, Aloisio Alves, J. Guimarães Alves, Afonso Arinos de Melo Franco.

Ambas são lidas com deliberada ausência de ênfase por Alceu Marinho Rego. Mas lidas juntas, as moções ganham maior densidade, pois introduzem uma mensagem implícita de ruptura entre os escritores. Nesse sentido, contribuem para politizar integralmente o encontro, mesmo que isso se faça em nome de sua não politização. O radicalismo da atitude tomada pelos 10 renunciantes da comissão de Assuntos Políticos ganhava outro significado, causando maior impacto a medida que se atenta para os nomes dos signatários do primeiro documento, pois entre eles havia figuras muito representativas.

Frente a essas colocações, Aires da Mata Machado declarou que assumia inteiramente a paternidade da moção, não retirando dela uma única palavra, por julgá-la justa. O assunto a partir daí ganhou outra dimensão, provocando agitados e prolongados debates e demandando várias gestões no sentido de harmonizar as correntes interessadas na matéria. Mas a princípio se anuncia um clima de agitação que vai se prolongando e ameaçando comprometer a própria continuação do congresso. A delegação paulista contribui para a radicalização. Um aparte de Mario Neme, acusando a mesa que dirigia a sessão, da qual fazia parte o também paulista Paulo Mendes de Almeida (presidente eventual dos trabalhos), de golpista por ter permitido a apresentação da moção diretamente ao plenário, levá-lo a renunciar. Guilherme de Figueiredo, presidente efetivo não reassume o lugar, declarando-se também renunciante (em realidade G.Figueiredo, aproveitava-se oportunisticamente do impasse para renunciar, já que a razão que o levara à renúncia se relacionava com a questão dos direitos

autorais -- ele apoiava o projeto que tramitava pelo legislativo e que fora apresentado por seu pai --, cujo debate se encaminhava para um desfecho contrário a seu ponto de vista).

Astrojildo assume a presidência e é constituída uma comissão para pedir a Paulo Mendes de Almeida que retorne, com as desculpas de Mário Neme. Ele aceita e o clima se alivia, mas os renunciantes da Comissão de Assuntos Políticos, irredutíveis, através de Aluísio Alves, consideram terminada sua missão. Aluísio Alves faz a ressalva de que tal atitude não significava desinteresse pelo Congresso e que, pelo contrário, desejavam-lhe boa sorte e esperavam que tivesse "êxito". Mas, apesar dessa declaração formal de espírito unitário, a atitude tomada por esses escritores, nesse momento, é de tamanha radicalidade que põe em risco, não apenas o Congresso, como também a própria existência da ABDE.

A partir de um ponto o clima ficou tão pesado que a sessão foi suspensa para que se realizassem entendimentos visando à harmonização das posições, pois temia-se que o episódio pudesse levar outros congressistas a abandonarem o encontro -- circunstâncias que trariam sérias consequências para a ABDE. Júlio de Mesquita Filho desenvolveu gestões entre os congressistas renunciantes no sentido de que esses entendimentos viessem a acontecer. Jorge Amado apelou para Aires da Mata que concordasse que sua moção fosse submetida à Comissão de Assuntos Políticos como contribuição para a final "Declaração de Princípios" e a bem do êxito do certame. O escritor mineiro (Aires) transformou o apelo em proposta, rapidamente aprovada com aplausos.

Os renunciantes foram procurados então por uma comissão de notáveis (Otávio Tarquínio de Sousa, Lúcia Miguel Pereira e Júlio de Mesquita Filho) que, trazendo o compromisso dos comunistas de voltarem atrás, considerando nula a moção, lhes solicitavam que voltassem e reassumissem os seus trabalhos. As primeiras reações foram de recusa, argumentando-se que o incidente fora mais grave do que aparentava. Antonio Cândido dizia ter elementos para considerar que a moção havia sido elaborada subrepticiamente pelos comunistas, afinal, dela só não haviam tido conhecimento prévio os congressistas não alinhados com o PC. Essa posição é corroborada por outros congressistas que vêem no episódio "premeditação e malícia".²⁸ Mas, ao final, acabam cedendo aos apelos.

Como consequência, retornaram ao recinto os membros renunciantes da aludida comissão, que desse modo concordavam em voltar as suas funções. Aparentemente, com o retorno dos congressistas, o episódio estaria superado e a unidade dos escritores assegurada. Inclusive, essa foi a interpretação de parte da imprensa. A *Folha da Manhã*, se referiria ao ocorrido assim: "foi debelada a crise que de maneira tão viva abalou o Congresso. E os trabalhos continuaram"²⁹.

No dia seguinte, a comissão aprovou a declaração de princípios, redigida por Afonso Arinos (da ala democrática da UDN), Arnaldo Pedroso d'Horta (da esquerda democrática) e Pedro Mota Lima (comunista histórico, muito ligado a Astrojildo). Drummond defendeu a ressalva em proveito do escritor, reconhecendo

28. ANDRADE, C.D., op.cit, pg.78.

29. *Folha da Manhã*, 21.10.1947.

o direito de manter-se dentro do domínio estético, se assim lhe aprouver. Mota Lima e Mário Schemberg consideraram-na dispensável, mas Antonio Cândido considerou essencial sua introdução no texto final. O plenário aprovou a declaração, e aparentemente tudo acabou em paz, com a fórmula "posição de combate do escritor" transformada em "posição de vigilância", e o repúdio "À ditadura de classe" ampliado para "qualquer forma ou sistema de ditadura"³⁰.

Seja como for, o II Congresso terminaria aprovando uma "Declaração de Princípios" que reafirmava a adesão dos escritores aos postulados democráticos. A íntegra do texto é reveladora: "os escritores brasileiros, reunidos em seu 2º Congresso reafirmam, em toda plenitude, a declaração de princípios do 1º Congresso.

"A legalidade democrática, ali reclamada coletivamente, foi restaurada pela constituição de 18 de setembro de 1946.

"Na atual situação do país e do mundo, consideram os escritores que é seu dever completar pela seguinte a sua primeira declaração: 1. É de desejar que o exercício da atividade literária em nossa época não se restrinja ao domínio estético. Está fora de dúvida que o escritor pode se conservar dentro desse domínio, mas é certo que poderá também vir a engrandecer a missão da inteligência fazendo de sua obra um instrumento de participação consciente na exposição e solução dos problemas da coletividade.

"2. É essencial ao pleno exercício da missão de escritor a mais ampla liberdade de pensamento, incompatível com o estabelecimento de qualquer forma ou sistema de ditadura, e só

30. ANDRADE, C. D. de, op.cit, pg. 78

assegurada num regime que tenha por base a liberdade de expressão, a liberdade de crença, a libertação do temor da violência e a libertação da necessidade econômica.

"3. Caracteriza-se a legalidade democrática pelos seguintes requisitos fundamentais: respeito ao regime representativo, consubstanciado na livre organização de associações e partidos e na inviolabilidade do mandato popular, e eliminação de leis restritivas e dos aparelhos judiciários de exceção, que, longe de defenderem o Estado democrático, comprometem a sua integridade. Esses requisitos, entendidos dentro do sistema e do mecanismo constitucionais, são particularmente aplicáveis ao quadro objetivo da situação brasileira.

"4. Na defesa desses princípios integrados na Constituição, cabe ao escritor uma posição de vigilância, para que a democracia não degenere na sua essência, nem seja atingida por atentados ao regime representativo, partam de onde partirem.

"5. Está intimamente ligado ao problema da defesa e consolidação da democracia no Brasil a execução de uma política de progresso econômico e de bem-estar social, que possibilite o desenvolvimento da cultura.

"6. Mesmo diante das ameaças de guerra, a humanidade tem o direito de esperar que, com a participação ativa e consciente do escritor, surja do imenso esforço dispendido pelas nações unidas uma Paz permanente, baseada nos princípios de justiça e liberdade; de autodeterminação e não de tutela econômica ou política; de independência e não de agressão; de igualdade de tratamento entre nações e não ao estabelecimento de zonas de influência; de

cooperação internacional e não de medo, desconfiança e agressividade.

" os escritores brasileiros conclamam todos os homens de boa vontade a se unirem na defesa dos princípios enunciados nesta declaração"³¹.

Na agitada sessão de encerramento do conclave, após a aprovação das últimas tese são pronunciados alguns discursos. Júlio de Mesquita Filho fala em nome da delegação paulista; além dele falam também Rafael Corrêa de Oliveira (baiano) e Afonso Arinos(mineiro). Na contraposição entre Júlio de Mesquita e Afonso Arinos, de certo modo, explicitam-se duas visões liberais.

O discurso de Júlio de Mesquita Filho se centra na fraqueza do II Congresso de Escritores pondo em questão o valor qualitativo das teses apresentadas e declarando-se desiludido "diante do resultado puramente intelectual da reunião". Em realidade, o prócer do liberalismo oligárquico paulista, ao considerar irrelevante o resultado do congresso por excesso de intelectualismo, menosprezara a discussão política decisiva que esteve embutida no encontro e que dizia respeito às posições dos escritores acerca da ordem democrática.

Deixava de considerar também a questão que polarizara as atenções dos escritores antes e durante o Congresso: a dos direitos autorais. Por que essa no fundo era uma questão que a Júlio de Mesquita Filho não dizia respeito. Já o menosprezo pela questão da democracia implícito em sua intervenção, fica evidente quando, ao valorizar as liberdades democráticas não as relaciona

31.Folha de Manhã, 21.10.1947.

com a Constituinte, considerando que elas haviam sido "definitivamente conquistadas pela revolução de outubro de 1945". Mais uma vez, prevalece o antigetulismo e não há um compromisso com as instituições democráticas que se estava tentando construir no Brasil³².

Afonso Arinos em sua intervenção seria bem mais generoso na avaliação do encontro, revelando-se inclusive bem mais afinado com o universo intelectual e com suas preocupações. Sua colocação básica chamava a atenção para a importância do problema profissional dos escritores. Problema sobre o qual não se havia tido uma relação imediata com a liberdade de pensamento e que chegado a uma conclusão definitiva e que, portanto, precisava ser tratado com mais seriedade e vagar. Problema que imporia aos intelectuais a manutenção de grande unidade na defesa de seus direitos e dos valores que eram essenciais à existência deles. Unidade que, em sua opinião, não fora abalada pelos episódios do Congresso.

Algumas avaliações do embate

Entretanto, o "caso" da moção Aires da Mata Machado seria apenas a ponta de um iceberg: embora atenuado pelas gestões conciliadoras, deixaria sequelas e revelaria que a divisão política entre os escritores já era, àquela altura, irremediável. Drummond diria, logo em seguida ao Congresso, que no fundamental a

³². O Estado de São Paulo, 18.10.1947

discussão não chegara a algo positivo, prático, em defesa dos direitos dos escritores, como classe em embrião. E quanto ao mais: "A luta doutrinária entre espírito democrático e espírito sectário prosseguia no mesmo ponto, exacerbada talvez sob os arranjos de ocasião. Nenhum de nós queria impedir o direito de os comunistas se manterem organizados em Partido e exercendo atividade política renovadora. Mas eles pouco entendiam o nosso ponto de vista, se é que, entendendo-o, preferissem fingir o contrário. A idéia de uma associação de escritores livres, sem direção sectária, parece inconcebível para eles, que, em vez de convivência pacífica, preferem assumir o domínio pleno da agremiação. Novos choques, fatalmente, ocorrerão no futuro, sem proveito algum para a frágil, imperfeita e caricatural democracia brasileira, em que os escritores, artistas e cientistas são parte mínima e desprestigiada"³³.

Como era de se esperar as avaliações da grande imprensa de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais radicalizaram na interpretação dos episódios do Congresso, contribuindo para politizar inteiramente os acontecimentos. Selecionei um trecho de uma matéria de poucos dias após o encontro por ser bem representativa dessa leitura da conjuntura: "Os comunistas que supunham dominar o conclave, através de seus conhecidos golpes de tática, tiveram de se contentar com uma declaração que representa um grande avanço democrático, sem resvalar para a ideologia comunista. Bastou que se incluísse nessa declaração a incompatibilidade que existe entre o escritor e qualquer espécie

33. ANDRADE, C.D., op.cit.

de ditadura para se concluir que os democratas conseguiram realmente uma expressiva vitória ... Os nossos escritores não se distanciaram do povo, mas, ao contrário, refletiram as suas aspirações coletivas, que são as de viver num regime de ampla liberdade, dentro de uma democracia que se estende ao pão da mesa, ao teto da casa e a palavra de prego. Nada de ditaduras, nem de direita, nem de esquerda. Bastaram os anos aflitivos que vivemos sob o quante da gestapo de Vargas. A palavra policiada, o pensamento abafado, o medo generalizado ..."³⁴

Quanto às avaliações feitas pelos próprios escritores houve acusações de parte a parte, ambos os lados considerando o outro responsável pela ABDE ter corrido o risco de se dissolver. O grupo paulista teria avaliação bem crítica da atuação dos comunistas. Sobre as questões políticas, Sérgio Milliet faria o seguinte comentário: "Do ponto de vista político, após vários episódios sensacionais, que culminaram na apresentação de uma moção confusa e na sua retirada, chegou-se à declaração de princípios bem comportada por fim. Foi uma vitória dos liberais, para a qual, muito paradoxalmente, contribuiu o tráfego açodamento dos comunistas..."

No mesmo dia e também em *QESP*, Luis Martins escrevia a respeito do episódio, qualificando-o como "um grave incidente", pois por muito pouco não levava à cisão o congresso de escritores. Explicando o ocorrido, L. Martins afirma de início que "nenhum democrata consciente pode estar de acordo com o fechamento de

34. "Ecos do II Congresso de Escritores", *O Estado de São Paulo*, 25.10.1947. Esta matéria era baseada em artigos publicados em *O Estado de Minas* e na *Folha de Minas*.

qualquer partido e, sobretudo, com a cassação de mandatos que exprimem a vontade popular". O episódio só teria acontecido em virtude de golpes tortuosos evidentes pela maneira desastrosa como a questão fora posta em destaque. Na sua avaliação Aires da Mata Machado F., um inocente, um "escritor reconhecidamente católico", fora manobrado pelos escritores comunistas. Esse seu juízo era fundamentado pelo argumento de que a comissão de "Assuntos Políticos" havia determinado que qualquer matéria política não seria apresentada diretamente a plenário. Antes deveria ser submetida à aprovação da comissão. Essa decisão teria resultado de um acordo pré-estabelecido pelas lideranças e representantes dos diversos partidos na intenção de se evitar "situações desagradáveis entre os escritores".

O episódio teria, acima de tudo revelado a ruptura desse acordo, mostrando que os comunistas eram pouco confiáveis no respeito ao jogo democrático. Por isso, o incidente assumiria "proporções de uma derrota para o Partido Comunista que, -- tudo leva a crer -- queria fazer do Congresso de Escritores veículo de propaganda partidária, colocando-o a serviço de seus designios particulares..."³⁵

No dia seguinte, Lourival Gomes Machado vai radicalizar ainda mais a avaliação. Para ele o episódio se caracterizaria como uma manobra estabelecida pelos comunistas para "sabotar o Congresso de Escritores". Narrando os fatos que antecederam a sessão na qual Aires apresentara sua moção, Lourival afirma que os escritores comunistas pretendiam transformar o encontro em mera

35. MARTINS, L., "Segundo Congresso de Escritores-- um grave incidente", *O Estado de São Paulo*, 21.10.1947.

"aventura comunista", seja através de "teses indisfarçadamente comunistas" seja por manobras políticas para fazer "o Congresso adotar uma decisão comunista, inspirada na linha do partido e vasada em sua característica linguagem". Concluía o artigo elogiando a atuação de Júlio de Mesquita Filho no sentido de evitar uma cisão durante o Congresso e também por **apontar o erro dos comunistas**, evitando assim..."uma manobra grosseira que queria transformar uma reunião de intelectuais livres em mandatária coletiva de uma facção política desesperada. Nisso está seu valor, que não se limitou à conciliação, mas transcendeu às alturas em que paira o destino da inteligência brasileira..."³⁶

Contrário a tal interpretação dos episódios, Astrojildo Pereira insistia na perspectiva de que a crise havia sido superada e que era possível encontrar um caminho unitário entre os escritores. Ressaltava que derrota dos comunistas não ocorrera, já que eles teriam contribuído para que se chegasse a um acordo satisfatório, demonstrando "espírito conciliador, boa vontade, empenho em evitar a cisão e o malogro da assembléia". Ao que acrescentava: "Os congressistas que provocaram a crise não constituíam maioria nem no plenário nem na comissão de assuntos políticos, circunstância esta que não deve ser esquecida e que deixou os comunistas a cavaleiro de qualquer suspeição de sectarismo ou de intolerância."

A solução teria sido conseguida, portanto, pelo desprendimento dos intelectuais comunistas. Pois tendo a questão sido posta no plano formal, estes teriam não apenas aceitado como

36.MACHADO,L.G., "O Congresso de Escritores e certas verdades", *O Estado de São Paulo*, 22.10.1947.

trabalhado para que a moção fosse retirada da ata, considerada como não lida diante do plenário e encaminhada à comissão de assuntos políticos. Por isso é que Astrojildo considerava superada a crise e garantida a unidade, pois a partir daí, a comissão de assuntos políticos reassumira suas funções, reunindo-se para elaborar a Declaração de Princípios.

Sobre os artigos de jornal que falavam em "derrota dos comunistas", Astrojildo tinha a seguinte avaliação: "Não é certo -- pelo contrário, é erradíssimo -- classificar os congressistas em 'democratas' e 'comunistas', como se se tratasse de categorias políticas opostas. Mesmo no Congresso, em todo o decorrer do Congresso, no plenário, nas comissões e nos bastidores, os comunistas deram sobejas provas de que são autênticos democratas, prontos sempre a cooperar com todos os democratas de outros partidos ou ideologias na solução democrática dos problemas em apêço. Ninguém de boa-fé pode negar este fato". Para ele, num encontro que reunira escritores de todas as tendências, os comunistas haviam colaborado no "esforço comum de realizar uma obra em prol dos interesses profissionais, próprios dos escritores, mas igualmente em defesa das liberdades democráticas. Desafiava que se apontasse um único fato "indicativo de alguma atitude assumida por algum escritor comunista, durante os trabalhos do Congresso, contrária ao espírito democrático ali reinante. O próprio desfecho da crise demonstra suficientemente o que estamos afirmando".

Portanto, se derrota acontecera havia sido da reação, já que a democracia teria sido vitoriosa, bastava ler a Declaração de

Princípios que reafirmava e ampliava a Declaração do I Congresso. Comparando o momento com as circunstâncias que cercaram a realização do I Congresso, dizia: "Em 1945, a Declaração de Princípios serviu de plataforma à ação de reconquista das liberdades democráticas que haviam sido destruídas em 1937. Sabe-se como os escritores e os intelectuais em geral intervieram então na batalha política, desempenhando importante papel na luta comum de todo o nosso povo pela redemocratização do País. Eles reviviam, pode-se dizer, a tradição militante da inteligência brasileira que o passado nos legara, desde a Inconfidência, a Independência, a Regência, a Abolição, a República."

Contrapondo as conjunturas, vê em 1945 um momento de um processo que cumpre uma trajetória ascendente, enquanto a situação de 1947, é vivenciada como retrógrada e caracterizada pela "volta ao cenário do mesmo grupo fascista que desencadeou a reação de 1937 e está empregando esforços desesperados para liquidar a Constituição de 1946 e reimplantar no país a ditadura fascista. Já nos encontramos, de fato, sob um regime de arbitrio policial, com a anulação na prática das mais elementares liberdades consignadas na Constituição".

Por essa percepção que Astrojildo, a despeito de toda a crise vivenciada no encontro, valoriza tanto a Declaração de Princípios por reconhecer e assinalar os perigos que ameaçavam (e já a atingiam) a democracia brasileira, conclamando os escritores à defesa dos princípios democráticos fundamentais, consagrados na Constituição: livre organização das associações e partidos,

inviolabilidade do mandato popular, eliminação das leis restritivas e dos aparelhos judiciários de exceção³⁷.

37. PEREIRA, A., *Crítica Impura*, ed.cit., pg.300-303.

**A guisa de conclusão : "O racha dos escritores"
e a cisão política e cultura**

A partir da cassação dos parlamentares eleitos pelo PC, a predominância do esquerdismo e o abandono da política de união nacional, que tentara tornar o PC um partido esteio da ordem e da tranquilidade, se implanta definitivamente. O que sem dúvida tinha relação com o isolamento da URSS a nível internacional e com o advento da "guerra fria". Embora, o exagero dessa guinada tenha forte relação com as limitações próprias à cultura e à política do país. As razões que levaram à marginalização do PC e à sua exclusão do sistema político eram pequenas se comparadas ao papel exercido pelo largo campo que compunha a esquerda brasileira durante a luta contra o Estado Novo. O espírito que predominou entre os comunistas brasileiros foi marcado fortemente pela decepção com o processo democrático: de certo modo se sentiram traídos pelas forças com as quais haviam se aliado no início do processo de transição. A partir daí, a cultura de esquerda trilhou um caminho, talvez excessivamente despropositado, mas seguramente compreensível, no qual, desiludida com a democracia, preparou-se, interiormente, para a guerra mundial e para a perseguição militarizada que se desencadearia aqui contra o PCB. Odidou, sinceramente, aqueles que considerou "oportunistas", os "pretensamente progressistas", os "vacilantes", os que, em nome do liberalismo, ajudavam a reação a isolar e reprimir os comunistas. Até mesmo Astrojildo, sempre preocupado com a interlocução com as

outras correntes e empenhado no diálogo intelectual, acaba concedendo ao sectarismo que se apossa do universo intelectual¹. A concessão chega a um ponto em que Astroljildo, já no início de 1948, na sequência portanto do II Congresso de Escritores, trata Prestes como "economista, pensador político, sociólogo, teórico do marxismo": "O homem que melhor e mais profundamente conhece os problemas brasileiros, em seus múltiplos aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais"². A alusão à superação das especializações na figura de Prestes, evidentemente não é gratuita.

Do lado dos intelectuais ligados à UDN o processo não teve um encaminhamento diferente. Afinal como é sabido, resultado de uma ampla articulação de setores liberais, democratas e esquerdistas, a UDN em seus momentos iniciais, permeada pela cultura de resistência de fim do Estado Novo, anunciava horizontes bem mais avançados do que viria concretizar posteriormente. Pouco a pouco o lado democrático perderia força para um liberalismo de corte elitista, profundamente avesso ao nacionalismo, moralista e essencialmente contrário ao trabalhismo e às posições que pretendiam estabelecer uma ligação entre os intelectuais e o povo. A nível da intelectualidade, esse retrocesso na representação propriamente política do liberalismo se corporificaria numa cisão entre política e cultura, praticamente contrapondo o político ao intelectual como se fossem duas especialidades antagônicas. Tão antagônicas que uma poderia comprometer a outra.

1. KONDER, L., "Astroljildo Pereira: o Homem, o Militante, o Crítico", In *Memória e História* nº 1, São Paulo, Ciências Humanas, pg.67.

2. PEREIRA, A., *Classe Operária*, 21.2.1948.

O episódio em que tal dissidência se tornaria explícito seria exatamente a eleição de uma nova diretoria para a ABDE-RJ, em março de 1949. De certo modo, nele vêm à tona a tensão que estava latente entre os intelectuais desde o início das atividades da ABDE em 1942. Tensão que se manifestara como conflito durante o Congresso de Belo Horizonte, em 1947, e que fora amenizada pela disposição dos setores ligados aos dois campos e que ainda apostavam na proximidade entre eles.

Em março de 1949, ocorrem eleições para a diretoria da ABDE em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em São Paulo, apesar de também concorrerem duas chapas o clima não será tão pesado dado o caráter minoritário da presença comunista entre os intelectuais³.

Será no Rio de Janeiro que acontecerá a ruptura que contraporia definitivamente os dois campos. Para essa eleição duas chapas seriam inscritas para a disputa da direção da entidade. Uma tinha como presidente Afonso Arinos de Melo Franco e contava com nomes como : Barreto Filho, Carlos Drummond de Andrade, Otto Maria Carpeaux, Jaime Adour Câmara, Alceu Amoroso Lima, Octávio Tarquínio de Souza, Manuel Bandeira, etc... Na outra constava o jurista liberal Homero Pires como presidente e tinha nomes como Origenes Lesa, Astrojildo Pereira, Graciliano Ramos, etc.

A candidatura de Afonso Arinos, parlamentar da UDN, havia sido encaminhada por uma parcela da diretoria que estava

3.A eleição ocorre no dia 10.03.1949 e as chapas concorrentes são compostas por : Chapa A : Sérgio Milliet (presidente); Flávio de Carvalho (vice-pres.); Mário Nene (1º Sec.); Antonio d'Elia (2º sec.); João de S.Ferraz(tesour.); João Cruz Costa, Paulo Mendes Campos, Luis Martins, Florestan Fernandes, Ernani da Silva Bruno(Conselho Fiscal).

A Chapa b : Caio Prado Jr.(pres.); Mário da Silva Brito (vice); José Escobar Faria (1º sec.); Carlos Burlamaqui Kopke (2º sec.); João Accioly (tesour.); Helena Silveira, José de M.Moraes, Joaquim Nazário, Jamil A.Haddad, Geraldo P.Rodrigues (Conselho Fiscal).

encerrando seu mandato e que tinha Alvaro Lins como presidente. Ele pessoalmente havia convidado Arinos para disputar o cargo. Este último, mais ligado no trabalho propriamente político e afastado das lides literárias, em princípio fica indeciso, mas acaba aceitando⁴.

A diretoria que estava encerrando o mandato era resultante, como as anteriores, de uma composição de intelectuais de posições distintas. Uma parte dela, comandada por Dalcídio Jurandir começa a trabalhar para a montagem de uma outra chapa.

No embate que se segue, o problema do voto por procuração vai estar de novo no centro da discussão. A divisão dos campos levou a que ambos os lados recrutassem socios de última hora, utilizando-se de todos os expedientes possíveis. As duas correntes abusaram na inscrição de "escritores" bem pouco representativo. MOacir Werneck de Castro diria a respeito : "A ABDE estava inflada, inclusive financeiramente. Nunca houve no mundo tamanha densidade de escritores. Para ser promovido a escritor bastava ter publicado algum artiguinho num jornal de bairro. Ambas as correntes abusaram dessas inscrições vergonhosas e a procuração seria um complemento alatamente discutível do expediente⁵.

A política partidária tomou conta dos dois lados e o sectarismo se generalizou. A eleição, presidida por Castro Rebelo e secretariada por Rubem Braga, foi uma batalha. E o voto por procuração, previsto nos estatutos da entidade, mas utilizado de modo visivelmente exagerado, deu a vitória à chapa de Afonso

4.FRANCO, A.A.de M., A Escalada. Memórias, Rio de Janeiro, José Olimpio, 1965, pp.164-171.

5.CASTRO, M.W.de, "O racha dos escritores". Folha de São Paulo, 04.10.1981.

Arinos. A partir daí a sessão desandou em um tumulto com agressões físicas e palavras de parte a parte. O tom dos embates foi tão exagerado que vários escritores (Arinos entre eles) compareceram armados. Ao final, ocorreria a retirada em bloco dos membros da chapa vencedora, comandados por Carlos Drummond de Andrade, com a consequente renúncia coletiva da diretoria⁶.

A partir daí a "família dos intelectuais" estaria definitivamente rompida como revela o depoimento de Manuel Bandeira: "Eis que, naquele ano, quiseram eles forçar a mão e duas chapas disputaram a eleição, uma de inspiração comunista. Segundo as instruções eleitorais, seriam apurados os votos enviados por procuração, decisão proposta por membro comunista da diretoria e aprovada unanimemente. No dia do pleito, a maioria presente era comunista mas os votos por procuração davam maioria à chapa adversária. Que fizeram os comunistas? Impugnaram a decisão para vencer contra o que eles mesmos haviam decidido, isto é, queriam que se apurasse tão somente os votos dos presentes. E no dia da transmissão de posse à nova diretoria organizaram uma baderna que foi uma traição e uma vergonha"⁷. Por essa razão, a grande intelectualidade carioca se afastaria definitivamente de qualquer tipo de militância, mesmo quando na condição exclusiva de escritores.

A partir desse episódio, um parecer do professor Vicente Rau levou um grupo a formar em São Paulo uma outra Associação Brasileira de Escritores, que não reconheceria a "Comissão Nacional" criada no Rio de Janeiro após os episódios. Os

6. RAMOS, C., *Mestre Graciliano*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

7. BANDEIRA, M., "Autocrítica", *Jornal do Brasil*, 04.11.1956.

intelectuais ligados a Associação de São Paulo não participariam mais de nenhuma atividade organizada pela ABDE-RJ, sob o comando comunista. Entretanto, continuariam organizando reuniões de escritores no interior do estado, promovendo inúmeras atividades e realizando seus próprios encontros e congressos.

Mas mais do que uma cisão entre posições ideológicas o episódio revelava que a experiência promissora de fundir política e cultura anunciada ao longo do processo de transição fora abortada. A grande cultura não seria permeada pelos "barulhos das ruas" e estas, assim como a atividade política estrito senso, ficariam destituídas cada vez mais de densidade cultural.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, F. e KAREPOVS, D.(orgs.)- Na contracorrente da história. Documentos da liga comunista internacionalista (1930-1933), São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.
- ADLER, MAX - El socialismo y los intelectuales, Mexico, Siglo Veintiuno Editores, 1980.
- ADORNO, Sérgio - Os aprendizes do poder, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- ALMEIDA, A. Wagner B. de - Jorge Amado: política e literatura, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1979.
- ALMEIDA, José Américo de - A palavra e o tempo (1937-1945-1950), Rio de Janeiro, José Olympio Editora - João Pessoa, Fundação Casa de José Américo, 1986.
- ALMEIDA, MARIA H.TAVARES de - "Castelos na areia: dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro", in: Boletim Informativo e Bibliográfico (BIB), Rio de Janeiro(24),pp.41-61, 1987.
- ALMINO, João - Os democratas autoritários, São Paulo, Editora Brasiliense, 1980.
- AMARAL, Aracy - Artes plásticas na semana de 22, São Paulo, Editora Perspectiva, 1979.
- AMARAL, Azevedo - O Estado autoritário e a realidade nacional, Brasília, UNB - Câmara dos Deputados, 1981.
- ANDRADE, C.D.- Passeios na ilha: divagações sobre a vida literária e outras matérias, Rio de Janeiro, Simões, 1952.
- ANDRADE, C.Drummond de - O observador no escritório, Rio de Janeiro, Record, 1985.
- ANDRADE, Mario de - Aspectos da literatura brasileira, São Paulo, Martins, 1974.
- ANDRADE, Mario de - Cartas a Anita Malfatti, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1989.
- ANDRADE, Mario de - Cartas a um jovem escritor. Destinatário: Fernando Sabino, Rio de Janeiro, Record, 1982.
- ANDRADE, Mario de - Correspondente contumaz. Cartas a Pedro Nava (1925-1944), Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.

- ANDRADE, Mario de - O baile das quatro artes, São Paulo - Brasília, Martins - INL, 1975.
- ANDRADE, Mario de - O banquete, São Paulo, Duas Cidades, 1977.
- ANDRADE, Mario de - O turista aprendiz, São Paulo, Duas Cidades - Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.
- ANDRADE, Mario de - Obra imatura, São Paulo - Belo Horizonte, Martins - Editora Itatiaia, 1980.
- ANDRADE, Mario de - Querida Henriqueta. Cartas a Henriqueta Lisboa, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1990.
- ANDRADE, Mario de - Táxi e crônicas no Diário Nacional, São Paulo, Duas Cidades - Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.
- ANDRADE, Oswald de - Do Pau-Brasil à antropofagia e às utopias, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira - Mec, 1972.
- ANDRADE, Oswald de - Memórias sentimentais de João Miramar - Serafim Ponte Grande, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- ANDRADE, Oswald de - Os condenados, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- ANDRADE, Oswald de - Telefonema, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira - MEC, 1974.
- ANDRADE, Oswald de - Um homem sem profissão. Sob as ordens de mamãe, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira - Mec, 1974.
- ARANHA, G.M. - Canaã, Rio de Janeiro, Editora Tecnoprint, S/D.
- ARANTES, P. - "Uma reforma intelectual e moral: Gramsci e as origens do idealismo alemão" in *Presença* n°17, Rio de Janeiro, 1991.
- ARANTES, P.- "O partido da inteligência" in *Almanaque*, n°9, São Paulo, Editora Brasiliense, 1979.
- ARANTES, P.- "Paradoxo do intelectual e experiência intelectual em Hegel" in *Manuscrito*, Campinas, outubro de 1980.
- ARRABAL, J. e LIMA, M. Alves de - O nacional e o popular na cultura brasileira. Teatro, São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.
- AZEVEDO, Fernando de - História de minha vida, Rio de Janeiro - São Paulo, José Olympio - Secretaria de Estado da Cultura, Esportes e Turismo, 1971.
- AVILLA, Affonso (org.) - O modernismo, São Paulo, Editora Perspectiva - Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1975.

- BANDEIRA, Manuel - Estrela da vida inteira. Poesias reunidas, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1966.
- BARATA, Agildo - Vida de um revolucionário (memória), São Paulo, Alfa-Omega, 1978.
- BARBOSA, João A. - A metáfora crítica, São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.
- BASBAUM, L. - Uma vida em seis tempos (memórias), São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- BECCARI, V.D'Horta - Lazar Segall, São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.
- BENDA, JULIEN - Il tradimento dei chierici. A cura di S.Teroni Manzella, Torino, Einaudi, 1974.
- BERARDO, J.B.- O político Cândido Torquato Portinari, São Paulo, Editora Populares, 1983.
- BERMAN, M. - Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade, São Paulo, Companhia das Letras, 1986.
- BERNARDET, J.C.- Cinema brasileiro: Propostas para uma história, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- BERRIEL, C.E. (org.) - Mario de Andrade/hoje, São Paulo, Editora Ensaio, 1990.
- BEZERRA, G. - Memórias. Primeira Parte (1900-1945), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- BLOCH, E.- "Marxismo e literatura" in Realismo, materialismo, utopia (Uma polêmica 1935-1940), Lisboa, Moraes, 1978.
- BOAVENTURA, M.Eugenia - A vanguarda antropofágica, São Paulo, Editora Atica, 1989.
- BORGES, Vavy P. - Getúlio Vargas e a oligarquia paulista, São Paulo, Editora Brasiliense, 1979.
- BORNHEIN, G. et alii, - Cultura brasileira. Tradição contradição, Rio de Janeiro, Funarte, 1981.
- BOSI, Alfredo - Céu, inferno. Ensaios de críticas literárias e ideologia, São Paulo, Editora Atica, 1988.
- BOSI, Alfredo - História concisa da literatura brasileira, São Paulo, Cultrix, 1979.
- BOURDIEU, P.- A economia das trocas simbólicas, São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.

- BOZAL, Valeciano - El intelectual coletivo y el pueblo, Madrid, Alberto Corazon Editor, 1976.
- BRANCO, R.C. et alii - História da propaganda no Brasil, São Paulo, T.A. Queirós, 1990.
- BRITO, M. da S. - História do modernismo brasileiro, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- BRITO, M. da S. - Diário Intemporal, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
- BRITO, R. - "A semana de 22, o trauma do moderno", in Sete ensaios sobre o modernismo, Rio de Janeiro, Funarte, 1983.
- BRUNO, Ernani Silva - Almanaque de memórias, São Paulo, Editora Hucitec - INL - Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.
- CALIL, Carlos Augusto e MACHADO, Maria Teresa - Paulo Emilio, um intelectual na linha de frente, São Paulo, Editora Brasiliense - Rio de Janeiro, Embrafilme, 1986.
- CANDIDO, A. - "A revolução de 30 e a cultura" in *Novos Estudos Cebrap n°4*, São Paulo, abril de 1984.
- CANDIDO, A.- A educação pela noite e outros ensaios, São Paulo, Editora Atica, 1987.
- CANDIDO, A.- Tese e antítese, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978.
- CANDIDO, A.- Vários escritos, São Paulo, Duas Cidades, 1970.
- CANDIDO, Antonio - Literatura e sociedade, São Paulo, Editora Nacional, 1976.
- CANDIDO, Antonio - Teresina etc., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- CAMPOS, Augusto de - Pagu. Vida e obra, São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.
- CAPELATO, M.Helena e PRADO, M.Ligia - O bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo, São Paulo, Alfa-Omega, 1980.
- CARDOSO, Irene R. - A universidade da comunhão paulista, São Paulo, Autores Associados- Cortez, 1982.
- CARONE, Edgard - A República Nova (1930-1937), São Paulo - Rio de Janeiro, Difel, 1976.

CARONE, Edgard - A República velha (evolução política), São Paulo, Difel, 1974.

CARONE, Edgard - A República Velha. Instituições e classes sociais, São Paulo, Difel, 1975.

CARONE, Edgard - Movimento operário no Brasil (1897-1944), São Paulo- Rio de Janeiro, Difel, 1979.

CARONE, Edgard - O centro industrial do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Editora Cátedra, 1978.

CARONE, Edgard - O Estado Novo (1937-1945), Rio de Janeiro, Difel, 1976.

CARONE, Edgard - O PCB (1922 - 1943), Vol.I, São Paulo, Difel, 1977.

CARONE, Edgard - Revoluções do Brasil contemporâneo, São Paulo, Difel, 1965.

CASALECCHI, J. Enio - O Partido Republicano Paulista (1889-1926), São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

CASTRO, M.WERNECK - A ponte dos suspiros, Rio de Janeiro, Rocco, 1990.

CASTRO, Sílvio - Teoria e política do modernismo brasileiro, Petrópolis, Editora Vozes, 1979.

CAVALCANTE, Berenice - Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira, Rio de Janeiro - Niterói, Tempo Brasileiro- Eduff, 1986.

CAVALCANTI, Orlando - Os insurretos de 43 (o manifesto dos mineiros), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

CAVALCANTI, Paulo - Da coluna Prestes à queda de Arraes, São Paulo, Alfa-Omega, 1978.

CEDRAN, L.(org.) - Diálogos com Mário Schenberg, São Paulo, Nova Stella, 1985.

CENDRAS, Blaise - Etc...etc...(um livro 100% brasileiro), São Paulo, Editora Perspectiva - Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

CHACON, Vamireh - Estado e povo no Brasil, Rio de Janeiro, José Olympio Editora- Brasília, Câmara dos Deputados, 1977.

CHACON, Vamireh - História das idéias socialistas no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

CHAMERS, Vera M. - 3 linhas e 4 verdades .O jornalismo de Oswald de Andrade, São Paulo, Duas Cidades - Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

CHASIN, J. - O integralismo de Plínio Salgado. Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio, São Paulo, LECH, 1978.

CHAUÍ, M. - O nacional e popular na cultura brasileira. Seminários, São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

CHAUÍ, M.- Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas, São Paulo, Editora Moderna, 1980.

CLAUDIN, F.- Eurocomunismo y socialismo, Mexico, Siglo Veintiuno, 1978.

COHN, G.- Crítica e resignação em Max Weber, São Paulo, T.A. Queirós, 1981.

COSTA, M. Moraes da (org.) - Estudos sobre o modernismo, Curitiba, Criar, 1982.

COUTINHO, C.N. - "As categorias de Gramsci e a realidade brasileira" in *Presença n.º 8*, Rio de Janeiro, agosto de 1986.

COUTINHO, C.N. e NOGUEIRA, M.A.(orgs.) - Gramsci e a América Latina, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

COUTINHO, C.N. et alii. - Realismo anti-realismo na literatura brasileira, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

CRUZ COSTA, João - Contribuição à história das idéias no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

DALTON, R. et alii - El intelectual y la sociedad, Siglo Veintiuno Editores, 1969.

DANTAS, Paulo (org.) - Vozes do tempo de Lobato, São Paulo, Traço Editora, 1982.

DASSIN, Joan - Política e poesia em Mario de Andrade, São Paulo, Duas Cidades, 1978.

DE DECCA, E. - O silêncio dos vencidos, São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.

DEL ROIO, M. - A classe operária na revolução burguesa. A política de alianças do PCB 1922-1935, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

DIAS, Everardo - História das lutas sociais no Brasil, São Paulo, Alfa-Omega, 1977.

- DINIZ, Eli - Empresário, estado e capitalismo no Brasil (1930-1945), São Paulo, Paz e Terra - Circulo do Livro, 1978.
- DRAIBE, S.M.- Rumos e metamorfoses, São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.
- DUARTE, P. - Mario de Andrade por ele mesmo, São Paulo, Hucitec - Secretaria Municipal da Cultura, 1985.
- DUARTE, Paulo - Memórias I. Raízes profundas, São Paulo, Hucitec, 1974.
- DULLES, John W.F. - A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas, (1938-1945), São Paulo, Edusp, 1984.
- FELINTO, Marilene - Graciliano Ramos. Outros heróis e esse Graciliano, São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.
- FERNANDES, F. - "Entrevista" in *Transformação nº2*, Assis, UNESP, 1975.
- FERNANDES, F. - A sociologia no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1980.
- FERRAZ, Geraldo - Depois de tudo, Rio de Janeiro, Paz e Terra - São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1983.
- FIGUEREDO, GUILHERME - Cobras e lagartos: rodapés de crítica literária 1943-1945, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.
- FONSECA, Anibal Freire, O poder executivo na República brasileira, Brasília, Câmara dos Deputados - Editora UNE, 1981.
- FONSECA, M. Augusta - Palhaço da burguesia, São Paulo, Editora Polis, 1979.
- FONSECA, Maria A. - Oswald de Andrade, São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.
- FONSECA, P.C.Dutra - Vargas: o capitalismo em construção, São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.
- FORJAZ, Maria C.S. - Tenentismo e política, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- FORTINI, F. - Los poderes culturales, Caracas, Universidad Central de Venezuela, 1970.
- GALVAO, M.R. e BERNARDET, J.C. - O nacional e o popular na cultura brasileira. Cinema, São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.
- GALVAO, W. N. - Saco de gatos. Ensaios críticos, São Paulo, Duas Cidades, 1976.

- GARCIA, N. J. - Estado Novo: ideologia e propaganda política, São Paulo, Editora Loyola, 1982.
- GOMES, A.de Castro et alii - Velhos militantes, depoimentos, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.
- GOMES, Angela M.de Castro - Burguesia e trabalho. Política e legislação social no Brasil (1917-1937), Rio de Janeiro, Editora Campus, 1979.
- GOMES, Paulo E. Salles - Cinema: trajetória no subdesenvolvimento, Rio de Janeiro, Paz e Terra - Embrafilme, 1980.
- GONZALEZ, H. - O que são intelectuais?, São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.
- GRAMSCI, A. - El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce, Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1971.
- GRAMSCI, A. - Il risorgimento, Buenos Aires, Granica, 1974.
- GRAMSCI, A. - Literatura e vida nacional, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- GRAMSCI, A. - Maquiavel, a política e o estado moderno, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- GRAMSCI, A. - Os intelectuais e a organização da cultura, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- GRUPPI, L. - O pensamento de Lenin, Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- GUINSBURG, G.k. e GOIDFARB, J.L. (orgs.) - Mário Schenberg: entrevistas, São Paulo, Editora Perspectiva - Instituto de Física da USP, 1984.
- HALLEWELL, L.- O livro no Brasil: sua história, São Paulo, T.A.Queirós - EDUSP, 1985.
- HECKER, Alexandre - Um socialismo possível. A atuação de Antonio Piccarolo em São Paulo, São Paulo, T.A.Queirós, 1989.
- HELENA, Lúcia - Totens e tabus da modernidade brasileira: símbolo e alegoria na obra de Oswald de Andrade, Rio de Janeiro - Niterói, Tempo Brasileiro - Universidade Federal Fluminense, 1985.
- HOLANDA, S.Buarque - Raízes do Brasil, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1979.
- HOLLANDA, H.Buarque de - Macunaíma da literatura ao cinema, Rio de Janeiro, José Olympio Editora - Embrafilme, 1978.
- IANNI, Octávio - O colapso do populismo no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

INCAO, M. Angela d' (org.) - História e ideal. Ensaio sobre Caio Prado Jr., São Paulo, Editora Unesp - Brasiliense, 1989.

INOJOSA, J.- Os Andrades e outros aspectos do modernismo, Rio de Janeiro-Brasília, Civilização Brasileira-INL, 1975.

JACKSON, Kenneth D. - A prosa vanguardista na literatura brasileira: Oswald de Andrade, São Paulo, Editora Perspectiva, 1978.

JACOBY, R. - Os Últimos intelectuais, São Paulo, Trajetória Cultural- Edusp, 1990.

JANOTTI, Maria de L.M. - Os subversivos da República, São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

KOIFMAN, Georgina - Cartas de Mario de Andrade a Prudente de Moraes Neto (1924- 1936), Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

KOLAKOWSKI, Leszek - Intelectuales contra el intelecto, Barcelona, Tusquets Editores, 1986.

KONDER, Leandro - A democracia e os comunistas no Brasil, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1980.

KOSHIYAMA, Alice M. - Monteiro Lobato, intelectual, empresário, editor, São Paulo, T.A. Queirós, 1982.

LAFETA, J. Luiz - 1930: A crítica e o modernismo, São Paulo, Duas Cidades, 1974.

LAFETA, J. Luiz - Figuração da intimidade. Imagens na poesia de Mario de Andrade, São Paulo, Martins Fontes, 1986.

LAMOUNIER, B.- "Formação de um pensamento autoritário na primeira república" in O Brasil Republicano, Tomo II, VOL. I, HGCB, n°9, São Paulo, Difel, 1977.

LANDERS, V.B. - De Jéca a Macunaíma. Monteiro Lobato e o modernismo, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.

LEBRUN, G. - Passeios ao léu. Ensaio, São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

LENHARD, A. - Sacralização da política, Campinas, Papirus - Editora Unicamp, 1986.

LIMA SOBRINHO, Barbosa - Presença de Alberto Torres, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

LIMA, A. Amoroso, - O crítico literário, Rio de Janeiro, Agir, 1945.

LIMA, H.F.- Caminhos percorridos. Memórias de militância, São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.

LIMA, Hermes - Problemas de nosso tempo, São Paulo, Editora Nacional, 1935.

LIPPI, L. et alii - Estado Novo : ideologia e poder, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

LOBATO, J.B.Monteiro - Idéias de Jéca Tatú, São Paulo, Editora Brasiliense, 1967.

LOBATO, J.B.Monteiro - Prefácios e entrevistas, São Paulo, Editora Brasiliense, 1972.

LOBATO, J.B.Monteiro - Urupês, São paulo, Editora Brasiliense, 1982.

LOPEZ, T.Porto A. - Mario de Andrade: Ramais e caminhos, São Paulo, Duas Cidades, 1972.

LOTTMAN, R.H.- A rive-gauche: escritores, artistas e políticos em Paris (1930-1950), Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1987.

LOWY, M.- Para una sociologia de los intelectuales revolucionarios (la evolucion politica de Lukács 1909-1929), Mexico, Siglo Veintiuno Editores, 1976.

LUKÁCS, G. - "El problema de la organización de los intelectuales" in Revolucion socialista y antiparlamentarismo, Mexico, Pasado y Presente, 1978.

MACDONALD, H.Malcolm et alii - O intelectual na politica, Rio de Janeiro, Gráfica Record Editora, 1969.

MACHADO NETO, A.L. - Da vigência intelectual. Um estudo de sociologia das idéias, São Paulo, Grijalbo, 1968.

MACHADO NETO, A.L. - Estrutura social da Republica das Letras, São Paulo, Grijalbo - Edusp, 1973.

MACHADO, D. - Memórias de um pobre homem, Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, 1990.

MAFFEI, Eduardo - A batalha da Praga da Sé, Rio de Janeiro, Philobiblion, 1984.

MAJ, Barnaba - Il mestiere dell'intellectuale, Roma, Riuniti, 1981.

MALTA, Octávio - Os tenentes na revolução brasileira, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.

- MANGABEIRA, F.- João Mangabeira: República e socialismo no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- MANNHEIM, K. - ideologia e utopia, Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1986.
- MARRAMAO, G.- "O demônio antisistemático" in *Presença* n°11, São Paulo, 1988.
- MARTINS, C.E. e ALMEIDA, M.H.TAVARES - "Modus em Rebus: partidos e classes na queda do Estado Novo" mimeo, Cebrap, 1974.
- MARTINS, L.- "A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil (1920-1940)", in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n°4, ANPOCS, São Paulo, 1987.
- MARTINS, Wilson - História da inteligência brasileira, Vol.VI (1915-1933), São Paulo, Cultrix, 1978.
- MARTINS, Wilson - História da inteligência brasileira, Vol.VII (1933-1960), São Paulo, Cultrix, 1978.
- MEDEIROS, J. - Ideologia autoritária no Brasil (1930-1945), Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1978.
- MERCADANTE, Paulo - A consciência conservadora no Brasil, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- MICELLI, Sérgio (org.) - Estado e cultura no Brasil, São Paulo, Difel, 1984.
- MICELLI, SERGIO (org.) - História das Ciências Sociais no Brasil, Vol.I, São Paulo, Vértice/IDESP/Finep, 1989.
- MICELLI, Sérgio - A elite eclesiástica brasileira, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.
- MICELLI, Sérgio - Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920 - 1945), São Paulo, Difel, 1979.
- MICELLI, Sérgio - Poder, sexo, e letras na República Velha, São Paulo, Perspectiva, 1977.
- MILLIET, Sérgio - Diário crítico de Sérgio Milliet, 10 Vols, São Paulo, Martins - Edusp, 1981.
- MILLS, C. Wright - A imaginação sociológica, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1975.
- MONEGAL, Emir R. - Mário de Andrade / Borges, São Paulo, Editora Perspectiva, 1978.
- MORAES FILHO, Evaristo de (org.)- O socialismo brasileiro, Brasília, Câmara dos Deputados- Editora UNB, 1981.

- MORAES, A.C. Robert - Flávio de Carvalho. O performático precoce, São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.
- MORAES, Denis de e VIANNA, Francisco - Prestes: lutas e autocríticas, Petrópolis, Vozes, 1982.
- MORAES, R. et alii (org.) - Inteligência brasileira, São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.
- MORAES, Rubens Borba de - Lembrança de Mario de Andrade. 7 cartas, São Paulo, 1979.
- MORIN, E. - Para sair do século XX, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- MORSE, M.R.- O espelho de Próspero. Cultura e idéias nas Américas, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- MORSE, R.M. - A volta de Macluhanaima. Cinco ensaios solenes sobre uma brincadeira séria, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- MOTA, C. Guilherme e CAPELATO, M.Helena - História da Folha de São Paulo (1921- 1981), São Paulo, Impres, 1980.
- MOTA, C.G. - A ideologia da cultura brasileira (1933-1974), São Paulo, Editora Atica, 1985.
- NEME, M. (org.) - Plataforma da nova geração, Porto Alegre, 1945.
- NOGUEIRA, M.A. - As desventuras do liberalismo. Joaquim Nabuco, a monarquia e a república, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- NOGUEIRA, M.Aurélio - Joaquim Nabuco, São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.
- NUNES, Benedito - Oswald canibal, São Paulo, Editora Perspectiva, 1979.
- OFFE, KLAUS - Problemas estruturais do estado capitalista, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1987.
- OTICICA, José - Ação direta, Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1970.
- OLIVEIRA, L. Lippi et alii - Estado Novo. ideologia e poder, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
- OLIVEN, R.G.- Violência e cultura no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1982.
- ORTIZ, Renato - A consciência fragmentada. Ensaio de cultura popular e religião, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

ORTIZ, Renato - A moderna tradição brasileira, São Paulo, Editora Brasiliense, 1988.

PALMIER, J.M. - Weimar en exil. Le destin de l'emigration intellectuelle allemande antinazie en Europe et aux Etats-Unis, Paris, Payot, 1988.

PEIXOTO, N.Brissac - A sedução da barbárie.O marxismo na modernidade, São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.

PERALVA, D.- O retrato, Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1960.

PEREIRA, A.- Crítica impura, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

PEREIRA, Astrojildo - Interpretações, Rio de Janeiro, Livraria - Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1944.

PEREIRA, Astrojildo - Machado de Assis. Ensaios e apontamentos avulsos, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1991.

PEREIRA, Astrojildo - Ensaios históricos e políticos, São Paulo, Alfa-Omega, 1979.

PECAUT, Daniel - Os intelectuais e a política no Brasil, São Paulo, Editora Atica, 1990.

PINHEIRO, P.Sérgio - Política e trabalho no Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

PINHEIRO, P.Sérgio e ROIO, Marcos del - Combates na história. A trajetória de Heitor Ferreira Lima, São Paulo, Paz e Terra - Fapesp, 1990.

PRADO JUNIOR, C.- A revolução brasileira, São Paulo, Editora Brasiliense, 1977.

PRADO, Antonio A. - 1922: itinerário de uma falsa vanguarda. Os dissidentes, a semana e o integralismo, São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

PRADO, Maria Lígia Coelho - A democracia ilustrada, São Paulo, Editora Atica, 1986.

PRADO, Paulo - Retrato do Brasil - ensaio sobre a tristeza brasileira, São Paulo - Brasília, IBRASA - INL, 1981.

QUEIROS, S.R.R. de - Os radicais da República, São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

RAMA, Angel - A cidade das letras, São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.

REBELO, Marques - O espelho partido 1 - O trapicheiro, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

REBELO, Marques - O espelho partido 2 - A mudança, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

REBELO, Marques - O espelho partido 3 - A guerra está em nós, Rio de Janeiro, 1984.

REZENDE CARVALHO, M.A. - "Opinião e modernidade" in *Presença* n°13, Rio de Janeiro, 1989.

ROMANO, R.- Conservadorismo romântico, São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.

ROUANET, S. P. - Imaginário e dominação, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978.

RUBIM, A.A.C. - Partido Comunista, cultura e política cultural. Tese de Doutorado, FFLCH, São Paulo, USP, 1986.

SANDRONI, Carlos - Mario contra Macunaima, São Paulo, Editora Vértice, 1988.

SANTOS, W. Guilherme dos - Ordem burguesa e liberalismo político, São Paulo, Duas Cidades, 1978.

SANTOS, W.G. dos - Cidadania e justiça. A política social na ordem brasileira, Rio de Janeiro, Campus, 1979.

SCHELLING, V. - A presença do povo na cultura brasileira. Ensaio sobre o pensamento de Mario de Andrade e Paulo Freire, Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.

SCHWARTZMAN, S.(org.) - Estado novo. Um auto-retrato, Brasília, Editora UNB, CPDOC/FGV. 1983.

SCHWARTZMAN, S. et alii - Tempos de Capanema, Rio de Janeiro, Paz e Terra - São Paulo, Edusp, 1984.

SCHWARTZMAN, S.- Ciência, universidade e ideologia. A política do conhecimento, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

SCHWARTZMAN, S. - São Paulo e o Estado Nacional, São Paulo, Difel, 1975.

SCHWARZ, R. - A sereia e o desconfiado. Ensaio crítico, Rio de Janeiro, Paz e Terra 1981.

SCHWARZ, R. - Ao vencedor as batatas, São Paulo, Duas Cidades, 1977.

SCHWARZ, R. - O pai de família e outros estudos, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

- SCHWARZ, Roberto - Que horas são? Ensaio, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- SEGATTO, J. Antonio - Breve história do PCB, São Paulo, LECH, 1981.
- SEITENFUS, R.A. Silva - O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos (1930-1942), São Paulo, Editora Nacional - Brasília, INL/Fundação Pró-Memória, 1985.
- SEVCENKO, Nicolau - Literatura como missão, São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.
- SILVA, A.C. Pacheco e - Armando de Salles Oliveira, São Paulo, Editora Parma-Edusp, 1980.
- SILVEIRA, J., MORAES NETO, G. - Hittler/Stálin. O pacto maldito, Rio de Janeiro, Record, 1987.
- SKIDMORE, T.E. - Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- SOARES, Maria S.A. - Os intelectuais nos processos políticos da América Latina, Porto Alegre, Editora da Universidade, UFRGS-CNPQ, 1985.
- SODRE, N. Werneck - Memórias de um escritor - I, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
- SODRE, N. Werneck - Síntese da história da cultura brasileira, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- SOUZA, Gilda de M. e - O baile das quatro artes. Exercícios de leitura, São Paulo, Duas Cidades, 1980.
- SOUZA, Gilda de M. e - O tupi e o alauê. Uma interpretação de Macunaima, São Paulo, Duas Cidades, 1979.
- SOUZA, Maria do C. Campelo - Estado e partidos políticos no Brasil, São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- SQUEFF, E. e WISNIK, J.M. - O nacional e o popular na cultura brasileira. Música, São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.
- STIGLER, G.S. - O intelectual e o mercado, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1987.
- SUSSEKIND, Flora - Cinematógrafo de letras, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- TAVARES, J.A. GIUST - A estrutura do autoritarismo brasileiro, Porto Alegre, Editora Mercado Aberto, 1982.

TELES, G.M. - Vanguarda européia e modernismo brasileiro, Petrópolis, Vozes, 1982.

TOTA, A. Pedro - A locomotiva no ar. Rádio e modernidade em São Paulo, São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura - PW, 1990.

VACCA, G. - El marxismo y los intelectuales, Sinaloa (Mexico), Universidade Autónoma de Sinaloa, 1984.

VASCONCELOS, G.F. - A ideologia curupira, São Paulo, Editora Brasiliense, 1979.

VIANNA, D.- Companheiros de Viagem, São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.

VIEIRA, E.A. - Oliveira Vianna e o estado corporativo, São Paulo, Grijalbo, 1976.

WAINER, Samuel - Minha razão de viver, Rio de Janeiro, Record, 1987.

WEBER, M.- Ensaio de sociologia, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1974.

WEFFORT, F.C. - "Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período de 1945 a 1964" in *Revista de Cultura Contemporânea*, n°1,2,3, São Paulo, CEDEC, 1978, 1979.

WEFFORT, Francisco C. - O populismo na política brasileira, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

WERNECK VIANNA, L. - "Os intelectuais da tradição e a modernidade: os juristas políticos da OAB" in Travessia - da abertura à constituinte, Rio de Janeiro, Taurus, 1986.

WERNECK VIANNA, L. - Liberalismo e sindicato no Brasil, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1976.

WERNECK VIANNA, L.- "Ator, tempo e processos de longa duração em análises de conjuntura" in *Cadernos de Conjuntura do IUPERJ*, n°36, 1991.

WERNECK VIANNA, L.- "O moderno na política brasileira" in *Presença*, n° 5, São Paulo, 1985.

WIRTH, J.D. - Minas Gerais na federação brasileira (1899-1937). O fiel da balança, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

WISNIK, J.M. - "De olho no invisível" in *Presença*, n°6, São Paulo, 1985.

WISNIK, J.M. - O coro dos contrários: a música na semana de 22, São Paulo, Duas Cidades, 1979.

ZILBERMAN, Regina (org.) - Atualidade de Monteiro Lobato: uma revisão crítica, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.

ZILIO, C. et alii - O nacional e o popular na cultura brasileira. Artes Plásticas - Literatura, São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.

Periódicos

Atlântico, Rio de Janeiro, DIP; Lisboa SPN (1942-1944)

Cultura Política, Rio de Janeiro (1941-1945)

Cultura, São Paulo (1939-1940)

Diretrizes, Rio de Janeiro (1938-1945)

Literatura, Rio de Janeiro (1946-1948)

Revista Acadêmica, Rio de Janeiro (1933-1948)

Jornais

Folha da Manhã, São Paulo (1943-1949)

O Estado de São Paulo (1943-1949)